



Relatório e Contas

2022

para estar cada vez mais presente



Estar mais presente para ir mais longe.

Os negócios, como a vida, são feitos de projetos, objetivos e desafios. Se para uma empresa, a sustentabilidade financeira é o principal objetivo, este apenas é atingível com a contribuição de todos os que dela fazem parte. Os bons resultados financeiros dos CTT resultam da dedicação, empenho e profissionalismo de todos os seus colaboradores, assentes num conjunto de princípios fortes e enraizados. A cultura empresarial dos CTT é um fator determinante para o seu sucesso. No centro dessa cultura estão os nossos valores. É por isso que procuramos investir todos os dias no entusiasmo, na excelência, na inovação e na confiança. Um investimento forte e consolidado que tem caracterizado o nosso já longo, mas sempre renovado, percurso.


É isso que nos move: a orientação para o cliente, o entusiasmo em ir mais longe para ficar mais perto dos portugueses; a excelência na prestação de serviços que superem as nossas expectativas e as dos nossos clientes; a inovação traduzida em ideias e soluções criativas que permitam alcançar novos destinos; a confiança de que só através de uma postura responsável e íntegra conseguiremos conquistar a confiança dos nossos clientes e dos nossos parceiros.

O nosso destino é chegar mais longe para estar mais presente, é encurtar distâncias para gerar mais proximidade, é investir em novas áreas para tocar mais vidas, é entregarmo-nos todos os dias com dedicação, paixão e profissionalismo. Só assim continuaremos a ser uma marca de confiança e - uma empresa de valores sólidos.



Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE & CEO	7	PARTE II	93
ORGÃOS SOCIAIS E GESTÃO	11	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	
PRINCIPAIS INDICADORES	15	Demonstrações financeiras consolidadas	94
DESTAQUES DO ANO	18	Demonstrações financeiras individuais CTT, S.A.	182
PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS	20	PARTE III	265
PARTE I	23	RELATÓRIO DE AUDITORIA E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO	
RELATÓRIO DE GESTÃO		PARTE IV	279
1 LINHAS ESTRATÉGICAS	26	RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	
2 NEGÓCIOS	32	CONTACTOS	347
2.1 Enquadramento económico e regulamentar	33		
2.2 Correio	36		
2.3 Expresso e Encomendas	42		
2.4 Serviços financeiros	44		
3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA E DESEMPENHO DA AÇÃO CTT	48		
4 RECURSOS HUMANOS	64		
5 QUALIDADE, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA ATUAÇÃO DOS CTT	70		
5.1 Qualidade de Serviço	71		
5.2 Inovação e desenvolvimento	72		
5.3 Sustentabilidade	73		
6 EVENTOS POSTERIORES E PERSPETIVAS FUTURAS	78		
7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	84		
8 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	88		

A professional headshot of Francisco de Lacerda, a middle-aged man with dark hair, wearing a dark pinstriped suit jacket, a white shirt, and a red patterned tie. He is looking directly at the camera with a slight smile.

Francisco de Lacerda
Presidente & CEO

Mensagem do Presidente & CEO

2014, o primeiro ano dos CTT como empresa privada cotada em bolsa, foi um ano histórico para a empresa.

Conseguimos adaptar a empresa às exigentes condições do escrutínio dos mercados de capitais num mundo globalizado e digitalizado, apresentando notáveis resultados operacionais e financeiros. Ao lançar importantes iniciativas empresariais e comerciais, estamos também a preparar o futuro, garantindo que os CTT se mantêm numa rota de crescimento assente nos pilares estratégicos e proporcionando um retorno adequado para os nossos acionistas.

Com a bem sucedida conclusão da privatização, somos hoje a única empresa cotada em Portugal com 100% de *free float*.

Estamos orgulhosos do nosso passado e otimistas em relação ao futuro.

Tempos vibrantes: tendências postais globais e o contexto português dos CTT

Não seria justo analisar 2014 sem destacar as principais tendências que afetam o nosso setor e a economia. Destaco quatro fatores-chave que temos enfrentado:

1. Globalização, Liberalização e Privatização: A velocidade da informação em mercados cada vez mais globalizados, um mercado postal liberalizado que promove a concorrência e uma base acionista muito exigente que implica um escrutínio adicional e a necessidade de excelência em tudo o que fazemos.

2. Digitalização e E-Commerce: Por um lado, vemos a substituição eletrónica afetar o nosso *core business* (embora a um ritmo menos negativo – o correio endereçado diminuiu -5,7% face a -7,3% em 2013), enquanto, por outro lado, o crescimento de dois dígitos no *e-commerce* abre um novo mundo empresarial para os operadores postais.

3. Circunstâncias económicas na nossa geografia: Durante 2014, a economia portuguesa prosseguiu o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. O ano ficou marcado pelo fim do programa formal de ajustamento. Embora conscientes de que a recuperação total a longo prazo levará o seu tempo, o PIB deverá ter um aumento de +0,9% em 2014 (face a -1,4% em 2013 e -3,3% em 2012) e as perspetivas futuras são encorajadoras (fonte: Banco de Portugal, dezembro de 2014).

4. Ecosistema estratégico: O setor postal é atualmente influenciado por mercados novos e diversificados que constituem importantes desafios e oportunidades para os operadores postais. Devemos tirar partido dos nossos ativos exclusivos e vantagens competitivas e pensar na melhor forma de aproveitar o valor dos mercados em que atuamos (ou que nos são próximos): comunicações, serviços financeiros, logística, retalho e publicidade são alguns exemplos. A estratégia dos operadores postais evoluiu para abranger novos campos de atuação.

O setor está a atravessar uma fase de transformação significativa, com estas novas tendências a moldar o nosso futuro e a influenciar os nossos modelos de negócio, exigindo novas competências e energia renovada. Em 2014 continuámos a observar cuidadosamente o mundo em busca de oportunidades.

Resultados de 2014: Entregar o prometido

Os CTT fecham um ano de 2014 rico em acontecimentos e de transição para a privatização total apresentando um sólido conjunto de resultados, cumprindo a promessa da OPV. Os CTT conseguiram crescimentos significativos do EBITDA recorrente para 135,1 M€ (+9,9%) e do Resultado líquido para 77,2 M€ (+26,5% relativamente a 61,0 M€ em 2013).

Estes resultados foram essencialmente impulsionados pelo crescimento dos rendimentos operacionais para 718,8 M€ (+2,0%) – invertendo cinco anos consecutivos de queda –, por iniciativas de controlo de custos e implementação de transformações estruturais que permitiram potenciar a eficiência, a agilidade e a sustentabilidade da empresa.

Os rendimentos do correio inverteram a tendência histórica e cresceram 0,8% (rendimentos operacionais recorrentes relativos ao ano de 2013 proforma – ajustados pela venda de EAD), em resultado da desaceleração do decréscimo do tráfego de correio endereçado para -5,7% e do aumento de 4,1% do preço médio do Serviço Postal Universal. Os Serviços Financeiros consolidaram a sua oferta e posição de mercado, conseguindo um forte crescimento de 21,4% dos rendimentos recorrentes, e consolidando-se como alavanca fundamental no crescimento global dos CTT. As iniciativas de reestruturação prosseguiram no negócio de Expresso & Encomendas em Portugal e Espanha, com os rendimentos a registar um decréscimo marginal de -0,4% apesar do crescimento de 9,0% do tráfego, devido ao efeito do *mix* de produtos uma vez que o crescimento está a ocorrer principalmente no segmento B2C.

Os gastos operacionais recorrentes (excluindo imparidades, provisões e depreciações e gastos não recorrentes) totalizaram 582,7 M€, aumentando apenas 0,1% apesar do crescimento das atividades do Expresso & Encomendas e dos Serviços Financeiros, em resultado de economias de escala, da alavancagem da capacidade instalada e das iniciativas em implementação no Programa de Transformação, que já estão a ter um impacto positivo no EBITDA.

No que se refere aos gastos operacionais reportados, estes reduziram-se -10,2% em 2014, em resultado da importante transformação estrutural conseguida com a revisão do Plano de Saúde que resultou num melhor equilíbrio dos copagamentos a cargo da empresa e dos beneficiários, reduzindo assim os gastos e as responsabilidades futuras para os CTT (83,0 M€ de ganhos não recorrentes em 2014). A empresa conseguiu também atingir uma posição que lhe permitiu rever a retribuição do pessoal e reintroduzir remunerações variáveis, bem como eliminar as reduções salariais na sequência da privatização.

Os CTT são atualmente um dos mais rentáveis operadores postais no setor com uma margem EBITDA recorrente de 18,8% (17,4% em 2013) e continuam a provar a sua forte capacidade de geração de *cash flow*, o que permitiu continuar a reforçar a sua Posição Financeira Consolidada. No exercício de 2014, o *cash flow* operacional livre situou-se nos 184,1 M€ face aos 110,4 M€ em 2013, e a variação líquida de caixa e equivalentes totalizou 119,7 M€, mais 64,1 M€ (+115,4%) do que no ano anterior, devido ao efeito positivo do crescimento do negócio de Serviços Financeiros, às melhorias introduzidas nos prazos e procedimentos de pagamentos e recebimentos e à venda da EAD, fatores que mais do que compensaram os dividendos adicionais de 10 M€ pagos em 2014 (60 M€) face a 2013 (50 M€).

O excelente desempenho financeiro, com forte crescimento do EBITDA e do resultado líquido baseados no crescimento dos rendimentos e no controlo de custos, bem como uma sólida posição financeira, permitem um elevado crescimento do dividendo proposto para 69,75 M€ [0,465€ por ação] (inclui uma componente não recorrente de 3,75 M€), um aumento de 16,25% relativamente ao ano anterior. Para o futuro, o Conselho de Administração está empenhado numa estratégia que permita um crescimento estável e sustentado dos dividendos, procurando sempre conciliar os objetivos de remuneração acionista com o desenvolvimento sustentável da atividade da empresa.

Destaques corporativos: Construir o futuro

Seria redutor avaliar o ano 2014 dos CTT olhando exclusivamente para o desempenho financeiro. Com efeito, ao longo do ano renovámos e lançámos algumas iniciativas que atingirão todo o seu potencial apenas no médio prazo.

1. Resultados sustentáveis do Programa de Transformação: Antes da privatização lançámos um programa interno, apoiado por uma equipa de projeto dedicada, para retirar o máximo valor operacional. De facto, em 2014 o programa produziu importantes benefícios para o EBITDA (com uma parte significativa nas Operações) e foi reforçado com uma iniciativa chave – a integração das redes. A sua implementação total em 2015 irá permitir sinergias nas nossas operações e tornar-nos-á mais competitivos no mercado de *e-commerce*.

2. As nossas Pessoas: Sustentabilidade e Meritocracia. Em 2014 desenvolvemos um sistema de incenti-

vos que ligará desempenho / objetivos e avaliações (e remuneração). É vital em organizações modernas que o mérito seja adequadamente remunerado e que sejamos capazes de reter e promover o talento. A remuneração variável será já introduzida para recompensar o desempenho de 2014, sendo uma iniciativa justa de partilha dos resultados positivos com os nossos colaboradores.

Assinámos também um novo Acordo de Empresa e um novo Plano de Saúde. Foi um êxito importante que dará sustentabilidade aos benefícios sociais dos colaboradores reduzindo sensivelmente as nossas responsabilidades. O processo de negociação foi muito positivo.

3. O Banco Postal: Como adiante detalharei, decidimos lançar um Banco Postal orgânico para expandir o nosso negócio de Serviços Financeiros. Em novembro o Conselho de Administração aprovou um plano de negócios detalhado a que se seguiu a renovação pelo Banco de Portugal da nossa licença para início da atividade bancária. Lançámos também as necessárias iniciativas internas, com o envolvimento das pessoas e competências adequadas, para assegurar que o projeto é um sucesso e que atinge todos os seus objetivos em termos de calendário, investimento e retorno. Temos 8 frentes de trabalho com calendários detalhados e mais de 100 pessoas a tempo inteiro já dedicadas ao projeto.

4. Parcerias-chave para valorizar os nossos Ativos: Em junho assinámos um acordo de parceria com o BNP Paribas para a venda de produtos de crédito ao consumo. Além das vantagens comerciais, este acordo proporcionou um *front fee* de 3 M€. Nos meses recentes celebrámos também um acordo com o Governo português para o fornecimento de serviços de interesse económico geral e um memorando de entendimento (MoU) com a Altice para explorar as sinergias entre a PT Portugal e os CTT. Este MoU, bem como várias iniciativas individuais (a negociar num futuro acordo com a Altice) no sentido de incrementar o EBITDA, representa um impacto inicial de 30 M€ para os CTT, dos quais 15 M€ não dependem de qualquer acordo futuro.

5. Estado português aliena a restante participação de 31,5% nos CTT: Em setembro tornámo-nos uma empresa completamente privada (100% de *free float*) através de uma bem-sucedida venda direta institucional por *Accelerated Book Building* que constituiu mais uma operação emblemática em Portugal. Em 45 minutos o Estado assegurou um encaixe de 340 M€, fazendo apenas um desconto de 7% no preço da ação CTT.

Todas estas ações, sejam elas parcerias comerciais, iniciativas internas ou eventos do mercado de capitais, dão-nos confiança para enfrentar o futuro, com colabo-

radores motivados, projetos significativos, parceiros sólidos e acionistas exigentes.

Ponto de situação sobre os Pilares Estratégicos

Os CTT têm uma estratégia clara e bem definida que suscitou um forte interesse por parte dos investidores. A nossa visão é ser um operador postal multi-serviços, reconhecido como referência mundial em qualidade, eficiência e criação de valor. Continuamos totalmente focados e dedicados a apresentar resultados, mantendo claros os objetivos de crescimento sustentável e melhoria da rentabilidade de cada uma das nossas áreas de negócio.

Os CTT identificaram 4 pilares estratégicos a prosseguir.

1. Foco na preservação do valor do negócio de correio. O correio representou em 2014 mais de 70% dos nossos rendimentos operacionais reportados, o que mostra a importância do negócio. Apesar da dinâmica desafiante do setor, com a tendência decrescente do tráfego de correio, a empresa identificou várias iniciativas para preservar o valor e aumentar a rentabilidade do negócio de correio, as quais incluem, entre outras, i) gestão regulatória / atualização de preços, ii) esforço contínuo em programas de eficiência para ajustar a estrutura e sustentar uma operação de excelência, iii) desenvolvimento de segmentos especializados, como o *direct mail*, e iv) foco em soluções inovadoras de oferta de serviços de correio físico / digital.

2. Capturar a tendência de crescimento das Encomendas. Os CTT estão a explorar as importantes oportunidades de melhoria comercial e operacional neste negócio tanto em Portugal como em Espanha. Em Portugal, a prioridade é melhorar a oferta de produtos com uma proposta de valor mais atrativa para os nossos clientes e a prossecução da integração das redes de Expresso e Encomendas e de Correio por forma a reduzir custos unitários. Em Espanha, a empresa está determinada a prosseguir a implementação de iniciativas de reorganização focadas na otimização operacional, reforçando o esforço comercial e o preço. No entanto, é o desenvolvimento do *e-commerce* a nível global e mais especificamente na Ibéria que representa uma das maiores oportunidades para a empresa. Como tal, os CTT definiram-no como principal prioridade estratégica e estão a implementar várias iniciativas para captar todo o seu potencial – criação de uma área dedicada ao *e-commerce*, celebração de acordos de cooperação internacional, conceção de uma abordagem única ao mercado, etc..

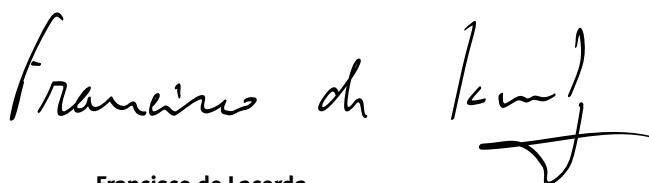
3. Lançamento do Banco Postal para expandir o negócio de Serviços Financeiros: Os Serviços Financeiros estão a tornar-se uma alavanca cada vez mais importante para o crescimento dos CTT (aumento de 21,4% nos rendimentos operacionais recorrentes em 2014). Esta área de negócio tem atualmente um peso de 10% nos rendimentos reportados mas já representa 28% do EBITDA recorrente do grupo. Os CTT estimam que ainda há margem para crescimento nesta área e estão determinados a alargar esta oferta através do lançamento de um Banco Postal que se espera esteja em pleno funcionamento no final de 2015. Os CTT identificaram uma clara oportunidade no mercado português, com base num conceito de oferta “no-frills”, que a empresa considera ser uma proposta com potencial vencedor. Os CTT vão lançar esta operação bancária com custos marginais limitados, alavancada no reconhecimento da sua marca, na capilaridade da sua Rede de Lojas, no historial da área de serviços financeiros e na capacidade disponível nas lojas.

4. Alavancar a escalabilidade dos nossos ativos: Os CTT possuem uma extensa rede física única em Portugal, com mais de 2.300 lojas próprias e em parceria, cerca de 3.870 agentes Payshop e quase 5.000 carteiros. Além disso, os CTT são uma das mais reconhecidas marcas portuguesas, dado o forte reconhecimento da qualidade dos nossos serviços pelos clientes. Em suma, os CTT apresentam-se como o parceiro ideal para parcerias nas áreas de serviços de retalho / distribuição (ex. Telecomunicações, Espaços Loja do Cidadão, etc.), o que permite diversificar a utilização da nossa rede e criar mais valor para os CTT.

Temos grande confiança no futuro dos CTT, pois o nosso posicionamento único no mercado dá-nos perspetivas de crescimento sustentável. A estratégia dos CTT tem sido concebida no sentido de nos adaptarmos aos recentes desafios que estão a moldar o setor e é alavancada nas nossas claras competências e vantagens concorrenciais.

Finalmente, gostaria de exprimir a minha profunda gratidão a todos os que trabalham nos CTT e nas suas subsidiárias, aos meus colegas dos órgãos sociais da empresa e ainda aos nossos acionistas, clientes e outros *stakeholders*, os quais contribuíram de forma notável para um extraordinário 2014. Estamos ansiosos para dar continuidade ao bom trabalho.

Estou certo que 2015 será ainda melhor.



Francisco de Lacerda
Presidente & CEO
Lisboa, 26 de março de 2015

Órgãos Sociais e Gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Júlio de Lemos de Castro Caldas

Vice-Presidente:

Francisco Maria de Moraes Sarmento Ramalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (CEO)

Vice-Presidentes:

António Sarmento Gomes Mota
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco

Vogais:

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (CFO)

Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro
de Macedo

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino

Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz ¹
(Vogal da Comissão de Auditoria)

Diogo José Paredes Leite de Campos
(Vogal da Comissão de Auditoria)

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa ²

José Manuel Baptista Fino ³

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente:

João Luís Ramalho de Carvalho Talone

Vogais:

José Gonçalo Ferreira Maury

Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (CEO)

Vogais:

Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (CFO)

Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro
de Macedo

COMISSÃO DE AUDITORIA

Presidente:

António Sarmento Gomes Mota

Vogais:

Diogo José Paredes Leite de Campos

Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz

REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITOR EXTERNO

ROC:

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada
por Maria Cristina Santos Ferreira

ROC Suplente:

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

¹ Cooptado por deliberação da Comissão de Auditoria de 19 de dezembro de 2014 em substituição da Parpública – Participações Públicas SGPS SA, que apresentou renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria a 12 de novembro de 2014.

² Cooptado por deliberação do Conselho de Administração de 29 de julho de 2014 em substituição de José Alfredo de Almeida Honório, que apresentou renúncia ao cargo de Administrador Não Executivo a 14 de julho de 2014.

³ Cooptado por deliberação do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2014 em substituição da Parpública – Participações Públicas SGPS SA, que apresentou renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria a 12 de novembro de 2014.

Comissão Executiva



Dionizia Ferreira

Manuel Castelo-Branco



Francisco de Lacerda
CEO

André Gorjão Costa
CFO

Ana Maria Jordão

Orgânica de Gestão

Francisco de Lacerda Presidente do Conselho de Administração & CEO					
	Manuel Castelo-Branco Membro Executivo e Vice Presidente do Conselho de Administração	Dionizia Ferreira Membro Executivo do Conselho de Administração	André Gorjão Costa Membro Executivo do Conselho de Administração e CFO	Ana Jordão Membro Executivo do Conselho de Administração	
Áreas de Negócio e Apoio ao Negócio		Correio ⁽²⁾	Serviços Financeiros e Banco Postal ⁽³⁾		
		<ul style="list-style-type: none"> • Clientes Empresariais • Marketing • Filatelia • Operações e Distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Financeiros • Projecto Banco Postal 		
		Expresso & Encomendas ⁽¹⁾			
		<ul style="list-style-type: none"> • Comercial Portugal • Marketing Portugal • Comercial e Marketing Espanha • Operações e Sistemas 			
	Grandes Clientes	Rede de lojas			
Corporativos e Serviços Partilhados	Secretário da Sociedade & Secretaria Geral	Tecnologias de Informação ⁽⁴⁾	Apoio a Clientes e Negócio	Relações com Investidores	Jurídicos Gerais
	Estratégia e Desenvolvimento			Regulação e Concorrência	Gestão de Recursos Humanos
	E-commerce			Finanças e Gestão de Risco	Jurídico- Laboral
	Recursos Humanos e Organização			Contabilidade e Tesouraria	Recursos Físicos e Segurança
	Marca e Comunicação			Planeamento e Controlo de Gestão	Compras e Logística
	Auditoria e Qualidade			Planeamento, Finanças e Apoio Expresso & Encomendas ⁽¹⁾	
	Internacional				

⁽¹⁾ Inclui CTT Expresso, Tourline Express e CORRE.

⁽²⁾ Inclui Mailtec Comunicação, Mailtec Processos, CTT Gest e PostContacto.

⁽³⁾ Inclui PayShop.

⁽⁴⁾ Inclui Mailtec Consultoria.

Principais indicadores

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS (DADOS CONSOLIDADOS EM IFRS)

MIL EUROS OU %, EXCETO INDICAÇÃO ADICIONAL	2014	2013 ⁽¹⁾	△ % 14/13
Rendimentos operacionais ⁽²⁾	717.774	704.847	1,8
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	582.674	581.919	0,1
EBITDA recorrente ⁽³⁾	135.100	122.928	9,9
EBIT recorrente ⁽³⁾	111.522	96.113	16,0
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	135.418	87.236	55,2
EBT	127.999	83.253	53,7
Resultado antes de interesses não controlados	76.844	61.105	25,8
Resultado líquido do período atribuível a detentores de capital dos CTT	77.171	61.016	26,5
Resultado líquido por ação (euro)	0,51	0,41	26,5
Margem EBITDA recorrente	18,8%	17,4%	1,4 p.p.
Margem EBIT recorrente	15,5%	13,6%	1,9 p.p.
Margem líquida	10,8%	8,7%	2,1 p.p.
Rentabilidade do capital próprio (ROE)	29,4%	22,2%	7,2 p.p.
Rentabilidade dos capitais investidos (ROIC)	26,2%	15,7%	10,5 p.p.
Rentabilidade dos capitais empregues (ROCE)	24,0%	14,3%	9,7 p.p.
Investimento	16.596	12.994	27,7
Cash flow operacional livre ⁽⁴⁾	106.434	51.507	106,6
Caixa e equivalentes de caixa	664.570	544.876	22,0
Disponibilidades líquidas	278.891	236.818	17,8
	31.12.2014	31.12.2013	△ % 14/13
Ativo	1.180.997	1.100.134	7,4
Passivo	931.787	824.200	13,1
Capital próprio	249.210	275.934	-9,7
Capital social	75.000	75.000	-
Número de ações	150.000.000	150.000.000	-
Liquidez geral	134,5%	144,7%	-10,2 p.p.
Solvabilidade	26,7%	33,5%	-6,8 p.p.
Solvabilidade ajustada ⁽⁵⁾	45,6%	53,5%	-7,9 p.p.
Dívida líquida ⁽⁶⁾	-74.876	-19.930	275,7
Dívida líquida/EBITDA ⁽⁷⁾	-0,6 x	-0,2 x	-0,4 x
Cobertura dos ativos fixos tangíveis	239,0%	247,1%	-8,1 p.p.

(1) Inclui a subsidiária EAD; a participação de 51% que os CTT detinham no seu capital foi alienada no 1º semestre de 2014.

(2) Rendimentos operacionais excluindo valores não recorrentes.

(3) Antes de rendimentos e gastos não recorrentes.

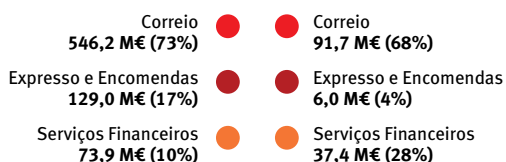
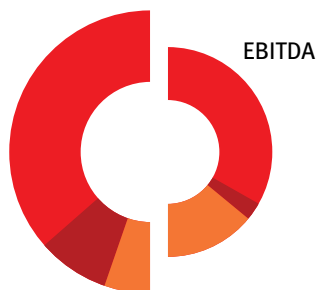
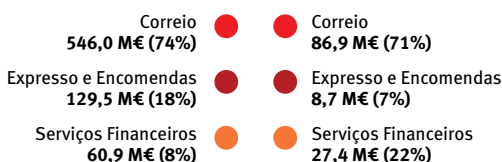
(4) Cash flow das atividades operacionais não incluindo a variação de credores de serviços financeiros.

(5) Capital próprio/(Passivo total - valores de terceiros incluídos na Caixa e Equivalentes de Caixa).

(6) Na Dívida líquida foram incluídas as responsabilidades com cuidados de saúde, em valor líquido.

(7) Se negativo significa posição de caixa positiva.

Rendimentos* e EBITDA recorrente por área de negócio

2014
Rendimentos operacionais*

2013
Rendimentos operacionais*


* Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação; não inclui os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -31,3 M€ em 2014 e -31,5 M€ em 2013.

INDICADORES OPERACIONAIS

	2014	2013	△ % 14/13
Correio			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	841,3	892,3	-5,7
Correio transaccional	718,0	756,5	-5,1
Correio editorial	47,6	49,3	-3,5
Correio publicitário	75,7	86,5	-12,5
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	507,7	528,7	-4,0
Expresso e Encomendas			
Portugal (milhões de objetos)	13,8	12,1	13,4
Espanha (milhões de objetos)	13,7	13,1	4,3
Serviços Financeiros			
Pagamentos (nº de transações; milhões)	67,0	71,5	-6,4
Poupança e seguros (valores movimentados; milhões de euros)	6.655,6	3.580,8	85,9
Pessoal			
Trabalhadores (ETI) ^(a)	12.523	12.900	-2,9
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Rede de lojas ^(b)	623	623	0,0
Postos de correio	1.694	1.820	-6,9
Agentes PayShop	3.876	3.886	-0,3
Centros de distribuição postal	262	285	-8,1
Giros de distribuição postal	4.659	4.713	-1,1
Frota (número de veículos) ^(c)	3.478	3.465	0,4

(a) ETI = Equivalente a Tempo Integral.

(b) Inclui lojas móveis (4 em 2014 e 5 em 2013), balcões exteriores de correio (12 em 2014 e 13 em 2013) e lojas de parceria (5 em 2014 e em 2013).

(c) Valores da frota em operação.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

	2014	2013	△ % 14/13
Clientes			
Satisfação dos clientes (%) ^(a)	84,8	68,5	16,3 p.p.
Nº total de unidades operacionais certificadas (referenciais ISO e certificação de Serviços de Atendimento e Distribuição)	1.159	1.179	-1,7
Certificação de Serviços de Atendimento e Distribuição (% de cobertura)	100	100	-
Indicador Global de Qualidade de Serviço (em pontos)	236,5	227,7	8,8
Trabalhadores			
Sinistralidade (nº ocorrências)	955	908	5,2
Volume de formação (horas)	263.828	224.411	17,6
Mulheres em cargos de chefia (1ª linha) (%)	41,7	45,5	-3,8 p.p.
Comunidade/Ambiente			
Cadeia de valor - contratos c/ critérios ambientais (%)	99,5	97,0	2,5 p.p.
Emissões CO2 totais, scopes 1 e 2 (kton.) ^(b)	20,5	20,3	1,0
Consumos energéticos (TJ) ^(b)	360,6	361,7	-0,3
Peso da gama Eco na linha <i>Direct Mail</i> (%) ^(c)	22,8	21,8	1,0 p.p.
Investimento na comunidade (mil euros)	1.039	814	27,6

(a) Alteração de série - nova metodologia; (b) Não inclui nem os dados da subsidiária Corre nem os relativos à frota da subsidiária Tourline Express; (c) Tráfego

Destaques do ano

JANEIRO

- **Atualização dos preços** especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal, aplicável a remetentes de envios em quantidade, na sequência de proposta comunicada ao ICP -ANACOM em 13 de dezembro de 2013.
- **Lançamento do Programa** de Identificação e Desenvolvimento de Potencial para jovens quadros dos CTT.

FEVEREIRO

- Assinatura de **Protocolo com a EDP** com vista à exploração conjunta de oportunidades de negócio, entre as quais a contratação dos serviços EDP Comercial nas lojas CTT e prestação de serviços financeiros pelos CTT enquanto entidade de pagamentos.

MARÇO

- **Assembleia Geral Extraordinária**, na qual foi aprovado o novo modelo de governação dos CTT e foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2014-2016.
- **Convenção CTT 2014** sob o tema “O Poder de Um”, reforçando a importância que cada trabalhador tem, podendo fazer a diferença.
- **Alienação da participação na EAD**, enquadrada na otimização do portefólio de negócios e permitindo aos CTT um encaixe de 2,75 M€.

ABRIL

- **Atualização de preços** do serviço postal universal das correspondências e das encomendas, na sequência de decisão do ICP-ANACOM de não oposição à proposta de tarifário no âmbito do serviço postal universal apresentada pelos CTT. Segunda fase da atualização dos preços especiais aplicável a remetentes de envios em quantidade, permitindo manter a diferenciação existente.

MAIO

- **Assembleia Geral Anual dos CTT** onde foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013, incluindo o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas, o relatório de governo societário, a aplicação de resultados do exercício incluindo o pagamento de um dividendo por ação de acordo com a proposta indicativa apresentada no prospeto da OPV e votos de louvor aos membros do Conselho de Administração e dos órgãos de fiscalização. A KPMG foi eleita para completar o mandato em curso 2012/2014.

- **Pagamento de um dividendo** bruto por ação de €0,40.

JUNHO

- **Atualização de preços** do serviço de **correio editorial/jornais, publicações periódicas e não periódicas e livros**, na sequência de decisão do ICP-ANACOM de não oposição à proposta de tarifário no âmbito do serviço postal universal apresentada pelos CTT.
- Assinatura de **protocolo com o Banco BNP Paribas Personal Finance**, com vista à comercialização de produtos de crédito pessoal e ao consumo desta instituição financeira na rede de lojas CTT.

JULHO

- **Adjudicação da contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações para 2015 e anos subsequentes**, respeitando a serviços de infraestrutura base, serviços de Linha de Apoio e *desktop management* e serviços de telecomunicações de voz e dados fixas. Estas adjudicações permitirão uma poupança anual futura de cerca de 14 milhões de euros.

AGOSTO

- **Denúncia do Acordo da Empresa 2013 e proposta de novo Acordo da Empresa**, visando a obtenção de um enquadramento convencional que permita uma gestão dos recursos humanos mais flexível e eficiente, adequada aos desafios futuros dos CTT.

SETEMBRO

- Realização da **2ª fase da Privatização** em que foi alienada a restante participação de 31,5% do Estado português no capital dos CTT através da venda direta institucional por *Accelerated Book Building*.
- Início do **processo negocial com as Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores** com vista à reformulação do Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

NOVEMBRO

- **Aprovação pelo Conselho de Administração da constituição do Banco Postal**, dando continuidade à estratégia de expansão da oferta de produtos financeiros. O Banco de Portugal autorizou a prorrogação por um período adicional de 12 meses da licença para o Banco Postal iniciar a sua atividade, encontrando-se assim válida até 27 de novembro de 2015.
- **Aprovação pelo ICP-ANACOM dos critérios de formação dos preços dos serviços postais que compõem o serviço universal**, os quais se destinam a revogar as regras de fixação de preços constantes do Convénio de Preços celebrado entre os CTT e o ICP- ANACOM em 10 de julho de 2008 (com as alterações que lhe foram introduzidas em 9 de julho de 2010).
- **Celebração de um Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, S.A.** (sociedade totalmente detida pela Altice, SA), na altura proponente à compra da PT Portugal, com vista à celebração de um Acordo Quadro que potencie as sinergias conjuntas entre os CTT e a PT Portugal.

DEZEMBRO

- Registo do projeto de **fusão por incorporação da Mailtec Holding, S.G.P.S. nos CTT – Correios de Portugal, S.A.**, mediante a transferência global do património da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. para os CTT – Correios de Portugal, S.A.. A fusão foi registada em 20 de janeiro de 2015.
- **Aprovação pelo ICP-ANACOM dos parâmetros de qualidade de serviço e dos objetivos de desempenho associados à prestação do serviço universal** para os próximos 3 anos.

Prêmios e reconhecimentos

No ano de 2014, os CTT obtiveram as seguintes distinções/reconhecimentos:

- Distinção dos CTT com o “Prémio Mercado de Capitais 2013” nos *Investor Relations & Governance Awards* (IRGA), patrocinada pela Deloitte e pelo Diário Económico, que destaca os melhores desempenhos empresariais no mercado de capitais nacional e as melhores práticas desenvolvidas no ano anterior.
- A Oferta Pública de Venda dos CTT foi distinguida pela prestigiada revista britânica “*The Banker*” como o “*European Equities Deal of the Year 2014*” (negócio do ano no mercado acionista europeu em 2014).
- A revista *Investor Relations Magazine*, através da sua base de investidores e analistas mundiais, nomeou os CTT para o prémio “*Best IR for an IPO*” que distingue a empresa com a melhor gestão de investidores durante uma Oferta Pública de Venda.
- CTT vencedores da 44.^a edição do *Premio Internazionale Asiago d’Arte Filatelica*, considerado o Óscar da filatelia, com o selo de €0,36 da série “Ano Internacional da Estatística 2013”.
- Marca de Confiança dos Portugueses, pela 12.^a vez, na sequência do estudo realizado pelas Seleções do *Reader’s Digest*, este ano na categoria de “Empresa de Serviço Público”. Pela primeira vez foram os CTT também distinguidos como Marca de Confiança Ambiente 2014.
- “Marca de Excelência 2014”, atribuída pela *Superbrands Portugal*.
- Medalhas de Prata e Bronze, respetivamente, para as Linhas CTT e CTT Expresso no APCC (Associação Portuguesa de *Contact Centers*) *Best Awards 2014*, na categoria Distribuição e Logística.
- Finalistas (TOP 3) da IV Edição dos Prémios OCI (Observatório de Comunicação Interna e Identidade Corporativa) 2013 - Excelência em Comunicação Interna, na categoria de Estratégia Integrada de Comunicação Interna, com o projeto “Portugal Connosco – Receitas ao Balcão”.
- Finalistas do “*Postal Technology International Awards 2014*”, na categoria “*Environmental Achievement of the Year*”, pela 4.^a vez nos últimos 5 anos.
- Prémio *Human Resources Portugal 2013* na categoria “Empresa que mais promove e defende a igualdade de género”. A revista *Human Resources Portugal* é uma publicação de referência nas áreas de recursos humanos, marketing e comunicação e distingue as melhores empresas em Portugal em “gestão de pessoas”.
- “*B Green Action Award*”, atribuído pelo *Greenfest 2014*, uma distinção que tem por objetivo fomentar o compromisso de sustentabilidade nas empresas.
- Prémio Prata, atribuído pela “COMUNICAÇÃO M&P” (Meios Publicidade) 2014, na categoria “Comunicação interna: Ação de Motivação” com o projeto “Portugal Connosco – Receitas ao Balcão”. Finalistas na categoria “TI, Media & Telecomunicações”, com as campanhas “CTT, Cada Vez Presentes” e “OPV”.
- Finalistas dos “Prémios à Eficácia da Comunicação”, uma iniciativa da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) e do Grupo Consultores, com as Campanhas Institucionais “Cada vez mais presentes” e “OPV”, na categoria “Restantes Serviços e Administração Pública”.
- “Melhor Fotografia” com a Revista *Aposta 119*, “Melhor Cartoon” com a Revista *Aposta 117*, *Diploma of Honour* para o Diretor de Comunicação Institucional dos CTT, atribuídos pela FEIEA - *Federation of European Business Communicators Associations*.
- Vencedores do “Grande Prémio APCE (Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa) 2014 – Excelência em Comunicação”, nas seguintes categorias: “Campanha de Comunicação Institucional”, com a campanha OPV; “Publicação Interna”, com a Revista *Aposta*; “Capa”, com a Revista *Aposta 113*; “Televisão Corporativa”, com a Via TV.
- Distinções de mérito do “Grande Prémio APCE 2014 – Excelência em Comunicação”, nas seguintes categorias: “Campanha de Comunicação Institucional” com a campanha CTT – Cada Vez Mais Presentes; “Evento Interno”, com a Convenção CTT 2013; “Relatório de Gestão”, com o Relatório e Contas 2013; “Imagem ou Ilustração”, com a Revista *Aposta 117*.



PARTE I

Relatório de Gestão



Destinos bem definidos. Percurso bem delineados.

Temos objetivos muito concretos e linhas estratégicas bem definidas: continuar a ser um operador postal de referência mundial, orientado para o crescimento sustentável, centrado nos ideais de excelência e de proximidade e focado na inovação. Hoje, amanhã e sempre.



ctt.correios

www.ctt.pt

1. Linhas Estratégicas

O ano de 2014 – primeiro ano fiscal completo como empresa cotada – foi particularmente relevante para os CTT no contexto da consolidação e afirmação das linhas estratégicas aprovadas e definidas em 2012 e 2013, assim como dos compromissos assumidos com o mercado e acionistas quando da Oferta Pública de Venda.

Com efeito, na preparação do processo de privatização foi revisitado e definido um plano estratégico, apoiado num abrangente plano de transformação, que permitiu aos investidores saber com clareza a estratégia e o caminho a seguir pelos CTT e, dessa forma e de acordo com as suas preferências, tomarem as suas decisões de investimento.

O sucesso da privatização e a evolução da ação em 2014 não só são a evidência de que o caminho escolhido e as linhas estratégicas identificadas são apropriadas como também que a sua execução e perspectivas futuras superam as expectativas existentes no momento da privatização. Os CTT conseguiram, pela primeira vez nos últimos 5 anos, um crescimento dos rendimentos, fator crucial para a sua evolução futura sustentada.

1.1. TENDÊNCIAS SECTORIAIS

Na definição das linhas estratégicas têm sempre que estar presentes as principais tendências que formam o contexto setorial e empresarial dos CTT. É construindo sobre estas que os CTT definem e revisitam as suas grandes linhas estratégicas:

1. Liberalização postal - no contexto da legislação de 2012 os CTT passaram a atuar em todos os seus segmentos em mercados concorrenciais, sendo hoje cada vez mais relevante a necessidade de otimização permanente nas várias dimensões de negócio.
2. Substituição tecnológica – mantém-se em mutação o negócio tradicional dos correios com a crescente digitalização a trazer novas formas de comunicação.
3. Comércio eletrónico – o rápido crescimento do comércio eletrónico a nível mundial abre um leque alargado de opções para os operadores postais e de encomendas, desde a logística ao serviço a clientes.
4. Contexto económico – Portugal e Espanha continuam a passar por exigentes contextos macroeconómicos impondo condições particularmente desafiantes aos vários negócios, sendo que o consumo interno deprimido impacta significativamente o tráfego postal.

5. Privatizações no setor – existe uma tendência de privatizações no sector postal, que acelera a necessidade de diferenciação entre operadores postais e uma clara separação das obrigações de serviço público universal e da detenção de capital, pugnando por um novo *governance* setorial.

1.2. LINHAS ESTRATÉGICAS

O plano estratégico dos CTT avança as suas vantagens competitivas e explora o potencial que a digitalização e as novas exigências dos consumidores mais sofisticados e exigentes trazem preservando sempre o valor inerente do negócio tradicional e as suas obrigações ao nível do serviço postal universal. Com efeito, a vantagem competitiva dos CTT está na capilaridade e excelência da rede de distribuição dos carteiros e da rede de lojas, conjugadas com eficiência em operações físicas, pelo que se procura nas grandes linhas estratégicas capturar os desafios do futuro oferecendo – seja na esfera digital ou de serviços financeiros – o que os CTT têm de distintivo: a proximidade.

Assim, em 2014 os CTT reafirmaram os seus 3 eixos estratégicos:

1. **Preservar o valor do negócio do correio:** consolidação de iniciativas permanentes de eficiência – por exemplo: definição e início de implementação do projeto de integração de Redes, adjudicação dos novos contratos de IT, etc. – de que já decorrem resultados significativos. Mantém-se como preocupação a pro-atividade na promoção de um enquadramento regulatório justo, concretamente no que toca à concorrência de outras formas de comunicação e de logística e à evolução de preços por forma a mitigar os efeitos adversos da queda de tráfego. Foi ainda promovida uma agenda de inovação que pretende explorar novas ofertas que conjuguem o digital com o correio físico, para os segmentos empresarial e particulares.
2. **Potenciar o crescimento do negócio de Expresso e Encomendas, aproveitando o potencial do comércio eletrónico:** os CTT pretendem explorar as oportunidades de melhoria significativa neste negócio em Portugal e em Espanha (através de otimização operacional, melhoria da oferta, reforço das capacidades e orientação comercial, etc.) mas é no crescimento do comércio eletrónico que deverá estar o foco devido à posição ímpar que os CTT podem desempenhar neste mercado. Foram feitas alterações funcionais (criação da direção de *E-Commerce*) e operacionais (integração das redes em Portugal) que acelerarão a curto prazo ofertas dedicadas que aproveitem todo o potencial dos CTT.

3. Expandir o negócio de serviços financeiros: A aprovação da decisão de avançar com o projeto do Banco Postal em novembro solidifica a forte aposta dos CTT nesta área. A intenção de alargar a oferta financeira, agora consubstanciada em entidade bancária com uma oferta própria simples, será um desafio relevante e transformacional para os CTT. A celebração de uma parceria com o BNP Paribas para venda de crédito ao consumo pessoal nas lojas e site dos CTT enquadra-se também neste eixo, migrando mais tarde para o futuro banco. O ano de 2014 permitiu consolidar a posição de mercado como *player* financeiro relevante com a captação significativa de novos clientes para produtos de poupança e com a automatização e simplificação de processos de venda/contratação.



Os novos caminhos abrem novas possibilidades.

Procuramos encontrar novos caminhos que respondam às necessidades e exigências dos nossos clientes. Caminhos que passam pelo desenvolvimento do negócio expresso e encomendas, mas também pelo alargamento a novas áreas de atividade, nomeadamente produtos e serviços financeiros. A privatização abriu novas e fascinantes possibilidades. Agora é o momento de seguir em frente.



22

23

24

2

ctt expresso

CITROËN

www.cttexpresso.pt



2. Negócios

2.1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E REGULAMENTAR

2.1.1. Enquadramento económico

Internacional

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) a economia mundial terá crescido 3,3% em 2014, crescimento igual ao registado em 2013. O comércio mundial de bens e serviços registou um crescimento anual de 3,1%, em volume, um valor inferior ao crescimento de 3,4% registado em 2013 e ao valor médio registado na década de 2000 (5%). A atividade na zona euro revelou-se mais fraca do que o esperado no início do ano, devido sobretudo a um crescimento inesperadamente reduzido do investimento e das exportações, tendo no total do ano o PIB real aumentado 0,8% (-0,5% em 2013). Em contraste, o dinamismo de crescimento em algumas economias avançadas não pertencentes à área do euro tem vindo, em geral, a ganhar firmeza.

Por outro lado, observou-se um crescimento menos forte das economias emergentes, com particular destaque para o Brasil (0,1%), refletindo os efeitos de uma política monetária restritiva na procura global com consequências para a estabilidade política e social do país, e para a deterioração significativa da economia da Rússia (0,6%), na sequência do agravamento das tensões geopolíticas em torno da Ucrânia.

A inflação na área do euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), permaneceu baixa, situando-se em média em 0,5% em 2014. A recente queda dos preços do petróleo atenuou significativamente as perspetivas para a inflação no curto prazo.

Em 2014 as taxas Euribor mantiveram-se em valores historicamente baixos. A partir do segundo semestre de 2014, as taxas decresceram, fixando-se em dezembro em valores cerca de 20 p.b. abaixo dos registados no período homólogo. A taxa de referência do BCE diminuiu 10 p.b., tanto em junho como em setembro, passando de 0,25 por cento, no início do ano, para 0,05 por cento, em dezembro.

O euro fechou o ano de 2014 a desvalorizar-se face às principais divisas mundiais, destacando-se a queda mais acentuada de cerca de 12% face ao dólar.

Nacional

Registou-se uma clara inversão da tendência de quebra no produto interno bruto (PIB): de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo Instituto

Nacional de Estatística (INE), aumentou 0,9% em volume no conjunto do ano de 2014 após ter diminuído 1,4% no ano anterior. Este comportamento foi determinado pela procura interna, cujo contributo para a variação anual do PIB em 2014 foi positivo (2,0 p.p.) ao contrário do sucedido em 2013 (-2,4 p.p.), refletindo uma recuperação do consumo privado e, em menor grau, do investimento. O contributo da procura externa líquida, pelo contrário, foi negativo em 2014 (-1,1 p.p.), após o contributo positivo registado no ano anterior (1,0 p.p.), refletindo o crescimento mais intenso em volume das importações de bens e serviços que o das exportações de bens e serviços (6,2% e 3,4%, respetivamente). O consumo privado passou de uma redução de 1,4% em 2013 para um crescimento de 2,1% em 2014, destacando-se a aquisição de bens duradouros que acelerou de forma pronunciada, para uma variação de 14,8% (2% em 2013), refletindo principalmente a evolução da componente automóvel. O investimento registou um crescimento de 5,2% em volume, após a diminuição de 6,5% no ano anterior.

Em 2014, a taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português diminuiu para -0,2% (0,4% em 2013). No mesmo período, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação média anual de -0,3% (0,3% em 2013). A redução da inflação entre 2013 e 2014 foi sobretudo determinada pela evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados, que passou de 2,6% em 2013 para -2,1% em 2014. Os produtos energéticos contribuíram também para a redução da inflação em 2014, registando uma taxa de variação de -1,4% em 2014 (-0,7% em 2013), sobretudo devido à diminuição dos preços dos combustíveis.

A taxa de desemprego fixou-se em 13,9% em 2014, o que representa uma diminuição de 2,3 p.p. em relação a 2013.

Em maio de 2014 Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro acordado em 2011 com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI. O fecho do Programa ocorreu num clima económico marcado pela recuperação gradual da atividade, a par da melhoria das condições do mercado de trabalho e do ajustamento das contas externas. As medidas de austeridade implementadas de acordo com as restrições constitucionais vigentes permitiram, ainda que parcialmente, reduzir a despesa pública e equilibrar a segurança social e o sistema de saúde público (ADSE e SNS), fundamentalmente com base no aumento da receita por via de um forte crescimento dos impostos.

2.1.2. Enquadramento regulatório

A nível da União Europeia

Com a aprovação da terceira Diretiva Postal (Diretiva 2008/6/CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, em 20 de fevereiro de 2008, foi estabelecido o calendário final para a liberalização total do mercado postal (até 31 de dezembro de 2010), salvaguardando um nível comum de obrigações de serviço universal para todos os utilizadores dos Estados-Membros da União Europeia (UE) e a definição de princípios harmonizados para a regulação dos serviços postais num enquadramento de mercado livre.

A nível do financiamento do serviço universal, e atendendo a que a prestação de serviços postais reservados como meio de financiamento foi abolida, o novo quadro legal prevê um conjunto de mecanismos que os Estados-Membros podem adotar para salvaguardarem e financiarem o serviço universal, contendo ainda a nova Diretiva orientações sobre o cálculo do custo líquido do serviço universal. A prestação do serviço universal é tendencialmente deficitária na UE, tendo vários países implementado medidas para minorar este custo sem necessidade de compensação direta. Entre elas, os reguladores, conscientes dos desafios que o setor postal e principalmente o prestador do serviço universal enfrentam, têm permitido a diversificação das atividades e uma alocação e utilização mais eficiente dos recursos, salvaguardando sempre as obrigações constantes na diretiva europeia. Numa conjuntura de queda do tráfego de correio, e dadas as condições de prestação fixadas para o serviço universal, somente uma utilização mais abrangente dos recursos permite manter um nível de eficiência elevado.

A concorrência no setor postal surge cada vez mais das novas formas de comunicação, principalmente a digital, como o e-mail e a fatura eletrónica, a par das telecomunicações e dos media. Um desafio que a UE enfrenta é a gestão da convivência de um setor muito regulado (serviços postais) em concorrência com outros quase sem regulação (correio eletrónico e serviços de expresso e encomendas).

A nível nacional

Foi aprovada em 2012 a Lei Postal (Lei nº 17/2012, de 26 de abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro), transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/6/CE. O mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando-se as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas aos CTT. No entanto, por ra-

zões de ordem e segurança pública e de interesse geral, algumas atividades e serviços ficaram reservados até 2020: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, a emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

Integram-se no âmbito do serviço universal as seguintes prestações, no âmbito nacional e internacional:

- um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Em termos de financiamento das obrigações de serviço universal (SU), os prestadores de serviço universal têm direito à compensação do custo líquido de SU quando este constitua um encargo financeiro não razoável para os mesmos. Esta compensação é efetuada através de um fundo de compensação suportado pelos prestadores dos serviços postais, cujo funcionamento ainda será definido. Em 18 de fevereiro de 2014, a entidade reguladora (ICP-ANACOM) proferiu a decisão final sobre a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, bem como sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais e os termos subjacentes à sua determinação.

No que respeita ao regime de comparticipação para o fundo de compensação destinado ao financiamento do SU foi publicada a Lei nº 16/2014, de 4 de abril (que altera a Lei Postal 17/2012, de 26 de abril), a qual especifica que as contribuições para o referido fundo são provenientes dos prestadores de serviços postais que ofereçam serviços que, do ponto de vista do utilizador, sejam considerados serviços permutáveis com os abrangidos pelo serviço universal.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço universal até 2020, tendo o Governo procedido à revisão das bases da concessão de acordo com o regime constante na Lei Postal, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, tendo sido

celebrada, ao seu abrigo e para refletir esta modificação legislativa, a alteração ao contrato de concessão em 31 de dezembro de 2013.

De acordo com o disposto nas Bases da Concessão do Serviço Postal Universal e respetivo Contrato de Concessão, em 28 de agosto de 2014, na sequência de proposta apresentada pelos CTT e de consulta pública, o ICP-ANACOM aprovou a decisão final sobre os objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços que os CTT deverão cumprir nos próximos três anos. Os objetivos definidos em termos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços, que não alteram significativamente a atual rede postal, reforçam as garantias de existência de disponibilidade e acessibilidade da prestação do serviço universal cometida aos CTT.

De acordo com o novo enquadramento legal, os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho associados à prestação do serviço universal, bem como os critérios a que deve obedecer a formação dos preços, passam a ser fixados pela entidade reguladora.

Em 21 de novembro de 2014 o ICP-ANACOM aprovou os critérios de formação dos preços dos serviços postais que compõem o serviço universal, os quais revogam as regras de fixação de preços constantes do Convénio de Preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM em 10 de julho de 2008 (com as alterações que lhe foram introduzidas em 9 de julho de 2010). Esta decisão do ICP-ANACOM, conforme disposto na Lei Postal, define os critérios de fixação dos preços do serviço universal para um período de 3 anos, aplicável ao triénio 2015-2017.

Estes critérios estabelecem uma variação anual máxima do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas (serviços não reservados), indexada à taxa de inflação (IPC) e à evolução do tráfego, incluindo em 2016 e 2017 fatores de correção para a inflação (FCIPC) e para a evolução do tráfego (FCQ), os quais devem ter em consideração os desvios que se venham a verificar entre os valores reais e os valores previstos para estas variáveis. No que respeita aos serviços de citações e notificações postais (serviços reservados aos CTT), é também estabelecida uma variação anual máxima dos seus preços, indexada aos mesmos fatores considerados no cabaz dos serviços não reservados.

Em 30 de dezembro de 2014 o ICP-ANACOM aprovou os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho associados à prestação do serviço universal para os próximos 3 anos, os quais revogam as regras constantes do Convénio de Qualidade de

Serviço celebrado entre os CTT e a ANACOM em 10 de julho de 2008 (com as alterações que lhe foram introduzidas em 10 de setembro de 2010). Em termos de indicadores de qualidade e respetivos objetivos de desempenho a aplicar no triénio 2015-2017, mantêm-se os indicadores e os valores objetivo e mínimo atualmente definidos no Convénio de Qualidade, com a introdução de um novo indicador de qualidade de serviço da demora de encaminhamento no correio registado. A adaptação à nova metodologia de cálculo deverá ser gradual por obrigar a alterações nos métodos de medição dos indicadores.

Em 2014 mantiveram-se, transitoriamente, em vigor no que se refere ao regime do serviço universal, as regras do Convénio de Qualidade e do Convénio de Preços estabelecidas entre os CTT e a entidade reguladora (ICP-ANACOM) para o triénio 2008-2010, renovadas anualmente.

No que se refere ao regime de preços especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal, aplicável a remetentes de envios em quantidade (redação introduzida pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro), estes foram atualizados em 1 de janeiro na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 13 de dezembro de 2013, tendo-se concretizado a segunda fase da atualização deste precário em 7 de abril, em consonância com a atualização dos restantes preços do serviço postal universal. Nesta data, foram atualizados os restantes preços das correspondências e das encomendas que compõem o serviço universal, e em 1 de junho os preços do serviço de correio editorial / jornais, publicações periódicas e não periódicas e livros, na sequência de decisões do ICP-ANACOM de não oposição às propostas de precário no âmbito do serviço postal universal, apresentada pelos CTT em 17 de fevereiro e em 15 de abril, respetivamente.

Em termos de qualidade do serviço postal universal, cuja quantificação de objetivos e de níveis mínimos de qualidade de serviço se encontra no capítulo sobre qualidade de serviço, com o convénio em vigor para 2014 mantiveram-se os elevados padrões de qualidade exigidos para os serviços postais em Portugal, e que os CTT têm vindo a superar.

2.2. CORREIO

2.2.1. Atividade

Os rendimentos operacionais¹ da área de negócio de Correio atingiram 546,2 M€ (73% do total consolidado²) em 2014, a que corresponde um crescimento de 0,8% face a 2013, após correção para efeitos de comparação de 4,2 M€ obtidos em 2013 relativos aos rendimentos da empresa EAD, que já não estão a ser consolidados em consequência da venda em 2014 da participação dos CTT no seu capital.

Esta área de negócio inclui o negócio dos serviços postais e as soluções empresariais prestados pelos CTT, S.A. (empresa-mãe), PostContacto, CTT Gest e Mailtec a montante e a jusante do correio. No primeiro semestre de 2014 os CTT chegaram a acordo para a venda da EAD, que integrava esta área de negócio, especializada em soluções de arquivo e de *mailmanager*. Não sendo uma atividade *core* para o desenvolvimento do negócio de correio, havendo uma oferta de mercado muito abrangente e existindo algumas competências nesta matéria noutras unidades do grupo, a venda potenciou uma melhor afetação dos recursos às atividades criadoras de valor.

Ao longo de 2014, e embora ainda dentro de um contexto de alguma pressão do ponto de vista de controlo de custos e de otimização de processos de negócio por parte dos maiores clientes dos CTT, assistiu-se, de forma particular no segundo semestre, a uma melhoria ao nível da atividade do correio. O segundo semestre trouxe uma evolução mais favorável para o correio publicitário e para o correio transacional em termos de volumes, que decresceram relativamente ao ano anterior mas menos que no primeiro semestre, em resultado da recuperação verificada no consumo interno e consequentemente da atividade doméstica. Os aumentos de preços atrás referidos, a par de uma gestão mais criteriosa do cumprimento das regras para acesso a alguns descontos, relativos a correio em quantidade, compensaram o decréscimo do tráfego do ano e estiveram na origem do crescimento dos rendimentos desta área.

Correio

A redução do tráfego de correio endereçado (inclui correspondências e *direct mail*) no segundo semestre de 2014 relativamente a igual período do ano anterior (-4,3%) foi significativamente menos acentuada do

que a ocorrida no primeiro semestre do ano (-7,0%), permitindo alcançar uma variação de -5,7% no total do ano.

A variação do tráfego de correio transacional passou de -5,7% no final do primeiro semestre para -5,1% no final de 2014, confirmando assim a melhoria ocorrida no segundo semestre do ano (-4,4%). Fatores como o comportamento do setor empresarial face aos aumentos de preços (antecipações de envios de correio, campanhas ou ações de comunicação) e os sinais mais visíveis da recuperação económica do país nomeadamente no crescimento do consumo interno (correio transacional e publicitário) contribuíram para a performance do ano. Ainda com uma contribuição positiva no ano estiveram os serviços postais de valor acrescentado, como o correio prioritário e registado. Para este conjunto contribuíram as variações de volume do correio normal (-5,8% no ano; -5,9% no 2º semestre), correio prioritário (-1,7%;+7,1%), correio registado (-1,7%; +3,7%), correio verde (-3,9%; +2,5%), correio internacional (-2,8%; -3,8%), de saída (-7,8%;-7,3%) e de entrada (+2,8%;+0,3%).

O tráfego de correio editorial apresentou um decréscimo face ao ano anterior idêntico em ambos os semestres de 2014, finalizando o ano com uma variação de -3,5%.

Na evolução do tráfego do correio publicitário endereçado (-12,6%; -4,2%), o decréscimo no 2º semestre significativamente inferior ao do 1º semestre, refletiu os sinais de recuperação que o mercado publicitário revela e um esforço comercial focado e acrescido. Neste âmbito foram desenvolvidas ações comerciais de valorização deste meio publicitário face à restante oferta de mercado, com soluções que juntam o mundo físico ao digital. O tráfego de publicidade não endereçada (-4,0%; -10,8%) foi no 2º semestre prejudicado pela comparação com o 2º semestre de 2013 em que ocorreram as eleições autárquicas que sempre influenciam substancial e positivamente este tipo de tráfego.

Em 7 de abril foram atualizados os preços do serviço universal e da generalidade dos restantes serviços postais, e foi efetuada uma revisão profunda na metodologia de aplicação de descontos adequada aos critérios de eficiência a que estão indexados. Face ao tarifário anterior, esta atualização traduziu-se numa variação global média de preços do serviço universal de 2,6%. Enquadrada na política tarifária da empresa para o ano de 2014, a referida atualização corresponde a uma variação média anual dos preços de 4,1%,

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -31,3M€ em 2014.

refletindo também o efeito do aumento de preços realizado em 1 de janeiro para o correio em quantidade, no serviço nacional e internacional, bem como a revisão de preços efetuada em 1 de junho para o correio editorial.

Soluções Empresariais

Os CTT continuaram a sua aposta nas soluções de comunicação híbrida, desenvolvendo ofertas que unem a comunicação física à digital, tais como: produção documental (através da Mailtec Comunicação, líder no mercado), digitalização e tecnologias de informação para o setor postal (através da Mailtec Consultoria), soluções geográficas e de georreferenciação, assim como a ViaCTT, solução de e-mail segura e com acesso controlado.

Os CTT padronizaram soluções de valor acrescentado que respondem a necessidades de mercado no âmbito dos processos de tratamento de correio devolvido, de tratamento de correio registado e do tratamento de documentos contabilísticos. Neste âmbito são de destacar em 2014 as soluções fornecidas ao setor autárquico (desmaterialização do processo de faturas de fornecedores), a uma empresa do setor das águas (solução integrada que inclui produção documental, canais de pagamento, tratamento de devoluções e leitura dos contadores) e a um cliente multinacional do setor de seguros (gestão documental de mais de 2 milhões de documentos incluindo arquivo eletrónico em modelo cloud).

Em 2014 reformulou-se a oferta das soluções geográficas e de georeferenciação, standardizando-se o portefólio do Geindex - Geomarketing, Georouting e Geoaddress. Foram também concretizadas um conjunto de novas capacidades na caixa postal eletrónica (ViaCTT), visando melhorar a utilização do serviço, como seja o uso do cartão do cidadão para acesso à caixa postal eletrónica e mecanismos de automatização de obtenção dos documentos da caixa postal, permitindo a integração direta desta com os sistemas de gestão documental e negócio e reduzir os custos na operação do serviço.

No que se refere à oferta de soluções para clientes empresariais no mercado internacional, foi consolidado em 2014 o projeto dos Correios da Polónia com a execução do contrato de manutenção e a adjudicação de um volume significativo de novos serviços de desenvolvimento da plataforma de serviços postais eletrónicos, lançada no final de 2013. Foram ainda efetuadas diligências na identificação e concretização de oportunidades de negócio noutras geografias, nomeadamente em Angola, México, Marrocos, Bulgária, Chile,

Chipre, Cabo Verde, Guatemala, Lituânia, Uruguai e Equador.

Filatelia

O negócio da Filatelia atingiu 7,3 M€ de receita em 2014, que se traduziu num acréscimo de 6,7% face ao ano anterior.

Para esta variação positiva contribuíram os seguintes fatores: (i) um valor facial acumulado de emissões de selos superior em 7,2% ao valor homólogo no ano transato; (ii) o lançamento de 24 emissões de selos comemorativos, a emissão base, as carteiras (*booklets*) de selos autoadesivos da Madeira, do Algarve/Alentejo e da emissão base dos desportos radicais, 20 postais inteiros, 6 livros temáticos de prestígio e 2 livros anuais. A oferta alargada e adaptada à procura permitiu inverter a queda que se verificava neste negócio nos últimos anos.

No âmbito do plano de ações desenvolvido durante o ano de 2014 sublinha-se a parceria com o Sport Lisboa e Benfica para produzir um livro filatélico e uma carteira de selos personalizados baseados na equipa que foi campeã nacional no ano transato. É intenção dos CTT continuar no futuro esta tendência de aproximação das peças filatélicas ao desporto através de parcerias com outros grandes clubes nacionais.

Ainda em 2014 os CTT celebraram filatelicamente a Manufatura das Tapeçarias de Portalegre com uma emissão de selos e uma exposição de Tapeçarias (muitas das quais propriedade dos CTT) de importantes artistas plásticos portugueses, inaugurada no Dia Mundial dos Correios. Para assinalar o evento foi editado um catálogo exclusivo daquela exposição, que inclui os selos da emissão em causa.

Os temas glosados pelas séries comemorativas abrangeram várias áreas do conhecimento humano, conforme se pode observar pela lista elencada no quadro seguinte:

Emissões comemorativas	
<ul style="list-style-type: none"> • 40 Anos do 25 de Abril • 400 Anos da 1ª Edição da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto • 500 Anos da Diocese do Funchal • 500 Anos de Frei Bartolomeu dos Mártires • 800 Anos do Notariado em Portugal • 500 Anos da Embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X • Os Aviões que os Açores Conhecem 	História
<ul style="list-style-type: none"> • Vultos da História e da Cultura • Património da Unesco – Cidade Quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações • Grandes Prémios da Arquitetura Portuguesa • 8 Séculos da Língua Portuguesa • A Rota das Catedrais • Património da Unesco – Universidade de Coimbra, Alta e Sofia • O Café • Tapeçarias de Portalegre (1ª série) • EUROPA – Instrumentos Musicais Nacionais 	Música, arte e cultura
<ul style="list-style-type: none"> • Ano Internacional da Cristalografia • 150 Anos do Instituto Geofísico de Coimbra 	Ciência
<ul style="list-style-type: none"> • Eusébio Sempre • Campeonato do Mundo de Futebol – Brasil 2014 • Jardins de Portugal • Desportos Radicais – Emissão Base 	Desporto e ambiente
<ul style="list-style-type: none"> • 500 Anos de Andreas Vesalius (emissão conjunta Portugal – Bélgica) • 150 Anos Relações Diplomáticas entre Portugal e o México (emissão conjunta Portugal – México) 	Conjuntas com outros países
<ul style="list-style-type: none"> • CTT Sociedade Aberta 	Privatização
<ul style="list-style-type: none"> • Desportos Radicais • Madeira • Algarve e Alentejo 	Autoadesivos

Como já referido foram lançados, com o elevado sucesso já habitual, os seguintes livros temáticos e anuais:

Livros temáticos

- Sagres – Símbolo de Portugal
- Creoula – Tradição e Juventude
- 40 Anos do 25 de Abril
- Jardins de Portugal
- Santos e Beatos de Portugal
- O Meu Benfica

Livros anuais

- O Meu Álbum de Selos 2014
- Portugal em Selos 2014

2.2.2. Rede de lojas

A Rede de lojas gere os processos de atendimento e de venda direta a clientes finais (particulares e pequenas empresas) e constitui a maior rede comercial com oferta diversificada e de proximidade a nível nacional. A empresa tem valorizado este importante ativo, vocacionando-o para uma plataforma de conveniência e multisserviços, com especial enfoque nos serviços financeiros, potenciando o seu volume de vendas com cumprimento integral das obrigações de serviço universal postal.

A estratégia de negócio da Rede de Lojas assenta em três vetores fundamentais:

- Desenvolvimento do negócio de correio, promovendo a excelência da operação e melhor qualidade de serviço resultantes da maior proximidade e conhecimento dos clientes, garantindo níveis acrescidos de produtividade;
- Canal de proximidade para comercialização de produtos e serviços financeiros (soluções de poupança e investimento, soluções de pagamento, soluções de crédito pessoal e outros), afirmando-se como uma alternativa na oferta de produtos financeiros competitivos e inovadores para a população. A parceria com a *Western Union* permite ainda um canal único de proximidade e capilar para transferências urgentes para qualquer parte do mundo;
- Criação e desenvolvimento de negócios e serviços de conveniência às populações, assumindo a vocação do atendimento local multisserviços para além do serviço postal, atuando como um local privilegiado para serviços ao cidadão como a parceria realizada com a EDP e o projeto Espaços do Cidadão.

No final de 2014 a rede de lojas tinha 5 081 pontos de contacto com os clientes e população, sendo constituída por 623 lojas (602 lojas próprias, 5 lojas de parceria, 12 balcões exteriores de correio e 4 lojas móveis), 1 694 postos de correio e 2 764 pontos de venda de selos. A oferta, em regime de livre serviço e acessível em alguns casos 24 horas por dia, é completada com 224 máquinas automáticas de venda de selos e 18 máquinas automáticas de venda de produtos postais.

Em 2014 foi promovido, no âmbito do Programa de Transformação em curso, o desenvolvimento de ações de otimização, centradas nos seguintes aspetos:

- Otimização de rotas – análise e desenvolvimento dos melhores percursos a efetuar pelos comerciais no âmbito da sua atividade de supervisão das lojas, por forma a melhorar a eficiência operacional com redução de consumos de combustível;

- Lojas nucleares/satélites – estabelecimento de novo modelo de funcionamento de loja que visa a otimização de recursos, garantindo a qualidade de serviço e a proximidade junto dos clientes a implementar em 2015;

- Alteração/redução horários – análise da adequação dos horários de abertura de lojas com tráfego reduzido e situadas em centros comerciais, que passaram a abrir ao fim de semana, que permitirá em 2015 o ajuste da oferta à procura.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, definiram-se em 2014 objetivos de cobertura da rede que consideram fatores como a distância a percorrer pelos clientes para acederem ao Ponto CTT mais próximo, ponderando a natureza urbana ou rural das áreas geográficas, bem como a acessibilidade dos cidadãos aos vários serviços de correio e aos horários em que o podem fazer. O integral cumprimento dos objetivos definidos reforça a intenção da empresa em manter uma rede de proximidade e de conveniência junto dos clientes e da população em geral.

Dando continuidade ao processo de certificação de serviços do atendimento, realizaram-se, em 2014, dois estudos “Cliente Mistério” e uma auditoria externa, que têm como principal objetivo medir a qualidade de serviço percebida pelo cliente. Foram avaliadas diversas variáveis, nomeadamente a forma como o cliente é atendido, a apresentação dos atendedores, o conhecimento dos produtos, a informação disponível e a apresentação do espaço. No primeiro estudo, realizado entre abril e maio, foram avaliadas 601 lojas com um resultado global de 99,6% de opiniões favoráveis. O segundo estudo, desenvolvido entre agosto e setembro, abrangeu 624 lojas, com a inclusão pela primeira vez, dos balcões exteriores de correio e das lojas móveis. O resultado obtido evidenciou uma percentagem de 99,7% de opiniões favoráveis.

Em outubro foi realizada a auditoria externa de 25 lojas e 5 postos de correio, com uma apreciação final positiva, tendo-se assim atingido 100% de lojas certificadas e a certificação de 25 postos de correio.

Para além de se constituir como um importante canal de venda dos produtos e serviços de todas as áreas de negócio dos CTT, principalmente correio e serviços financeiros, a rede de lojas promoveu iniciativas para dinamização de outros negócios de retalho, das quais se destacam:

- Parceria com a EDP Comercial, a partir de março, para angariação de contratos;
- Parceria com a Coca-Cola, dando seguimento à iniciada em 2012 no âmbito do Campeonato Europeu de

Futebol. O ano de 2014 ficou marcado pela ação relativa ao Campeonato Mundial de Futebol Brasil 2014 (patrocinador oficial) e à campanha de Natal. Estas ações, suportadas nos produtos meuselo e meuposal, reforçaram o papel ativo dos CTT na vida atual e no quotidiano, com capacidade para se associar a grandes projetos e marcas globais;

- Parceria com a *Toys R Us* com vista à comercialização de jogos e brinquedos nas lojas CTT. Esta parceria fortaleceu e diversificou a oferta dos CTT neste segmento de mercado, tendo sido realizado no último trimestre de 2014 um piloto em 52 lojas espalhadas pelo Continente, Madeira e Açores, com possibilidade de alargamento a mais lojas em 2015;
- Reforço da parceria com a SONAE, através do alargamento da venda de produtos de papelaria Note.it a mais 96 lojas, perfazendo um total de 127 lojas;
- Comercialização de crédito pessoal nas lojas CTT a partir de 24 de junho, na sequência da parceria com o *BNP Paribas Personal Finance*, líder europeu no crédito ao consumo;
- Reforço do posicionamento dos CTT enquanto entidade única para a prestação de serviços de proximidade, tais como o serviço de validação de documentos, com a adesão de novos clientes;
- Cedência de Espaço – foi realizado um conjunto de ações de cedência de espaço a terceiros, como forma de dinamização e rentabilização do espaço das Lojas CTT, através do modelo de negócio de aluguer de espaço.

Procedeu-se ainda ao alargamento dos serviços de EMS e de venda de bilhetes para espetáculos aos postos de correio.

A rede de lojas será também uma alavanca muito importante no desenvolvimento da oferta de soluções para o comércio eletrónico na área de expresso e encomendas, sendo uma potente rede de entrega e recolha de encomendas – PUDO (*pick-up/drop-off*).

De referir que no Dia Mundial dos Correios - 9 de outubro - foi lançada uma nova versão da App CTT que disponibiliza mais funcionalidades aos seus utilizadores: pedido de dívidas e de referências Multibanco para pagamento de portagens, pedido SIGA de uma entrega e possibilidade de pesquisa georreferenciada dos serviços existentes nos Pontos de acesso CTT. Com quase 120 mil *downloads* e mais de 11 milhões de acessos, a App CTT é já um sucesso e promete lançar novas funcionalidades de grande utilidade em 2015.

Espaços do Cidadão

As soluções de proximidade para a administração pública poderão desempenhar um papel muito relevante no desenvolvimento dos serviços económicos de interesse geral na rede de lojas CTT.

Neste âmbito, é de destacar o projeto-piloto que já funciona em 24 lojas e que se alargará progressivamente a todas as lojas CTT na sequência do protocolo assinado com o Governo para a instalação de Espaços do Cidadão, estruturas de prestação de serviços de atendimento digital assistido aos cidadãos, na rede de lojas.

O Estado pretende instalar cerca de 1 000 Espaços do Cidadão em todo o país, sendo os CTT o principal parceiro com a sua rede de lojas. Renovar a carta de condução, pedir declarações da Segurança Social, certidões do registo predial ou a isenção do IMI, entregar declarações do IRS ou inscrever alunos nas escolas, são algumas das tarefas que poderão ser feitas nestes espaços a que já aderiram 11 entidades oficiais.

No último trimestre de 2014 foi negociado com o Governo o modelo de expansão e o modelo de negócio.

Em 20 de janeiro de 2015 foi assinado um protocolo entre os CTT e o Governo, que tem por objeto a instalação na rede de lojas CTT de Espaços do Cidadão, de acordo com a seguinte calendarização:

- Fase I, até 31 de dezembro de 2015, a instalação de 200 Espaços do Cidadão (24 lojas piloto de 2014 e 176 novas lojas);
- Fase II, dependente da renovação contemplada no protocolo, a instalação de mais 100 Espaços do Cidadão até 31 de dezembro de 2016.

2.2.3. Operações

Em 2014 o Programa de Transformação, além da contínua reorganização das redes de tratamento, transportes e distribuição com vista a um aumento da produtividade e melhoria da eficiência operacional, teve um foco no aprofundamento da gestão integrada com a rede de distribuição da área de negócios do Expresso e Encomendas.

As outras iniciativas para 2014 respeitaram a racionalização e reorganização do ciclo operacional e encontram-se agregadas em 3 grandes eixos de atuação: tratamento, transportes e distribuição.

Tratamento

Em 2014, do total de correio fino enviado para os centros de distribuição postal, 92% foi alvo de tratamento automatizado e 81% foi dividido ao giro (cerca de 2,2 milhões de envios). Destes, cerca de 1,8 milhões (82%) foram sequenciados automaticamente (porta a porta) para 4 845 giros de distribuição.

A automatização postal continua a revelar excelentes resultados de reconhecimento de endereços, com o correio fino a obter taxas de decisão a códigos postais de 7 e 10 dígitos de 92% e 63%, respetivamente. Não obstante, em dezembro de 2014 foi concluído e aceite o projeto de melhorias dos algoritmos de reconhecimento e decisão, que potenciam ganhos de cerca de 4% na divisão ao giro e sequenciamento para objetos finos e médios.

A rede de tratamento é composta por 3 centros de produção e logística, 6 centros de apoio logístico e 1 centro de correio empresarial. A prossecução das atividades dos centros de produção e logística é desenvolvida por 43 máquinas de automatização (das quais 24 sequenciadoras) e 72 postos de videocodificação.

Consolidou-se a centralização das atividades de tratamento do correio não prioritário nos dois principais centros de produção e logística – Lisboa e Maia (Porto) –, tendo sido reorganizadas as atividades desenvolvidas por turno e promovida uma maior eficiência nos processos de automatização. Consolidaram-se ainda as atividades de tratamento do serviço *mailmanager* e de videocodificação no centro de produção e logística de Taveiro (Coimbra), tendo-se durante o ano de 2014 internalizado a atividade de videocodificação nos centros de produção de logística de Taveiro (Coimbra) e Maia (Porto) com consequente redução das necessidades de *outsourcing* (atualmente, apenas no centro de produção e logística de Lisboa se mantém o recurso a *outsourcing*).

Destaca-se ainda, a nova configuração de rede de encaminhamento a nível nacional, que implicou a transferência de 27 códigos postais da rede de encaminhamento Centro para as redes de encaminhamento Norte e Sul, possibilitando maiores ganhos de eficiência nas atividades operacionais dos principais centros de produção e logística.

Realizou-se também em 2014 o estudo de transferência das operações de *printing & finishing* de Alfragide para o centro de produção e logística de Lisboa, em Cabo Ruivo, permitindo uma maior eficiência futura na relação entre ambas as atividades devido a uma cadeia operacional integrada. Este projeto fará parte das iniciativas a serem implementadas em 2015.

Concluiu-se ainda a 2ª fase do projeto de georreferenciação dos domicílios postais “GEO10”, obtendo-se no final do ano 3,8 milhões de portas georreferenciadas e caracterizadas referentes a 352 códigos postais de 4 dígitos (176 municípios), cobrindo 89% da população portuguesa e 59% da área do território.

Desde setembro, os serviços de qualidade de endereçamento prestados pelos CTT passaram a assentar sobre a nova plataforma informática de Tratamento Automático de Endereços (TAE), concebida para responder às particularidades dos endereços e do sistema de código postal português.

Destaque ainda para o facto de os CTT terem obtido, em maio, a renovação do certificado de reconhecimento pelo seu papel ativo na construção do modelo para o endereçamento português, no âmbito do programa S42. No conjunto dos 192 países membros da União Postal Universal (UPU), Portugal mantém-se no grupo restrito de 32 países certificados neste programa.

Transportes

A rede de transportes opera com 179 viaturas pesadas (incluindo frota própria, frota contratada e atrelados), que percorrem aproximadamente 41 mil km/dia.

Em 2014 a rede nacional de transportes teve uma atividade de 10,3 milhões de km, menos 600 mil Km do que no ano anterior em resultado das medidas de otimização da rede.

Do conjunto de iniciativas empreendidas destacam-se a contínua reorganização da rede de transportes nacionais (composta pelas redes “primária”, “secundária” e “terciária”), a renegociação dos contratos dos serviços de transporte e a renovação de 25 viaturas pesadas, 209 veículos de mercadorias e 177 motociclos. Especial enfoque nas vertentes ambientais e de segurança, com entrada em operação de 18 veículos elétricos (10 ligeiros de mercadorias e 8 *scooters*).

De destacar ainda as seguintes iniciativas:

- Início da operação de 10 veículos elétricos (acima mencionados) no âmbito do projeto FR-EVUE, que envolve a aquisição de veículos elétricos para a cidade de Lisboa, cofinanciado pela Comissão Europeia e no qual participam 32 parceiros de 8 cidades europeias;
- Participação ativa no programa eCIP (*e-Commerce interconnect programme*), programa do IPC (*International Post Corporation*) para o comércio eletrónico nas

diferentes valências e na definição de conectividades e modelos;

- Participação na reunião do projeto FOMBA (*Future of mail by air*) do IPC, realizada em Portugal, com o objetivo de acompanhamento e adequação de procedimentos nacionais e internacionais às novas regulamentações do sector de transporte aéreo;
- Continuação da implementação das medidas do plano de racionalização energético da frota de transportes e distribuição.

Distribuição

A rede de distribuição é composta por 262 centros de distribuição postal (CDP), incluindo 85 centros de apoio à distribuição, dois serviços de apoio à distribuição em Lisboa e outro em Coimbra e um centro de logística e distribuição em Torres Novas, e gere 4 659 giros de distribuição externa que percorrem cerca de 230 mil km/dia.

A frota disponibilizada para as funções de distribuição é constituída primordialmente por viaturas ligeiras, motociclos e velocípedes (na sua grande maioria elétricos). Destaca-se o desenvolvimento e produção do novo equipamento de apoio à distribuição, composto por carrinho de mão, mala para transporte de correio mais volumoso e bolsa facilitadora da distribuição de correio automaticamente sequenciado. A implementação iniciou-se no primeiro semestre e até ao final de 2014 foram colocadas 125 bolsas em 14 centros de distribuição postal.

Em 2014 a atividade de distribuição teve como principal objetivo o aumento da eficiência operacional, através das seguintes iniciativas:

- Consolidação de novos modelos de distribuição mais eficientes e orientados para os padrões de serviço dos produtos, através da implementação da distribuição segmentada por prioridades em todos os CDP do território continental;
- Alargamento da distribuição do correio com sequenciamento automático sem qualquer manipulação prévia no CDP, permitindo o aumento da eficiência nas operações internas e criando condições para a distribuição em simultâneo do correio sequenciado manual e automaticamente;
- Alargamento das áreas de influência da rede base dos CTT nas recolhas às lojas e clientes, distribuição e recolha de EMS e rede banca da CTT Expresso;
- Implementação de uma nova fase no tratamento automatizado dos objetos volumosos pela CTT Expresso, potenciando desta forma a sua capacidade de automatização deste tipo de objetos;
- Racionalização das estruturas físicas, através da centralização e agregação de 25 centros de distribuição postal e centros de apoio à distribuição.

A par da maior eficiência da operação, da fiabilidade dos processos e do compromisso com uma qualidade de serviço de excelência, continuou-se em 2014 a apostar na dinamização da rede de carteiros, como canal e rede de proximidade privilegiada para a promoção e venda de produtos e serviços.

Foi iniciado no 2º semestre de 2014 o projeto de integração das redes de distribuição de correio e de expresso e encomendas com a ajuda de consultores externos e equipas internas dedicadas; este projeto tem o objetivo de assegurar que, no futuro, a distribuição de encomendas não urgentes (dia definido) poderá passar a ser realizada pela rede base do correio, exigindo um reforço da sua estrutura nomeadamente no número de viaturas ligeiras e em contratados a termo.

2.3. EXPRESSO E ENCOMENDAS

Os rendimentos operacionais¹ desta área de negócio atingiram 129,0 M€ (17% do total consolidado²) em 2014, o que corresponde uma estabilização face a 2013. Na origem dessa estabilização estiveram a reestruturação da atividade em curso em Espanha e a alteração do *mix* de produtos com um maior peso do negócio relacionado com o *e-commerce* (B2C) e com grandes clientes (ainda alguns efeitos da renegociação dos contratos da rede Banca) que pressionou o preço médio de venda unitário.

Esta área de negócio é assegurada pelas atividades da CTT Expresso, em Portugal, da Tourline Express, em Espanha, e da CORRE, em Moçambique.

Em 2014, os CTT lançaram uma oferta ibérica para o mercado de encomendas, através da CTT Expresso e da Tourline Express, disponibilizando aos clientes as mesmas soluções de entrega para Portugal e Espanha

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -31,3M€ em 2014.

e garantindo um portefólio ibérico de serviços integrado, simplificado e competitivo. Os clientes podem agora olhar para o território ibérico como único, tendo disponíveis soluções mais abrangentes e com a mesma urgência, que garantem entregas de dia útil seguinte até início da manhã, hora do almoço e final do dia, e menos urgentes, com um prazo de dois dias úteis. Este novo portefólio resulta da estratégia ibérica da empresa na homogeneização dos seus serviços de expresso e encomendas em Espanha e Portugal, posicionando-se como um dos principais operadores nesta região.

Visando acompanhar as necessidades de garantir entregas mais flexíveis no segmento B2C, está em fase de testes a finalização de uma rede de pontos de conveniência de recolha e entrega de mercadorias (*pick-up/drop-off*) com base nas lojas CTT (proximidade e capilaridade), numa parceria com um retalhista ibérico com lojas de horário alargado (até 22/24 horas – conveniência) e nas delegações Tourline (cobertura ibérica). Esta rede permite não só apoiar o serviço de encomendas para levantamento de mercadorias em lojas com horário alargado e capilaridade (vertente *pick-up*), como possibilitar um serviço de encomendas flexível na expedição (vertente *drop-off*).

Tendo presente a crescente importância do comércio eletrónico, que constitui uma alavanca fundamental para o crescimento das encomendas, foi criada em 2014, na dependência direta da Comissão Executiva, uma nova área designada “E-Commerce”, que tem por missão garantir que os CTT são agentes promotores e beneficiários do desenvolvimento do *e-commerce* na Península Ibérica, especialmente na *last mile*, e em concreto i) estudar a realidade do mercado e sua evolução, ii) fazer evoluir a oferta para que esteja em permanente consonância com as preferências do mercado, iii) promover o desenvolvimento da proximidade dos CTT aos principais *players* internacionais e domésticos e iv) acompanhar o alinhamento das soluções de *e-commerce* com os operadores postais internacionais, nomeadamente através do programa e-CIP (*e-Commerce Interconnect Programme*). Os CTT aderiram a este programa gerido pelo *International Post Corporation* (IPC), que visa a criação de uma oferta integrada transfronteiriça para o mercado *e-commerce*, envolvendo na fase atual do seu desenvolvimento 30 operadores postais.

Em **Portugal**, os CTT mantêm a posição de liderança no mercado nacional (fonte: “Relatório Serviços Postais - 3º trimestre 2014”, ANACOM), tendo alargado a distância para o seu concorrente mais direto.

Como anteriormente referido, é de destacar em 2014 o projeto de integração das redes de distribuição de Correio e de Expresso e Encomendas (subcontratada),

esperando-se para o futuro impactos nos gastos desta área de negócio. Este projeto, quando terminado (último trimestre de 2015), permitirá uma ainda maior vantagem competitiva ao nível dos custos, nomeadamente na *last mile*, e a possibilidade de uma melhor oferta para o segmento de B2C.

No segundo semestre de 2014, os CTT lançaram um serviço exclusivo, o “Surf Expresso”, que assegura o transporte de pranchas de surf, incluindo embalagem e entrega no dia útil seguinte. Esta solução inédita no mercado diferencia-se por considerar a enorme diversidade de pranchas, disponibilizando ajustes à medida da prancha do utilizador.

A linha de apoio ao cliente em Portugal passou a ter um novo horário mais alargado e foi criado um número específico para solicitação de serviços de entrega no próprio dia. O objetivo foi ter uma presença mais próxima dos clientes, reforçando e personalizando cada vez mais o atendimento e a especificidade do serviço de entregas urgentes.

Com vista à melhoria constante das ferramentas *online* para relação com o cliente, foram desenvolvidas novas funcionalidades *web* que permitem aos clientes a pesquisa agregadora de envios através do *track&trace*, possibilitando a consulta de todos os objetos associados a envios de remessas de várias encomendas.

Em **Espanha**, os CTT posicionam-se no TOP 10 do mercado de Expresso e Encomendas, com uma quota de 5% em 2013, segundo o estudo de *paqueteria empresarial* realizado pela DBK Informa. Realizou-se em 2014 um esforço importante no reforço da qualidade da rede de franchisados, tendo também por objetivo o incremento da capilaridade da rede Tourline Express. No final de 2014 a rede da Tourline Express era constituída por 211 pontos de venda, dos quais 169 lojas franchisadas, 26 lojas próprias e 16 distribuidores. No sentido de reforçar a proximidade da presença física, inclui 48 pontos adicionais de entrega e recolha, na sua maioria em lojas de comércio tradicional.

Não obstante a atividade comercial e operacional corrente, e integrado no *turnaround* e restabelecimento da rentabilidade da empresa, foi iniciado em 2013 um plano de reestruturação da atividade e da rede de franchisados da Tourline Express, com vista a um maior controlo da rede e à melhoria da qualidade dos franchisados, quer ao nível das capacidades comerciais, quer ao nível de solidez financeira e competências de gestão. Neste processo tem saído da rede Tourline um conjunto de franchisados, quer por não terem chegado a acordo quanto às novas regras de funcionamento quer por maior determinação da *master* em não perpetuar situações de dívidas pendentes. O crescimento do número de lojas próprias resultou do objetivo de

reforçar a presença direta em zonas de negócio mais forte, mas também para colmatar a perda de franchisados decorrente dos aspetos referidos, no que deve ser entendido como uma situação transitória penalizadora da rentabilidade da empresa. Foi contabilizado no final de 2014 um elevado valor de imparidades com a assunção de parte da dívida de alguns franchisados como incobrável ou de recuperação difícil.

Em **Moçambique** os CTT estão presentes no negócio de Expresso e Encomendas desde outubro de 2010 com a empresa CORRE – Correio Expresso de Moçambique, cujo capital social é detido 50% pelos CTT e 50% pela Empresa Nacional de Correios de Moçambique.

A empresa pretende alcançar a liderança do mercado de correio expresso doméstico e assumir-se também como um dos mais importantes *players* no mercado internacional de Expresso e Encomendas com Moçambique. Cobre já a generalidade das províncias, e em Maputo detém um centro operacional, duas lojas próprias e um Entrepasto Postal no aeroporto. Os produtos e serviços CORRE estão também disponíveis em todas as lojas dos Correios de Moçambique, com cobertura nacional, o que tem contribuído para a rápida expansão do negócio.

A qualidade do serviço da CORRE continua a ganhar a confiança junto dos seus clientes, razão pela qual a empresa passou a ser fornecedor exclusivo do maior banco comercial de Moçambique, nas atividades de logística, tratamento e distribuição para todas as suas agências. A instabilidade vivida na região e algumas questões decorrentes do rápido crescimento afetaram até recentemente a atividade e a prestação do serviço com a qualidade pretendida, provocando também um agravamento dos custos. Estão já implementadas medidas que permitem ultrapassar estes aspetos.

Manteve-se a relação estreita com a SAPO-Correios da África do Sul, para utilização do *hub* de trânsito de Joanesburgo, possibilitando-se assim o cumprimento de rotas internacionais com os diversos países que têm relações com este *hub*, e também com os CTT-Correios de Portugal que executam operações de trânsito para os destinos europeus.

2.4. SERVIÇOS FINANCEIROS

Os rendimentos operacionais recorrentes¹ desta área de negócio atingiram 73,9 M€ (10% do total consolidado²) em 2014, a que corresponde um aumento de 21,4% face a 2013. Esta área de negócio inclui os serviços financeiros prestados pelos CTT, S.A. e a atividade da PayShop.

Na análise dos rendimentos considerou-se como não recorrente o valor de 1 M€ que decorreu do *front fee* pago pelo BNP Paribas Personal Finance pela parceria para a venda de produtos de crédito pessoal. O valor deste *front fee* foi de 3 M€, totalmente pago no primeiro semestre de 2014, mas contabilizado com o diferimento parcial de 2 M€ pela vida do contrato. Foram registadas comissões de 0,2 M€ em 2014 (rendimento recorrente) e os restantes 1,8 M€ já foram recebidos mas o seu registo foi diferido ao longo dos próximos 5 anos de vigência do contrato.

A área de negócio dos Serviços Financeiros concretizou um desempenho muito positivo em todos os indicadores de negócio e significativamente superior quer ao do ano anterior quer às previsões iniciais mais otimistas.

O desempenho alcançado decorreu de uma execução rigorosa da estratégia delineada de revitalização e alargamento da oferta dos Serviços Financeiros, bem como atesta a solidez dos alicerces que sustentam este negócio, conjugando o forte dinamismo da rede de lojas e a sua apetência para a atividade financeira, a capacidade de seleção e alinhamento com os parceiros estratégicos, a qualidade dos produtos e serviços comercializados, e o reconhecimento pelos clientes dos eixos do posicionamento dos CTT no mercado financeiro em sintonia com os valores da marca CTT e que tem na confiança a sua trave-mestra.

Numa análise por linhas de produtos, a evolução foi diferenciada pelas realidades e impactos específicos em termos do contexto macroeconómico, pelas tendências do segmento de mercado e pelo ciclo de vida dos produtos e serviços.

Na área da Poupança e Seguros registou-se um recorde histórico de 5,5 mil milhões de euros na captação de poupança, com o forte contributo dos títulos da dívida pública (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Mais), um crescimento 125,6% superior ao ano anterior.

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -31,3 M€ em 2014.

A área de Vales e Transferências registou uma quebra da receita face ao ano anterior (-6,4%), resultante sobretudo da diminuição dos vales nacionais e dos fluxos internacionais (*Western Union*). Um acordo com a Segurança Social alcançado em julho de 2014 e a revisão da oferta por parte da *Western Union* permitiu contudo já um crescimento deste segmento de produtos no 4º trimestre de 2014.

Relativamente aos Pagamentos de Serviços é de salientar o crescimento dos efetuados na rede PayShop, tanto em número de operações processadas como em receita gerada, assim como dos respeitantes às portagens e contribuições para a Segurança Social. Não obstante, estes crescimentos não foram suficientes para anular o efeito contrário provocado pela diminuição, em cerca de 16%, do número de carregamentos de telemóveis – tendência que alinha com a alteração estrutural que vem a ocorrer no mercado de subscrição móvel português, onde de resto os pacotes de serviços pré-pagos alcançaram mínimos históricos. Nesta área é de evidenciar a resiliência demonstrada pela rede PayShop que, ao encerrar o corrente exercício com 3.876 pontos de pagamento, mantém aproximadamente o mesmo número de agentes de 2013.

No que respeita ainda à PayShop é de salientar a redução dos gastos operacionais diretamente relacionados com realização das operações *over-the-counter*. Concluiu-se em setembro o processo de migração do parque de terminais de pagamento para o sistema de comunicação GPRS, o que conduzirá a poupanças anuais substanciais, só plenamente capturadas no decurso do próximo ano.

A linha de Crédito Pessoal, lançada no segundo semestre de 2014, registou um nível de atividade alinhado com a fase ainda introdutória deste novo produto e com os objetivos de crédito responsável e de qualidade delineados. Tendo o acordo com o BNP Paribas sido assinado no final de junho, a campanha de lançamento do crédito pessoal somente foi iniciada em setembro. Este segmento de produtos será um dos que mais beneficiará do *cross-selling* que se estima que o Banco Postal poderá trazer para a atual oferta de serviços financeiros dos CTT.

O ano 2014 representou um marco na implementação de um novo modelo operativo baseado em sistemas de atendimento automatizados e integrados com os parceiros, possibilitando um aumento da eficiência e rentabilidade da operação, da eficácia da ação comercial, e uma melhor experiência do consumidor e qualidade de serviço. Esta alteração permitiu uma maior canalização de recursos para programas de incentivos à rede de lojas.

Banco Postal

Na sequência do processo iniciado em 2013 com o pedido e concessão de uma licença para a criação do Banco Postal pelo Banco de Portugal, em 2014 os CTT consolidaram e atualizaram o respetivo modelo de negócio tendo por base um estudo de mercado mais detalhado e aprofundado, incorporando as tendências e conjuntura de mercado, assim como as capacidades, recursos e fatores distintivos dos CTT.

Neste enquadramento, foi aprovado pelo Conselho de Administração dos CTT em 4 de novembro o lançamento do Banco Postal, dando continuidade à estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros, tendo sido autorizada pelo Banco de Portugal a prorrogação por um período adicional de 12 meses (até 27/11/2015) do início da atividade do Banco Postal.

O Banco Postal será suportado numa lógica de baixo custo, alavancado na rede de Lojas dos CTT, visando o *mass market* que procura um banco para a sua operativa bancária diária e produtos competitivos mas simples. Utilizar a vasta rede de Lojas com experiência em serviços financeiros, a proximidade física juntamente com a oferta de canais integrados (lojas, *online*, *mobile*) será a clara vantagem dos CTT para uma oferta de serviços bancários competitivos, complementando a oferta atual dos CTT.

O plano de negócios e contas previsionais estima que as exigências de investimento por parte dos CTT serão de 100 milhões de euros em 5 anos e que, a partir desse ano, o Banco passe a libertar recursos para os CTT. O Banco Postal foi projetado para não ter impacto na política de dividendos dos CTT. Criado para alavancar a rede de lojas dos CTT, o Banco Postal terá uma estrutura de custos eficiente e já existente, o que permitirá o incremento das receitas dos serviços financeiros com necessidades de investimento muito inferior ao normal.

Novos produtos financeiros

Independentemente mas relacionado com a decisão tomada quanto ao Banco Postal, encontram-se em análise novos produtos financeiros e/ou novas parcerias para complementar a oferta atual e assegurar a sustentabilidade do crescimento que esta área obteve. Seguros de saúde e cartão pré-pago são algumas das iniciativas em análise.

Empenho total. Desempenho positivo.

A rentabilidade atrativa, a geração de *cash flow*, o histórico positivo de cotações e uma boa liquidez são excelentes indicadores para avaliar o desempenho dos CTT ao longo do ano. Se a estes dados concretos juntarmos valores determinantes, como a confiança, o empenho e a eficiência, é fácil perceber como conseguimos alcançar resultados tão positivos.



ctt

3. Análise Económica e Financeira e Desempenho da Ação CTT

3.1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O presente capítulo sintetiza os resultados consolidados alcançados pelos CTT e a situação patrimonial e financeira consolidada a 31 de dezembro de 2014. A sua leitura deve ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas. Na presente análise está incluída a consolidação das atividades da empresa-mãe e das subsidiárias constantes da nota 8 das contas consolidadas.

Refere-se que durante o ano de 2014:

- Os CTT, S.A. alienaram a participação de 51% na empresa EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A., pelo que no ano de 2014 esta empresa já não está incluída no perímetro de consolidação dos CTT.
- Foi alienada à CTT Expresso a participação de 100% na Tourline detida pelos CTT, S.A.. Igualmente foi efetuado um aumento do capital próprio da Tourline em 12 M€ (capital social e prestações acessórias) e da CTT Expresso em 23,1 M€ (prestações acessórias).

No exercício económico de 2014 o resultado líquido consolidado dos CTT atingiu os 77,2 M€, situando-se 26,5% (16,2 M€) acima de igual período do ano anterior. Este resultado corresponde a um resultado líquido consolidado de 0,51€ por ação e a uma rentabilidade do capital próprio de 29,4%, face aos 22,2% do exercício de 2013.

A atividade operacional gerou um resultado antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBITDA recorrente) de 135,1 M€, 9,9% (+12,2 M€) superior ao obtido no período homólogo, com uma margem EBITDA de 18,8%, face aos 17,4% de 2013. Estes resultados refletem um crescimento de 1,8% (+12,9 M€) nos rendimentos operacionais recorrentes, valor substancialmente superior ao pequeno aumento de 0,1% (+0,8 M€) nos gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes), fruto nomeadamente da cessação dos cortes salariais aplicáveis a empresas públicas.

Os CTT registaram no exercício de 2014 como resultados não recorrentes um valor positivo de 23,9 M€. Este valor resulta fundamentalmente de profundas atuações em temas estruturais, com destaque para os ganhos obtidos com a reformulação do Regulamento das Obras Sociais (plano de saúde dos CTT) e o rendimento conseguido pelo direito de entrada associado ao contrato de exclusividade de prestação de serviços de intermediação de crédito realizado com a Cetelem (BNP Paribas – Personal Finance), parcialmente

compensados pelas imparidades e provisões líquidas resultantes da reestruturação para otimização do segmento Expresso & Encomendas, designadamente, a imparidade da Tourline (incluindo *goodwill*) e reintrodução em 2014 da remuneração variável, relacionada com a performance de 2014, para ser paga em 2015. De salientar ainda os gastos associados a estudos e assessoria para projetos estratégicos, as provisões para fazer face a eventuais gastos com responsabilidades relativo a contratos onerosos, o reforço líquido da provisão para contingências laborais e os gastos com rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Desta forma, os resultados antes de gastos de financiamento e impostos situaram-se em 135,4 M€, 48,2 M€ (+55,2%) acima do atingido no exercício de 2013.

Os resultados financeiros registaram valores negativos na ordem dos 7,4 M€, refletindo uma quebra de 86,3% (-3,4 M€) face a igual período do ano anterior. Os rendimentos financeiros atingiram os 4,3 M€ e os gastos 11,8 M€, estes últimos resultantes maioritariamente dos gastos financeiros com benefícios aos empregados, os quais representam 98,0% do total dos gastos financeiros em 2014. Os rendimentos financeiros reduziram 3,5 M€ (-45,1%) pela quebra nas taxas de remuneração das aplicações financeiras, apesar do crescimento nos valores movimentados ao longo de 2014.

O resultado antes de impostos e interesses não controlados (EBT) totalizou 128,0 M€, mais 53,7% que o atingido em 2013.

No exercício de 2014, a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento situou-se nos 39,97%, essencialmente pelo efeito da diminuição nos impostos diferidos ativos, em resultado da redução das responsabilidades com os cuidados de saúde e da taxa de IRC a partir do ano de 2015. Estes efeitos originaram um acréscimo no imposto sobre o rendimento de 24,7 M€ (48,2% do imposto apurado).

RESULTADOS CONSOLIDADOS

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Rendimentos operacionais	717.774	704.847	1,8
Vendas e Prestação de Serviços	703.284	690.069	1,9
Vendas	22.675	22.342	1,5
Prestações de Serviços	680.609	667.726	1,9
Outros rendimentos operacionais	14.491	14.778	-1,9
Trabalhos para a própria entidade *	-	333	-100,0
Outros Rendimentos e Ganhos	14.491	14.445	0,3
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	582.674	581.919	0,1
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16.998	16.906	0,5
Fornecimentos e serviços externos	234.843	237.292	-1,0
Gastos com o pessoal	320.429	317.480	0,9
Outros gastos e perdas operacionais	10.404	10.241	1,6
Resultado antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBITDA recorrente)	135.100	122.928	9,9
Imparidades de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	936	2.321	-59,7
Provisões (aumentos/reversões)	1.070	(118)	1.006,8
Imparidades ativos não depreciáveis	10	0	-
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	21.562	24.611	-12,4
Resultado antes de resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBIT recorrente)	111.522	96.113	16,0
Reestruturações empresariais (ganhos)	(37.192)	(3.623)	926,5
Gastos com estudos e assessoria para projetos estratégicos (incluindo Privatização)	2.837	4.422	-35,8
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	10.460	8.079	29,5
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	135.418	87.236	55,2
Rendimentos financeiros, líquidos	(7.473)	(4.003)	-86,7
Ganhos/perdas em associadas	54	21	157,1
Resultado antes de impostos (EBT)	127.999	83.253	53,7
Imposto sobre o rendimento do período	(51.155)	(22.148)	131,0
Resultado líquido do período antes de interesses não controlados	76.844	61.105	25,8
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses não controlados	(327)	89	-467,1
Resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT (RL)	77.171	61.016	26,5

Nota: Rendimentos operacionais excluindo valores não recorrentes.

* Trabalhos para a própria entidade reclassificados em 2014 nos gastos com pessoal.

3.1.1. Rendimentos operacionais**RENDIMENTOS OPERACIONAIS**

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Vendas e prestação de serviços	703.284	690.069	1,9
Vendas	22.675	22.342	1,5
Prestação de serviços	680.609	667.726	1,9
Outros rendimentos operacionais	14.491	14.778	-1,9
Trabalhos para a própria entidade *	0	333	-100,0
Outros rendimentos e ganhos	14.491	14.445	0,3
Rendimentos operacionais	717.774	704.847	1,8

Nota: Exclui valores não recorrentes.

* Trabalhos para a própria entidade reclassificados em 2014 nos gastos com pessoal.

Salienta-se que os rendimentos operacionais da EAD (alienada no primeiro semestre de 2014 e integrante do segmento Correio em 2013) representaram 4,2 M€ no exercício de 2013. Expurgando estes valores, os CTT apresentariam uma variação favorável nos rendimentos operacionais de 17,2 M€ (+2,4%) face ao mesmo período do ano anterior.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT, S.A. sem incluir serviços financeiros e áreas corporativas e de suporte, mas incluindo a PostContacto, o Grupo Mailtec, a CTT Gest e a área de soluções empresariais dos CTT, S.A. (em 2013 incluía também a EAD);

- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a Correio;

- Serviços Financeiros – Payshop e serviços financeiros dos CTT, S.A.

2014 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	510.087	126.921	71.227	-	(4.951)	703.284
Vendas	21.606	1.073	-	-	(4)	22.675
Prestação de serviços	488.480	125.848	71.227	-	(4.947)	680.609
Outros rendimentos e ganhos	36.092	2.091	2.682	87.235	(113.609)	14.491
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	26.063	(26.063)	-
Rendimentos operacionais	546.179	129.013	73.908	113.298	(144.623)	717.774

Nota: Exclui valores não recorrentes.

2013 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	510.408	127.964	57.304	-	(5.608)	690.069
Vendas	21.094	1.269	-	-	(20)	22.342
Prestação de serviços	489.315	126.695	57.304	-	(5.588)	667.726
Outros rendimentos e ganhos	35.595	1.557	3.556	89.244	(115.173)	14.778
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	17.127	(17.127)	-
Rendimentos operacionais	546.003	129.521	60.860	106.371	(137.908)	704.847

Nota: Exclui valores não recorrentes.

O segmento Correio, que integra os rendimentos *core* dos CTT e apresenta o maior peso no volume dos rendimentos operacionais com um total de 546,2 M€ no exercício de 2014, regista um acréscimo de 0,03% (+0,2 M€) face a igual período do ano anterior. As vendas e prestação de serviços decresceram 0,1% (-0,3 M€), justificado fundamentalmente pela redução do tráfego de correio endereçado (-5,7%) que, em grande parte, foi compensada pela variação média de preços do serviço universal verificada em 2014 (em média 4,1%).

O segmento Expresso & Encomendas com 129,0 M€ de rendimentos operacionais apresentou um decréscimo de 0,4% (-0,5 M€), sobretudo pelo impacto da quebra em Espanha (-2,6 M€), em parte compensada pelo crescimento verificado em Portugal (+1,9 M€) e Moçambique (+0,2 M€), para o que contribuíram o aumento das sinergias entre os países (+0,9 M€).

Os Serviços Financeiros, com rendimentos de 73,9 M€ que derivam principalmente das comissões pela prestação de serviços financeiros, apresentaram um aumento de 21,4% (+13,0 M€) face ao período homólogo de 2013. Os produtos de poupança e seguros apresentaram um crescimento de 114,8%, com ênfase para os títulos da dívida pública, Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Mais, com um aumento de 167,3% (+7,4 M€) e 453,1% (13,6 M€), respetivamente, pelo aumento do valor das subscrições e das comissões. Inversamente, os Seguros de Capitalização e os Planos Poupança Reforma apresentaram um decréscimo de 70,2% (-4,7 M€), em resultado da estratégia definida pelos CTT de oferecerem sempre as melhores soluções aos seus clientes dentro da oferta diversificada disponibilizada pelos CTT.

Na Estrutura Central CTT destaque para os 3,0M€ de IVA recuperado e para a redução do valor da prestação interna de serviço em sistemas informáticos e recursos humanos (-6,3M€), fruto das medidas de otimização e eficiência realizadas nestas áreas.

3.1.2. Gastos operacionais¹

GASTOS OPERACIONAIS

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16.998	16.906	0,5
Fornecimentos e serviços externos	234.843	237.292	-1,0
Gastos com o pessoal	320.429	317.480	0,9
Outros gastos operacionais	10.404	10.241	1,6
Gastos operacionais	582.674	581.919	0,1

Nota: Exclui valores não recorrentes.

Os fornecimentos e serviços externos recorrentes apresentaram uma redução de 1,0% (-2,5 M€) em relação ao exercício de 2013, dos quais 1,4 M€ correspondem ao valor dos FSE de 2013 da empresa EAD, alienada em 2014.

As medidas de eficiência encetadas no Grupo têm permitido uma redução de gastos, dos quais se destacam o aumento das sinergias dentro dos CTT com um maior recurso a meios internos, designadamente o início da internalização de serviços de distribuição e tratamento do Expresso e Encomendas, a par com a renegociação de contratos de *renting* de equipamentos e de *outsourcing* de comunicações. Inversamente, os CTT aumentaram os seus gastos com o recondiciona-

mento das viaturas de mercadorias pela renovação de parte da frota, com a conservação e manutenção dos sistemas de informação e com o aumento do número de lojas com transporte de valores decorrente da obrigação legal (Lei 34/2013, de 16 de maio).

Os gastos com pessoal recorrentes atingiram os 320,4 M€, aumentando 2,9 M€ em relação ao período homólogo apesar da redução do número médio de pessoal (-3,5%; 456 trabalhadores). Esta variação refletiu o impacto das alterações legais e regulamentares decorrentes (i) da privatização, originando modificações nos regimes remuneratórios (como a cessação da redução remuneratória e a reposição da atribuição de diuturnidades), (ii) do aumento da base de incidência con-

¹ CMVMC + FSE + Gastos com pessoal + outros gastos operacionais (exclui valores não recorrentes)

tributiva dos descontos para a CGA, (iii) do forte crescimento dos incentivos pagos à rede de lojas devido ao crescimento nos Serviços Financeiros e (iv) do novo modelo de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, aplicado ao mandato 2014-2016.

Em termos de segmentos, destaca-se:

- O Correio, que concentra um volume significativo de gastos operacionais uma vez que inclui as funções de tratamento, distribuição, transporte de correio e a rede de lojas, áreas com maior peso, principalmente em número de trabalhadores. No exercício de 2014, os 454,5 M€ de gastos operacionais deste segmento refletiram uma redução de 4,6 M€ (-1,0%) face ao período homólogo.

- Os Serviços Financeiros, que registaram um aumento nos gastos de 3,1 M€ (+9,2%), pelo aumento do número de lojas com transporte de valores e pelo forte crescimento nos incentivos entregues aos trabalhadores pelas vendas de produtos financeiros nas lojas CTT (diretamente indexados ao crescimento dos rendimentos deste segmento).

2014 - GASTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	104.979	96.963	13.233	52.430	(32.763)	234.843
Gastos com pessoal	236.880	23.583	4.379	55.588	-	320.429
Outros gastos	86.776	2.427	18.716	5.280	(85.797)	27.402
Afetação estrutura central CTT	25.867	-	196	-	(26.063)	-
Gastos operacionais	454.502	122.972	36.525	113.298	(144.623)	582.674

2013 - GASTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	108.467	96.125	10.705	51.269	(29.274)	237.292
Gastos com pessoal	239.679	22.935	3.177	51.689	-	317.480
Outros gastos	93.993	1.806	19.442	3.413	(91.507)	27.147
Afetação estrutura central CTT	16.998	-	129	-	(17.127)	-
Gastos operacionais	459.138	120.866	33.452	106.371	(137.908)	581.919

3.1.3. EBITDA recorrente

O EBITDA recorrente¹ totalizou 135,1 M€ correspondente a uma margem de 18,8%, aumentando 1.4 p.p. face ao valor atingido no exercício de 2013, em resultado de um aumento dos rendimentos superior ao aumento dos gastos operacionais.

EBTIDA RECORRENTE

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Rendimentos Operacionais	717.774	704.847	1,8
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	582.674	581.919	0,1
EBITDA recorrente	135.100	122.928	9,9
Margem EBITDA recorrente	18,8%	17,4%	1,4 p.p.

2014 - EBTIDA RECORRENTE POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros
Rendimentos operacionais	546.179	129.013	73.908
Gastos operacionais	454.502	122.972	36.525
EBITDA recorrente	91.676	6.040	37.384
Margem EBITDA recorrente	16,8%	4,7%	50,6%

2013 - EBTIDA RECORRENTE POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros
Rendimentos operacionais	546.003	129.521	60.860
Gastos operacionais	459.138	120.866	33.452
EBITDA recorrente	86.865	8.655	27.408
Margem EBITDA recorrente	15,9%	6,7%	45,0%

¹ EBITDA recorrente = Resultados operacionais + amortizações e depreciações + variação líquida das provisões e perdas por imparidade (não inclui gastos não recorrentes, designadamente, reestruturações empresariais, imparidades de propriedades de investimento, provisões para contratos onerosos e contingências laborais).

3.1.4. Resultados não recorrentes

No exercício de 2014 os CTT registaram resultados não recorrentes positivos de 23,9 M€, os quais incluem:

(i) Outros rendimentos e ganhos

- 1,0 M€ em outros rendimentos e ganhos pelo direito de entrada associado ao contrato de exclusividade de prestação de serviços de intermediação de crédito.

(ii) Fornecimentos e serviços externos

- 2,8 M€ de gastos com estudos e assessoria para projetos estratégicos.

(iii) Gastos com pessoal:

- Ganho de 83,0 M€, em 2014, pela reformulação do Plano de saúde com impacto no benefício pós-emprego. Em 2013 os CTT também obtiveram um ganho 8,2 M€ com a reformulação do benefício aos empregados relativo à taxa de assinatura telefónica.
- Gasto de 11 M€ referentes à reintrodução de prémios de desempenho de 2014 a pagar em 2015.
- 1,4 M€ de gastos referentes à remuneração variável de longo prazo da Comissão Executiva, que resulta num pagamento com base em ações.
- Gasto de 3,7 M€ referentes à redução da taxa de desconto nos outros benefícios pós-emprego de 4% para 2,5%.
- 2,1 M€ com gastos líquidos com acordos de suspensão de contratos de trabalho e com a alteração de pressupostos atuariais (aumento da idade da reforma

dos 65 para os 66 anos do pessoal abrangido pelo regime da Caixa Geral de Aposentações). Em 2013 idade da reforma aumentou para os 66 anos para o pessoal da Segurança Social, o que representou 0,6 M€.

- 2,4 M€ de gastos com pessoal que incluem gastos com rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo no âmbito do programa de transformação, compensações por término do horário contínuo e especialização de férias e subsídio de férias relativos ao aumento de 2% dos vencimentos em 2015, com um mínimo de 15€ e um máximo de 50€.

(iv) Outros gastos: 0,04 M€ relativos à aquisição de carteiras de clientes Tourline.

(v) Imparidades e provisões líquidas:

- 0,2 M€ de reversões de imparidades de propriedades de investimento, decorrente do processo de reorganização da rede de lojas via programa de transformação.
- 4,9 M€ de reforço líquido da provisão para contingências laborais relativas a diferenças retributivas na base de cálculo de remunerações.
- Reforço de 6,7 M€ da provisão de contratos onerosos que resulta, essencialmente, do impacto do ajustamento da taxa de desconto.
- 6,3 M€ relativos imparidades e provisões líquidas resultantes da reestruturação para otimização de rede do segmento Expresso & Encomendas.
- 18,9 M€ de imparidades na Tourline (dos quais 16,6 M€ de *goodwill*).

2014 - RESULTADOS NÃO RECORRENTES

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Outros rendimentos e ganhos	-	-	1.000	-	-	-	1.000
Fornecimentos e serviços externos	-	-	-	2.837	-	-	2.837
Gastos com pessoal	1.954	179	6	(64.561)	-	-	(62.423)
Outros gastos	-	44	-	-	-	-	44
Resultados não recorrentes que afetam o EBITDA	(1.954)	(222)	994	61.724	-	-	60.542
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	-	-	-	-	-	(156)	(156)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas	-	3.456	-	1.486	-	-	4.942
Imparidade de ativos não depreciáveis	-	18.922	-	-	-	-	18.922
Provisões líquidas	911	3.292	-	8.736	-	-	12.939
Resultados não recorrentes que afetam o EBIT	(2.865)	(25.892)	994	51.502	-	156	23.895

2013 - RESULTADOS NÃO RECORRENTES

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Outros rendimentos e ganhos							-
Fornecimentos e serviços externos	-	347	-	4.420	-	-	4.767
Gastos com pessoal	760	504	21	(5.693)	-	-	(4.408)
Outros gastos	-	438	-	2	-	-	440
Resultados não recorrentes que afetam o EBITDA							
	(760)	(1.289)	(21)	1.271	-	-	(799)
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	-	-	-	-	-	1.104	1.104
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas	-	1.209	-	-	-	-	1.209
Provisões líquidas	-	-	-	5.766	-	-	5.766
Resultados não recorrentes que afetam o EBIT							
	(760)	(2.498)	(21)	(4.495)	-	(1.104)	(8.878)

3.1.5. Resultados financeiros

No exercício de 2014 o resultado financeiro consolidado atingiu os 7,4 M€ negativos, decrescendo 3,4 M€ face ao obtido no exercício de 2013. O volume dos ju-

ros e rendimentos financeiros recuou 45,1% face aos valores atingidos no período homólogo, tendo sido afetado pela quebra acentuada das taxas de remuneração dos depósitos a prazo, apesar do aumento dos valores movimentados.

RESULTADOS FINANCEIROS

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Rendimentos financeiros	4.325	7.872	-45,1
Gastos e perdas financeiros	11.798	11.874	-0,6
Gastos e perdas financeiros (reais)	242	255	-5,3
Gastos financeiros com benefícios aos empregados (contabilísticos)	11.556	11.619	-0,5
Ganhos/perdas em associadas	54	21	157,1
Resultados financeiros	(7.419)	(3.982)	-86,3

Os gastos financeiros incorridos ascenderam a 11,8 M€ incorporando os gastos financeiros com benefícios aos empregados no montante de 11,6 M€ e juros associados a operações de *leasing* financeiros e empréstimos bancários (0,2 M€). Os ganhos em associadas atingiram os 0,05 M€, respeitantes à mais-valia pela alienação dos 51% da empresa EAD e à equivalência patrimonial do período de 2014 (0,3 M€), bem como à perda de 0,2 M€ na associada Multicert.

3.1.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento atingiu 51,2 M€ em 31.12.2014, mais 131,0% que em igual período do ano anterior, resultante de um EBT 53,7% (+44,7M€) superior ao atingido em 2013.

Em 2014 a taxa efetiva de imposto situou-se nos 39,97%, sobretudo pelo efeito nos impostos diferidos da redução da responsabilidade com os cuidados de

saúde e da redução da taxa de IRC a partir de 2015. O valor de imposto sobre o rendimento apurado inclui 23,4 M€ de eliminação de impostos diferidos ativos pela redução das responsabilidades futuras com cuidados de saúde fruto da revisão do Regulamento das Obras Sociais.

77,2 M€, valor 26,5% acima do atingido no período homólogo, correspondente a um resultado de 0,51€ por ação, a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 10,8% (8,7% no exercício de 2013) e a uma rentabilidade do capital próprio de 29,4% (22,2% no período homólogo).

3.1.7. Resultado Líquido, Rentabilidade e VAB

Os CTT obtiveram no exercício de 2014 um resultado líquido consolidado atribuível a acionistas dos CTT de

A demonstração de resultados reportados e recorrentes, para os exercícios de 2014 e de 2013 é em síntese como se segue:

mil euros	Reportado		Recorrente *		
	2014	2013	2014	2013	△ % 14/13
Total de rendimentos operacionais	718.774	704.847	717.774	704.847	1,8
Gastos operacionais	523.132	582.718	582.674	581.919	0,1
EBITDA	195.642	122.129	135.100	122.928	9,9
Margem EBITDA	27,2%	17,3%	18,8%	17,4%	1,4 p.p.
EBIT	135.418	87.236	111.522	96.113	16,0
Margem EBIT	18,8%	12,4%	15,5%	13,6%	1,9 p.p.
Resultado antes de impostos	127.999	83.253	104.103	92.131	13,0
Imposto sobre o rendimento do período	51.155	22.148	31.897	28.828	10,6
Prejuízos (lucros) atribuíveis a Interesses não controlados	(327)	89	(327)	89	-467,1
Resultado líquido do período (RL)	77.171	61.016	72.534	63.214	14,7

Nota: Gastos operacionais = CMVMC + FSE + Gastos com pessoal + outros gastos operacionais.

* O resultado líquido recorrente exclui rendimentos e gastos não recorrentes e considera uma taxa de imposto teórica (nominal) (Alteração da metodologia anterior que considerava a taxa efetiva de imposto das contas reportadas).

A Rentabilidade dos Capitais Próprios subiu 7,2 p.p., passando dos 22,2% em 2013 para os 29,4% em 2014, como resultado do aumento do resultado líquido em 26,5%.

As Rentabilidade dos Capitais Investidos (ROIC) de

26,2% e a Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) de 24,0% aumentaram 10,5 p.p. e 9,7 p.p., respetivamente, face aos valores do exercício de 2013, essencialmente, pelo aumento de 55,2% nos resultados antes de resultados financeiros e impostos.

RENTABILIDADE DOS CAPITALIS

	2014	2013	△ % 14/13
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) ⁽¹⁾	29,4%	22,2%	7,2 p.p.
Rentabilidade dos Capitais Investidos (ROIC) ⁽²⁾	26,2%	15,7%	10,5 p.p.
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽³⁾	24,0%	14,3%	9,7 p.p.

(1) Resultado Líquido/Capitais Próprios médios
Capitais Próprios médios = (CP n + CP n-1)/2

(2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos / (Ativo Líquido-Disponibilidades)

(3) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos / (Ativo Líquido-Passivo corrente)

O Valor Acrescentado Bruto atingiu o montante de 456,2 M€ correspondendo a uma captação VAB/efetivo médio de 36,7 mil euros, valor 16,9% superior ao registado no período homólogo, devendo-se essencialmente à redução do número de efetivos médios e ao crescimento do resultado líquido e do imposto sobre o rendimento. Este indicador revela o esforço de otimização das operações e maximização da produtividade dos recursos.

3.1.8. Investimento

O investimento do Grupo situou-se nos 16,6 M€, valor 27,7% acima do observado no período homólogo (13,0 M€) e foi orientado, principalmente, para sistemas informáticos, renovação e conservação de edifi-

VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)

	2014	2013	△% 14/13
VAB (Distribuição) - mil euros	456.228	404.647	12,7
Efetivo médio	12.448	12.904	-3,5
VAB (Distribuição)/Efetivo médio (euros)	36.651	31.358	16,9

cios, reforço das infraestruturas produtivas e veículos de carga e transporte. O investimento realizado visa potenciar as iniciativas do Programa de Transformação, com vista a acelerar o desenvolvimento das alavancas de crescimento dos CTT e de otimização dos recursos.

3.1.9. Posição financeira e Cash-Flow

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

mil euros	2014	2013	△% 14/13
Ativo não corrente	350.481	391.697	-10,5
Ativo corrente	830.516	708.437	17,2
Total do ativo	1.180.997	1.100.134	7,4
Capital próprio	249.210	275.934	-9,7
Total do passivo	931.787	824.200	13,1
Passivo não corrente	314.394	334.742	-6,1
Passivo corrente	617.393	489.458	26,1
Total capital próprio e passivo	1.180.997	1.100.134	7,4

O total do ativo registou um acréscimo de 80,9 M€ (+7,4%), refletindo o aumento no ativo corrente em 122,1 M€ devido ao aumento das disponibilidades e aplicações de tesouraria (119,7 M€, +22,0%) e de outros ativos correntes relativos a serviços financeiros postais (10,4 M€, +539,3%). Inversamente, o decréscimo no ativo não corrente resultante da anulação do *goodwill* da participação na Tourline (16,6 M€) e da eliminação do *goodwill* da EAD (0,8 M€), a par com a redução do ativo tangível líquido, uma vez que o investimento realizado não foi suficiente para compensar as depreciações do período, e do decréscimo dos impostos diferidos ativos.

O capital próprio reduziu 26,7 M€ (-9,7%) face a 31 de dezembro de 2013, como resultado da redução de 43,3 M€ nas outras variações no capital próprio, devido ao valor líquido negativo dos ganhos/perdas atuariais associados aos benefícios pós-emprego (61,0

M€), e os correspondentes impostos diferidos (17,7 M€). De salientar o aumento do resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT (+16,2 M€) que permitiu compensar parcialmente a redução do total do capital próprio. Refere-se que no primeiro semestre de 2014 ocorreu a alienação da participação de 51% na EAD, que impactou na redução de 1,6 M€ nos interesses não controlados. Em maio de 2014 foram pagos dividendos de 60 M€.

No que respeita ao passivo, o aumento de 107,6 M€ (+13,1%) situou-se essencialmente no acréscimo dos credores de serviços financeiros (88,0 M€), resultantes do aumento de atividade neste segmento. As responsabilidades com benefícios aos empregados ascenderam no exercício de 2014 a 278,7 M€, menos 6,7% que em 2013, pela reformulação do Regulamento das Obras Sociais (plano de saúde), parcialmente compensado com o efeito da redução da taxa de des-

conto de 4% para 2,5% e com a alteração da idade para a reforma (65 para 66 anos para os empregados

abrangidos pelo regime da “Caixa Geral de Aposentações”) impactando os outros benefícios.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Responsabilidades	278.668	298.543	-6,7
Cuidados de saúde	241.166	263.371	-8,4
Pessoal (acordos de suspensão)	17.810	19.744	-9,8
Outros benefícios	18.315	15.428	18,7
Plano de ações	1.376	-	-

No exercício de 2014 o indicador *free cash flow* operacional situou-se em 184,1 M€, face aos 110,4 M€ do exercício de 2013. A variação de caixa situou-se em 119,7 M€, 64,1 M€ (+115,4%) acima de igual período do ano anterior, pelo efeito positivo da otimização dos prazos de pagamento e recebimento e também da venda da empresa EAD, que compensaram os mais de 10 M€ de dividendo pagos em 2014 face a 2013 (2014

foram pagos 60 M€ de dividendos, enquanto que em 2013 os dividendos pagos foram de 50 M€).

No final de 2014, os CTT tiveram um acréscimo de 77,6 M€ com credores de serviços financeiros que se repercutiu nas suas disponibilidades e aplicações, pelo que o *free cash flow* operacional (excluindo a variação de credores de serviços financeiros) foi de 106,4 M€.

CASH FLOW

mil euros	Reportado			Recorrente *		
	2014	2013	△ % 14/13	2014	2013	△ % 14/13
<i>Cash flow</i> das atividades operacionais	178.706	109.430	63,3	101.086	50.498	100,2
<i>Cash flow</i> das atividades de investimento	5.348	1.009	430,2	5.348	1.009	430,2
Investimento	(7.519)	(11.207)	-32,9	(7.519)	(11.207)	-32,9
Outros	12.868	12.216	5,3	12.868	12.216	5,3
<i>Free cash flow</i> operacional	184.055	110.439	66,7	106.434	51.507	106,6
<i>Cash flow</i> das atividades de financiamento	(63.669)	(54.866)	16,0	(63.669)	(54.866)	16,0
Dividendos	(60.000)	(50.000)	20,0	(60.000)	(50.000)	20,0
Alteração perímetro consolidação	(692)	-	-	(692)	-	-
Variação de caixa	119.694	55.572	115,4	42.073	(3.360)	1.352,3

* *Cash flow* das atividades operacionais não incluindo a variação de credores de serviços financeiros.

3.1.10. Financiamento

O financiamento encontra-se concentrado em operações de *leasing* financeiro relacionadas com a construção de instalações operacionais e aquisição de equipamento básico (nomeadamente nos CTT, S.A. e CTT Expresso) e em empréstimos bancários na Tourline e na Corre para financiamento da atividade operacional, salientando-se o sistema de *cash pooling* utilizado pelo universo CTT.

A dívida líquida apurada é negativa, o que significa que os CTT detêm disponibilidades líquidas após dívida financeira e responsabilidades com benefícios aos empregados. Esta dívida líquida (de facto, excedente) de 74,9 M€ reflete um aumento de 54,9 M€ (+275,7%) devido fundamentalmente ao aumento das disponibilidades líquidas em 42,1 M€ (+17,8%) e à redução das responsabilidades com benefícios pós-emprego em 19,9 M€ (-6,7%), parcialmente compensada pela redução nos respetivos impostos diferidos.

DÍVIDA LÍQUIDA

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Dívida financeira remunerada	3.759	6.999	-46,3
Empréstimos bancários e outros empréstimos	891	2.481	-64,1
Locação financeira	2.869	4.518	-36,5
Disponibilidades líquidas	278.891	236.818	17,8
Dívida financeira líquida	(275.132)	(229.819)	19,7
Responsabilidades com benefícios aos empregados *	278.668	298.543	-6,7
Impostos diferidos benefícios aos empregados	(78.412)	(88.655)	-11,6
Dívida líquida (inc. responsabilidades com benefícios aos empregados)	(74.876)	(19.930)	275,7

* Inclui Plano de ações registado em capital próprio.

A área de negócio Serviços Financeiros potencia aos CTT uma elevada posição de caixa e disponibilidades de curto-prazo, por conta dos parceiros financeiros das diversas atividades prestadas: (i) pagamento de benefícios sociais, através de vales; (ii) comercialização de seguros, com especial enfo-

que em seguros de capitalização; (iii) certificados de aforro e tesouro, por conta do IGCP; e (iv) cobrança de portagens e outros pagamentos realizados na rede de lojas.

No exercício de 2014 as disponibilidades líquidas dos CTT aumentaram 42,1 M€ situando-se nos 278,9 M€.

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

mil euros	2014	2013	△ % 14/13
Disponibilidades líquidas			
(+) Disponibilidades + Aplicações	664.570	544.876	22,0
(-) Credores de Serviços Financeiros	(385.679)	(308.058)	25,2
Disponibilidades Líquidas	278.891	236.818	17,8

3.1.11. Indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 mantém-se a posição sólida de balanço, conforme indicadores evidenciados

abaixo que confirmam o reforço da solidez financeira dos CTT, com níveis de liquidez e de posição de caixa elevados.

INDICADORES FINANCEIROS

	2014	2013	△ % 14/13
Liquidez geral ⁽¹⁾	134,5%	144,7%	-10,2 p.p.
Solvabilidade ⁽²⁾	26,7%	33,5%	-6,7 p.p.
Solvabilidade ajustada ⁽³⁾	45,6%	53,5%	-7,8 p.p.
Dívida Líquida (m€)	(74.876)	(19.930)	275,7
Divida Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	-0,6 x	-0,2 x	-0,39 x
Cobertura dos ativos fixos tangíveis ⁽⁵⁾	239,0%	247,1%	-8,1 p.p.
Dividendo/RL ⁽⁶⁾	90,4%	98,3%	-7,9 p.p.
Dividendo/ Free cash flow operacional ⁽⁶⁾	37,9%	54,3%	-16,4 p.p.

(1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Passivo Total

(3) Capital próprio/(Passivo Total - valores de terceiros incluídos na Caixa e equivalentes de caixa)

(4) Se negativo significa posição de caixa positiva

(5) (Passivo não corrente+Capital próprio)/Ativo fixo tangível (inclui propriedades de investimento)

(6) 69,75 M€ de dividendo em 2014 e 60,0 M€ em 2013.

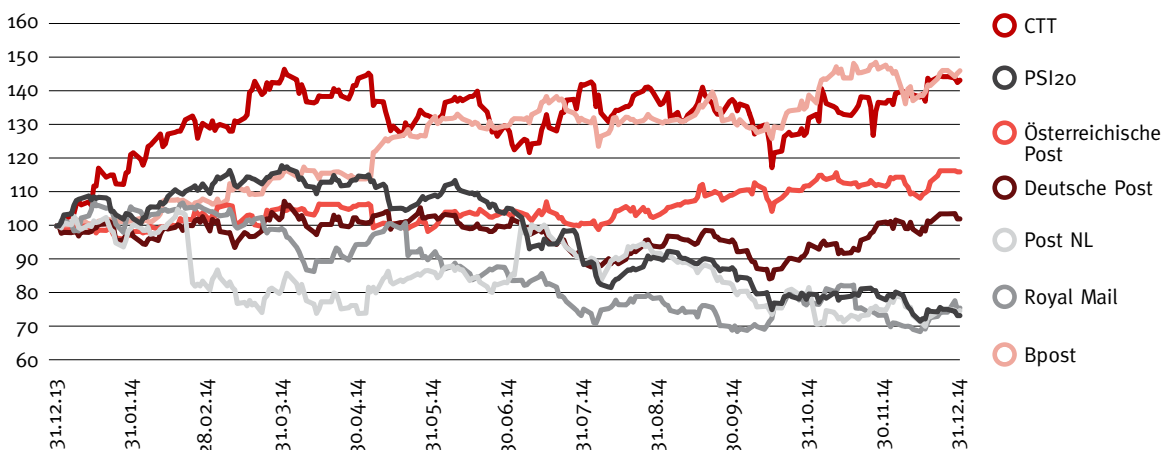
3.2. DESEMPENHO DA AÇÃO CTT

No ano de 2014 a ação dos CTT valorizou-se 43,42%, num período em que o índice português PSI 20 depre-

ciou 26,83%. Os CTT foram a ação com melhor performance do PSI 20 durante o ano 2014, seguindo-se a EDP Renováveis com uma valorização de 39,96%.

DESEMPENHO DA AÇÃO CTT vs PSI 20 e SECTOR

(Ano 2014 - base 100 a 31 dez 2013)



Os CTT pagaram no ano de 2014 um dividendo de 0,40€ por ação, pelo que o retorno global para os acionistas (valorização + dividendo, calculado com base no preço da ação em 31 de dezembro de 2013) foi de 51,46% neste período. Na perspetiva de retorno global para os acionistas, os CTT foram a ação com melhor performance do PSI20 durante o ano 2014, seguindo-se a EDP Renováveis com um desempenho de 41,10%. As ações das empresas do setor postal a nível europeu oscilaram entre uma queda de 25,30% (Post NL) e uma subida de 46,27% (Bpost), sendo a sua valorização em média de 14,75% em retorno global, tendo os CTT atingido o segundo melhor desempenho, próximo de Bpost, que registou 55,64% de retorno global.

No dia 24 de março de 2014, as ações dos CTT passaram a integrar o índice PSI 20, o principal índice da Bolsa Portuguesa. As alterações na composição deste índice são feitas no âmbito da revisão anual efetuada pela Euronext Lisbon, em março de cada ano. O PSI 20 é composto por ações emitidas pelas 20 principais empresas cotadas em termos de capitalização de mercado, *free float* e liquidez.

Durante o ano 2014 foram transacionadas 190,2 milhões de ações dos CTT na Euronext Lisbon, correspondendo a uma média diária de 744 mil ações, o que se traduz num rácio anual de 127% de rotação do capital em bolsa. A 31 de dezembro de 2014 o preço de fecho de mercado da ação dos CTT foi de 8,017€.



As pessoas em primeiro lugar.

O nosso sucesso passa pelas pessoas e o sucesso das pessoas passa pela aposta em projetos ativos de formação, planos de gestão de talento e evolução profissional e políticas de segurança no trabalho e de apoio social. Fazemos questão de promover a realização, o reconhecimento e a participação de todos porque só unidos conseguiremos alcançar os objetivos traçados.





www.ctt.pt

ctt correios



Goupil
Soma



4. Recursos Humanos

Cultura e Valores. Plano de Gestão do Talento. Reconhecimento e Recompensa

A Gestão do Talento cria valor para a organização e para cada um. Estamos a integrar os valores, a dar-lhes vida, a desenvolver sistemas e políticas para transformar a organização, a desenvolver capacidades, a responsabilizar a liderança e a comprometer a estrutura. E a reconhecer e recompensar os contributos.

Durante 2014 continuou-se a aprofundar a vivência da Cultura e Valores definidos em 2013, tendo sido prosseguidas diversas ações com essa finalidade.

Foi aprovado um **Plano de Gestão do Talento**, que tem como objetivos:

- Orientar os Colaboradores para os principais desafios de Negócio e Cultura desejada;
- Dotar os CTT das melhores práticas de mercado em termos de Gestão de Talento;
- Reforçar a Proposta de Valor para Colaboradores, posicionando os CTT como uma das melhores e mais atrativas empresas para trabalhar;
- Garantir a sustentabilidade do negócio através do desenvolvimento de Talento, disseminação do Conhecimento e Entusiasmo dos Colaboradores;
- Colocar o Cliente no centro da organização, reforçando a variável de Inovação na fórmula de Excelência dos CTT;
- Colocar a Gestão do Talento na agenda estratégica e no dia a dia dos líderes CTT.

O plano integra os cinco eixos do **Ciclo de Gestão do Talento**: **Captar** novos colaboradores; **Clarificar** as suas responsabilidades, expectativas, oportunidades e *modus operandi* nos CTT; **Comprometer** os Colaboradores com os objetivos e resultados de negócio, equipa e individuais; **Capacitar** os Colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o futuro; **Crescer** os Colaboradores e assim fazer Crescer os CTT.

Para cada um destes eixos foram identificadas ações em vários horizontes temporais, com sistematização de prioridades e do respetivo plano de implementação. Durante 2014 foi completado o Enquadramento Organizacional e Grupos Funcionais, foi efetuado um *benchmarking* salarial e definida a Política Retributiva com o posicionamento da organização nos vários níveis, foram desenhados o *Employer Brand* e o Programa *Trainee* a começar em 2015, foram definidos Perfis Líder e para funções chave e, medida com grande im-

pacto, foi concebido e desenhado o novo sistema de Gestão de Desempenho, que está a ser implementado num primeiro ciclo completo em 2015.

O sistema de Gestão de Desempenho destina-se a toda a estrutura dos CTT e visa o alinhamento dos Colaboradores com a estratégia e negócio, consolidando uma cultura de meritocracia, reconhecimento e recompensa de desempenhos diferenciados. Neste sentido, foi deliberado atribuir remuneração variável total de 11 M€ relativa já ao desempenho em 2014, a pagar no 2º trimestre de 2015, e prever também remuneração variável nos exercícios futuros, obviamente em função do desempenho da organização e individual, de acordo com critérios detalhados definidos no quadro do referido sistema de Gestão de Desempenho.

Atividade corrente

Em consequência da necessária política de ajustamento dos recursos humanos à evolução do mercado, em 31 de dezembro de 2014 o número de trabalhadores dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) era de 12 120, menos 263 (-2,1%) do que em 2013. Aqui se incluem 6 596 trabalhadores da área de operações e distribuição de correio (dos quais 4 943 carteiros distribuidores) e 2 675 afetos à rede de lojas.

Em 2014 foram admitidos 103 trabalhadores (76 em Espanha e 27 em Portugal), enquanto ocorreram 228 saídas. Destas saídas, 86 foram por aposentação ou reforma, 122 por cessação do contrato de trabalho e 20 por falecimento. Adicionalmente procedeu-se à reavaliação de trabalhadores com condicionantes para o desempenho das suas funções tendo em vista uma melhor ocupação e a aposta na mobilidade entre as várias empresas e negócios dos CTT, promovendo, quando possível, o *insourcing* de atividades operacionais. Neste âmbito, o processo de integração das redes de distribuição trará um maior aproveitamento e eficiência dos recursos.

Nº DE TRABALHADORES

	31.12.2014	31.12.2013	△ % 14/13
AN Correio	9.717	10.013	-296 -3,0%
Correio e Soluções Empresariais	7.042	7.315	-273 -3,7%
Rede de Lojas	2.675	2.698	-23 -0,9%
AN Expresso e Encomendas	1.205	1.170	35 3,0%
AN Serviços Financeiros	101	103	-2 -1,9%
Outros	1.097	1.097	0 0,0%
Total, do qual:	12.120	12.383	-263 -2,1%
Efetivos do quadro	11.527	11.730	-203 -1,7%
Contratados a termo	593	653	-60 -9,2%
Total em Portugal	11.550	11.830	-280 -2,4%

Desenvolvimento de competências e formação

Lançaram-se várias iniciativas com vista ao desenvolvimento e reforço do capital humano, com políticas ativas de formação, de enquadramento funcional e planos de evolução profissional.

Efetuiu-se em 2014 o primeiro programa de identificação e desenvolvimento de potencial para novos quadros dos CTT, abrangendo um grupo de 100 participantes, com o envolvimento das respetivas chefias. Este programa insere-se nas políticas de desenvolvimento de capital humano, numa ótica de gestão de talento, visando, por um lado, um melhor conhecimento do perfil e valências dos trabalhadores e, por outro, a realização de ações de desenvolvimento de potencial e competências pessoais, com vista ao reforço das apetências e competências para o mundo empresarial.

Realizou-se o processo anual de avaliação de desempenho, o qual abrange o conjunto dos trabalhadores e visa a apreciação da atividade dos colaboradores e dos contributos para os objetivos e resultados alcançados. Este processo visa apoiar a gestão do desempenho, a identificação de necessidades de formação e responsabilização da chefia e trabalhador pelo desenvolvimento profissional e a política de reconhecimento do mérito e contributos.

A formação dos trabalhadores, em 2014, foi orientada pelos Valores dos CTT e focada predominantemente na Confiança (Cumprir sempre), Excelência (Fazer sempre melhor) e Orientação para o Cliente (O seu sucesso é o nosso sucesso).

Cumprir sempre exige gestores bem preparados, objetivo prosseguido através do “Curso Geral de Gestão” em parceria com a Nova *School of Business and Economics* e do curso “Gestão para Chefias Operacionais”, con-

cluídos este ano por 327 representantes dos *middle e operational management*, que ficaram melhor preparados para enfrentar os desafios de criação de valor para o cliente, qualidade e eficiência, de forma a manter os CTT como operador de referência mundial.

A perceção e interiorização por cada trabalhador de que o “Sucesso dos nossos Clientes é o nosso Sucesso” constitui um objetivo que percorre toda a formação, com ênfase especial para as funções que mais diretamente intervêm na geração de valor. Promover um atendimento de excelência nas lojas, eficácia na venda dos produtos CTT e dos serviços objeto das novas parcerias com a PT, EDP, Fidelidade, Mapfre, Agência para a Modernização Administrativa / Rede Espaço do Cidadão e Cetelem corporizaram objetivos formativos prosseguidos através do aprofundamento do conhecimento dos produtos e serviços de cada área de negócio e da integração das soluções da oferta CTT. Neste âmbito, os CTT contaram também com o apoio dos seus parceiros com ações de formação específicas e formação *on job*, reforçando a formação técnica e teórica ministrada. Os cerca de 2 700 profissionais da Rede de Lojas frequentaram perto de 100 000 horas de formação.

No mesmo sentido, incrementou-se o conhecimento sobre qualidade de serviço e fluxo logístico das operações de correio para mais de 2 000 operacionais e chefias da área de Operações e Distribuição, através, entre outros, do Curso “Qualidade nas Operações”.

Em 2014 os CTT investiram em formação cerca de 264 mil horas (+18% do que no ano anterior) distribuídas por 52 mil participações (-0,6%), organizadas de forma a obter cada vez mais eficiência na superação da dispersão dos locais de trabalho, o que se refletiu no incremento de cerca de 7% face ao ano anterior na formação à distância e na formação em local.

No domínio do recrutamento e mobilidade foram divulgados internamente 331 concursos e 2 processos de recrutamento externo, que originaram o preenchimento de 282 postos de trabalho.

Foram concedidos 11 estágios externos para jovens licenciados e mestres no âmbito do programa “Movimento para o Emprego”. Foram ainda realizados 5 estágios profissionais e 5 estágios curriculares.

Segurança no trabalho e apoio social

Está em implementação uma política de retribuição flexível e equilibrada, que permita premiar a performance e a produtividade, com a introdução progressiva de uma componente variável na remuneração do capital humano. Esta política foi desenvolvida a par e passo com diversas iniciativas para racionalizar e tornar mais eficientes e objetivos alguns dos benefícios aos trabalhadores, sendo o novo Acordo de Empresa e a revisão das diversas componentes do plano de saúde as mais relevantes.

No âmbito da Higiene, Segurança e Ergonomia, neste ano de internalização dos serviços de Segurança no Trabalho, realizaram-se 268 intervenções para avaliação de condições de trabalho e de riscos em estabelecimentos dos CTT, asseguradas por técnicos da empresa.

No que concerne à sinistralidade laboral, verificaram-se 955 acidentes laborais, mais 5,2% que em 2013 e 25 252 dias de ausência ao trabalho por incapacidade temporária absoluta, mais 1% que em 2013. Registou-se um acidente com consequências mortais. Um trabalhador foi vítima de acidente rodoviário *in itinere*, com responsabilidade civil de terceiros.

O serviço social aos beneficiários das Obras Sociais dos CTT interveio ao nível do estudo das situações socioeconómicas ou de disfunção social dos beneficiários e sua família, promovendo as respostas mais adequadas às carências diagnosticadas. Neste âmbito, o apoio social aos beneficiários registou o acompanhamento de 464 situações (dependências, saúde mental, apoio a idosos e ação social) que motivaram cerca de 29 visitas a instituições e domicílios, cerca de 216 entrevistas presenciais e 1 839 contactos telefónicos.

Os CTT procederam, em 14 de agosto, à denúncia do Acordo de Empresa 2013, que se encontrava em vigor desde 27 de abril de 2013 até 27 de outubro de 2014, tendo igualmente procedido à comunicação da referida denúncia às doze organizações sindicais representantes dos trabalhadores bem como ao envio de uma proposta de novo Acordo de Empresa.

A empresa iniciou em 15 de setembro um processo negociado com as estruturas de representação coletiva de trabalhadores (ERCT) - Comissão de Trabalhadores e Sindicatos - tendo como objetivo a introdução de alterações ao Regulamento de Obras Sociais (ROS) no que respeita aos benefícios de saúde e sociais, tornando o sistema de saúde dos CTT mais equilibrado, permitindo a sua sustentabilidade. Foi também iniciada nesta data a negociação de um novo Acordo de Empresa que permita uma maior homogeneidade de condições e horários de trabalho incorporando uma maior mobilidade e flexibilidade.

Este processo, que decorreu num ambiente construtivo de procura de soluções, culminou com a assinatura em 9 de fevereiro de 2015 com onze sindicatos representados na empresa do novo Acordo de Empresa, válido para os próximos dois anos, e do novo Regulamento do sistema das Obras Sociais (ROS), o sistema interno de saúde e proteção social dos CTT, o qual também foi subscrito pela Comissão de Trabalhadores dos CTT.

Este novo AE reforça um enquadramento laboral ajustado às especificidades da atividade da empresa, promovendo uma maior flexibilidade e mobilidade, um bom clima social e relações coletivas de trabalho estáveis, elementos fundamentais para os CTT enfrentarem os desafios atuais e futuros. Nesse sentido, prevê um maior alinhamento com condições legalmente definidas, a não continuação de alguns subsídios específicos, a harmonização do horário de trabalho nos CTT e a aplicação de aumentos de 2% nas remunerações base, o que sucede pela primeira vez em cinco anos.

O novo ROS dos CTT mantém um nível de proteção elevado, com maior equilíbrio na repartição de gastos entre a empresa e os beneficiários e racionalizando a utilização dos benefícios. Nesse sentido, foi incrementada a participação dos beneficiários no sistema, através do aumento das quotas mensais e dos copagamentos a cargo, mantendo-se o caráter abrangente do sistema e reforçando-se algumas medidas de apoio social.

As alterações em matéria de plano de saúde, subsídios e tempo de trabalho promoverão uma redução dos custos da empresa, enquanto os aumentos salariais terão um impacto de sentido inverso.

A partir de 1 de janeiro de 2015 e para além da revisão do ROS atrás referida, o plano de saúde dos CTT, até então gerido pela PTACS, passou a ser gerido pela Médis, na sequência de um concurso dirigido a quatro entidades de referência. A transição para a Médis garante a continuidade de todos os cuidados de saúde em moldes idênticos aos utilizados pelo anterior fornecedor, beneficiando de uma rede mais abrangente. Esta mudança permitirá uma redução dos gastos correntes com a gestão do plano de saúde e com os serviços médicos que decorre das economias de escala deste gestor.





O futuro está bem presente no nosso dia a dia.

Trabalhamos todos os dias para garantir um futuro melhor para as pessoas, para as comunidades e para o ambiente, através de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que passa pela renovação da frota convencional e expansão da frota elétrica, pela otimização de rotas, por iniciativas ambientais e sociais junto das populações ou pela manutenção de sistemas de gestão certificados.

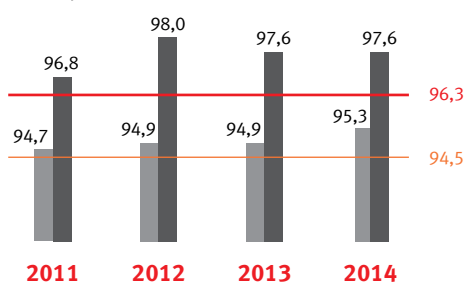
5. Qualidade, Inovação e Sustentabilidade na atuação dos CTT

5.1. QUALIDADE DE SERVIÇO

Em 2014, os CTT continuaram a apresentar níveis de desempenho operacional elevados, situando-se o IGQS - Indicador Global de Qualidade de Serviço -

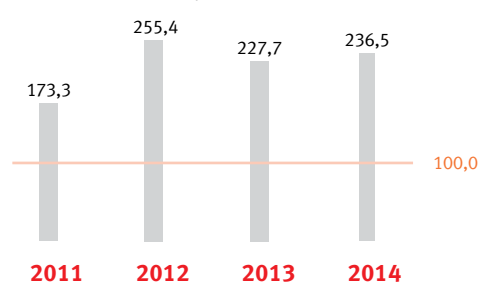
em 236,5 pontos, que compara com um objetivo de 100 e ultrapassa em 8,8 pontos o valor alcançado em 2013. Esta performance corrobora que a eficiência crescente não é alcançada pela redução da qualidade de serviço.

Padrões de Qualidade
Correspondências Nacionais



- Correio Azul Continente — Obj. Correio Azul
- Correio Normal Nacional — Obj. Normal

Indicador Global de
Qualidade de Serviço



- IGQS — Obj.

No que se refere ao correio internacional foram excedidos por Portugal os objetivos de qualidade definidos pela Diretiva Comunitária para o setor postal.

Todas as variáveis convencionadas excederam em 2014 os valores objetivo estabelecidos:

Níveis de Qualidade	Mínimo	Objetivo	Realizado
Correio Azul			
% Entregas no dia seguinte (Continente)	93,50	94,50	95,30
% Entregas até dois dias (Açores e Madeira)	84,00	87,00	93,30
% Entregas até dez dias	99,75	99,85	99,91
Correio Normal			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,60
% Entregas até quinze dias	99,77	99,86	99,91
Jornais e Publicações Periódicas			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,90
Correio Internacional			
% Entregas até três dias	85,00	88,00	90,80*
% Entregas até cinco dias	95,00	97,00	98,40*
Encomendas			
% Entregas até três dias	90,50	92,00	94,30
Tempo de espera nas lojas			
% Atendimento até 10 minutos	75,00	85,00	91,10

* Média de outubro 2013 a setembro 2014.

Proseguiu-se o esforço de manutenção de todos os sistemas de gestão certificados. Em março de 2014, foi obtida a Certificação de Qualidade dos Sistemas de Controlo de apuramento dos Índices de Qualidade de Serviço, agora incluindo os IQS 6 (demora de encaminhamento nos jornais e publicações periódicas), IQS 9 (demora de encaminhamento na encomenda nacional) e IQS 10 (tempo em fila de espera no atendimento), para além dos IQS de 1 a 5 (demora de encaminhamento no correio normal e correio azul), já certificados desde 2002.

Os CTT fizeram nova candidatura ao nível do *Committed to Excellence*, agora abrangendo toda a rede operacional dos CTT: lojas, centros de distribuição postal e centros de produção e logística, no âmbito do Modelo Europeu de Excelência da EFQM (*European Foundation for Quality Management*). Na sequência desta candidatura, estão atualmente em fase final de implementação 3 ações de melhoria que serão avaliadas em abril de 2015, e que irão permitir alcançar novo reconhecimento do *Committed to Excellence*. Esta metodologia tem indubitavelmente contribuído para reconhecidas melhorias operacionais, tendo vindo a evoluir na transversalidade da sua abrangência operacional. Os CTT foram o primeiro operador postal europeu a alcançar este reconhecimento no referido âmbito.

O processo de Certificação de Serviços foi mantido na totalidade das lojas e centros de distribuição postal, agora englobando também a Certificação de 25 postos de correios, projeto que vai ser alargado em 2015.

Os bons desempenhos operacionais têm-se traduzido em perceções positivas da qualidade do serviço por parte dos clientes: 84,8% dos clientes que visitaram as lojas afirmam que a qualidade do serviço postal é boa ou muito boa.

Contact Center

O canal telefónico (67%) e o correio eletrónico (33%) do *Contact Center* foram os meios mais utilizados pelos clientes no seu contacto com a empresa.

Em 2014 o canal telefónico registou 737 140 chamadas atendidas, o que representa um crescimento de 17% face a 2013. Este crescimento reflete-se pelo aumento do número de contactos da linha CTT (+18%), de telecomunicações (+33%) e *tollcard* (serviço de cobrança de Portagens) (+46%), já que a linha ViaCTT (-9%) tem revelado um comportamento inverso.

Sobre a linha CTT, importa referir quais as funcionalidades que têm revelado um crescimento acentuado: o serviço de cobrança de portagens (+10%), informa-

ções gerais (+11%), a pesquisa de objetos, onde se incluem questões relacionadas com o processo de desalfandegamento (+20%) e as reclamações (+59%). A pesquisa de códigos postais manteve a tendência decrescente (-8%).

Relativamente ao correio eletrónico, foram recebidos 362 706 contactos, o que representa um crescimento de 54% deste canal face a 2013, com particular destaque para as funcionalidades: loja virtual (19%), cobrança de portagens (+46%), informações (54%), reclamações (+59%), internacional (+80% por questões relacionadas com o processo de desalfandegamento) e telecomunicações (+86%). A única exceção foi a *mailbox* ViaCTT, que decresceu 32%, fruto da agilização do processo de recuperação da *password* de acesso à caixa postal eletrónica e o código postal que manteve o mesmo volume do ano anterior.

5.2. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A missão e os valores dos CTT consagram a inovação como, respetivamente, garantia de cumprimento dessa mesma missão – hoje e no futuro – e aposta na contínua exploração de novas ideias, processos e soluções que contribuam para o crescimento futuro dos CTT e o desenvolvimento da sociedade e tecido empresarial.

Assim, no contexto da I&D destaca-se em 2014 o seguinte:

Desenvolvimento de soluções, produtos e serviços

- Lançamento da consulta ao mercado visando o fornecimento de serviços de desenvolvimento de *software* para a versão 2.0 da “App CTT” e acomodando novas funcionalidades no domínio da cobrança de portagens e da entrega de objetos postais noutra morada (SIGA).
- Disponibilização no *site* dos CTT do serviço de aceitação de pedidos de referência MB para pagamento de portagens.
- Cooperação com equipa de MBA de instituto universitário nacional, no âmbito da realização de projeto de modernização do serviço de apartados dos CTT.
- Conclusão do desenvolvimento de ferramenta aplicacional para tratamento automático de bases de dados de endereços de clientes, introduzindo melhorias significativas na qualidade do endereçamento e do tratamento.
- Elaboração com o IPC – *International Post Corporation* e mais três outros operadores postais (da Suécia, Espanha e EUA) de *standard* internacional – o 1º a nível

mundial, publicado em fevereiro 2014 – para certificação ambiental do produto Correio Verde, EPD/PCR (*Environmental Product Declaration / Product Category Rules*).

- Disponibilização da solução *Easy Return* (IPC) que permitirá aos destinatários a devolução sem custos de objetos ao país europeu de origem (desde que membro do IPC).
- Conclusão do projeto de pré-aviso e desalfandegamento em lote com os Correios de Jersey, com impacto em termos de conveniência e rapidez para o destinatário, pois garante informação antecipada sobre direitos e impostos relativos à expedição e acelera o processo de desalfandegamento.
- Alargamento a 42 centros de distribuição postal da metodologia D.S.A. - Distribuição Sequenciada Automaticamente (de correio), alinhada com as melhores práticas internacionais e visando aumentar a eficiência operacional e acelerar significativamente o processo de distribuição a clientes finais (em áreas de densidade urbana).
- Prosecação dos trabalhos no âmbito do projeto e*CIP (IPC), que agrupa atualmente 30 operadores, incluindo os CTT, e que visa promover – por via da disponibilização de uma oferta atrativa a *e*retailers* e *e*buyers* – o crescimento do tráfego postal gerado pelo comércio eletrónico (B2C) transfronteiriço.

Iniciativas de âmbito corporativo

- Produção da *newsletter* eBIZ (mensal) com informação sobre os avanços tecnológicos mais recentes em tecnologias estritamente postais ou outras TIC que, influenciando a atividade postal, possam configurar oportunidades para novas soluções e negócios para os CTT.
- Elaboração e submissão da candidatura dos CTT – relativa a 2014 – ao programa SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial), que atribui créditos fiscais em sede de IRC a empresas que apostem em I&D.
- Conclusão dos trabalhos – iniciados no seguimento da criação de um “observatório de tendências” (2013) – visando, nas 3 áreas de negócio dos CTT, apurar o “Estado-da-Inovação” da empresa e definir estratégias futuras de desenvolvimento dos negócios.

5.3. SUSTENTABILIDADE

Os CTT tiveram um ano marcado pela sua recente condição de empresa privada, tendo atingido o final do 2014 com 100% do seu capital disperso em bolsa e uma vasta base acionista de investidores portugueses e estrangeiros, sendo a maioria investidores institucionais. Deste processo de transição resultou a consolidação do novo modelo de governo societário, incluindo a nomeação de Administradores não executivos, e de novas práticas de relato da empresa. Procedeu-se à atualização do Código de Ética e à recomposição da Comissão de Ética. A alteração acionista permitiu claramente separar a criação de valor para os acionistas da função de concessionária de um serviço público – os serviços postais universais. Assim, a empresa passou a focalizar-se na criação de valor acionista, no estrito cumprimento dos seus deveres no âmbito da concessão, tendo prosseguido o programa de racionalização de custos e o esforço de desenvolvimento de novos negócios.

Quanto aos restantes *stakeholders*, os clientes beneficiaram de uma oferta cada vez mais abrangente com os habituais níveis de excelência de serviço: a qualidade de serviço atingiu os 236,5 pontos face ao objetivo de 100 pontos acordado com o Regulador, tendo-se considerado satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço prestado 84,8% dos clientes, segundo os “Questionários de Satisfação ao Cliente”. O cliente é uma preocupação cada vez maior dos CTT, assumindo um papel central na definição da estratégia da empresa, com diversas iniciativas que visam antecipar necessidades, identificar tendências e prever a evolução dos hábitos.

Com a alteração da titularidade do capital também algumas práticas remuneratórias foram repostas, beneficiando os colaboradores. As diversas iniciativas de avaliação, enquadramento e valorização do capital humano dos CTT atrás descritas visam a melhoria da satisfação no trabalho dos colaboradores e a sua valorização presente e futura, maximizando o valor criado por estes.

Este ano reformulou-se o modelo de avaliação de desempenho, baseado em metas e objetivos mais focalizados, procurando valorizar o mérito dos trabalhadores, e ministraram-se 264 mil horas de formação, mais 18% do que no ano anterior. Em matéria de segurança no trabalho, verificaram-se 955 acidentes laborais (um deles mortal, embora com responsabilidade civil de terceiros), 5,2% acima de 2013. A taxa de absentismo desceu ligeiramente (0,4%), para 6,1%. Contratou-se um novo prestador de serviços de medicina do trabalho, tendo-se realizado mais de 6 mil exames médicos. Anunciou-se no final do ano a decisão de mudança do

fornecedor de saúde para um novo prestador.

Reforçou-se a relação com a comunidade e a sociedade através de iniciativas ambientais e sociais. Os CTT foram os patrocinadores exclusivos da campanha “Uma árvore pela floresta”, com vista à luta contra a propagação de incêndios, em parceria com a Quercus: árvores em cartão vendidas nas lojas CTT financiam a plantação de bosques de árvores autóctones, com acompanhamento *on line* do local de plantação e do seu crescimento ao longo de cinco anos.

Este ano, os consumos energéticos dos CTT (não incluindo a Tourline e a CORRE) voltaram a cair, 0,3% face a 2013. Os aumentos de consumo de combustível, decorrentes do *insourcing* de parte da atividade subcontratada de transportes, não puderam ser totalmente compensados pela redução de consumo de eletricidade, resultado direto da otimização da rede operacional. Assim, as emissões de CO₂ dos *scopes* 1 e 2 aumentaram 1,0%. A intensidade energética por objeto distribuído degradou-se um pouco, por via do efeito de deseconomias de escala.

Realce para a adesão dos CTT ao *Caring for Climate* das Nações Unidas, um compromisso subscrito pelas 370 empresas líderes mundiais em matéria de alterações climáticas. Os CTT melhoraram a pontuação nos *ratings* carbónicos em que participam no *Carbon Disclosure Project*, o mais importante a nível mundial, sendo líderes nacionais no seu setor, e no EMMS/IPC, o mais relevante do setor postal, onde atingiram novamente a 6^a posição de proficiência carbónica e energética e foram *benchmark* no critério *Disclosure and Reporting*.

Prosseguiu-se a renovação da frota convencional e a expansão da frota elétrica (início de operação de 18 novos veículos e testes com um camião 100% elétrico). Com cerca de 8% do total da sua frota em modo de motorização elétrica, os CTT são presentemente o líder nacional desta forma de mobilidade. Em matéria de *commuting*, as diversas iniciativas organizadas no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade 2014 envolveram mais de 200 trabalhadores dos CTT, tendo incluído a melhoria de facilidades para os modos suaves de mobilidade, a participação no *Bike to Work Day*, uma palestra e demonstrações de bicicletas elétricas.

No domínio do marketing sustentável, foi aprovado o processo de compensação participativa das emissões carbónicas dos CTT e publicado o PCR - *Product Category Rule* para os serviços postais, um novo *standard* internacional para portefólios Eco, em cuja elaboração os CTT participaram. O portefólio Eco voltou a evoluir mais favoravelmente do que a generalidade do tráfego postal, embora este ano as suas receitas não tenham crescido, pela primeira vez desde o seu lançamento.

Reforçou-se a intervenção ambiental na cadeia de valor (compras ecológicas), tendo a percentagem de procedimentos pré-contratuais com critérios ambientais subido para 73,5% e o valor dos contratos com critérios ambientais passado a representar 99,5% do total.

Ainda a nível ambiental, em 2014 os CTT foram declarados pelo IPC – *International Post Corporation* o operador postal mundial com maior redução da pegada carbónica no último quinquénio, -51%, fruto da implementação com êxito de programas de melhoria contínua.

Em matéria de reconhecimento e prémios, destaque para a “Marca de Confiança Ambiente”, atribuída pela primeira vez à empresa pelas Seleções do *Reader's Digest*. Os CTT foram ainda finalistas, pelo 4^o ano consecutivo, do *PTI Environmental Achievement of the Year*, o mais importante prémio ambiental do setor a nível mundial.

Na vertente social os CTT associaram-se à EPIS-Empresários pela Inclusão Social para apoiar jovens com insucesso escolar. Acolheu-se uma iniciativa de estágios vocacionais e lançou-se o primeiro projeto de voluntariado de longa duração (*mentoring*), em que dez voluntários CTT acompanham jovens em risco de abandono escolar durante um a três anos. Pretende-se que estas relações próximas entre mentor e mentorando tenham uma influência positiva na vida dos alunos, tanto académica como pessoal.

Renovou-se o Acordo de Adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade, de que os CTT são membro fundador, e subscreveu-se o “Apelo à Natalidade”, áreas reconhecidas pela atribuição do prémio “*Human Resources Portugal 2013*”, na categoria “Empresa que mais promove e defende a Igualdade de Género”.

Apoiaram-se iniciativas de intervenção social e ambiental no valor de 500 mil euros, das quais se destacam a CAIS, a Associação Salvador, as Meias Maratonas de Lisboa e Portugal, a Associação Portuguesa contra a Leucemia, o Pirilampo Mágico, entre outras. Dinamizaram-se cinco programas de recolha de bens (Projeto de Luta Contra a Pobreza, Banco do Bebê, Banco Alimentar, Movimento Reutilizar e Pai Natal Solidário), tendo distribuído gratuitamente mais 31 mil embalagens solidárias a 83 Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Organizaram-se 11 iniciativas de voluntariado social e ambiental, com a participação de mais de 100 trabalhadores e familiares. Visitou-se a Reserva do Boquilobo onde se procedeu à limpeza de uma área de sobriros, celebrou-se o Dia Internacional da Biodiversidade com observação e registo de anfíbios no Parque Na-

tural da Serra de Sintra e organizaram-se diversos passatempos e iniciativas. Colaborou-se com o Banco Alimentar e a Fundação Portuguesa de Cardiologia, levaram-se crianças ao Circo de Natal CTT em Lisboa e no Porto, entre outras atividades. Lançaram-se inúmeros reptos ao longo do ano, incentivando à participação dos trabalhadores e familiares, com contrapartidas de entradas para o Jardim Zoológico, Kidzania e espetáculos musicais ou outros.

 ctt

02





Estamos no caminho certo.

Temos planos: a criação de um banco novo. Temos projetos: o lançamento de produtos e serviços, o desenvolvimento de novos atributos em ofertas já existentes e o desenvolvimento do e-commerce a nível global. Temos expectativas: a melhoria do cenário macroeconómico e o crescimento do comércio eletrónico. Temos ambições: continuar a ser o operador postal multiserviços de referência.

6. Eventos posteriores e perspectivas futuras

Eventos posteriores

Em 13 de fevereiro de 2015, os CTT informaram o mercado sobre a atualização dos seus preços a partir de 1 de março. Esta atualização corresponderá a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 2,3% e foi definida em conformidade com os Critérios de Fixação de Preços do Serviço Postal Universal definidos pelo ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), no âmbito do nº 3 do art.º 14º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na redação que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro. Enquadrada na política tarifária da empresa para o ano 2015, a presente atualização corresponde a uma variação média anual dos preços na ordem dos 4%, refletindo também o efeito da atualização dos preços relativa ao correio em quantidade ocorrida na mesma data.

Os CTT e o Governo Português assinaram em novembro de 2013 um protocolo para a instalação de Espaços do Cidadão na rede de lojas dos CTT, cujo projeto-piloto decorreu em 24 lojas durante 2014. No último trimestre de 2014 foi negociado com o Governo o modelo de expansão e o modelo de negócio. Em 20 de janeiro de 2015 foi assinado um protocolo entre os CTT e o Governo, que tem por objeto a instalação na rede de lojas CTT de Espaços do Cidadão, de acordo com a seguinte calendarização:

- Fase I, até 31 de dezembro de 2015, a instalação de 200 Espaços do Cidadão (24 lojas piloto de 2014 e 176 novas lojas);
- Fase II, dependente da renovação contemplada no protocolo, instalação de mais 100 Espaços do Cidadão até 31 de dezembro de 2016.

Posteriormente esta parceria será reavaliada pelos parceiros podendo ser alargada sempre com o racional económico não restrito aos serviços prestados mas sobretudo baseado no potencial de *cross-selling*. O Estado pretende instalar cerca de 1 000 Espaços do Cidadão em todo o país, sendo os CTT o principal parceiro com a sua rede de lojas.

Em 6 de fevereiro foi criada a sociedade CTT Serviços S.A. no contexto do processo de constituição do Banco Postal com o capital social de 5.000.000,00 Euros. Este é mais um importante passo para o lançamento do banco ao longo de 2015, cujo processo passa por diversas etapas de autorização por parte do Banco de Portugal, assim como a interligação com diversas entidades fundamentais para a prestação de serviços bancários. Ainda neste âmbito, foi formalizada a contratação em 18 de fevereiro de 2015 para a implementação das diversas componentes do sistema informático *core* (Core Banking System) do Banco Postal.

Em dezembro de 2014 foram acordados os princípios para a possível formalização de um novo Acordo de Empresa e para a revisão do Regulamento das Obras Sociais, o sistema interno de saúde e proteção social dos CTT. Em 9 de fevereiro, após um processo de negociação dos termos finais, os CTT assinaram com onze sindicatos representados na empresa um novo Acordo de Empresa (AE) válido para os próximos dois anos, bem como um novo Regulamento do sistema das Obras Sociais (ROS).

Este novo AE reforça um enquadramento laboral ajustado às especificidades da atividade da empresa, promovendo uma maior flexibilidade e mobilidade, um bom clima social e relações coletivas de trabalho estáveis, elementos fundamentais para os CTT enfrentarem os desafios atuais e futuros. Nesse sentido, prevê um maior alinhamento com condições legalmente definidas, a não continuação de alguns subsídios específicos, a harmonização do horário de trabalho nos CTT e a aplicação de aumentos de 2% nas remunerações base, com valores mínimos e máximos, o que sucede pela primeira vez em cinco anos.

O novo ROS dos CTT mantém um nível de proteção elevado, com maior equilíbrio na repartição de gastos entre a empresa e os beneficiários e racionalizando a utilização dos benefícios. Nesse sentido, foi incrementada a comparticipação dos beneficiários no sistema, através do aumento das quotas mensais e dos copagamentos a cargo, mantendo-se o carácter abrangente do sistema e reforçando-se algumas medidas de apoio social. As alterações em matéria de plano de saúde, subsídios e tempo de trabalho promoverão uma redução dos gastos com pessoal da empresa, parte em 2015 e parte de forma gradual, enquanto os aumentos salariais terão um impacto de sentido inverso.

A partir de 1 de janeiro de 2015 e para além da revisão do ROS atrás referida, o plano de saúde dos CTT, até então gerido pela PTACS, passou a ser gerido pela Médis, na sequência de um concurso dirigido a quatro entidades de referência. A transição para a Médis garante a continuidade de todos os cuidados de saúde em moldes idênticos aos utilizados pelo anterior fornecedor. Esta mudança permitirá uma redução dos gastos correntes com a gestão do plano de saúde e com os serviços médicos.

Perspetivas futuras

A melhoria do cenário macroeconómico, a par das iniciativas do Programa de Transformação implementadas em 2013 e 2014, permitem aos CTT encarar o ano de 2015 com fortes expectativas de cumprir a estratégia definida.

Não obstante este facto, é importante ter em consideração que o crescimento do PIB esperado para Portugal continuará a ser fortemente influenciado pelo crescimento das exportações e pela aceleração do investimento, a par de alguma desaceleração do consumo privado, principal *driver* do consumo dos produtos e serviços oferecidos pelos CTT, principalmente no negócio de correio. Neste enquadramento, a queda na procura de correio continuará a ser afetada pela tendência estrutural de queda mas também pelos fatores macroeconómicos, devendo continuar ainda acima da tendência natural de longo prazo.

O crescimento do comércio eletrónico continuará a ser o principal motor do crescimento do negócio de encomendas enquanto a atividade económica interna não promove o crescimento do mercado de B2B, quer em Portugal quer em Espanha, promovido pela esperada e crescente migração dos retalhistas ibéricos para plataformas de venda *on line*. Para tal os CTT estão a acelerar em 2014 as iniciativas do Programa de Transformação do Expresso e Encomendas para cada vez mais liderar a oferta de soluções de logística neste mercado, quer ao nível da oferta mas sobretudo da reformulação e otimização das redes de distribuição em Portugal e em Espanha. Ao nível da oferta, o desenvolvimento de novos atributos nos produtos e serviços direcionados ao mercado B2C (comércio eletrónico) endereçando preocupações como a capilaridade, a conveniência e a informação serão realizados ao longo do ano.

Nos Serviços Financeiros, o ano de 2015 será de consolidação da posição relevante como colocador de produtos de poupança a par com o lançamento de novos produtos e serviços, assim como o início da atividade do Banco Postal prevista para o 4º trimestre, que permitirá promover o crescimento desta área de negócio, como uma das alavancas de crescimento dos rendimentos e sobretudo da rentabilidade dos CTT. Independentemente, mas relacionado com o arranque do Banco Postal, encontram-se em análise novos produtos financeiros e/ou novas parcerias para complementar a oferta atual e assegurar a sustentabilidade do crescimento que esta área obteve. Seguros de saúde e cartão pré-pago são algumas das iniciativas em análise.

Encontra-se em curso um conjunto de diligências necessárias à constituição e início de atividade do Banco

Postal, ao abrigo da autorização concedida pelo Banco de Portugal e válida até 27 de novembro de 2015. O início de atividade do Banco Postal (que se estima assim venha a ocorrer no último trimestre de 2015) depende de um conjunto alargado de tarefas, assim como da conclusão do processo de constituição, da verificação dos requisitos e condições regulatórios aplicáveis (em particular das condições previstas na referida autorização do Banco de Portugal relacionadas, entre outros aspetos, com os sistemas e produtos do Banco) e do registo especial junto do Banco de Portugal.

A empresa tem como objetivo atingir rendimentos operacionais estáveis. Este objetivo baseia-se na expectativa de que os negócios em crescimento (Serviços Financeiros e Expresso e Encomendas) compensem a possível queda nos rendimentos de Correio, fruto da queda de tráfego não compensada por aumento de preços.

As medidas de otimização de balanço vão continuar, tais como por exemplo a otimização do fundo de maneio e a otimização/utilização de imóveis devolutos. Os CTT irão continuar a gestão dos benefícios dos empregados tendo em vista a monetização do ativo fiscal associado.



O espírito de entrega dá sempre bons resultados.

Os resultados alcançados provêm da dedicação de uma vasta equipa. Cada uma na sua área, cada uma com o seu *know-how* específico. Esses resultados vão ser aplicados na remuneração dos acionistas, na recompensa dos que trabalham nos CTT e no desenvolvimento da empresa.



7. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do artigo 23º dos estatutos da sociedade CTT - Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Sociedade”), os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação:

- a) um mínimo de 5% para constituição de reserva legal, até atingir o montante exigível;
- b) uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral;
- c) o restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade.

Nos termos do artigo 295º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social.

Com o capital social de € 75.000.000,00, 20% corresponde a € 15.000.000,00, pelo que a reserva legal à data de 31 de dezembro de 2014 supera o valor mínimo exigido pelo Estatutos e pelo CSC.

Nos termos do artigo 294º, nº1 do CSC, salvo diferente cláusula estatutária ou deliberação tomada por maioria de 3/4 dos votos correspondentes ao capital social em Assembleia Geral convocada para o efeito, não pode deixar de ser distribuído aos acionistas metade do lucro do exercício que, nos termos da lei, seja distribuível.

Nos Estatutos dos CTT não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após constituição ou reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, quando aplicável. Com referência a 31 de dezembro de 2014, verifica-se que a reserva legal se encontra integralmente constituída e os resultados transitados são positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apurou-se um resultado líquido do exercício, nas contas individuais, no montante global de € 77.171.128,00.

Devido às regras contabilísticas em vigor, já se encontra refletido no referido resultado líquido um montante de €11.000.000,00 relativo à atribuição de gratificações a colaboradores e Administradores Executivos dos CTT.

Nos termos do referido artigo 23º dos estatutos da Sociedade, à remuneração fixa poderá acrescer, no caso dos Administradores Executivos, uma remuneração variável, a qual pode consistir numa percentagem dos lucros consolidados da Sociedade, caso em que a percentagem global de tais lucros afeta à remuneração variável não poderá exceder, em cada ano, o correspondente a 5% dos lucros consolidados do exercício.

Neste enquadramento e nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que:

- a) O resultado líquido do exercício de 2014, no montante global de € 77.171.128,00, apurado com base nas demonstrações financeiras individuais, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos*€ 69.750.000,00

Resultados Transitados.....€ 7.421.128,00

- b) A atribuição do montante máximo de €11.000.000,00 (já pressuposto nas demonstrações financeiras individuais) a colaboradores e Administradores Executivos dos CTT seja efetuada a título de gratificações de balanço, nos termos definidos pelos órgãos competentes.

* distribuição de dividendos de € 69.750.000 corresponde a € 0,465 por ação.



ctt

Valores sólidos.

Agimos com o objetivo de criar valor. Os eixos sustentáveis onde atuamos, assentes numa cultura de excelência, que valoriza a relação de proximidade entre as pessoas e as comunidades, constituem valores que defendemos e que estão alicerçados no cumprimento das obrigações legais e nos compromissos assumidos com os clientes.

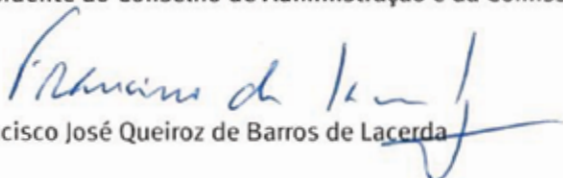


8. Declaração de conformidade

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT - Correios de Portugal, S.A. ("CTT") declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição dos CTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que os CTT se defrontam na sua atividade.

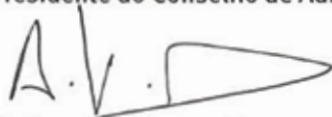
Lisboa, 26 março 2015

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva



Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria



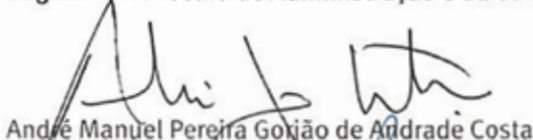
António Sarmento Gomes Mota

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

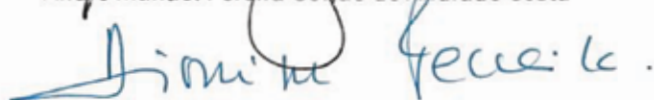


Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco

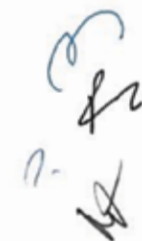
Vogais do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

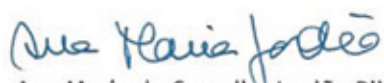


André Manuel Pereira Gótião de Andrade Costa



Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira





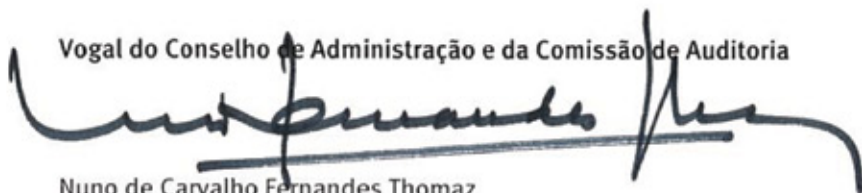
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Vogal do Conselho de Administração



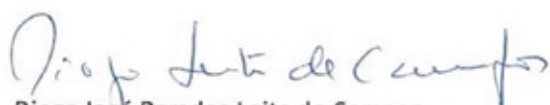
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria



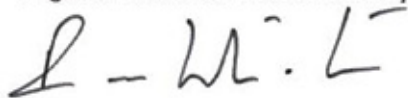
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria



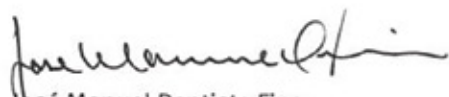
Diogo José Paredes Leite de Campos

Vogal do Conselho de Administração



Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Vogal do Conselho de Administração



José Manuel Baptista Fino





PARTE II

Documentos de prestação de contas

Demonstrações financeiras consolidadas

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	212.466.058	225.364.429
Propriedades de investimento	7	23.329.763	21.761.886
Ativos intangíveis	6	13.426.007	13.049.308
Goodwill	9	7.705.457	25.083.869
Investimentos em associadas	10	227.418	710.723
Outros investimentos	11	1.106.812	130.829
Outros ativos não correntes	18	790.601	1.951.139
Ativos por impostos diferidos	41	91.428.940	103.645.256
Total do ativo não corrente		350.481.056	391.697.439
Ativo corrente			
Inventários	13	5.785.277	5.993.971
Contas a receber	14	131.682.269	135.589.645
Diferimentos	15	5.692.895	4.875.139
Outros ativos correntes	18	22.785.382	17.102.436
Caixa e equivalentes de caixa	17	664.569.744	544.875.803
Total do ativo corrente		830.515.567	708.436.994
Total do ativo		1.180.996.623	1.100.134.433
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	20	75.000.000	75.000.000
Reservas	21	31.773.967	30.397.559
Resultados transitados	21	84.374.563	83.367.465
Outras variações no capital próprio	21	(18.786.310)	24.548.756
Resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT		77.171.128	61.016.067
Interesses não controlados	24	(323.703)	1.604.372
Total do capital próprio		249.209.645	275.934.219
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	1.913.118	3.282.126
Benefícios aos empregados	26	255.541.102	278.638.868
Provisões	27	45.671.517	38.501.835
Diferimentos	15	6.426.807	8.837.037
Passivos por impostos diferidos	41	4.841.684	5.481.878
Total do passivo não corrente		314.394.228	334.741.744
Passivo corrente			
Contas a pagar	28	499.536.907	391.958.039
Benefícios aos empregados	26	21.750.445	19.904.186
Imposto a pagar	29	6.173.214	93.968
Financiamentos obtidos	25	1.846.070	3.716.557
Diferimentos	15	5.502.183	4.103.751
Outros passivos correntes	30	82.583.931	69.681.969
Total do passivo corrente		617.392.750	489.458.470
Total do passivo		931.786.978	824.200.214
Total do capital próprio e do passivo		1.180.996.623	1.100.134.433

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	2014	2013
Rendimentos operacionais		718.774.422	704.847.008
Vendas e serviços prestados	4	703.283.590	690.068.682
Outros rendimentos e ganhos operacionais	33	15.490.832	14.778.326
Gastos operacionais		(583.356.761)	(617.611.428)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(16.998.498)	(16.906.127)
Fornecimentos e serviços externos	34	(237.679.808)	(242.058.580)
Gastos com o pessoal	36	(258.006.736)	(313.072.477)
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	37	(5.877.266)	(3.530.198)
Imparidade de ativos não depreciáveis	9	(18.932.073)	-
Provisões (aumentos/reversões)	27	(14.009.576)	(5.647.982)
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	38	(21.405.600)	(25.715.129)
Outros gastos e perdas operacionais	39	(10.447.204)	(10.680.935)
Resultado operacional		135.417.661	87.235.580
Resultados financeiros		(7.418.971)	(3.982.396)
Gastos e perdas financeiros	40	(11.797.721)	(11.874.463)
Rendimentos financeiros	40	4.325.187	7.871.559
Ganhos/perdas em associadas	10	53.562	20.508
Resultado antes de impostos		127.998.690	83.253.184
Imposto sobre o rendimento do período	41	(51.155.054)	(22.147.899)
Resultado líquido do período		76.843.636	61.105.285
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo CTT		77.171.128	61.016.067
Interesses não controlados	24	(327.492)	89.218
Resultado por ação da empresa mãe	23	0,51	0,41

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	2014	2013
Resultado líquido do período		76.843.635	61.105.285
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	21	-	(29.043)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	26	(61.041.103)	(11.680.870)
Impostos Diferidos - Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	41	17.706.037	3.150.049
Outras alterações no capital próprio	21/24	(1.411.128)	(28.181)
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(44.746.194)	(8.588.045)
Rendimento integral do período		32.097.442	52.517.240
Atribuível a interesses não controlados		(1.729.652)	61.038
Atribuível ao acionista dos CTT		33.827.094	52.456.203

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	Capital	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013		87.325.000	28.628.508	33.079.577	87.105.292	35.735.268	1.607.508	273.481.153
Redução de capital		(12.325.000)	12.325.000	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012		-	-	-	35.735.268	(35.735.268)	-	-
Distribuição de dividendos	22/24	-	(10.555.949)	-	(39.444.053)	-	(64.174)	(50.064.175)
		(12.325.000)	1.769.051	-	(3.708.784)	(35.735.268)	(64.174)	(50.064.175)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	(28.181)	(28.181)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde	21	-	-	(8.530.821)	-	-	-	(8.530.821)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	21	-	-	-	(29.043)	-	-	(29.043)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	61.016.067	89.218	61.105.285
Rendimento integral do período		-	-	(8.530.821)	(29.043)	61.016.067	61.038	52.517.241
Saldo em 31 de dezembro de 2013		75.000.000	30.397.559	24.548.756	83.367.465	61.016.067	1.604.372	275.934.219
Saldo em 1 de janeiro de 2014		75.000.000	30.397.559	24.548.756	83.367.465	61.016.067	1.604.372	275.934.219
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2013		-	-	-	61.016.067	(61.016.067)	-	-
Distribuição de dividendos	22/24	-	-	-	(60.000.000)	-	(198.423)	(60.198.423)
Plano ações	21/24	-	1.376.408	-	-	-	-	1.376.408
		-	1.376.408	-	1.016.067	(61.016.067)	(198.423)	(58.822.015)
Outros movimentos	21/24	-	-	-	(8.968)	-	(6.482)	(15.450)
Alienação de participação	24	-	-	-	-	-	(1.395.678)	(1.395.678)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde	21	-	-	(43.335.066)	-	-	-	(43.335.066)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	77.171.128	(327.492)	76.843.636
Rendimento integral do período		-	-	(43.335.066)	(8.968)	77.171.128	(1.729.652)	32.097.442
Saldo em 31 de dezembro de 2014		75.000.000	31.773.967	(18.786.310)	84.374.563	77.171.128	(323.703)	249.209.645

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2014
 E 31 DEZEMBRO 2013

Euros	Notas	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		690.618.115	670.109.743
Pagamentos a fornecedores		(248.103.826)	(265.494.002)
Pagamentos ao pessoal		(309.218.520)	(309.118.788)
Caixa gerada pelas operações		133.295.769	95.496.953
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(21.370.682)	(23.244.745)
Outros recebimentos/pagamentos		66.781.084	37.177.844
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		178.706.171	109.430.053
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.434.725	821.346
Investimentos financeiros		4.046.849	58.030
Juros e rendimentos similares		6.951.935	11.336.129
Dividendos		434.128	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		-	(571.700)
Ativos fixos tangíveis		(7.519.161)	(10.635.123)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5.348.477	1.008.682
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		6.174.600	4.783.472
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(7.758.020)	(7.350.872)
Juros e gastos similares		(1.023.841)	(746.333)
Amortização de contratos de locação financeira		(1.061.358)	(1.552.661)
Dividendos	22	(60.000.000)	(50.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(63.668.619)	(54.866.394)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		120.386.029	55.572.341
Alteração perímetro consolidação		(692.087)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		544.875.803	489.303.463
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	664.569.744	544.875.803

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INTRODUÇÃO	100	3. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS	119
1.1 CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)	100	4. RELATO POR SEGMENTOS	119
1.2 Atividade	100	5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	125
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	101	6. ATIVOS INTANGÍVEIS	128
2.1 Bases de apresentação	101	7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	130
2.1.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	102	8. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	132
2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2014 ou não adotadas antecipadamente:	104	9. <i>GOODWILL</i>	132
2.2 Princípios de Consolidação	105	10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	138
2.3 Relato por segmentos	107	11. OUTROS INVESTIMENTOS	139
2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira	107	12. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	140
2.5 Ativos fixos tangíveis	107	13. INVENTÁRIOS	143
2.6 Ativos intangíveis	108	14. CONTAS A RECEBER	145
2.7 Propriedades de investimento	109	15. DIFERIMENTOS	147
2.8 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	109	16. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	148
2.9 <i>Goodwill</i>	109	17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	148
2.10 Ativos financeiros	110	18. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES	149
2.10.1 Classificação	110	19. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	151
2.10.2 Reconhecimento e mensuração	110	20. CAPITAL	152
2.11 Capital	110	21. RESERVAS, AJUSTAMENTOS FINANCEIROS E RESULTADOS TRANSITADOS	154
2.12 Passivos financeiros	110	22. DIVIDENDOS	155
2.13 Compensação de instrumentos financeiros	111	23. RESULTADOS POR AÇÃO	156
2.14 Imparidade de ativos financeiros	111	24. INTERESSES NÃO CONTROLADOS	156
2.15 Inventários	111	25. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	156
2.16 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	112	26. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	158
2.17 Distribuição de dividendos	112	27. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	165
2.18 Benefícios aos empregados	112	28. CONTAS A PAGAR	167
2.19 Pagamento baseado em ações	114	29. IMPOSTO A PAGAR	168
2.20 Provisões e passivos contingentes	114	30. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CORRENTES	168
2.21 Rédito	116	31. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	169
2.22 Subsídios obtidos	116	32. SUBSÍDIOS OBTIDOS	170
2.23 Locações	117	33. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	170
2.24 Encargos financeiros	117	34. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	171
2.25 Impostos	117	35. LOCAÇÕES OPERACIONAIS	171
2.26 Princípio da especialização	118	36. GASTOS COM O PESSOAL	172
2.27 Julgamentos e estimativas	118	37. IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS E CONTAS A RECEBER	174
2.28 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	119	38. DEPRECIAÇÕES/ AMORTIZAÇÕES (PERDAS/REVERSÕES)	174
2.29 Eventos subsequentes	119	39. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	174
		40. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	175
		41. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	175
		42. PARTES RELACIONADAS	178
		43. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES	179
		44. OUTRAS INFORMAÇÕES	180
		45. EVENTOS SUBSEQUENTES	181

1. Introdução

1.1 CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. (EMPRESA-MÃE)

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de Novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de Janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Párpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT,

30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Párpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de março de 2015.

1.2 ATIVIDADE

Os CTT e as empresas suas subsidiárias (“Grupo CTT” ou “Grupo”): CTT - Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A., PostContacto – Correio Publicitário, Lda., Payshop (Portugal), S.A., CTT Gest - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A. e suas subsidiárias, a Tourline Express Mensajeria, SLU e suas subsidiárias e a Corre – Correio Expresso de Moçambique, SA, têm como atividade principal assegurar o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas, do serviço postal universal e a prestação de serviços financeiros, que incluem a transferência de fundos através de contas correntes e que podem vir a ser explorados por um operador financeiro ou entidade parabancária a constituir na dependência do Grupo. Fazem ainda parte das atividades prosseguidas as que sejam complementares, como a comercialização de bens ou de prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, desde que convenientes ou compatíveis com a normal exploração da rede pública de Correios, designadamente a prestação de serviços da sociedade de informação, redes e serviços de comunicações eletrónicas, incluindo recursos e serviços conexos e um operador móvel virtual (MVNO) com a designação comercial “Phone-ix” suportado na rede da TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A..

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da

rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei nº 16/2014, de 4 de abril, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviços postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de

dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e (iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;
- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;
- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em súmula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas do Grupo.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as abaixo mencionadas.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, de acor-

do com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2014.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as IAS emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

Além das normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2014, descritas na Nota 2.1.1, e que se encontram consideradas nas políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2014 e descritas na Nota 2.2 a 2.28, foram emitidas as normas e interpretações descritas na Nota 2.1.2 e que ainda não são de aplicação efetiva nos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2014.

2.1.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- IAS 32 (alterações) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros. As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes. Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida. A adoção destas alterações não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IAS 27 (alterações) - Demonstrações Financeiras Separadas. As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal

(e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades. Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28). A adoção destas alterações não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. A IFRS 10, revogou parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduziu um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto). O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo. O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”). A nova norma introduziu outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas. Esta adoção não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 11 - Acordos Conjuntos. Esta nova norma, que revogou a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações. A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28). Esta adoção não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IAS 28 (Alterações) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas. A adoção destas alterações não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades. O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa. A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço. Esta adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.
- Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012). As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento. As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento. Estas alterações não têm impacto para o Grupo na medida em que os CTT não satisfazem a definição de entidade de investimento.
- IAS 36 (Alterações) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros. O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.
- IAS 39 (Alterações) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura. O objetivo destas alterações consistiu em flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração, deixaria de ser permitida. A adoção destas alterações não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRIC 21 – Taxas. Esta nova interpretação define taxas (“*Levy*”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. A adoção destas alterações não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2014 ou não adotadas antecipadamente:

Em 2014, a União Europeia aprovou as seguintes normas e alterações das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB:

Descrição	Data efectiva*
Novas normas	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)	01-jan-18
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01-jan-17
IFRS 14 - Contas Diferidas Regulatórias	01-jul-16
Melhorias às IFRS (2012-2014)	indeterminado
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	01-jan-16
Alterações	
IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados	01-jul-14
Melhorias às IFRS 2010-2012	01-jul-14
Melhorias às IFRS 2011-2013	01-jul-14
Outras alterações	01-jan-16

* Data efetiva: data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir da data referida pelo IASB.

Estas novas normas e alterações às normas e interpretações são efetivas para períodos anuais que se iniciem em ou após a data efetiva referida, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. À exceção da IFRS 9, IFRS 15, IFRS 14, melhorias às IFRS 2012-2014, IAS 27 e Outras alterações, todas as alterações e interpretações já foram adotadas pela União Europeia.

As principais alterações decorrentes de adoção das normas, alterações e interpretações acima indicadas são as seguintes:

IFRS 9 (nova), Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014) (será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 (2009 e 2010) introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa. Foi publicada a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura. Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo

valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes (de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017). A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido: i) no momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou ii) ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade. O Grupo encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias (data de aplicação indeterminada). O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A presente norma não é aplicável ao grupo.

Melhorias às IFRS (2012-2014) (a aplicar nos exercí-

cios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2016) Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34. O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016). O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Como as contas individuais seguem o SNC a presente alteração não é aplicável ao Grupo.

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados (a aplicar na União Europeia a mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015). A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear. A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado. O grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhorias às IFRS (2010-2012) (a aplicar o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. O Grupo irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, não se prevendo impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Melhorias às IFRS (2011-2013) (a aplicar o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. O Grupo irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2011-2013 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto

às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS, não se prevendo impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Outras alterações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 as seguintes alterações:

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38. Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio);
- Alterações à IFRS 11. Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio).

O grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém o controlo, ou seja, está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses não controlados”. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo

valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses não controlados incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Empresas Associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10). Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, o que em geral acontece quando a participação financeira se situa entre os 20% e os 50%.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas em associadas”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”. Adicionalmente, as participações em associadas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação, sendo registadas como gastos na Demonstração consolidada dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data

de aquisição é considerado *goodwill* relativo à associada e incluído no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de “Ganhos/perdas em associadas”, após confirmação do justo valor atribuído.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de empresas associadas são registados como uma diminuição do valor dos “Investimentos em associadas”.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, à exceção das perdas por imparidade sobre o *goodwill*.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Empresas controladas conjuntamente

Os investimentos em empresas controladas conjuntamente são registados nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial. A classificação destes investimentos é determinada pela existência de um acordo contratual que demonstra e regula o controlo da empresa. De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são registados inicialmente ao custo e ajustado posteriormente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas controladas conjuntamente por contrapartida de “Ganhos/perdas em empresas controladas conjuntamente”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”.

Adicionalmente, os investimentos em entidades conjuntamente controladas podem ser ajustados através do reconhecimento de perdas de imparidade. Sempre

que houver indícios que os ativos possam estar em imparidade, uma avaliação é realizada e caso exista perda por imparidade é registado como gasto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos e perdas não realizáveis nas transações com entidades conjuntamente controladas são eliminadas na proporção dos interesses do Grupo na entidade, registando esse movimento no respetivo investimento que detém. As perdas não realizáveis são também eliminadas, mas apenas até ao ponto em que as perdas não signifiquem que o ativo transferido esteja em imparidade.

2.3 RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

(i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;

(ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

(iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.4 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data da cobrança, pagamentos ou na data do balanço, são reconhecidas nos resultados do período.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira são as taxas de câmbio de fecho do período, no caso da conversão dos ativos e passivos, e a taxa de câmbio médio no caso da conversão dos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão dos saldos e das demonstrações financeiras em moeda estrangeira foram as seguintes.

	2014		2013	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	38,53000	40,66583	41,24000	39,66750
Dólar dos USA (USD)	1,21410	1,32884	1,37910	1,32815
Direitos de saque especial (DTS)	1,19332	1,14454	1,11732	1,14440

Fonte: Banco de Portugal

2.5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo; (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local (Notas 2.19 e 27). De acordo com a exceção prevista no IFRS1 - Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, de acordo com os in-

dices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2009, foram mantidas, designando-se essas quantias reavaliadas, para efeitos de IFRS, como “custo considerado” e foram incluídos nos “Resultados transitados”.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação

praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, o Grupo avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso do valor contabilístico face ao valor recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”.

2.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do *hardware* e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 20 anos:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial	3 – 20
Software	3 – 10

Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial e outros direitos, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, e sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do

uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”.

2.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo Grupo para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- b) venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que o Grupo desafetou do uso na prestação dos serviços do Grupo e que detém para obter rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As taxas de depreciação consideradas são compreendidas entre 10 e 50 anos.

O Grupo providencia anualmente avaliações dos ativos classificados como propriedades de investimento para determinar eventuais imparidades e proceder à respetiva divulgação do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

2.8 IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS, EXCETO GOODWILL

O Grupo efetua avaliações de imparidade dos seus

ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração consolidada dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores.

2.9 GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de cada entidade adquirida e incluída na consolidação pelo método integral, ou subsidiária, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no IFRS 1 – Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 foram mantidos, pelos valores líquidos apresentados nessa data, sendo

sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* não é amortizado. Na análise da imparidade do *goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto, é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados corresponde à WACC antes de impostos (“*Weighted Average Cost of Capital*”) estimada a partir das taxas e estruturas de capital de entidades do sector. Os testes de imparidade são realizados à data de cada relato financeiro ou mais cedo se forem identificados indicadores de risco de imparidade.

As perdas por imparidade não são revertíveis.

Na venda de unidades geradoras de caixa, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação das perdas ou ganhos de capital.

2.10 ATIVOS FINANCEIROS

2.10.1 Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo da aquisição dos referidos ativos financeiros. A gestão determina a classificação dos seus ativos financeiros aquando do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Os empréstimos concedidos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto quando possuam maturidades superiores a 12 meses após a data de balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a receber do Grupo, incluem ‘Contas a receber’, ‘Caixa e equivalentes de caixa’, ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’ registados no balanço consolidado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados no momento do seu reconhecimento inicial nesta categoria ou não se enquadram em Empréstimos concedidos e contas a receber. Estes ativos financeiros são classificados como não correntes, exceto se forem investimentos com maturidades inferiores a 1 ano ou se a gestão tiver a intenção de os alienar no prazo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

2.10.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de contratação – a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, acrescido dos custos de transação, para todos os ativos financeiros não reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos no momento em que expiram ou são transferidos os direitos a receber fluxos de caixa e transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao justo valor, com a contrapartida da variação e justo valor a ser inscrita em outro rendimento integral. Os empréstimos concedidos e as contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Os dividendos de ações classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados quando for estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.11 CAPITAL

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

2.12 PASSIVOS FINANCEIROS

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do

custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Contas a pagar” (Nota 28).

Contas a pagar

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas inicialmente ao valor descontado e subsequentemente pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços, pelo Grupo no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivos não correntes.

2.13 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido é apresentado no balanço consolidado quando existe o direito legal para compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia a cada data das demonstrações financeiras se existe evidência objetiva que um ativo, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade e são incorridas perdas por imparidade apenas se existir evidência objetiva de imparidade em virtude da ocorrência de um ou mais eventos após o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda), e de que tal evento (ou eventos) resulte num impacto na estimativa de fluxos de caixa futuros, produzidos por esse ativo ou grupo de ativos, que possa ser estimado com fiabilidade. Evidência de imparidade pode referir-se a indicações

que os devedores, ou grupo de devedores, se encontram em dificuldades financeiras significativas, incumprimento no pagamento de juros ou valores a receber, a indicações que o devedor poderá entrar em falência ou em processo de reestruturação financeira e a situação onde dados observáveis indicam que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.

Para os Empréstimos concedidos e contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor ao qual o ativo se encontra escriturado e o valor atual da estimativa de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efetiva original. O valor escriturado é reduzido, e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade decresce, e esse decréscimo pode ser objetivamente atribuível a um evento que ocorre após a imparidade ser registada, então a imparidade anteriormente reconhecida é revertida na demonstração dos resultados consolidada.

Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo analisa a cada data de reporte se existe evidência objetiva de imparidade sobre um ativo financeiro, ou um Grupo de ativos financeiros. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um decréscimo prolongado ou significativo do justo valor do título relativamente ao seu valor de custo constitui também evidência de imparidade. Se tal evidência existir em ativos disponíveis para venda, a perda acumulada – medida pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data, subtraída de qualquer perda por imparidade previamente reconhecida através de resultados por conta do ativo financeiro em questão – é removida do capital e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados sobre instrumentos de capital não são revertidas através da demonstração dos resultados consolidados.

2.15 INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido, utilizando-se o custo médio ponderado, como método de valorização das saídas de armazém.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)”.

2.16 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes, são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma venda em vez de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda, seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) o Grupo tenha assumido um compromisso de vender; e (iii) seja expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes desta classificação e o seu justo valor, deduzido dos custos de venda. Quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em “Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, na Demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos não correntes detidos para venda são apresentados em linha própria no balanço consolidado.

Os ativos não correntes detidos para venda não são sujeitos a amortização e depreciação.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados, em linha própria na Demonstração dos resultados consolidados, a seguir ao Imposto sobre o rendimento e antes do Resultado líquido do exercício.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos anteriormente, ainda que o Grupo retenha algum interesse residual na subsidiária após a venda.

2.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos, quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

2.18 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Grupo adota como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde pós-reforma e outros benefícios, os critérios consagrados na IAS 19, através do método de custeio atuarial “Unidade de crédito projetada” (Nota26).

Para obtenção da estimativa do valor das responsabilidades (Valor presente da obrigação de benefício definido) e do gasto a reconhecer em cada período, é efetuado anualmente um estudo atuarial por entidade independente de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis. O “Valor presente da obrigação de benefício definido” é registado no passivo na rubrica de “Benefícios aos empregados”.

Pensões de aposentação do pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações (“CGA”)

O Decreto-Lei n.º 246/2003, de 8 de outubro, transferiu a responsabilidade dos encargos com as pensões de aposentação do pessoal dos CTT subscritor da CGA, já aposentado e no ativo, para esta última entidade, com efeitos a 1 de janeiro de 2003, pelo que o referido diploma legal extinguiu o Fundo de Pensões do Pessoal dos CTT. Como consequência da extinção do fundo, conforme determinado pelo mesmo diploma legal, a Empresa transferiu para a CGA e para a Direção Geral do Tesouro, o valor do respetivo património, reportado a 1 de janeiro de 2003, acrescido dos respetivos rendimentos e incrementos de valor até à data da sua efetiva entrega, em dezembro de 2003.

Benefícios pós-emprego - Cuidados de saúde

Os trabalhadores subscritores da C.G.A. e os trabalhadores beneficiários da Segurança Social (“S.S.”), (admitidos no quadro efetivo da Empresa após 19 de maio de 1992 e até 31 de dezembro de 2009), podem usufruir dos benefícios, no âmbito dos cuidados de saúde, previstos no Regulamento das Obras Sociais dos CTT. Tais benefícios são extensíveis a todos os trabalhadores efetivos da Empresa, quer se encontrem no ativo, quer na situação de aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os trabalhadores admitidos na Empresa após 31 de dezembro de 2009, apenas poderão usufruir dos benefícios previstos no Regulamento das Obras Sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por um contrato individual de trabalho, não lhe assistindo tal direito na aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os benefícios com cuidados de saúde respeitam, nomeadamente, à comparticipação no custo dos medicamentos, dos serviços médico-cirúrgicos, de enfermagem e de meios auxiliares de diagnóstico e dos serviços hospitalares, conforme estabelecido no Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

O financiamento do plano de cuidados de saúde pós-emprego é garantido na sua maior parte pela Empresa, sendo o restante coberto pelas quotas pagas pelos beneficiários.

A adesão ao plano de cuidados de saúde pós-emprego implica o pagamento por parte dos beneficiários titulares (aposentados e reformados) de uma quota correspondente a 1,5 % da pensão. Por cada familiar inscrito é também paga uma quota de 1,5 % ou 2 % da pensão, dependendo a percentagem do montante desta. Em determinadas situações especiais poderá haver isenção do pagamento de quota quer para titulares quer para familiares. Decorrente da alteração ao Plano de Saúde efetuada pela Empresa esta quota passa, a partir de 1 de janeiro de 2015, para um montante único de 2,25% da pensão.

De referir que as responsabilidades registadas em 31 de dezembro de 2014 já contemplam esta alteração do valor do quota.

A gestão do plano de cuidados de saúde é assegurada pela IOS – Instituto das Obras Sociais que por sua vez contratou a Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT-ACS”), para prestação dos serviços de assistência médica. O contrato com a PT-ACS vigorou até 31 de dezembro de 2014, sendo a partir do dia 1 de janeiro de 2015 assegurado pela Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, SA.

Outros benefícios de longo prazo

Existe ainda um conjunto de obrigações construtivas assumidas pelo Grupo perante alguns grupos de trabalhadores, nomeadamente:

• Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho

As responsabilidades pelo pagamento de salários a empregados em regime de libertação do posto de trabalho, de suspensão de contrato de trabalho, pré-reforma ou equivalentes, são reconhecidas na Demonstração consolidada dos resultados, na sua totalidade, no momento de passagem do empregado para aqueles regimes.

• Taxa de assinatura telefónica

Trata-se de um benefício assumido pelos CTT de pagamento da taxa de telefone fixo a um grupo fechado de trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes (7.149 beneficiários em 31 de dezembro de 2014 e 7.680 beneficiários em 31 de dezembro de 2013), que beneficiavam da mesma em 01/06/2004 no montante de 15,30 Euros mensais. Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir este pagamento por uma medida equivalente que se traduziu a partir de 1 de janeiro de 2014, na substituição deste apoio financeiro por uma prestação em espécie.

• Pensões por acidente de serviço

Corresponde essencialmente a responsabilidades com o pagamento de pensões por acidentes em serviço, relativas a trabalhadores subscritores da CGA.

O Grupo CTT suporta igualmente as demais responsabilidades decorrentes dos acidentes de serviço destes trabalhadores.

De acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito aos trabalhadores subscritores da CGA, são da responsabilidade do Grupo os encargos com pensões que tiverem sido atribuídas a título de reparação de danos resultantes de acidentes em serviço, e dos quais tenha resultado a incapacidade permanente ou morte do trabalhador. O valor destas pensões é atualizado por diploma legal. Atualmente, por não se considerar economicamente justificado, não existe apólice de seguro contratada para fazer face a estas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 havia 64 e 67 beneficiários, respetivamente, a receber este tipo de pensão.

• Subsídio mensal vitalício

Constitui um subsídio previsto no regime jurídico das prestações familiares do D.L. nº 133-B/97 de 30 de Maio, retificado pela Declaração de retificação nº 15-F/97, de 30.09, alterado pelos D.L. nº 248/99, de 02 de Julho, 341/99 de 25 de Agosto, 250/2001 de 21 de Setembro e 176/2003, de 02 de Agosto.

São beneficiários os trabalhadores no ativo ou aposentados, que tenham descendentes, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. No caso de se tratar de beneficiários subscritores da CGA, o encargo com o subsídio é da responsabilidade dos CTT.

Em 31 de dezembro de 2014 havia 30 beneficiários nestas condições, (48 beneficiários em 31 de dezembro de 2013), a receber um valor mensal de 176,76 Euro, 12 meses por ano. Este valor é atualizado por Portaria dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

• Apoio por cessação da atividade profissional

Este benefício é concedido aos trabalhadores que se aposentem, com pelo menos 5 anos de antiguidade na Empresa. O seu montante depende da antiguidade à data da aposentação. Em 31 de dezembro de 2012 a tabela em vigor previa um valor máximo de 1.847,16 Euros para 36 ou mais anos de antiguidade. Em 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiram o termo da sua vida ativa ao serviço da empresa CTT, S.A.. Deliberou igualmente que, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma já apresentados ou que viessem a sê-lo até ao dia 31 de março de 2013 a manutenção do referido benefício.

Os principais pressupostos financeiros e demográficos utilizados no cálculo destas responsabilidades nomeadamente taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez são os mesmos que os utilizados na avaliação atuarial do plano de cuidados de saúde dos CTT.

• Plano de contribuições definidas - Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma

No âmbito do novo modelo de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) foi determinada a afetação de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

Estas contribuições enquadram-se na definição de um plano de contribuição definida. Ao abrigo de um plano de contribuição definida, são pagas contribuições fixas para um fundo, mas não existe nenhuma obrigação legal ou construtiva de se fazerem pagamentos adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os direitos dos trabalhadores aos benefícios pós-emprego. A obrigação é, portanto, efetivamente limitada ao montante contribuído para o fundo pelo que o risco atuarial e de investimento é colocado no empregado. Para os planos de contribuição definida, o valor reconhecido no período é a contribuição a

pagar em troca do serviço prestado pelos empregados durante o período. As contribuições para um plano de contribuição definida, que não se espera que sejam integralmente liquidados no prazo de 12 meses após o fim do período de relato anual em que o empregado presta o serviço relacionado, são descontadas ao seu valor presente.

2.19 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Os benefícios concedidos aos membros executivos do Conselho de administração ao abrigo de Planos de remuneração de longo prazo são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio), são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

2.20 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões (Nota 27) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados” (Nota 40).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisão para participações financeiras

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas en-

tidades, o valor contábilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

Provisão para reestruturação

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente, que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito; e,
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de retrainar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

Provisão para desmantelamento

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser

utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros. Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Provisão para processos judiciais em curso

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados da Empresa.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Ativos e Passivos Contingentes

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 27). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios econômicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

A empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

2.21 RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, *royalties*, juros e dividendos (provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial), decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo às vendas de produtos de *merchandising* e afetas ao negócio postal é reconhecido no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transação.

O rédito relativo à prestação de serviços postais é reconhecido no momento em que o cliente solicita o serviço, uma vez que os CTT não têm informação que permita estimar com fiabilidade o montante relativo a entregas não efetuadas na data do relato financeiro, embora se entenda que o mesmo não é materialmente relevante visto que a data de solicitação do serviço não difere significativamente da data da sua prestação.

Os preços dos serviços prestados no âmbito da concessão do Serviço Postal Universal são regulados através de um convénio de preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM.

As comissões por cobranças efetuadas e por venda de produtos financeiros são reconhecidas na data da prestação de contas com o cliente. O rédito reconhecido corresponde apenas à comissão cobrada pelos CTT,

os quais atuam enquanto agente.

O rédito relativo a apartados é reconhecido durante o período dos respetivos contratos.

O rédito relativo às recargas de serviços de telecomunicações móveis pré-pagos é diferido, e reconhecido em resultados em função do tráfego efetuado pelo cliente, no período em que a prestação de serviços é efetuada.

O rédito relativo a serviços postais internacionais, bem como os custos correspondentes, é estimado com base em sondagens e índices acordados com as administrações postais homólogas e registados em contas provisórias, no mês em que o tráfego ocorre. As diferenças, que normalmente não são significativas, entre os valores assim estimados, e as contas definitivas, apuradas por acordo com aquelas administrações, são reconhecidas em resultados quando as contas passam a definitivas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios econômicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O Grupo regista parte dos juros recebidos de depósitos em outros rendimentos operacionais, que se referem a depósitos de curto-prazo no segmento “Serviços Financeiros”. O Grupo considera que os recebimentos associados a investimento temporário em fundos e que vão ser pagos a terceiros é um dos objetivos operacionais do segmento “Serviços Financeiros”. Na demonstração consolidada de fluxos de caixa, a parte do juro é reconhecida como fluxo de caixa operacional.

2.22 SUBSÍDIOS OBTIDOS

Os subsídios apenas são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no passivo não corrente, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados como ren-

dimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos, na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

2.23 LOCAÇÕES

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento do Grupo para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade do Grupo. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração consolidada dos resultados, durante o período da locação (Nota 35).

2.24 ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos quando incorridos. Exceção: os juros são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

2.25 IMPOSTOS

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do relato financeiro. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes registados dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os CTT encontram-se abrangidos pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC. As restantes empresas são tributadas individualmente com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”)

Para efeito de IVA a Empresa-mãe encontra-se enquadrada no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 41 do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade operações isentas, enquadráveis no art.º 9.º do Código do IVA e outras sujeitas e não isentas, razão pela qual utiliza para efeitos de apuramento de IVA o método da afetação real e o método do prorata.

2.26 PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

2.27 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do Goodwill

O Grupo testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em im-

paridade, de acordo com a política referida na Nota 2.9. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação à evolução futura da respetiva participada. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macroeconómico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

(iii) Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(v) Benefícios aos empregados

A determinação das responsabilidades com o pagamento de benefícios pós-emprego, nomeadamente com cuidados de saúde, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades com estes benefícios. Quaisquer alterações nos pressupostos utilizados, os quais estão descritos na Nota 26, terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades com benefícios aos empregados. Os CTT têm como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Grupo espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar resultados futuros.

2.28 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

No período findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

Refere-se que em 2014 o segmento das Soluções Empresariais, existente em 2013, foi integrado no segmento Correio.

Com a alienação no primeiro semestre de 2014 da participação de 51%, detida pelos CTT, S.A. na empresa EAD, S.A., o segmento Correio não tem refletido esta empresa nos dados de 2014.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT, S.A. (sem serviços financeiros), rede de lojas, soluções empresariais e áreas corporativas e de suporte, incluindo a PostContacto, o Grupo Mailtec e a CTT Gest (EAD incluída no primeiro trimestre de 2013);

- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a CORRE;
- Serviços Financeiros – Payshop e serviços financeiros dos CTT, S.A..

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal e de Soluções Empresariais, coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros.

Além dos três segmentos acima referidos, existem dois canais de venda, transversais a todos os negócios e produtos, a Rede de Lojas e os Grandes Clientes. A Rede de Lojas, estando associada às obrigações no âmbito da concessão do serviço postal universal, encontra-se, para efeitos desta análise, incorporada no segmento Correio, integrando os rendimentos internos relacionados com a sua prestação de serviços a outros segmentos, assim como a venda de produtos e serviços de terceiros realizados na sua rede.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados di-

retamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. possui ativos em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus proveitos e custos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os rendimentos apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência definidos internamente.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são repartidos pelos segmentos Correio e Serviços Financeiros em função do número médio de pessoal ao serviço dos CTT, S.A. afeto a cada um destes segmentos.

Com a imputação da globalidade dos custos, o resultado antes de depreciações, provisões, imparidades, resultados financeiros e impostos por segmento no exercício de 2014 e 2013 é o seguinte:

2014							
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Rendimentos operacionais	546.178.734	129.012.707	74.908.453	51.573.467	(82.898.939)		718.774.422
Vendas e prestação de serviços	510.086.693	126.921.380	71.226.579	-	(4.951.062)		703.283.590
Vendas	21.606.200	1.073.082	-	-	(4.494)		22.674.787
Prestação de serviços	488.480.494	125.848.298	71.226.579	-	(4.946.568)		680.608.803
Rendimentos operacionais a clientes externos	18.753.395	2.091.327	3.602.982	18.873.926	(27.830.798)		15.490.832
Prestações internas de serviços	17.338.645	-	78.893	68.360.718	(85.778.256)		-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	(35.661.176)	35.661.176		-
Gastos operacionais	395.196.908	123.194.717	36.066.094	51.573.467	(82.898.939)		523.132.246
Fornecimentos e serviços externos	104.979.473	96.962.567	13.233.439	55.267.717	(32.763.388)		237.679.808
Gastos com pessoal	238.834.195	23.761.516	4.384.799	(8.973.774)	-		258.006.736
Outros gastos	20.023.978	2.470.634	732.070	4.237.493	(18.472)		27.445.702
Prestações internas de serviços	66.751.982	-	17.984.242	1.042.032	(85.778.256)		-
Afetação estrutura central CTT	(35.392.720)	-	(268.456)	-	35.661.176		-
EBITDA⁽¹⁾	150.981.826	5.817.990	38.842.360	-	-		195.642.176
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	(15.062.055)	(2.345.754)	(582.109)	(2.805.063)	-	(610.618)	(21.405.600)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas							(5.877.266)
Imparidade de ativos não depreciáveis							(18.932.073)
Provisões líquidas							(14.009.576)
Gastos financeiros							(11.797.721)
Rendimentos financeiros							4.325.187
Ganhos/perdas em entidades associadas							53.562
Resultado antes de imposto							127.998.690
Imposto sobre o rendimento							(51.155.054)
Resultado líquido							76.843.636
Interesses não controlados							(327.492)
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital							77.171.128

(1) Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade.

2013

	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Rendimentos operacionais	546.002.721	129.521.210	60.860.268	105.100.326	(136.637.517)		704.847.008
Vendas e prestação de serviços	510.408.206	127.964.254	57.304.274	-	(5.608.052)		690.068.682
Vendas	21.093.522	1.269.256	-	-	(20.359)		22.342.418
Prestação de serviços	489.314.683	126.694.999	57.304.274	-	(5.587.692)		667.726.264
Rendimentos operacionais a clientes externos	17.784.972	1.556.956	3.473.295	15.780.809	(23.817.706)		14.778.326
Prestações internas de serviços	17.809.543	-	82.699	73.463.081	(91.355.323)		-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	15.856.436	(15.856.436)		-
Gastos operacionais	458.636.590	122.155.255	33.463.465	105.100.326	(136.637.516)		582.718.119
Fornecimentos e serviços externos	108.467.272	96.471.870	10.704.771	55.689.027	(29.274.360)		242.058.580
Gastos com pessoal	240.438.690	23.439.807	3.197.664	45.996.315	-		313.072.477
Outros gastos	22.510.846	2.243.578	403.907	2.580.128	(151.397)		27.587.062
Prestações internas de serviços	71.482.482	-	19.037.986	834.856	(91.355.323)		-
Afetação estrutura central CTT	15.737.300	-	119.136	-	(15.856.436)		-
EBITDA⁽¹⁾	87.366.131	7.365.955	27.396.804	-	-		122.128.889
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	(16.601.878)	(3.053.199)	(710.857)	(3.462.266)		(1.886.929)	(25.715.129)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas							(3.530.198)
Imparidade de ativos não depreciáveis							-
Provisões líquidas							(5.647.982)
Gastos financeiros							(11.874.463)
Rendimentos financeiros							7.871.559
Ganhos/perdas em entidades associadas							20.508
Resultado antes de imposto							83.253.184
Imposto sobre o rendimento							(22.147.899)
Resultado líquido							61.105.285
Interesses não controlados							89.218
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital							61.016.067

(1) Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	2014	2013
Correio	546.179	546.003
Correio Transaccional	413.740	405.628
Correio Editorial	15.028	15.049
Encomendas (SU)	7.179	7.426
Correio publicitário	31.071	33.845
Produtos e Serviços de Retalho	18.614	18.900
Filatelia	7.344	6.885
Soluções empresariais	12.154	16.591
Outros	41.049	41.679
Expresso & encomendas	129.013	129.521
Serviços Financeiros	74.908	60.860
Estrutura Central CTT	51.573	105.100
Eliminações intragrupo	(82.899)	(136.638)
	718.774	704.847

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	2014					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	2.110.500	3.213.796	126.432	3.264.482	4.710.797	13.426.007
Ativos fixos tangíveis	181.233.066	12.775.184	830.551	15.988.164	1.639.093	212.466.058
Propriedades de investimento					23.329.763	23.329.763
<i>Goodwill</i>	7.299.356		406.101			7.705.457
Ativos por impostos diferidos					91.428.940	91.428.940
Contas a receber					131.682.269	131.682.269
Outros ativos					36.388.385	36.388.385
Caixa e equivalentes de caixa					664.569.744	664.569.744
	190.642.921	15.988.979	1.363.085	19.252.646	953.748.991	1.180.996.623

2013

Ativos (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	3.054.729	3.347.318	255.217	3.983.456	2.408.587	13.049.308
Ativos fixos tangíveis	194.124.953	12.076.231	847.969	16.621.726	1.693.549	225.364.429
Propriedades de investimento					21.761.886	21.761.886
Goodwill	8.085.520	16.592.248	406.101			25.083.869
Ativos por impostos diferidos					103.645.256	103.645.256
Contas a receber					135.589.645	135.589.645
Outros ativos					30.764.237	30.764.237
Caixa e equivalentes de caixa					544.875.803	544.875.803
	205.265.201	32.015.798	1.509.287	20.605.183	840.738.964	1.100.134.433

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

2014

Outra informação (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Total
Financiamentos não correntes	1.187.975	725.143	-	-	1.913.118
Financiamentos bancários	-	-	-	-	-
Locações	1.187.975	725.143	-	-	1.913.118
Financiamentos correntes	460.098	1.385.972	-	-	1.846.070
Financiamentos bancários	-	890.586	-	-	890.586
Locações	460.098	495.386	-	-	955.484
	1.648.073	2.111.115	-	-	3.759.188

2013

Outra informação (Euros)	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Total
Financiamentos não correntes	2.047.077	1.235.049	-	-	3.282.126
Financiamentos bancários	-	-	-	-	-
Locações	2.047.077	1.235.049	-	-	3.282.126
Financiamentos correntes	729.676	2.986.881	-	-	3.716.557
Financiamentos bancários	1.990	2.478.647	-	-	2.480.637
Locações	727.686	508.233	-	-	1.235.919
	2.776.753	4.221.930	-	-	6.998.683

O Grupo CTT está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	2014	2013
Rendimentos - Portugal	624.685	611.837
Rendimentos - outros países	78.599	78.232
	703.284	690.069

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantidade escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	38.540.555	337.440.722	148.660.979	3.607.333	81.746.922	24.362.622	174.283	754.041	635.287.457
Aquisições	-	274.607	6.126.576	7.200	2.630.276	728.593	3.062.319	389.863	13.219.435
Alienações	-	-	(7.720)	(166)	(39.509)	(974)	-	-	(48.369)
Transferências e abates	-	1.480.911	(8.951.356)	(482.988)	(29.388.060)	(2.525.697)	(1.498.803)	(712.500)	(42.078.492)
Regularizações	-	2.920	681.532	(280.939)	(386.820)	(16.693)	-	-	-
Outras variações	(725.969)	(5.467.977)	2.957	-	1.103	(56.521)	-	-	(6.246.407)
Alteração perímetro consolidação	(982.877)	(3.079.671)	(2.881.147)	(230.355)	(617.644)	-	-	-	(7.791.694)
Saldo final	36.831.709	330.651.512	143.631.822	2.620.085	53.946.268	22.491.331	1.737.799	431.404	592.341.930
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	3.899.830	176.151.489	131.057.686	3.387.271	76.683.934	18.742.818	-	-	409.923.028
Depreciações do período	-	9.055.496	4.996.397	65.703	2.559.852	1.138.257	-	-	17.815.704
Alienações	-	-	(7.720)	(3.978)	(39.311)	(974)	-	-	(51.983)
Transferências e abates	-	-	(9.783.218)	(479.176)	(30.119.633)	(1.658.689)	-	-	(42.040.715)
Regularizações	-	608	292.116	(207.224)	(84.400)	(1.281)	-	-	(181)
Outras variações	(11.120)	(2.738.980)	18.645	(3.225)	12.100	313	-	-	(2.722.266)
Alteração perímetro consolidação	-	(611.746)	(2.041.810)	(219.443)	(595.199)	-	-	-	(3.468.198)
Saldo final	3.888.710	181.856.867	124.532.096	2.539.928	48.417.343	18.220.445	-	-	379.455.389
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades do período	-	-	-	-	-	2.530	-	-	2.530
Outras variações	-	-	-	-	-	417.953	-	-	417.953
Saldo final	-	-	-	-	-	420.483	-	-	420.483
Ativos fixos tangíveis líquidos									
	32.942.999	148.794.645	19.099.726	80.157	5.528.924	3.850.403	1.737.799	431.404	212.466.058

2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	44.445.963	379.539.356	148.886.925	3.603.033	80.895.249	23.433.801	230.108	150.174	681.184.609
Aquisições	393.899	3.865.339	2.771.881	5.037	861.425	1.169.866	166.995	712.500	9.946.942
Alienações	(376.886)	(3.443.845)	(1.256.101)	-	(50.122)	(1.030)	-	-	(5.127.984)
Transferências e abates	(19.706)	(34.538)	(1.741.726)	(8.823)	50.094	(189.454)	(222.820)	(111.684)	(2.278.657)
Regularizações	-	(80)	-	-	(8.913)	(33.919)	-	3.051	(39.861)
Outras variações	(5.902.715)	(42.485.510)	-	8.086	(811)	(16.642)	-	-	(48.397.592)
Saldo final	38.540.555	337.440.722	148.660.979	3.607.333	81.746.922	24.362.622	174.283	754.041	635.287.457
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	4.200.150	194.808.481	128.603.899	3.243.403	73.670.810	17.581.154	-	-	422.107.897
Depreciações do período	-	9.199.355	5.569.980	167.315	3.176.149	1.168.689	-	-	19.281.488
Alienações	(26.370)	(2.019.718)	(1.256.101)	-	(49.689)	(203)	-	-	(3.352.081)
Transferências e abates	-	(2.226)	(1.860.092)	(8.823)	(107.664)	(6.869)	-	-	(1.985.674)
Regularizações	-	-	-	-	(5.862)	-	-	-	(5.862)
Outras variações	(273.950)	(25.834.403)	-	(14.624)	190	47	-	-	(26.122.740)
Saldo final	3.899.830	176.151.489	131.057.686	3.387.271	76.683.934	18.742.818	-	-	409.923.028
Ativos fixos tangíveis líquidos	34.640.725	161.289.233	17.603.293	220.062	5.062.988	5.619.804	174.283	754.041	225.364.429

Em 31 dezembro de 2014, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” incluem 4.982.117 Euros (5.205.814 Euros em 31 dezembro de 2013) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com a PT Comunicações, S.A..

No período findo em 31 dezembro de 2014, a rubrica alteração do perímetro de consolidação diz respeito aos saldos da empresa EAD que foi alienada no decurso do 1º semestre de 2014.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo no montante de 6.627.890 Euros e respetivas depreciações acumuladas no montante de 2.950.936 Euros. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel que passou a estar afeto à atividade operacional no montante de 439.417 Euros e depreciações acumuladas de 223.473 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Ativos fixos tangíveis incluem o montante de 48.388.225 Euros transferidos para Propriedades de Investimento (Nota 7), bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 Euros e imparidades no montante de 502.113 Euros. Estes ativos, não se encontram afetos

à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado, sendo detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital.

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31.12.2013 (Nota 1), no termo da concessão revertem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração, suportado nos registos patrimoniais da Empresa, entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT, CTT Expresso e Tourline.

No período findo em 31 dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional da empresa. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel, uma vez que passou a estar afeto à atividade operacional.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente a aquisições de bicicletas elétricas no valor de 75 mil Euros, motas num valor aproximado de 439 mil euros, atrelados num valor de cerca de 228 mil Euros, veículos ligeiros e pesados de mercadorias no valor de 2.172 mil euros, contentores postais no valor de 143 mil Euros, melhoria nas máquinas OCR num valor de cerca de 182 mil Euros, *upgrade* sistema de etiquetagem das máquinas Top no valor aproximado de 76 mil Euros, aquisição de terminais de pagamento, pela Payshop, num valor total de 396 mil Euros e pela CTT Expresso de PDA's num valor de 1.500 mil Euros.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita essencialmente à aquisição de servidores à IBM no valor de 1.459 mil Euros e a aquisições de computadores (*desktops* e portáteis) e monitores num valor total de cerca de 788 mil Euros.

Outros ativos fixos tangíveis:

O valor correspondente às aquisições desta classe de ativos (728.093 Euros), respeita essencialmente à aquisição por parte dos CTT de equipamento de prevenção e segurança (cerca de 459 mil Euros), equipamento de marketing olfativo (cerca de 59 mil Euros) e bem como a aquisição de diversos equipamentos para armazém, cujo valor ascendeu a cerca de 57 mil Euros.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os valores constantes nesta rubrica, dizem respeito a obras de melhoria em imóveis próprios.

Os montantes verificados na rubrica de abates, com particular destaque nas classes de Equipamento básico e Equipamento administrativo, devem-se fundamentalmente ao abate efetuado nos CTT, de bens que se encontravam totalmente depreciados e cuja data de aquisição ocorreu antes do exercício de 2008.

As depreciações contabilizadas no montante de 17.815.704 Euros (19.281.488 Euros em 31 de dezembro de 2013), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

Os compromissos relativos a ativos fixos tangíveis respeitam à aquisição de *displays* para as máquinas STAR Cosmos no montante de 12.372 euros, aquisição de porta-paletes (15.535 Euros), de viaturas ligeiras elétricas (66.974 Euros), melhorias para máquinas divisoras de correio (335.670 Euros) pelos CTT e de motas no valor de 12.300 Euros pela CTT Expresso.

6. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2014							
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4.372.922	36.540.593	11.718.920	444.739	2.672.064	-	55.749.238
Aquisições	-	586.266	-	-	2.790.181	-	3.376.447
Transferências e abates	-	1.810.188	-	-	(735.847)	-	1.074.341
Regularizações	-	-	1.618	-	-	-	1.618
Alteração perímetro consolidação	-	(316.797)	(60.846)	-	-	-	(377.643)
Saldo final	4.372.922	38.620.250	11.659.692	444.739	4.726.397	-	59.824.001
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4.350.799	30.479.661	7.472.614	396.856	-	-	42.699.930
Amortizações do período	9.647	2.544.357	382.492	42.783	-	-	2.979.278
Transferências e abates	(19.681)	1.094.023	-	-	-	-	1.074.342
Regularizações	-	-	11.570	-	-	-	11.570
Alteração perímetro consolidação	-	(316.797)	(50.330)	-	-	-	(367.127)
Saldo final	4.340.765	33.801.244	7.816.346	439.639	-	-	46.397.993
Ativos intangíveis líquidos	32.157	4.819.006	3.843.346	5.100	4.726.397	-	13.426.007
2013							
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4.325.692	33.546.260	11.687.619	-	2.925.511	22.366	52.507.448
Aquisições	47.230	961.720	10.554	-	2.027.086	-	3.046.590
Transferências e abates	-	2.032.613	(28.086)	-	(2.356.239)	(22.366)	(374.078)
Regularizações	-	-	-	444.739	75.706	-	520.445
Outras variações	-	-	48.833	-	-	-	48.833
Saldo final	4.372.922	36.540.593	11.718.920	444.739	2.672.064	-	55.749.238
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4.325.692	26.795.624	7.031.072	-	-	-	38.152.388
Amortizações do período	25.107	3.684.037	440.712	396.856	-	-	4.546.712
Outras variações	-	-	830	-	-	-	830
Saldo final	4.350.799	30.479.661	7.472.614	396.856	-	-	42.699.930
Ativos intangíveis líquidos	22.123	6.060.932	4.246.306	47.883	2.672.064	-	13.049.308

Na rubrica Propriedade Industrial encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Gest, no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra em amortização uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2014 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em programas de computador ou ativos intangíveis em curso, os valores de 407.280 Euros e 295.915 Euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que dizem respeito à participação de recursos internos no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2014 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	2014
Nova aplicação GRH	1.164.113
Evolução SAP	428.829
Certificação de Faturas	375.676
Repositório informação comercial Nave (ODF Comercial)	292.292
E-CIP- Internacional	281.384
Controlo Operac SEG	197.842
Sales Force Automation	195.682
Evolução Produtos Correio	130.362
Processo de aprovação de faturas	110.604
CORVENDAS	107.359
BD Clientes Ocasioneis	106.133
SI Gestão Transportes	105.641
GEO 10 (sistema georeferenciação)	85.060
Sistema Gestão Tesouraria	84.216
Tratamento Automático de Endereços	79.607
Estudos - SW Aplicacional	70.625
	3.815.423

As amortizações do período, no montante de 2.979.278 Euros, (4.546.712 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis são como segue:

(i) Programas de Computador

Os compromissos de compra referem-se a desenvolvimentos na solução “Sistema de controle de rotas de distribuição” no montante de 52,1 mil Euros.

7. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	2014		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	7.237.214	42.551.163	49.788.377
Alienações	(247.126)	(2.290.703)	(2.537.829)
Outras variações	725.970	5.462.503	6.188.473
Saldo final	7.716.058	45.722.963	53.439.021
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	273.950	26.146.036	26.419.986
Depreciações do período	-	764.567	764.567
Alienações	(25.568)	(1.227.215)	(1.252.783)
Outras variações	11.119	2.716.343	2.727.463
Saldo final	259.501	28.399.732	28.659.233
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	1.606.505	1.606.505
Imparidades do período	-	(156.480)	(156.480)
Saldo final	-	1.450.025	1.450.025
Propriedades de investimento líquidas	7.456.557	15.873.206	23.329.763

	2013		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	1.334.499	65.653	1.400.152
Outras variações	5.902.715	42.485.510	48.388.225
Saldo final	7.237.214	42.551.163	49.788.377
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	31.209	31.209
Depreciações do período	-	782.537	782.537
Outras variações	273.950	25.332.290	25.606.240
Saldo final	273.950	26.146.036	26.419.986
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	-	-
Imparidades do período	-	1.104.392	1.104.392
Outras variações	-	502.113	502.113
Saldo final	-	1.606.505	1.606.505
Propriedades de investimento líquidas	6.963.264	14.798.622	21.761.886

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado destes ativos fixos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2014 efetuadas por entidades independentes, ascende a 35.978.503 Euros (29.374.185 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Os movimentos associados às alienações dizem respeito à venda de três imóveis, efetuadas no decurso do período findo em 31 dezembro de 2014.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo no montante de 6.627.890 Euros e respetivas depreciações acumuladas no montante de 2.950.936 Euros. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel que passou a estar afetado à atividade operacional no montante de 439.417 Euros e depreciações acumuladas de 223.473 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Ativos fixos tangíveis incluem o montante de 48.388.225 Euros transferidos para Propriedades de Investimento (Nota 7), bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 Euros e imparidades no montante de 502.113 Euros. Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado, sendo detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital.

As depreciações do período, no montante de 764.567 Euros, (782.537 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

As perdas por imparidade do período, no montante de 156.480 Euros, (1.104.392 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

8. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação social	Sede	2014			2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Empresa - mãe:							
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
PostContacto - Correio Publicitário, Lda. ("PostContacto")	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	100	-	100	95	5	100
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Lugar do Quintanilho 2664-500 São Julião do Tojal	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Av. D. João II lote 01.12.03 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT GEST - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. ("CTT Gest")	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Mailtec Holding, SGPS, S.A. ("Mailtec SGPS")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	100	-	100	100	-	100
Mailtec Comunicação, S.A. ("Mailtec TI")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	17,7	82,3	100	17,7	82,3	100
Mailtec Consultoria, S.A. ("Mailtec CON")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	10	90	100	10	90	100
Mailtec Processos, Lda. ("EQUIP")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	-	100	100	-	100	100
Tourline Express Mensajería, SLU ("Tourline")	Calle Pedrosa C, 38-40 Hospitalet de Llobregat (08908)- Barcelona	-	-	100	100	-	100
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. ("EAD")	Parque Industrial Mata Lobos, Lote 2 Apartado 151 2950- 901 Palmela	-	-	-	51	-	51
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Av. Zedequias Manganhela, 309 Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a CORRE e ter a capacidade de afetar os retornos devido ao seu poder sobre a Empresa, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

No primeiro semestre de 2014 foi alienada a participação na subsidiária Tourline Express Mensajería, SLU,

detida pela casa-mãe, à subsidiária CTT Expresso, SA. Esta alienação foi efetuada pelo valor líquido contabilístico.

Foi igualmente registada a alienação da participação de 5% detida pela CTT Expresso, SA na PostContacto, Lda à empresa-mãe CTT- Correios de Portugal, SA, passando esta a deter diretamente 100% do capital

da PostContacto, Lda. A operação concretizou-se pelo valor líquido contabilístico.

Nenhuma destas transações teve qualquer impacto ao nível do perímetro de consolidação.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	2014			2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Ti-Post Prestação de Serviços informáticos, ACE ("Ti-Post")	R. do Mar da China, Lote 1.07.2.3 Lisboa	49	-	49	49	-	49
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Estrada Casal do Canas Amadora	-	51	51	-	51	51

Associadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	2014			2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ("Multicert")	R. do Centro Cultural, 2 Lisboa	20	-	20	20	-	0
Payshop Moçambique, S.A. ^(a)	R. da Sé, 114-4 ^o . Maputo - Moçambique	-	35	35	-	35	35
Mafelosa, SL ^(b)	Castellon Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ^(b)	Málaga Espanha	-	30	30	-	30	30

(a) Empresa participada pela Payshop Portugal, S.A., que se encontra atualmente em processo de liquidação

(b) Empresa participada pela Tourline Mensajería, S.A.

Alterações no perímetro de consolidação

No período findo em 31 de dezembro de 2014, o perímetro de consolidação foi alterado decorrente da alienação da participação na EAD. Decorrente desta alienação foi registada uma mais-valia no montante de 256.383 Euros na rubrica "Ganhos/perdas em associadas" na demonstração consolidada dos resultados.

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição do *Goodwill* era a seguinte:

	Ano da Aquisição	2014	2013
Mailtec Holding SGPS, S.A. (51%)	2004	582.970	582.970
Mailtec Consultoria, S.A.	2004	4.718	4.718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69.767	69.767
Payshop Portugal, S.A.	2004	406.101	406.101
Mailtec Holding SGPS, S.A. (49%)	2005	6.641.901	6.641.901
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	-	16.592.248
Tourline Express Mensajería, SLU (other)	2005	-	-
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	-	786.164
		7.705.457	25.083.869

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos em *Goodwill* foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo início período	25.083.869	25.528.608
Regularizações	-	(444.739)
Alienações	(786.164)	-
Imparidade	(16.592.248)	-
Saldo final período	7.705.457	25.083.869

No período findo em 31 de dezembro de 2014, em resultado da alienação da participação na empresa EAD, o correspondente *goodwill*, no valor de 786.164 Euros, foi eliminado.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2014, em função da deterioração das condições de negócio em Espanha, nomeadamente pelo facto da Tourline ter perdido em 2014 dois dos seus principais franchisados, os resultados da Tourline ficaram abaixo das estimativas da gestão. Assim, o Grupo reviu as estimativas de evolução do negócio da Tourline, as quais foram incorporadas nos *cash flows* futuros usados no teste de imparidade realizado em 2014, tendo sido registada uma perda por imparidade, no montante de 16.592.248 Euros, relativa ao *goodwill* da referida empresa.

As regularizações, efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 444.739 Euros, correspondem à reclassificação para Ativos intangíveis dos “Fondos de Comércio” da Tourline (nota 6).

Análise da Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No decurso do corrente ano, por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, o Grupo CTT realizou, com efeitos a 31 de dezembro de 2014 e de 2013, testes de imparidade com base nos seguintes pressupostos:

2014						
Empresa	Actividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade	
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	9,86%	0,5%	
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	10,80%	0,5%	
Payshop Portugal, SA	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	10,30%	0,5%	
2013						
Empresa	Actividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade	
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	10,20%	2,0%	
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/DCF	5 anos	11,72%	2,0%	
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	11,98%	2,0%	
Payshop Portugal, SA	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	12,73%	2,0%	

O decréscimo verificado na taxa de desconto (WACC) no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi resultado da subida do prêmio de risco de mercado conjugada com a acentuada redução verificada nas yields de obrigações de dívida pública Portuguesa e Espanhola.

e longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. Na sequência desta análise de imparidade o Grupo concluiu que em 31 de dezembro de 2014 se verificaram perdas por imparidade relativas ao Goodwill da Tourline.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio a médio

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as perdas por imparidade registadas foram as seguintes:

2014

Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Alienações	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20.671.985	16.592.248	4.079.737	-	-
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1.082.015	-	295.851	(786.164)	-
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235.946	-	235.946	-	-
		21.989.946	16.592.248	4.611.534	(786.164)	-

2013

Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Alienações	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20.671.985	-	4.079.737	-	16.592.248
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1.082.015	-	295.851	-	786.164
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235.946	-	235.946	-	-
		21.989.946	-	4.611.534	-	17.378.412

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados nomeadamente às seguintes variáveis chave: (i) taxa de crescimento na perpetuidade e (ii) taxas de desconto.

Os resultados das análises de sensibilidade para a Payshop, e Grupo Mailtec não determinam a existência de indícios de imparidade. No que diz respeito à Tourline os resultados das análises concluem que tendo

em conta o nível de perda de imparidade atingida não existe sensibilidade às variáveis estudadas, conforme quadros seguintes:

Varição do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,8%	9,8%	10,8%	11,8%	12,8%	
Maitec Comunicação						
g	0,00%	9.367.009	7.264.838	5.556.115	4.140.559	2.949.265
	0,25%	9.791.434	7.592.836	5.815.212	4.348.954	3.119.434
	0,50%	10.241.466	7.938.492	6.086.901	4.566.580	3.296.528
	0,75%	10.719.494	8.303.272	6.372.124	4.794.065	3.480.977
	1,00%	11.228.214	8.688.808	6.671.918	5.032.094	3.673.251

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Varição do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,8%	9,8%	10,8%	11,8%	12,8%	
Maitec Consultoria						
g	0,00%	2.303.543	2.058.027	1.858.810	1.694.071	1.555.688
	0,25%	2.359.919	2.102.115	1.894.042	1.722.731	1.579.351
	0,50%	2.419.696	2.148.576	1.930.987	1.752.660	1.603.977
	0,75%	2.483.191	2.197.608	1.969.772	1.783.946	1.629.625
	1,00%	2.550.764	2.249.430	2.010.538	1.816.681	1.656.361

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Varição do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,3%	9,3%	10,3%	11,3%	12,3%	
Payshop						
g	0,00%	86.107.734	76.719.454	69.153.009	62.925.319	57.710.217
	0,25%	88.425.393	78.526.972	70.596.914	64.101.500	58.683.963
	0,50%	90.891.340	80.437.018	72.114.377	65.332.060	59.698.917
	0,75%	93.520.276	82.458.570	73.711.167	66.620.858	60.757.753
	1,00%	96.328.912	84.601.687	75.393.669	67.972.130	61.863.379

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Varição do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	7,9%	8,9%	9,9%	10,9%	11,9%	
Tourline						
g	0,00%	-15.253.561	-17.681.037	-19.587.210	-21.117.091	-22.366.748
	0,25%	-14.632.212	-17.205.306	-19.213.171	-20.816.650	-22.121.141
	0,50%	-13.968.670	-16.701.135	-18.819.158	-20.501.714	-21.864.726
	0,75%	-13.258.488	-16.165.893	-18.403.528	-20.171.208	-21.596.775
	1,00%	-12.496.568	-15.596.617	-17.964.451	-19.823.947	-21.316.492

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

10. Investimentos em associadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos “Investimentos em associadas” era como segue:

	2014	2013
Multicert, S.A.	226.937	710.242
Urpacksur, SL	481	481
	227.418	710.723

Investimentos em empresas associadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os investimentos em empresas associadas apresentam os seguintes movimentos:

2014									
Empresas associadas:	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Participações financeiras	Provisões (Nota 27)	Proporção no resultado
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	Lisboa	3.300.404	2.165.716	3.122.809	(37.161)	20%	226.937	-	(7.432)
Payshop Moçambique, S.A. ^(b)	Maputo - Moçambique	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	35%	-	215.772	n.d.
Mafelosa, SL ^{(c)(d)}	Castellon - Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25%	-	-	n.d.
Urpacksur ^{(c)(d)}	Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	30%	481	-	n.d.
							227.418	215.772	(7.432)

2013									
Empresas associadas:	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Participações financeiras	Provisões (Nota 27)	Proporção no resultado
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	Lisboa	4.832.986	1.281.774	3.551.213	758.251	20%	710.242	-	20.508
Payshop Moçambique, S.A. ^(b)	Maputo - Moçambique	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	35%	-	213.840	n.d.
Mafelosa, SL ^{(c)(d)}	Castellon - Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25%	-	-	n.d.
Urpacksur ^{(c)(d)}	Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	30%	481	-	n.d.
							710.723	213.840	20.508

(a) Valores de setembro 2014

(b) Empresa participada Payshop Portugal, que se encontra atualmente em processo de liquidação

(c) Empresa participada Tourline Express Mensajeria

(d) Empresas sem atividade comercial

O montante de (7.432) Euros diz respeito à proporção do resultado a setembro de 2014. Foi igualmente reconhecido o valor de (240.167) Euros relativo ao resultado de 2013 que não tinha sido registado naquele exercício. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 não se efetuaram quaisquer registos adicionais na participação da Multicert, SA uma vez que a Empresa não dispõe de informação financeira mais atualizada.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos dizem respeito a instrumentos de capitais não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. O montante destes instrumentos registados ao custo a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, eram os seguintes:

Empresa	Sede	2014	2013
IPC - International Post Corporation	Bruxelas - Bélgica	6.157	6.157
Eurogiro Network	Copenhaga - Dinamarca	124.435	124.435
CEPT	Copenhaga - Dinamarca	237	237
Tagus Park	Lisboa - Portugal	975.982	-
		1.106.812	130.829

No período em análise, não foi reconhecida qualquer imparidade nestes investimentos.

Não existiam preços de mercado disponíveis para os investimentos mencionados e também não é possível determinar o justo valor recorrendo a transações comparáveis. O Grupo não mensurou os instrumentos através de *cash flows* descontados uma vez que estes não podiam ser determinados com fiabilidade.

À data da preparação das demonstrações financeiras, o Grupo não pretende alienar qualquer um destes investimentos.

12. Gestão e riscos financeiros

As atividades do Grupo acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxas de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco do Grupo com reporte direto à Comissão Executiva. As direções de Finanças Gestão dos Riscos e Contabilidade e Tesouraria dos CTT asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes do Grupo, de acordo com políticas aprovadas pela Comissão Executiva. Adicionalmente, são responsáveis pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto. O Grupo tem em desenvolvimento um sistema integrado de gestão de riscos.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Riscos de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para o Grupo. No Grupo o risco de crédito situa-se es-

encialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo e montante de crédito a clientes.

O Grupo não apresenta risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber respeitam a um elevado número de clientes.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente.

O movimento das perdas de imparidade das contas a receber encontra-se divulgado nas Notas 19 e 37. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo entende que as perdas por imparidade em contas a receber se encontram adequadamente estimadas e relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

O risco decorrente das atividades de tesouraria resulta essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de reduzir este risco, a política do Grupo é a de investir em aplicações de curto/médio prazo, junto de diversas instituições financeiras e todas com *rating* relativo de crédito elevado (tendo em conta o *rating* da República Portuguesa).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” havia aplicações de tesouraria que totalizavam, respetivamente, 498.232.900 Euros e 483.229.000 Euros, respetivamente (Nota 17).

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pelo Grupo. Os valores representam apenas os ativos financeiros sensíveis ao risco de crédito incluídos nas rubricas, pelo que os valores não reconciliam com os valores totais registados nas demonstrações financeiras:

	2014	2013
Outros ativos não correntes	790.601	1.951.139
Contas a receber	131.682.269	135.589.645
Outros ativos correntes	16.272.945	10.676.882
Caixa e equivalentes a caixa	627.995.792	535.514.521
	776.741.607	683.732.187

Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria. Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira do Grupo.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, o Grupo acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, beneficiaram de um rendimento financeiro de 4.225.231 Euros e 7.763.801 Euros, respetivamente (Nota 40). Adicionalmente, encontram-se registados juros relativos a serviços financeiros na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, nos exercícios de 2014 e 2013, no montante de 2.305.688 Euros e 3.287.305 Euros, respetivamente (Nota 33).

O Grupo contrata geralmente as suas aplicações a taxas fixas, sendo os seus financiamentos remunerados a taxa variável. Devido ao reduzido montante dos seus financiamentos, o Grupo acredita que o diferencial resultante entre os ativos financeiros a taxa fixa e os passivos financeiros a taxa variável representa um potencial impacto pouco significativo na demonstração dos resultados consolidada.

Se as taxas de juro variassem 1%, durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, o impacto em juros seria de 3.818 milhares de Euros (31 dezembro 2013: 4.074 milhares de Euros).

Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS).

A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a exposição líquida (ativo menos passivo) do Grupo ascendia, respetivamente, 895.251 DTS (1.068.321 Euros à taxa de câmbio €/DTS 1,19332) e a 160.414 DTS (179.234 Euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,11732).

Na análise de sensibilidade efetuada aos saldos das contas a receber e a pagar a Operadores Postais estrangeiros, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, utilizando-se como pressuposto uma valorização / desvalorização na taxa de câmbio €/DTS de 10%, o impacto em resultados seria, um aumento de 106.832 Euros e de 17.923 Euros, respetivamente.

Risco Liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, o Grupo entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais do Grupo CTT são as relacionadas com o financiamento obtido (essencialmente locações financeiras) e respetivos juros, as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes. O quadro a seguir apresentado resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 que não reconciliam com o balanço consolidado:

	2014			Total
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	1.866.056	1.926.723	-	3.792.779
Contas a pagar	491.269.984	-	-	491.269.984
Outros passivos correntes	18.037.952	-	-	18.037.952
Compromissos não financeiros				
Locações Operacionais (Nota 35)	9.345.242	14.456.925	-	23.802.167
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	494.954	-	-	494.954
	521.014.188	16.383.648	-	537.397.836
2013				
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	3.762.250	3.255.164	113.063	7.130.477
Contas a pagar	385.912.923	-	-	385.912.923
Outros passivos correntes	13.425.256	-	-	13.425.256
Compromissos não financeiros				
Locações Operacionais (Nota 35)	8.901.867	16.433.847	-	25.335.714
Compromissos financeiros não contingentes ⁽¹⁾	967.710	-	-	967.710
	412.970.007	19.689.011	113.063	432.772.081

(1) Os compromissos financeiros não contingentes referem-se essencialmente a fornecedores de ativos fixo, com contratos já assinados, e que o passivo não se encontra reconhecido no balanço (Notas 5 e 6).

Risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

Por forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar, emitir dívida ou vender ativos para reduzir dívida.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de solvabilidade, calculado de acordo com a seguinte fórmula: Capital Próprio / Passivo.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o Grupo seguiu como estratégia, a manutenção do seu nível de rácio de solvabilidade superior a 35%. Os rácios de solvabilidade em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são como seguem:

	2014	2013
Capital próprio	249.209.645	275.934.219
Passivo total	931.786.978	824.200.214
Valores de terceiros	385.678.898	308.058.255
Solvabilidade ajustado ⁽¹⁾	45,6%	53,5%

(1) Capital próprio / (Passivo total - Valores de terceiros incluídos em Caixas e equivalentes de caixa)

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os “Inventários” do Grupo apresentam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	5.240.512	1.527.827	3.712.685	5.018.085	1.812.893	3.205.192
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.716.730	676.836	2.039.894	3.410.775	685.925	2.724.850
Adiantamentos por conta de compras	32.698	-	32.698	63.929	-	63.929
	7.989.940	2.204.663	5.785.277	8.492.789	2.498.818	5.993.971

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe do “Custo com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas” foi o seguinte:

	2014			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Alteração do Perímetro de Consolidação	Total
Saldo inicial	5.018.085	3.410.775	(30.453)	8.398.407
Compras	13.868.917	3.528.006	-	17.396.923
Ofertas de inventários	(39.334)	(24.807)	-	(64.141)
Regularizações de inventários	(265.997)	(509.452)	-	(775.449)
Saldo final	(5.240.512)	(2.716.730)	-	(7.957.242)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	13.341.159	3.687.792	(30.453)	16.998.498

	2013			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Alteração do Perímetro de Consolidação	Total
Saldo inicial	5.687.910	3.583.586	-	9.271.496
Compras	12.344.623	3.975.606	-	16.320.229
Ofertas de inventários	(39.145)	(17.354)	-	(56.499)
Regularizações de inventários	(123.775)	(76.464)	-	(200.239)
Saldo final	(5.018.085)	(3.410.775)	-	(8.428.860)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	12.851.528	4.054.599	-	16.906.127

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas de inventários” (Nota 19) foi como segue:

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.812.893	43.671	(323.990)	(4.747)	1.527.827
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	685.925	4.863	(13.952)	-	676.836
	2.498.818	48.534	(337.942)	(4.747)	2.204.663
	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1.903.511	4.906	(95.524)	-	1.812.893
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	715.248	28.623	(13.846)	(44.100)	685.925
	2.618.759	33.529	(109.370)	(44.100)	2.498.818

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram registradas perdas por imparidade de inventários, líquidas de reversões no montante de, respectivamente, (289.407) Euros e (75.841) Euros, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 37).

14. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Cientes	131.682.077	135.589.453
Empresas associadas	192	192
	131.682.269	135.589.645

Cientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo de clientes é detalhada como segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes						
Não vencido	63.040.222	151.682	62.888.540	58.373.041	2.450	58.370.591
Vencido:						
0-30 dias	17.089.136	105.192	16.983.944	22.324.251	-	22.324.251
30-90 dias	10.948.465	211.018	10.737.447	16.266.015	5.243	16.260.771
90-180 dias	5.512.173	395.193	5.116.980	7.913.980	22.586	7.891.394
180-360 dias	13.167.307	2.831.679	10.335.628	10.226.203	475.953	9.750.250
> 360 dias	52.423.561	26.804.022	25.619.539	44.847.949	23.855.753	20.992.196
	162.180.863	30.498.785	131.682.077	159.951.437	24.361.985	135.589.453

O valor escriturado líquido da dívida de clientes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Clientes nacionais	2.673.966	1.159.643
Operadores estrangeiros	22.945.573	19.832.745
Total	25.619.539	20.992.388
Operadores estrangeiros - valores a pagar	(21.714.470)	(19.568.630)

A rubrica operadores estrangeiros refere-se aos recebimentos pela distribuição em Portugal de tráfego postal com origem em países terceiros.

Estas operações enquadram-se no âmbito da regulamentação da União Postal Universal (UPU), que prevê a apresentação de contas numa base anual, o qual, portanto, apenas é efetuado após o final do ano, originando assim um montante significativo de saldo de clientes em dívida há mais de 360 dias.

Ainda ao abrigo da regulamentação da UPU, as contas entre Operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas. O risco de crédito é mitigado pelos saldos a pagar às mesmas entidades (Nota 28).

Imparidade de clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas ” (Nota 19) foi como segue:

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Alteração do perímetro de consolidação	
Clientes	24.361.985	7.575.359	(875.184)	(497.000)	(66.375)	30.498.785
	24.361.985	7.575.359	(875.184)	(497.000)	(66.375)	30.498.785

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	
Clientes	22.313.026	4.413.997	(1.505.980)	(859.058)	-	24.361.985
	22.313.026	4.413.997	(1.505.980)	(859.058)	-	24.361.985

Relativamente ao saldo de clientes nacionais, é constituído essencialmente por dívidas de entidades públicas, a que se juntam clientes que são simultaneamente fornecedores e com os quais se efetuam encontros de contas, e clientes com planos de pagamento de dívida.

Considerando o universo de clientes nacionais, o nível de cobertura das dívidas de clientes por garantias bancárias e depósitos prévios de clientes reduziu de 1,9% no final de 2013 para 1,0% em 31 de dezembro de 2014.

	2014	2013
Depósitos prévios	894.069	1.614.064
Garantias bancárias	83.753	273.674
Total	977.822	1.887.738

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de contas a receber no montante de, respetivamente, 6.700.175 Euros e 2.908.017 Euros, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)”.

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
DIFERIMENTOS ATIVOS		
Correntes		
Rendas a pagar	1.313.235	1.370.452
Subsídios de Refeição	1.698.085	1.727.311
Outros	2.681.575	1.777.376
	5.692.895	4.875.139
DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Não correntes		
Mais-valias diferidas	6.076.311	8.475.340
Subsídios ao investimento	350.496	361.697
	6.426.807	8.837.037
Correntes		
Mais-valias diferidas	2.399.029	2.399.029
Carregamentos Phone-IX	258.669	453.150
Comissões diferidas	1.800.000	-
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Outros	1.033.284	1.240.371
	5.502.183	4.103.751
	11.928.989	12.940.788

Em exercícios anteriores a Empresa alienou um conjunto de imóveis, relativamente aos quais celebrou posteriormente contratos de arrendamento. As mais-valias apuradas naquela alienação foram diferidas, e são reconhecidas no período de duração dos contratos de arrendamento.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos operacionais” na demonstração consolidada dos resultados 1.511.128 Euros, em ambos os períodos, relativos àquelas mais-valias.

Em 2014 os CTT celebraram em 2014 um contrato com a Cetelem, o qual implicou um recebimento de 3 milhões de Euros no momento da assinatura do contrato, dos quais 1 milhão de Euros, correspondentes a um direito de entrada foi reconhecido no início do contrato, sendo os restantes 2 milhões de Euros, relativos a comissões não reembolsáveis, reconhecidos ao longo do período do contracto. Em 31 de Dezembro de 2014 encontrando-se diferido um montante de 1.800.000 Euros.

16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo não apresentava ativos não correntes classificados como detidos para venda, nem existiam operações classificadas como operações descontinuadas.

17. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	36.573.952	9.361.282
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	129.762.892	52.285.521
Depósitos a prazo	498.232.900	483.229.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	664.569.744	544.875.803
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	664.569.744	544.875.803

18. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Outros ativos não correntes” e “Outros ativos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Não correntes		
Adiantamentos ao pessoal	512.079	463.546
Outros valores a receber do pessoal	1.699.523	1.296.044
Ministério da saúde	-	1.487.593
Emprestimo INESC	371.891	1.397.613
Imparidade	(1.792.892)	(2.693.657)
	790.601	1.951.139
Corrente		
Adiantamento a fornecedores	101.457	137.692
Adiantamentos ao pessoal	2.776.653	3.421.376
Ministério da Saúde	-	1.531.568
Emprestimo INESC	49.740	49.740
Serviços financeiros postais	12.352.806	1.932.246
Estado e outros entes públicos IVA	290.714	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	2.703.244	5.488.909
Montantes cobrados em nome dos CTT	2.791.459	3.650.377
Garantias	360.977	357.748
Reembolsos CGA	302.004	77
Adiantamentos a advogados	162.686	263.592
Devedores por ativos vendidos	137.054	158.647
Outros activos correntes	10.268.251	9.259.137
Imparidade	(9.511.662)	(9.148.673)
	22.785.382	17.102.436

A conta a receber do “Ministério da Saúde”, que respeitava à comparticipação de encargos de saúde dos exercícios de 2000 a 2006, no âmbito do plano de saúde dos CTT e de acordo com o protocolo celebrado com esta entidade, o qual cessou em 31 de dezembro de 2006, foi totalmente liquidada no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os montantes registados na rubrica “Serviços financeiros postais” respeitam a valores a receber referentes a resgates de produtos de aforro e a comercialização de seguros.

Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a especializações de juros, valores não faturados, produtos filatélios, agentes filatélios e outros valores não faturados.

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas de outros ativos não correntes e correntes” (Nota 19), foi como segue:

2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outras contas a receber	10.394.977	1.539.178	(1.046.957)	(4.275)	-	10.882.923
Empréstimo INESC	1.447.353	-	(1.025.722)	-	-	421.631
	11.842.330	1.539.178	(2.072.679)	(4.275)	-	11.304.554
2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outras contas a receber	10.048.037	903.564	(147.512)	(84.410)	(324.702)	10.394.977
Empréstimo INESC	1.505.383	-	(58.030)	-	-	1.447.353
	11.553.420	903.564	(205.542)	(84.410)	(324.702)	11.842.330

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram registadas, perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de “Outros ativos correntes e não correntes” no montante de (533.502) Euros e 698.022 Euros, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 37).

19. Perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Alteração do perímetro de consolidação	Saldo final
Outros ativos não correntes (Nota 18)						
Outras contas a receber	1.296.044	124.957	-	-	-	1.421.001
Empréstimo INESC	1.397.613	-	(1.025.722)	-	-	371.891
	2.693.657	124.957	(1.025.722)	-	-	1.792.892
Cientes e outros ativos correntes (Notas 14 e 18)						
Cientes	24.361.985	7.575.359	(875.184)	(497.000)	(66.375)	30.498.785
Outras contas a receber	9.098.933	1.414.221	(1.046.957)	(4.275)	-	9.461.922
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	33.510.658	8.989.580	(1.922.141)	(501.275)	(66.375)	40.010.447
Inventários (Nota 13)						
Mercadorias	1.812.893	43.671	(323.990)	(4.747)	-	1.527.827
Matérias-Primas, subs. e de consumo	685.925	4.863	(13.952)	-	-	676.836
	2.498.818	48.534	(337.942)	(4.747)	-	2.204.663
	38.703.133	9.163.071	(3.285.805)	(506.022)	(66.375)	44.008.002
2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos não correntes (Nota 18)						
Outras contas a receber	1.123.171	172.873	-	-	-	1.296.044
Empréstimo INESC	1.455.643	-	(58.030)	-	-	1.397.613
	2.578.814	172.873	(58.030)	-	-	2.693.657
Cientes e outros ativos correntes (Notas 14 e 18)						
Cientes	22.313.026	4.413.997	(1.505.980)	(859.058)	-	24.361.985
Outras contas a receber	8.924.866	730.691	(147.512)	(84.410)	(324.702)	9.098.933
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	31.287.632	5.144.688	(1.653.492)	(943.468)	(324.702)	33.510.658
Inventários (Nota 13)						
Mercadorias	1.903.511	4.906	(95.524)	-	-	1.812.893
Matérias-Primas, subs. e de consumo	715.248	28.623	(13.846)	(44.100)	-	685.925
	2.618.759	33.529	(109.370)	(44.100)	-	2.498.818
	36.485.205	5.351.090	(1.820.892)	(987.568)	(324.702)	38.703.133

As perdas por imparidade relacionadas com ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e *goodwill*, encontram-se detalhadas, respectivamente nas Notas 5, 7 e 9.

20. Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT foi reduzido de

87.325.000 Euros para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros. O montante de 12.325.000 Euros referente à redução do capital social foi transferido para “Reservas livres” (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

		2014		
		Nº ações	%	Valor nominal
Acionista				
Standard Life Investments Limited ⁽¹⁾		9.910.580	6,607%	4.955.290
Ignis Investment Services Limited ⁽¹⁾		97.073	0,065%	48.537
Standard Life Investments (Holdings) Limited	Total	10.007.653	6,672%	5.003.827
Kames Capital plc ⁽²⁾		2.045.003	1,363%	1.022.502
Kames Capital Management Limited ⁽²⁾		3.096.134	2,064%	1.548.067
Aegon NV ⁽³⁾	Total	5.141.137	3,427%	2.570.569
Allianz Global Investors Europe GmbH (AGIE) ⁽⁴⁾	Total	4.695.774	3,131%	2.347.887
UBS AG ⁽⁵⁾		3.705.257	2,470%	1.852.629
UBS Fund Management (Switzerland) AG ⁽⁵⁾		55.397	0,037%	27.699
UBS Fund Services (Luxembourg) AG ⁽⁵⁾		57.770	0,039%	28.885
UBS Global Asset Management (UK) Limited ⁽⁵⁾		8.330	0,006%	4.165
UBS Global Asset Management (Australia) Ltd ⁽⁵⁾		3.715	0,002%	1.858
UBS Group AG ⁽⁶⁾	Total	3.830.469	2,554%	1.915.235
Morgan Stanley & Co. International plc ⁽⁷⁾		3.553.396	2,369%	1.776.698
Morgan Stanley ⁽⁷⁾	Total	3.553.396	2,369%	1.776.698
Pioneer Funds - European Equity Target Income ⁽⁸⁾		613.645	0,409%	306.823
Pioneer Funds - Global Equity Target Income ⁽⁹⁾		170.047	0,113%	85.024
Pioneer Funds - ABS Return European Equities ⁽⁹⁾		95.475	0,064%	47.738
Pioneer Funds - European Potential ⁽⁹⁾		825.082	0,550%	412.541
Pioneer Funds - European Equity Value ⁽⁹⁾		764.953	0,510%	382.477
Pioneer Funds - European Equity Market Plus ⁽⁹⁾		15.876	0,011%	7.938
Pioneer Funds - European Research ⁽⁹⁾		643.204	0,429%	321.602
UniCredit S.p.A.	Total	3.128.282	2,086%	1.564.141
Artemis Fund Managers Limited ⁽¹⁰⁾		3.104.624	2,070%	1.552.312
Artemis Investment Management LLP	Total	3.104.624	2,070%	1.552.312
FMRC-FMR CO., INC. ⁽¹¹⁾		716.444	0,478%	358.222
FMR UK-FIDELITY MANAGEMENT & RESEARCH (U.K.) INC. ⁽¹¹⁾		2.379.854	1,587%	1.189.927
FMR LLC	Total	3.096.298	2,064%	1.548.149
DSAM Partners LLP ⁽¹²⁾		3.096.079	2,064%	1.548.040
DSAM Cayman Ltd.	Total	3.096.079	2,064%	1.548.040
Goldman Sachs International ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management, L.P. ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management International ⁽¹³⁾				
The Goldman Sachs Group, Inc. ⁽¹³⁾	Total	3.019.750	2,013%	1.509.875
Restantes acionistas	Total	107.326.538	71,551%	53.663.269
Total		150.000.000	100,000%	75.000.000

¹ Empresa detida pela Standard Life Investments (Holdings) Limited.

² A partir de 1 de janeiro de 2015, em resultado de reestruturação societária, as carteiras que se encontravam sob gestão da Kames Capital Management Limited (subsidiária da Kames Capital plc) foram transferidas, encontrando-se sob gestão da Kames Capital plc.

³ Participação qualificada imputável à seguinte cadeia de entidades: (i) Kames Capital Holdings Limited, que detém 100% da Kames Capital plc; (ii) Aegon Asset Management Holding BV, que detém 100% da Kames Capital Holdings Limited; e (iii) Aegon NV, que detém 100% da Aegon Asset Management Holding BV.

⁴ Em virtude da fusão da Allianz Global Investors Luxembourg, S.A. (AGIL) com a Allianz Global Investors Europe (AGIE), passou a ser imputável à AGIE a participação qualificada mencionada.

⁵ Subsidiária do UBS Group AG.

⁶ Em resultado da aquisição do UBS AG pelo UBS Group AG, as ações do UBS AG foram transferidas para o UBS Group AG. As subsidiárias do UBS AG passaram também a ser detidas pelo UBS Group AG.

⁷ A empresa-mãe é a Morgan Stanley e a cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: Morgan Stanley, Morgan Stanley International Holdings Inc., Morgan Stanley International Limited, Morgan Stanley Group (Europe), Morgan Stanley UK Group, Morgan Stanley Investments (UK) e Morgan Stanley & Co. International plc.

⁸ Fundo gerido pela Pioneer Investments Kapitalangesellschaft GmbH, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é detida na totalidade pela UniCredit S.p.A.

⁹ Fundo gerido pela Pioneer Investments Management Limited Dublin, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é inteiramente detida pela UniCredit S.p.A.

¹⁰ Empresa detida pela Artemis Investment Management LLP.

¹¹ Empresa detida pela FMR LLC.

¹² A cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: DSAM Cayman Ltd, DSAM Cayman LP, DSAM Capital Partners Ltd e DSAM Partners LLP. A participação é detida exclusivamente através de posição económica longa resultante da celebração de um swap sobre ações realizado ao balcão, com data de negociação a 10 de setembro de 2014, data de liquidação a 15 de setembro de 2014 e termo a 2 de setembro de 2015. A operação swap referida prevê a liquidação financeira como opção de liquidação.

¹³ A cadeia de empresas controladas por meio das quais os direitos de voto e/ou os instrumentos financeiros são efetivamente detidos é conforme segue: *The Goldman Sachs Group, Inc.* (empresa-mãe); *Goldman Sachs (UK) L.L.C.* (Controlada por *The Goldman Sachs Group, Inc.*); *Goldman Sachs Group UK Limited* (Controlada por *Goldman Sachs (UK) L.L.C.*); *Goldman Sachs International* (Controlada por *Goldman Sachs Group UK Limited*); *Goldman Sachs Asset Management International* (Controlada por *Goldman Sachs Group UK Limited*); *Goldman Sachs Asset Management, L.P.* (Controlada por *The Goldman Sachs Group, Inc.*). A participação inclui 1,42% correspondente a 2.131.364 de ações dos CTT e 0,59% de posição económica longa via Contratos por Diferença (CFD) relativos a 888.386 ações. Os detalhes relativos aos CFD são conforme segue:

Período/Data de Vencimento/ Exercício/Conversão	Nº de ações/direitos de voto que podem ser adquiridos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido	% de direitos de voto que podem ser obtidos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido
25-Nov-2019	2.453	0,0016%
22-Nov-2019	1.278	0,0009%
4-Dez-2024	506.660	0,3378%
4-Dez-2024	4.869	0,0032%
9-Dez-2024	600	0,0004%
23-Set-2024	11.502	0,0077%
26-Set-2024	360.000	0,2400%
11-Nov-2024	1.024	0,0007%
Total de direitos de voto e da percentagem de direitos de voto	888.386	0,59%

	2013		
	Nº ações	%	Valor nominal
Acionista			
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA ⁽¹⁾	45.000.000	30,000%	22.500.000
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA ⁽²⁾	9.545.455	6,364%	4.772.728
Total ⁽³⁾	54.545.455	36,364%	27.272.728
Goldman Sachs International ⁽⁴⁾	7.496.479	4,998%	3.748.240
Deutsche Bank AG London ⁽⁵⁾	3.063.798	2,043%	1.531.899
Restantes acionistas ⁽⁶⁾	84.894.268	56,596%	42.447.134
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

¹ Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

² Ações imputadas à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (*call option*) sobre os tomadores firmes (*Underwriters*), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (*Stabilisation Manager*), no âmbito do contrato de venda direta institucional (*Institutional Underwriting Agreement*) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (*put option*) sobre a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

³ Participação total da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

⁴ Ações detidas pelo *Goldman Sachs International*, controlado pelo *Goldman Sachs Holding* (U.K.), que por sua vez é controlado pelo *Goldman Sachs Group Holdings* (U.K.) Limited, controlado pelo *Goldman Sachs Group UK Limited*, controlado pelo *Goldman Sachs* (UK) L.L.C., que por sua vez é controlado pelo *The Goldman Sachs Group, Inc.*

⁵ Ações detidas pelo *Deutsche Bank AG London* que é uma sucursal do *Deutsche Bank AG*.

⁶ Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontram indisponíveis até 5 de março de 2014.

21. Reservas, ajustamentos financeiros e resultados transitados

Reservas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Reservas legais	18.072.559	18.072.559
Outras reservas	13.701.407	12.325.000
	31.773.967	30.397.559

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 regista igualmente o valor reconhecido no ano relativo ao Plano de ações que constitui a remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração no âmbito do novo modelo de

remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de Vencimentos.

Em 2013 o montante de 10.555.949 Euros foi utilizado integralmente para pagamento do dividendo extraordinário (Nota 22).

O valor de 12.325.000 Euros corresponde ao montante da redução do capital social e que foi transferido para esta rubrica (Nota 20).

	2014	2013
Saldo inicial	24.548.756	33.079.577
Ganhos /perdas atuariais - Saúde	(61.041.103)	(11.680.870)
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais - Saúde	17.706.037	3.150.049
Saldo final	(18.786.310)	24.548.756

Resultados Transitados

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2014	2013
Saldo inicial	83.367.465	87.105.292
Aplicação do resultado líquido do período anterior	61.016.067	35.735.268
Distribuição de dividendos (Nota 22)	(60.000.000)	(39.444.051)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(29.044)
Outros movimentos	(8.969)	-
Saldo final	84.374.563	83.367.465

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha (Nota 26).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

22. Dividendos

Na Assembleia-Geral realizada em 5 de maio de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 0,40 Euros por ação (tendo por base as 150.000.000 ações existentes a 31.12.2013) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013, tendo sido pago o dividendo total de 60.000.000 Euros em maio de 2014.

Na Assembleia-Geral realizada em 30 de maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 2,20 Euros por ação referente ao período de 31 de dezembro de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 38.554.129 Euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de junho de 2013. Foi igualmente decidido o pagamento de um dividendo extraordinário no montante de 11.445.871 Euros (0,65 Euros por ação), tendo sido também sujeito a retenção na fonte de 25% em junho de 2013.

Para o pagamento extraordinário foram utilizadas as “Outras reservas” no montante de 10.555.949 Euros e “Resultados transitados” no valor de 889.922 Euros.

23. Resultados por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	77.171.128	61.016.067
Nº médio de ações ordinárias	150.000.000	150.000.000
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,51	0,41
Diluído	0,51	0,41

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital.

O número de ações variou no decorrer de 2013, passando de 17.500.000 para 150.000.000, na sequência da redução de capital efetuada por contrapartida de reservas e de um desdobramento de ações (“split”) através da redução do seu valor nominal.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

24. Interesses não controlados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 realizaram-se os seguintes movimentos em interesses não controlados:

	2014	2013
Saldo inicial	1.604.372	1.607.508
Resultado do período atribuível a interesses não controlados	(327.492)	89.218
Distribuição de dividendos	(198.423)	(64.174)
Alienações	(1.395.678)	-
Outras variações	(6.482)	(28.180)
Saldo final	(323.703)	1.604.372

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os interesses não controlados são relativos às seguintes empresas:

	2014	2013
EAD - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	-	1.594.101
Correio Expresso de Moçambique, S.A.	(323.703)	10.271
	(323.703)	1.604.372

25. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	-	-
Locação financeira	1.913.118	3.282.126
	1.913.118	3.282.126
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	824.650	2.393.536
Locação financeira	955.484	1.235.919
Outros empréstimos	65.936	87.102
	1.846.070	3.716.557
	3.759.188	6.998.683

A 31 de dezembro de 2014, as taxas de juro aplicadas aos *leasings* financeiros encontravam-se entre 0,62% e 0,91% (31 de dezembro de 2013: entre 0,82% e 1,47%) e as taxas de juro aplicadas a outros empréstimos encontravam-se entre 0,56% e 3,84% (31 de dezembro de 2013: 0,14% e 4,69%).

Empréstimos bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

Entidade financiadora	2014			2013		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Banco Sabadell (Espanha)	400.000	-	-	400.000	-	-
BBVA (Espanha)	500.000	-	-	500.000	-	-
Millennium BCP (Espanha)	5.000.000	818.911	-	5.000.000	2.346.626	-
BIM - (Moçambique)	218.270	5.739	-	218.270	46.910	-
Outros empréstimos						
Millennium BCP	5.000.000	-	-	5.000.000	-	-
Millennium BCP	250.000	-	-	250.000	-	-
Millennium BCP	150.000	-	-	150.000	1.990	-
BIM - (Moçambique)	77.861	65.936	-	72.745	60.864	-
Moza Banco (Moçambique)	25.954	-	-	24.248	24.248	-
	11.622.085	890.586	-	11.615.263	2.480.638	-

Os financiamentos contraídos com entidades bancárias espanholas destinam-se a financiar a atividade operacional da subsidiária Tourline, sendo as taxas de juros praticadas referenciadas à Eonia.

Loações

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2014				2013		
	Custo	Depreciações /perdas imparidade acumuladas	“Alteração do perímetro de consolidação”	Quantia escriturada	Custo	Depreciações /perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	9.651.895	815.990	(226.000)	8.609.905	9.651.895	815.990	8.835.905
Edifícios e outras construções	5.641.685	1.296.022	(678.000)	3.667.663	5.641.685	1.396.499	4.245.186
Equipamento básico	856.109	-	(856.109)	-	856.109	365.739	490.370
Equipamento de transporte	87.790	18.854	(68.419)	517	87.790	79.732	8.058
	16.237.479	2.130.866	(1.828.528)	12.278.085	16.237.479	2.657.960	13.579.519

Os contratos mais significativos são os seguintes:

Os CTT são locatários em contrato de locação financeira celebrado com IMOLEASING - Sociedade de locação financeira imobiliária, S.A., referente a um imóvel sito no concelho da Maia (Porto) onde se encontra implantado o Centro Operacional de Correio. A tipologia dos contratos de locação determina o seu enquadramento como uma locação financeira, nomeadamente pelo facto de existir uma opção de

compra por um valor residual de aproximadamente 6% do contrato, o qual se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final do contrato. Não existem rendas contingentes a pagar nem a imposição de quaisquer restrições.

A subsidiária CTT Expresso é locatária de imóvel sito na Perafita (Matosinhos) destinado a albergar o Centro Operacional Regional do Norte, o qual inclui uma opção de compra no final do contrato por um valor

que se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final do contrato.

As rendas mensais são calculadas com base no valor inicial do contrato, existindo a possibilidade de, mediante pagamento de um valor residual exercer a opção de compra.

Não existem nos contratos celebrados quaisquer outras cláusulas/restrições impostas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013, as responsabilidades do Grupo com contratos de locação financeira apresentavam o seguinte plano de vencimentos:

	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	955.484	19.986	975.470	1.235.919	42.443	1.278.362
Entre 1 ano e 5 anos	1.913.118	13.605	1.926.723	3.183.268	71.896	3.255.164
A mais de 5 anos	-	-	-	98.858	14.205	113.063
	1.913.118	13.605	1.926.723	3.282.126	86.101	3.368.227
Total	2.868.602	33.591	2.902.192	4.518.045	128.544	4.646.589

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os valores pagos relacionados com juros de locação ascenderam respetivamente, a 34.441 Euros e 54.416 Euros respetivamente.

26. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde, (ii) outros benefícios de longo prazo a empregados e (iii) outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentaram o seguinte movimento:

	2014				
	Passivo			Capital Próprio	
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	263.371.000	35.172.054	298.543.054	-	298.543.054
Movimento do período	(22.205.000)	953.493	(21.251.507)	1.376.407	(19.875.100)
Saldo final	241.166.000	36.125.547	277.291.547	1.376.407	278.667.954

	2013				
	Passivo			Capital Próprio	
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	252.803.000	50.513.360	50.513.360	-	303.316.360
Movimento do período	10.568.000	(15.341.306)	(15.341.306)	-	(4.773.306)
Saldo final	263.371.000	35.172.054	35.172.054	-	298.543.054

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo” dizem essencialmente respeito ao programa de redução de pessoal em curso.

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios aos órgãos sociais” dizem respeito à remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração.

O detalhe das responsabilidades com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	2014	2013
Capital Próprio (Outras reservas)	1.376.407	-
Passivo não corrente	255.541.102	278.638.868
Passivo corrente	21.750.445	19.904.186
	278.667.954	298.543.054

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	2014	2013
Gastos do período		
Cuidados de saúde	(68.905.327)	13.747.000
Outros benefícios de longo prazo aos empregados	7.602.753	(5.034.183)
Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	1.376.407	-
	(59.926.168)	8.712.817
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(61.041.103)	(11.680.870)
	(61.041.103)	(11.680.870)

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 2.18, os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial a 31 de dezembro de 2014.

Com o objetivo específico de determinar o montante estimado das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014, foi elaborado um estudo atuarial por entidade independente.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	2,75%	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa crescimento dos custos com saúde		
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Crescimento devido ao envelhecimento	2,00%	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A redução da taxa de desconto para 2,50% é motivada pela análise efetuada pelo Grupo à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção uma constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários é determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo.

A taxa esperada de crescimento das pensões é determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades no fim do período	241.166.000	263.371.000	252.803.000	272.102.000	272.123.000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	263.371.000	252.803.000
Gasto com o serviço do período	3.825.000	3.882.000
Gasto financeiro do período	10.268.000	9.865.000
Alteração do plano	(82.998.327)	-
Quotas dos aposentados	3.607.690	3.552.478
(Pagamento de benefícios)	(16.894.342)	(17.249.738)
(Outros gastos)	(1.054.123)	(1.162.610)
(Ganhos)/perdas atuariais	61.041.103	11.680.870
Saldo final	241.166.000	263.371.000

Em fevereiro de 2015 os CTT assinaram, com efeitos a 31 de dezembro de 2014, com os onze sindicatos representados na empresa um novo Regulamento do sistema das Obras Sociais (“ROS”), o sistema interno de saúde e proteção social dos CTT. O novo ROS dos CTT mantém um nível de proteção elevado, mas equilibrado, racionalizando a utilização dos benefícios. Nesse sentido, foi incrementada a participação dos beneficiários no sistema, através do aumento das quotas mensais e dos copagamentos a cargo, mantendo-se o caráter abrangente do sistema e reforçando-se algumas medidas de apoio social.

O novo plano implicou uma redução significativa da estimativa de despesas futuras com saúde a cargo dos CTT e portanto uma correspondente redução das responsabilidades por serviços passados a 31 de Dezembro de 2014, a qual, configurando uma alteração ao plano foi reconhecida em resultados.

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	2014	2013
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 36)	(80.227.450)	2.719.390
Outros gastos	1.054.123	1.162.610
Gastos com juros (Nota 40)	10.268.000	9.865.000
	(68.905.327)	13.747.000

Em 31 de dezembro de 2014, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de 61.041.103 Euros (11.680.870 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 17.706.037 Euros (3.150.049 Euros em 31 de dezembro de 2013).

A melhor estimativa que o grupo dispõe nesta data, para os gastos com o plano de cuidados de saúde, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 9.942 milhares de euros.

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde permite concluir o seguinte:

(i) Caso ocorresse um aumento, em 31 de dezembro de 2014, de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 300.242 milhares de Euros, aumentando cerca de 24,5%.

(ii) Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 7,8%, ascendendo a 259.977 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2.18, o Grupo tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com a atribuição de subsídios de “Apoio por cessação da atividade profissional”, que foram suprimidos a partir de 1 de Abril de 2013, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”. Para obtenção da estimativa do valor

destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada exercício, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*” e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido igualmente elaborado um

estudo atuarial por entidade independente com o objetivo de determinar o montante estimado das responsabilidades a 31 de dezembro de 2014.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação destas responsabilidades foram os seguintes:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,75%	0% e 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

No apuramento das responsabilidades do Grupo com empregados em situações de “Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho” foram consideradas taxas de crescimento salarial de 2,75% em 2014 e anos seguintes. A taxa de crescimento salarial de 2,75% foi aplicada aos restantes benefícios dos empregados com exceção da “Taxa de assinatura de telefone” e do “Apoio por cessação da atividade profissional” em que não se considerou a atualização do valor.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento das responsabilidades com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	2014	2013
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	19.743.891	24.084.448
Gasto financeiro do período	696.465	844.267
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	393.318	1.914.115
(Pagamento de benefícios)	(5.738.282)	(7.459.833)
(Ganhos)/perdas atuariais	2.714.852	360.894
Saldo final	17.810.243	19.743.891
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	4.800.195	14.242.125
Gasto financeiro do período	178.544	451.814
Alteração do benefício	-	(8.211.129)
(Pagamento de benefícios)	(303.781)	(1.445.398)
(Ganhos)/perdas atuariais	157.817	(237.217)
Saldo final	4.832.775	4.800.195
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	7.004.370	7.563.939
Gasto financeiro do período	271.647	293.948
(Pagamento de benefícios)	(437.324)	(422.708)
(Ganhos)/perdas atuariais	1.322.707	(430.809)
Saldo final	8.161.400	7.004.370
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	3.544.784	3.691.640
Gasto financeiro do período	139.714	145.503
(Pagamento de benefícios)	(112.271)	(108.120)
(Ganhos)/perdas atuariais	1.710.168	(184.239)
Saldo final	5.282.395	3.544.784
Apoio por cessação da atividade profissional		
Saldo inicial	78.814	931.208
Gasto financeiro do período	1.576	18.624
(Pagamento de benefícios)	(57.602)	(871.064)
(Ganhos)/perdas atuariais	15.946	46
Saldo final	38.734	78.814
Total	36.125.547	35.172.054

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

	2014	2013
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 36)		
Suspensão do contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	3.108.170	2.275.009
Taxa assinatura de telefone	157.817	(8.448.346)
Acidentes em serviço	1.322.707	(430.809)
Subsídio mensal vitalício	1.710.168	(184.239)
Apoio por cessão da atividade profissional	15.946	46
subtotal	6.314.808	(6.788.339)
Gasto financeiro do período (Nota 40)		
	1.287.945	1.754.156
	7.602.753	(5.034.183)

No período findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da Portaria 378-G/2013, de 31 de dezembro, foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 642 mil Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da Lei 11/2014, de 6 de Março que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo a alterações dos regimes da aposentação foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 2.137 mil Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir o pagamento, a partir de 1 de janeiro de 2014, da Taxa de assinatura de telefone, por uma medida equivalente aos trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes que dele beneficiem traduzida na substituição do apoio financeiro por uma prestação em espécie.

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com os outros benefícios de longo

prazo, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 822.731 euros.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, para os planos de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 b.p., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 4%, aumentando para 37.571 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais

Os CTT aprovaram com efeitos a 31 de Dezembro de 2014 o Regulamento de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, o qual define a atribuição de uma remuneração variável de longo prazo, paga através da atribuição de ações da Sociedade (nota 2.19). O número de ações atribuiu aos membros da Comissão Executiva dos CTT tem por base os resultados da avaliação de desempenho durante o período de duração do mandato, até 1 de Janeiro de 2017, a qual consiste na comparação do desempenho registado do *Total Shareholder Return* (TSR) das ações dos CTT e o TSR ponderado de um *peer group*, constituído por empresas nacionais e internacionais (*vesting conditions*).

O período de avaliação do desempenho do TSR dos CTT face aos peers é de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2016. A remuneração variável de longo prazo é paga em 31 de Janeiro de 2017, mediante a atribuição de ações da Sociedade sujeita à verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final do período de avaliação, de acordo com um número máximo de ações definido no regulamento, corrigido por limites máximos definidos para cada um dos

membros da Comissão Executiva.

Em 31 de Dezembro de 2014 a responsabilidade relativa à remuneração de Longo Prazo foi calculada com base no justo valor das ações calculado por um perito independente através da metodologia *Black-Scholes* para produção de Modelo de Simulação Monte Carlo, considerando uma volatilidade das ações de 30% e uma *risk free rate* de -0,12%, correspondendo a um custo 4.129.221 euros para o total do período de avaliação.

Desta forma, a 31 de Dezembro de 2014 os CTT registaram um custo de 1.376.407 euros corresponde ao período de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, o qual foi registado por contrapartida de “Outras Reservas”.

27. Provisões, garantias prestadas, passivos contingentes e compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

	2014					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	10.868.975	4.848.272	(4.019.596)	(3.216.034)	1.425.810	9.907.427
Contratos Onerosos	12.643.714	6.728.727	-	(2.517.486)	-	16.854.955
Outras provisões	14.775.306	6.452.173	-	(690.354)	(1.843.762)	18.693.363
Investimentos em subsidiárias e associadas	213.840	-	-	-	1.932	215.772
	38.501.835	18.029.172	(4.019.596)	(6.423.874)	(416.020)	45.671.517
	2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9.268.429	3.757.359	(3.595.059)	(1.269.365)	2.707.611	10.868.975
Contratos Onerosos	13.212.379	1.844.338	-	(2.413.003)	-	12.643.714
Outras provisões	13.894.565	4.387.527	(746.183)	(377.694)	(2.382.909)	14.775.306
Investimentos em associadas	220.816	-	-	(6.976)	-	213.840
	36.596.189	9.989.224	(4.341.242)	(4.067.038)	324.702	38.501.835

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados.

restante reforço foi obtido a partir da atualização dos pressupostos utilizados em 2013 nomeadamente a taxa de desconto.

A 31 de dezembro de 2014 o montante provisionado ascende a 16.854.955 Euros (12.643.714 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Contratos Onerosos

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foi reforçada em 6.728.727 Euros a provisão destinada a fazer face à cobertura da estimativa do valor presente do dispêndio líquido associado a contratos onerosos, sendo parte deste reforço relativo à constituição, na empresa Mailtec Comunicação, de uma provisão desta natureza no montante de 911.108 Euros. O

Outras Provisões

No período findo em 31 de dezembro de 2014 o montante provisionado para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas que possam ser exigidas pelos trabalhadores, foi reforçada em 5.287.767 Euros ascendendo nesta data a 16.374.091

Euros (12.512.193 Euros em 31 de dezembro de 2013). No período findo em 31 de dezembro de 2013 esta provisão tinha sido reforçada no montante de 3.875.235 Euros.

A 31 de dezembro de 2014, para além das situações acima referida esta rubrica inclui ainda:

- o montante de 282.929 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local.
- o valor de 890.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

Investimentos em associadas

A provisão para investimentos em associadas corresponde à assunção pelo Grupo de obrigações

legais ou construtivas relativas à associada Payshop Moçambique, S.A..

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos) / reduções” em 14.009.576 Euros (5.647.982 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	2014	2013
Tribunais	325.684	754.399
FUNDO DE PENSÕES DO BANCO SANTANDER TOTTA	3.030.174	-
EURO BRIDGE-Sociedade Imobiliária, Lda	2.944.833	-
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	-
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	-
NOVIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.523.201	-
LUSIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.274.355	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	590.000	390.000
Lisboagás, S.A.	190.000	190.000
Autarquias	154.677	153.674
Sofinsa	91.618	91.618
Solred	80.000	80.000
Parc Logistics Zona Franca	77.969	77.969
Alfândega do Porto	74.820	74.820
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	44.547	14.000
ACT Autoridade Condições Trabalho	67.638	45.733
PT PRO - Serv Adm Gestao Part, S.A.	50.000	50.000
DRCAL Direcção Regional Contencioso Administrativo Lisboa	-	49.880
Record Rent a Car (Cataluña, Levante)	40.000	40.000
SetGás, S.A.	30.000	30.000
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	29.000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	86.917
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	50.000
Ministério Educação	-	38.700
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	21.433	21.433
Natur Import (nave Barbera)	-	18.096
Natur Import (nave Barbera)	18.096	-
Portugal Telecom, S.A.	16.657	16.657
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	30.180	16.092
Poczta Polska Usługi Cyfrowe Sp	-	257.783
Petrogal, S.A.	10.774	10.774

Descrição	2014	2013
Águas do Porto, E.M	10.720	-
Alquiler Nave Tarragona	7.155	7.155
TNT Express Worldwide	6.010	6.010
SMAS Torres Vedras	4.001	4.001
Infarmed IP	-	8.223
Instituto do emprego e formação profissional	3.718	3.718
Controlplan S.L	3.400	3.400
Inmobiliaria Ederkin	7.800	7.800
Instituto Infra-Estruturas Rodoviárias	3.725	3.725
Estradas de Portugal, EP	5.000	5.000
ARM - Águas e Resíduos da Madeira , SA	12.681	4.752
REN Serviços, S.A.	9.818	9.818
EMEL, S.A.	19.384	19.384
IFADAP	1.746	1.746
Casa Pia de Lisboa, I.P.	1.863	1.863
Martinez Estevez	3.000	3.000
Gexploma	3.000	3.000
Consejería Salud	6.433	6.433
Universidad Sevilla	4.237	4.237
Fonavi, Nave Hospitalet	40.477	40.477
Outras entidades	7.694	2.735
	14.758.985	2.734.022

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, irão ser prestadas garantias bancárias *on first demand*.

Estas garantias foram já emitidas e atingem o montante de 12.599.031 Euros.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 73,8 mil Euros e 670,6 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas locadoras destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de *leasing*.

Adicionalmente o Grupo assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas de locações operacionais e financeiras.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que se encontram detalhadas, respetivamente nas Notas 5 e 6.

28. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Adiantamento de clientes	2.996.416	2.826.481
Vales CNP	200.879.441	202.301.462
Fornecedores c/c	64.572.970	59.737.076
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	12.958.575	8.816.225
Fornecedores de investimentos	8.063.263	2.463.632
Faturas em receção e conferência (investimentos)	1.997.480	523.341
Renda da Concessão	-	201.424
Valores cobrados por conta de Terceiros	5.645.991	4.180.724
Serviços financeiros postais	197.152.263	107.689.039
Outras contas a pagar	5.270.507	3.218.635
	499.536.907	391.958.039

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

O acréscimo verificado nesta rubrica resulta essencialmente de valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro e outros vales.

Fornecedores c/c, Fornecedores de investimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores c/c” e de “Fornecedores de investimentos” é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Fornecedores c/c		
Não vencido	14.865.726	19.936.179
0-30 dias	8.694.897	5.219.465
30-90 dias	8.659.132	4.789.328
90-180 dias	2.551.882	2.653.581
180-360 dias	7.657.452	7.521.660
> 360 dias	22.143.881	19.616.862
	64.572.970	59.737.076

	2014	2013
Fornecedores de investimentos		
Não vencido	7.367.690	2.121.192
0-30 dias	400.198	118.356
30-90 dias	29.847	48.355
90-180 dias	43.697	6.840
180-360 dias	59.389	128.539
> 360 dias	162.443	40.350
	8.063.263	2.463.632

O aumento verificado na rubrica de “Fornecedores de investimento” está relacionado diretamente com o investimento em equipamento básico, com particular destaque para a aquisição de viaturas pesadas e equipamento administrativo.

A dívida a fornecedores correntes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Fornecedores nacionais	429.411	48.232
Operadores estrangeiros	21.714.470	19.568.630
Total	22.143.881	19.616.862
Operadores estrangeiros - valores a receber	(22.945.573)	(19.832.745)

As contas com operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas. Estes valores estão relacionados com os valores a receber destas entidades (Nota 14).

29. Imposto a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Imposto a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	6.173.214	93.968
	6.173.214	93.968

30. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Corrente		
Especialização férias, subsídio de férias e outras remunerações	50.315.835	37.049.207
Especialização FSE	18.037.952	13.425.256
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o valor acrescentado	3.740.619	3.280.693
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.543.152	3.468.536
Contribuições para a Segurança Social	5.124.264	5.333.117
Caixa Geral de Aposentações	860.878	961.880
Impostos das autarquias locais	521.000	512.055
Outros impostos	20	77
Outros	440.211	5.651.148
	82.583.931	69.681.969

No período findo em 31 de dezembro de 2014 a Comissão Executiva deliberou atribuir aos trabalhadores prémios de desempenho relativos ao ano de 2014, assim como os prémios a atribuir pela Assembleia Geral aos membros da Comissão Executiva, no âmbito do Regulamento aprovado pela Comissão de Vencimentos, facto que justifica o acréscimo que se observa na rubrica “Especialização férias, subsídio de férias e outras remunerações”.

31. Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos financeiros por categoria apresentavam as seguintes decomposições:

	2014				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	
Ativos					
Outros investimentos	-	1.106.812	-	-	1.106.812
Outros ativos não correntes	790.601	-	-	-	790.601
Contas a receber	133.290.415	-	-	-	133.290.415
Outros ativos correntes	16.953.369	-	-	5.832.013	22.785.382
Caixa e equivalentes de caixa	664.580.080	-	-	-	664.580.080
Total de Ativos Financeiros	815.614.466	1.106.812	-	5.832.013	822.553.290
Passivos					
Financiamentos obtidos médio e longo prazo	-	-	1.913.118	-	1.913.118
Contas a pagar	-	-	491.269.983	8.266.923	499.536.907
Financiamentos obtidos curto prazo	-	-	1.846.070	-	1.846.070
Outros passivos correntes	-	-	18.478.162	64.105.769	82.583.931
Total de Passivos Financeiros	-	-	513.507.333	72.372.692	585.880.026
	2013				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	
Ativos					
Outros investimentos	-	130.829	-	-	130.829
Outros ativos não correntes	1.951.139	-	-	-	1.951.139
Contas a receber	135.589.645	-	-	-	135.589.645
Outros ativos correntes	10.676.882	-	-	6.425.554	17.102.436
Caixa e equivalentes de caixa	544.875.803	-	-	-	544.875.803
Total de Ativos Financeiros	693.093.468	130.829	-	6.425.554	699.649.851
Passivos					
Financiamentos obtidos médio e longo prazo	-	-	3.282.126	-	3.282.126
Contas a pagar	-	-	385.912.923	6.045.116	391.958.039
Financiamentos obtidos curto prazo	-	-	3.716.558	-	3.716.558
Outros passivos correntes	-	-	19.076.404	50.605.565	69.681.969
Total de Passivos Financeiros	-	-	411.988.011	56.650.681	468.638.692

O Grupo entende que o justo valor dos ativos e passivos financeiros é similar ao montante registado.

32. Subsídios obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a informação relativa a subsídios comunitários (Nota 2.22) era como segue:

2014					
Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
FEDER	9.815.622	9.662.306	153.316	9.453.925	361.697
IEFP	94.486	79.132	15.354	82.390	12.096
	9.910.108	9.741.438	168.670	9.536.315	373.792

2013					
Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
FEDER	9.815.622	9.662.306	153.316	9.442.724	372.898
IEFP	-	-	-	-	-
	9.815.622	9.662.306	153.316	9.442.724	372.898

Os valores recebidos de subsídios ao investimento – FEDER - são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

A comparticipação financeira do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (“IEFP”), recebida no âmbito da “Medida Estágios Emprego” configura na tipologia de “Subsídios Relacionados com Rendimentos ou à Exploração”, é reconhecida como rédito no mesmo período do gasto relacionado.

Os montantes recebidos foram inicialmente diferidos como rendimentos a reconhecer (Nota 15), e

transferidos para a Demonstração dos resultados por naturezas, para a rubrica “Subsídios à Exploração”, na medida em que os gastos foram reconhecidos.

33. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” era conforme segue:

	2014	2013
Trabalhos para a própria entidade	-	332.883
Rendimentos suplementares	4.348.820	3.424.447
Descontos de pronto pagamento obtidos	114.757	162.619
Ganhos em inventários	39.519	25.840
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	1.990.205	3.490.736
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	684.122	563.426
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.121.308	1.959.175
Ganhos e perdas de juros - Serviços financeiros	2.305.688	3.287.305
Outros	3.886.415	1.531.895
	15.490.832	14.778.326

Os juros relacionados com o segmento “Serviços financeiros” passaram a ser registados nesta rubrica quando anteriormente era incluído na rubrica “Rendimentos financeiros” (Nota 2.21).

34. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Transporte de mercadorias	63.934.867	66.325.292
Serviços especializados	65.771.170	63.713.719
Rendas e alugueres	34.637.236	36.660.569
Energia e fluídos	15.508.445	15.798.613
Operadores postais	17.242.525	16.186.241
Outros serviços	12.980.182	11.939.854
Comunicação	4.058.295	6.031.577
Agenciamentos	4.940.226	5.903.553
Subcontratos	4.750.345	5.584.449
Limpeza higiene e conforto	3.778.809	4.137.874
Postos de Correio	4.496.988	4.331.920
Seguros	3.128.038	2.778.918
Materiais	1.656.662	1.794.286
Contencioso e notariado	307.177	384.779
Transporte de pessoal	270.949	272.707
Royalties	217.896	214.231
	237.679.808	242.058.580

- (i) Os “Transportes de mercadorias” dizem respeito a gastos com o transporte de correio pelas diversas vias (marítima, aérea e terrestre).
- (ii) Os “Serviços especializados” referem-se em particular aos contratos de *outsourcing* de prestação de serviços informáticos bem como à manutenção de equipamentos informáticos.
- (iii) As “Rendas e alugueres” referem-se a gastos com instalações arrendadas a terceiros e com o aluguer operacional de viaturas.
- (iv) A “Energia e fluídos” referem-se fundamentalmente a gasóleo de veículos de mercadorias utilizados no processo operativo.
- (v) Os “Operadores postais” dizem respeito a gastos efetuados com os operadores postais congéneres.

35. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional de viaturas, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2014	2013
Até 1 ano	9.345.242	8.901.867
Entre 1 ano e 5 anos	14.456.925	16.433.847
A mais de 5 anos	-	-
	23.802.167	25.335.714

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram respetivamente, de 6.927.430 Euros e 7.943.693 Euros e encontram-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração consolidada dos resultados.

Leasings operacionais são contratos de locação de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

Os pagamentos da locação são efetuados mensalmente por quantias constantes durante o prazo da locação e o reconhecimento da renda é considerado como um gasto que será igualmente efetuado numa base linear (método).

Não há reconhecimento de qualquer ativo locado, pois a substância da locação é de mero aluguer/arrendamento, não havendo evidência que permita concluir que o locatário obterá benefícios económicos futuros do ativo para além do período do contrato.

Não se prevê no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o Locatário.

36. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 42)	3.768.528	1.253.044
Remunerações do pessoal	256.671.440	244.542.405
Benefícios aos empregados	(72.385.347)	(4.068.949)
Indemnizações	2.423.911	2.058.112
Encargos sobre remunerações	55.373.290	53.399.408
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1.851.651	2.795.986
Gastos de ação social	10.233.119	12.986.712
Outros gastos com o pessoal	70.144	105.761
	258.006.736	313.072.477

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais das diversas empresas do Grupo foram as seguintes:

	2014				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria/Fiscal Único	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações curto prazo					
Remunerações fixas	2.028.033	284.459	28.808	-	2.341.300
Remuneração variável anual	1.427.228	-	-	-	1.427.228
	3.455.261	284.459	28.808	-	3.768.528
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	144.517	-	-	-	144.517
Remunvariável Longo prazo - Plano de ações	1.376.407	-	-	-	1.376.407
	1.520.924	-	-	-	1.520.924
	4.976.185	284.459	28.808	-	5.289.452
	2013				Total
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal /Fiscal Único	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações fixas	1.085.542	166.242	-	-	1.251.784
Remunerações variáveis	-	-	-	1.260	1.260
	1.085.542	166.242	-	1.260	1.253.044

Em virtude do processo de privatização da empresa os membros dos órgãos sociais deixaram de estar sujeitos às limitações remuneratórias que decorriam para os gestores públicos. Tendo presente a nova realidade dos CTT, enquanto sociedade de capitais privados e admitidos à negociação em mercado regulamentado, a Comissão de Vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) definiu o novo modelo de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais na sequência de estudo de *benchmarking* realizado por entidade especializada. Assim, o acréscimo verificado na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” decorre da aplicação desta política remuneratória com efeitos à data da eleição para o mandato 2014-2016.

No âmbito do modelo de remuneração dos membros dos Órgãos sociais aprovado pela Comissão de vencimentos foi determinada a afetação de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

A remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração será paga no final do mandato 2014-2016 em ações da empresa, sendo que o montante de 1.376.407 Euros corresponde ao gasto a assumir no período findo em 31 de dezembro de 2014 e foi determinado por estudo atuarial realizado por entidade independente. A remuneração variável anual, será determinada e paga anualmente e foi igualmente determinada por estudo atuarial realizado por entidade independente.

Remunerações do pessoal

A variação na rubrica “Remunerações do pessoal” resulta fundamentalmente do efeito combinado entre a redução do número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa e o aumento das remunerações por via da cessação das reduções remuneratórias, da reposição das diuturnidades e do aumento da base de incidência contributiva dos descontos para a CGA. É igualmente explicada pelo facto da Comissão Executiva ter, no período findo em 31 de dezembro de 2014, deliberado atribuir aos trabalhadores eventuais prémios de desempenho.

Indemnizações

A rubrica de “Indemnizações” inclui o montante de 1.223.908 Euros relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo Grupo com os trabalhadores que se encontram no ativo, e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” os montantes de 828.060 Euros e 838.647 Euros, respetivamente, relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era, respetivamente, de 12.448 e 12.904 colaboradores.

37. Imparidade de inventários e contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe da “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/ reversões)” era o seguinte:

	2014	2013
Gastos com reforços de perdas por imparidade		
Clientes (Nota 14)	7.575.359	4.413.997
Outras contas a receber (Nota 18)	1.539.178	903.564
Inventários (Nota 13)	48.534	33.529
	9.163.071	5.351.090
Rendimentos com reversões de perdas por imparidade		
Clientes (Nota 14)	875.184	1.505.980
Outras contas a receber (Nota 18)	1.046.957	147.512
Empréstimo INESC (Nota 18)	1.025.722	58.030
Inventários (Nota 13)	337.942	109.370
	3.285.805	1.820.892
Movimento líquido do período - (perdas/reversões)	5.877.266	3.530.198

38. Depreciações/ amortizações (perdas/reversões)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe das “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade (perdas / reversões)” era o seguinte:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 5)	17.815.704	19.281.488
Perdas de Imparidade (Nota 5)	2.530	-
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 6)	2.979.278	4.546.712
Propriedades de investimento		
Depreciações (Nota 7)	764.567	782.537
Perdas de Imparidade (Nota 7)	(156.480)	1.104.392
	21.405.600	25.715.129

39. Outros gastos e perdas operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” era conforme segue:

	2014	2013
Impostos	1.627.497	924.465
Dívidas incobráveis	569.304	177.112
Perdas em inventários	397.190	206.330
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	390.193	587.836
Renda da concessão	11.287	196.240
Diferenças de câmbio desfavoráveis de activos e passivos diferentes de financiamento	1.934.484	3.664.931
Donativos	1.038.825	813.664
Serviços Bancários	1.110.280	981.081
Juros de mora	14.651	645.388
Quotizações	763.775	657.380
Insuficiência de estima para imposto	-	18.142
Penalidades contratuais	-	103.296
Outros gastos e perdas	2.589.718	1.705.069
	10.447.204	10.680.935

40. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Juros suportados		
Financiamentos bancários	153.478	177.576
Outros juros	66.218	57.315
Diferenças de câmbio desfavoráveis de passivos de financiamento	-	2.602
Gastos financeiros - Benefícios de empregados (Nota 26)	11.555.946	11.619.156
Outros gastos de financiamento	22.079	17.814
	11.797.721	11.874.463

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

	2014	2013
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	4.225.231	7.763.801
Outros rendimentos similares	99.956	107.758
	4.325.187	7.871.559

41. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 23% (25% em 2013), sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A Tourline encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 30%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”).

O Grupo é tributado em sede de IRC juntamente com as suas participadas PostContacto – Correio Publicitário, Lda., CTT – Expresso, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A., MailTec Comunicação, S.A., Mailtec Consultoria, S.A., Mailtec Processos, Lda., Payshop Portugal, S.A. (“Payshop”) e CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT Gest”), pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto foi efetuada como segue:

	2014	2013
Resultado antes de impostos	127.998.690	83.253.185
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
	29.439.699	20.813.296
Benefícios fiscais	(270.373)	(418.783)
Mais-valias contabilísticas	(51.057)	(2.158)
Mais-valias fiscais	(338.751)	(164.575)
Equivalência patrimonial	56.948	(5.127)
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	13.633	(186.546)
Perdas e reversões por imparidade	4.319.294	209.890
Outras situações, liquidas	5.920.739	(1.028.997)
Ajustamentos á colecta - Tributação autónoma	582.101	728.426
Ajustamentos á colecta - Derrama Municipal	1.242.098	1.055.713
Ajustamentos á colecta - Derrama Estadual	3.951.454	2.784.895
Crédito fiscal extraordinário ao investimento	-	(841.698)
Impacto da alteração da taxa de imposto (imposto diferido)	4.616.986	-
Imposto diferido não considerado em prejuízos fiscais	2.418.712	-
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(746.429)	(796.437)
Impostos sobre o rendimento do período	51.155.054	22.147.899
Taxa efectiva de imposto	39,97%	26,60%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	24.823.529	21.469.361
Imposto diferido	27.077.954	1.474.975
Excesso de estimativa para impostos	(746.429)	(796.437)
	51.155.054	22.147.899

No período findo em 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Excesso de estimativa e restituição de impostos” inclui o montante de 487.839 Euros referente ao crédito fiscal atribuído no âmbito do SIFIDE dos exercícios de 2006 e 2008 da subsidiária CTT Expresso. Em 31 de dezembro de 2013 esta mesma rubrica inclui o montante de 621.190 Euros relativos ao diferimento de reclamações graciosas relacionadas com o apuramento das Derramas e Tributação Autónoma nos exercícios de 2008 a 2011.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	2014	2013
Activos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	67.864.112	78.221.187
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	10.160.424	10.433.440
Mais-valias contabilísticas diferidas	2.384.961	3.229.688
Perdas por imparidade e provisões	10.134.884	8.651.941
Ajustamentos de conversão - desreconhecimento de inventários	-	77.821
Ajustamentos de conversão - valor descontado de dívidas do pessoal	-	18.692
Prejuízos fiscais reportáveis	-	2.432.702
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	497.238	452.859
Plano de ações	387.321	-
Outros	-	126.926
	91.428.940	103.645.256
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	3.793.815	4.288.852
Mais-valias suspensas	994.953	1.082.455
Outros	52.916	110.571
	4.841.684	5.481.878

A 31 de dezembro de 2014 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam 4.023.034 Euros e 640.194 Euros, respetivamente.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	2014	2013
Activos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	103.645.256	102.228.537
Movimentos do período - efeito em resultados		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	(28.063.112)	1.757.201
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	(273.016)	(4.354.755)
Mais-valias contabilísticas diferidas	(844.727)	(667.578)
Perdas por imparidade e provisões	1.482.942	(105.163)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	44.378	307.246
Desreconhecimento de inventários	(77.821)	(79.395)
Valor descontado de dívidas	(18.692)	(19.069)
Prejuízos fiscais reportáveis	(2.432.701)	1.358.869
Plano de ações	387.321	-
Outros	(124.155)	66.544
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	17.706.037	3.150.049
Alteração perímetro de consolidação		
Outros	(2.770)	2.770
Saldo final	91.428.940	103.645.256
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	5.481.878	5.740.233
Movimentos do período - efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(495.037)	(240.583)
Mais-valias suspensas	(87.502)	(14.067)
Outros	(57.655)	(3.705)
Saldo final	4.841.684	5.481.878

Os prejuízos fiscais estão inteiramente relacionados com as perdas da subsidiária Tourline nos em 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. Estas perdas podem ser reportadas nos próximos 15 anos, exceto os prejuízos fiscais de 2012 e 2013 que podem ser reportados nos próximos 18 anos.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,9 milhões de Euros.

SIFIDE

O Grupo adota como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2012, no montante aproximado de 97.792 Euros, o Grupo teria a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 8.913 Euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2014 foi atribuído um crédito fiscal de 3.885 Euros aos CTT.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2013, no montante aproximado de 33.987 Euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 9.519 Euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2015 foi atribuído um crédito fiscal de 8.337 Euros aos CTT.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2014, no montante aproximado de 736.033 Euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 514.753 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os

prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do CTT de 2011 e seguintes podem ser sujeitas a revisão, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

42. Partes relacionadas

O Regulamento sobre apreciação e controlo de transações com partes relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente ou, ainda, entidade terceira com aquele relacionado através de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante e ainda sociedade subsidiária, ou associada ou entidade conjuntamente controlada (*joint-venture*).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas têm de ser aprovadas previamente pela Comissão Auditoria dos CTT.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

2014					
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Acionistas	-	-	-	60.000.000	-
Outros accionistas de empresas do Grupo					
Associadas	2.901	226	18.048	-	84.300
Conjuntamente controladas	51.389	945	250.988	-	177.272
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	3.455.261
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	-	284.459
Comissão de Vencimentos	-	-	-	-	28.808
	54.291	1.171	269.036	60.000.000	4.030.100
2013					
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Parpública, SGPS	-	-	-	50.000.000	-
Outros accionistas de empresas do Grupo					
Associadas	-	(14.084)	19.493	-	29
Conjuntamente controladas	44.671	56.932	238.808	-	61.107
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	1.218.108
Assembleia Geral	-	-	-	-	1.260
Conselho Fiscal	-	-	-	-	128.636
	44.671	42.847	258.301	50.000.000	1.409.140

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral, são eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

43. Honorários e serviços dos auditores

A informação relativa aos honorários e serviços prestados pelos auditores encontra-se descrita nos pontos 46 e 47 do relatório de governo da sociedade.

44. Outras informações

As seguintes situações não representam responsabilidades prováveis, consequentemente nenhuma provisão foi registada para estes itens.

Privatização

O processo de privatização dos CTT foi concluído com sucesso no 3º trimestre de 2014, num momento de turbulência no mercado de capitais português após os acontecimentos que envolveram o setor financeiro em julho de 2014.

A 2ª fase realizou-se no dia 5 de setembro, tendo sido alienada a restante participação de 31,5% do Estado português no capital dos CTT através da venda direta institucional por *Accelerated Book Building*.

A privatização total dos CTT foi um processo muito bem-sucedido que permitiu a criação de valor para todos os *stakeholders*:

- Estado: Encaixe financeiro de 909 M€ nas várias fases do IPO, além da atribuição de um dividendo de 19 M€ pago em maio de 2014.
- CTT: Base acionista de referência e as condições necessárias para enfrentar os desafios do futuro.
- Colaboradores: Opção de se tornarem acionistas e fazerem parte de uma empresa que promoverá o mérito e a entrega de resultados.

Os CTT tornaram-se a primeira empresa portuguesa cotada em Bolsa com 100% em *free float*.

Banco Postal

Na sequência do processo iniciado em 2013 com o pedido e concessão pelo Banco de Portugal de uma licença para a criação do Banco Postal, em 2014 os CTT consolidaram e atualizaram o respetivo modelo de negócio, tendo por base um estudo de mercado mais detalhado e aprofundado, incorporando as tendências e conjuntura atual de mercado, assim como as capacidades, recursos e fatores distintivos dos CTT.

Tendo sido confirmada a valia do projeto, foi aprovado pelo Conselho de Administração dos CTT em 4 de novembro o lançamento do Banco Postal, dando continuidade à estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros. E foi autorizada pelo

Banco de Portugal a prorrogação por um período adicional de 12 meses (até 27/11/2015) do prazo para o início de atividade do Banco Postal.

O Banco Postal será suportado numa lógica de baixo custo, alavancado na rede de Lojas dos CTT, visando o *mass market* que procura um banco para a sua operativa bancária diária e produtos competitivos mas simples. Utilizar a vasta rede de Lojas com experiência em serviços financeiros, a proximidade física juntamente com a oferta de canais integrados (lojas, *online*, *mobile*) será a clara vantagem dos CTT para uma oferta de serviços bancários competitivos. O plano de negócios e contas previsionais estima que as exigências de investimento por parte dos CTT serão de 100 milhões de euros em 5 anos e que, a partir desse ano, se libertem recursos para os CTT. O Banco Postal foi projetado para não ter impacto na política de dividendos dos CTT, e os principais dados quantitativos foram já divulgados em novembro passado.

Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, SA

Em novembro de 2014 os CTT assinaram um Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, S.A. (sociedade totalmente detida pela Altice, S.A.), na altura proponente à aquisição da PT Portugal, S.A., com vista à celebração de um Acordo Quadro que potencie as sinergias conjuntas entre os CTT e a PT Portugal.

Nos termos deste Memorando de Entendimento, com a aquisição da PT Portugal pela Altice os CTT receberão um pagamento inicial de 15 M€, que será reforçado em mais 15 M€ quando da concretização do Acordo Quadro referido. Estes montantes representam uma partilha do valor mínimo das sinergias a realizar na PT Portugal no âmbito de uma mais vasta parceria comercial e estratégica.

No âmbito do desenvolvimento da sua estratégia e para potenciar as alavancas de crescimento anunciadas, os CTT consideram que existem sinergias comerciais e oportunidades de negócio substanciais com operadores de telecomunicações, incluindo a PT Portugal. Esta visão é partilhada pela Altice, com base em outras experiências de sucesso com operadores postais (SFR com a La Poste).

O Acordo Quadro deverá ser concretizado em parcerias comerciais específicas a definir e geradoras de valor para ambas as empresas, nomeadamente a otimização conjunta das redes de retalho, aproveitando a escala e capilaridade da rede CTT e o desenvolvimento de negócios conjuntos na área do comércio eletrónico e convergência físico-digital.

New Post, ACE

No âmbito dos concursos para contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações, respeitando a Serviços de Infraestrutura base, Serviços de Linha de apoio e Desktop Management e Serviços de Telecomunicações de Voz e Dados Fixos, foi cessada com efeitos a 31 dezembro de 2014 a atividade dos 2 ACE's (Tipost e PostalNetwork) existentes entre os CTT e as anteriores empresas prestadoras destes serviços (IBM e PT).

Com base na adjudicação do Serviço de Voz e Dados Fixos foi criado um novo ACE (New Post) com a empresa que ganhou o respetivo concurso.

Os novos preços foram definidos em conformidade com os Critérios de Fixação de Preços do Serviço Postal Universal definidos pelo ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), no âmbito do nº 3 do art.º 14º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na redação que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro.

Enquadrada na política tarifária da empresa para o ano 2015, a presente atualização corresponde a uma variação média anual dos preços na ordem dos 4%, refletindo também o efeito da atualização dos preços relativa ao correio em quantidade.

Fusão Mailtec SGPS nos CTT

A fusão por incorporação da Mailtec Holding, S.G.P.S. nos CTT – Correios de Portugal, S.A., mediante a transferência global do património da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. foi registada em 20 de janeiro de 2015.

45. Eventos subsequentes

Memorando de Entendimento com Altice

À presente data, foi já dado o acordo à venda da PT Portugal à Altice por parte das partes interessadas – Oi enquanto detentora do Ativo e o seu acionista PT SGPS via aprovação em sede de Assembleia Geral – aguardando o processo neste momento a posição das entidades regulatórias relevantes de acordo com a informação pública disponível. É previsível que a venda referida seja concretizada durante o 1º semestre de 2015, entrando então em vigor o conteúdo acordado no MoU.

Criação empresa CTT Serviços, SA

Em 6 de fevereiro foi criada a sociedade CTT Serviços S.A., no contexto do processo de constituição do Banco Postal, com o capital social de 5.000.000,00 Euros.

Acordo de Empresa

No dia 9 de fevereiro os CTT assinaram com os onze sindicatos representados na empresa um novo Acordo de Empresa (“AE”) válido para os próximos dois anos.

Este novo AE prevê um maior alinhamento com condições legalmente definidas, a não continuação de alguns subsídios específicos, a harmonização do horário de trabalho e a aplicação de aumentos de 2% nas remunerações base.

O Director da Contabilidade e Tesouraria

O Conselho de Administração

Atualização preços serviço postal

Os CTT procederam à atualização dos seus preços com efeitos a 1 de março. Esta atualização corresponderá a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 2,3% (não contempla a oferta do serviço universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais).

Demonstrações financeiras individuais

CTT, S.A.

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	196.761.737	205.899.314
Propriedades de investimento	8	23.329.763	21.761.886
Goodwill	9	7.705.457	25.083.869
Ativos intangíveis	10	8.934.087	8.382.995
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	35.876.915	45.900.095
Participações financeiras - outros métodos	12	1.106.812	130.829
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	9.103.098	13.302.473
Outras contas a receber	15	790.601	1.951.139
Ativos por impostos diferidos	38	90.547.447	100.849.449
Total do ativo não corrente		374.155.917	423.262.049
Ativo corrente			
Inventários	14	5.002.908	5.106.627
Clientes	15	96.513.372	97.129.660
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	733.318	744.621
Outras contas a receber	15	20.049.456	13.658.366
Diferimentos	16	4.670.967	3.479.632
Caixa e equivalentes de caixa	4	649.688.918	528.519.241
Total do ativo corrente		776.658.939	648.638.147
Total do ativo		1.150.814.856	1.071.900.196
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	19	75.000.000	75.000.000
Reservas legais	20	18.072.559	18.072.559
Outras reservas	20	13.701.407	12.325.000
Resultados transitados	20	62.752.243	57.823.615
Ajustamentos em ativos financeiros	20	21.622.320	25.543.850
Outras variações no capital próprio	20	(18.526.395)	24.810.903
Resultado líquido do período		77.171.128	61.016.067
Total do capital próprio		249.793.262	274.591.994
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	41.715.256	37.915.283
Financiamentos obtidos	25	1.187.975	1.647.925
Benefícios aos empregados	26	255.527.808	278.484.455
Diferimentos	16	6.076.311	8.475.340
Passivos por impostos diferidos	38	4.890.550	5.482.058
Total do passivo não corrente		309.397.900	332.005.061
Passivo corrente			
Fornecedores	27	66.845.568	56.871.632
Estado e outros entes públicos	28	18.247.579	12.078.644
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	295.103	244.953
Financiamentos obtidos	25	460.098	456.263
Benefícios aos empregados	26	21.594.809	19.748.171
Outras contas a pagar	27	478.688.808	372.002.897
Diferimentos	16	5.491.729	3.900.581
Total do passivo corrente		591.623.694	465.303.141
Total do passivo		901.021.594	797.308.202
Total do capital próprio e do passivo		1.150.814.856	1.071.900.196

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	30	544.860.686	524.797.466
Subsídios à exploração	29	62.745	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas	11	(18.672.591)	8.800.827
Trabalhos para a própria entidade		407.280	295.915
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(14.655.528)	(14.148.463)
Fornecimentos e serviços externos	32	(161.177.888)	(159.583.221)
Gastos com o pessoal	33	(226.759.946)	(279.439.972)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	14, 18	332.471	71.182
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15, 18	46.382	240.016
Provisões (aumentos/reduções)	23	(9.668.919)	(5.769.333)
Outros rendimentos e ganhos	31	47.278.332	45.406.125
Outros gastos e perdas	35	(8.399.468)	(9.253.199)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		153.653.556	111.417.343
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	34	(18.395.130)	(20.059.693)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7	153.950	(1.104.392)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		135.412.376	90.253.258
Juros e rendimentos similares obtidos	36	519.287	681.141
Juros e gastos similares suportados	36	(11.629.302)	(11.662.948)
Resultados antes de impostos		124.302.361	79.271.451
Imposto sobre o rendimento	38	(47.131.233)	(18.255.384)
Resultado líquido do período		77.171.128	61.016.067
Resultado por ação	22	0,51	0,41

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODOS FINDOS E
M 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Euros	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		87.325.000	18.072.559	10.555.947	61.787.635	25.317.659	33.352.062	35.735.269	272.146.131
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados Saúde	20	-	-	-	-	-	(8.530.822)	-	(8.530.822)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20	-	-	-	(255.235)	226.191	(10.338)	-	(39.383)
		-	-	-	(255.235)	226.191	(8.541.160)	-	(8.570.204)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO								61.016.067	61.016.067
RESULTADO INTEGRAL								61.016.067	52.445.863
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Redução do Capital Social		(12.325.000)	-	12.325.000	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2012	20	-	-	-	(2.818.861)	-	-	2.818.861	-
Distribuição de dividendos	21	-	(10.555.947)	(889.924)	-	-	(38.554.129)	(50.000.000)	-
		(12.325.000)	-	1.769.053	(3.708.785)	-	(35.735.268)	(50.000.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		75.000.000	18.072.559	12.325.000	57.823.615	25.543.850	24.810.903	61.016.067	274.591.994
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados Saúde	20	-	-	-	-	-	(43.335.066)	-	(43.335.066)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20	-	-	1.376.407	3.912.561	(3.921.530)	(2.232)	-	1.365.207
		-	-	1.376.407	3.912.561	(3.921.530)	(43.337.298)	-	(41.969.859)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO								77.171.128	77.171.128
RESULTADO INTEGRAL								77.171.128	35.201.269
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2013	20	-	-	-	61.016.067	-	-	(61.016.067)	-
Distribuição de dividendos	20, 21	-	-	-	(60.000.000)	-	-	-	(60.000.000)
		-	-	-	1.016.067	-	(61.016.067)	(60.000.000)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		75.000.000	18.072.559	13.701.407	62.752.243	21.622.320	(18.526.395)	77.171.128	249.793.262

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros	Notas	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		552.932.792	525.241.517
Pagamentos a fornecedores		(167.588.299)	(181.008.788)
Pagamentos ao pessoal		(279.279.756)	(277.404.185)
Fluxos gerados pelas operações		106.064.737	66.828.543
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(15.303.753)	(18.973.692)
Pagamento de outros impostos		(7.010.065)	(9.595.584)
Outros recebimentos/pagamentos		83.353.459	61.109.260
		61.039.641	32.539.984
Fluxos das atividades operacionais (1)		167.104.378	99.368.527
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.434.725	820.569
Investimentos financeiros		22.293.518	58.030
Empréstimos concedidos		9.905.569	-
Juros e rendimentos similares		6.704.914	11.010.737
Dividendos	11	15.392.297	12.942.029
		55.731.024	24.831.364
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5.717.843)	(8.160.100)
Ativos intangíveis		(210.199)	(4.728.476)
Investimentos financeiros	11	(23.153.803)	-
Empréstimos concedidos		(11.205.569)	-
		(40.287.414)	(12.888.576)
Fluxos das atividades de investimento (2)		15.443.610	11.942.788
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos bancários		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos bancários		-	(2.995.872)
Amortizações de contratos de locação financeira		(456.115)	(453.057)
Juros e gastos similares		(922.195)	(691.657)
Dividendos ao acionista	20	(60.000.000)	(50.000.000)
		(61.378.310)	(54.140.587)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(61.378.310)	(54.140.587)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		121.169.677	57.170.728
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	528.519.241	471.348.513
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	649.688.918	528.519.241

As notas anexas fazem parte da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

ÍNDICE			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS			
1	NOTA INTRODUTÓRIA	187	
1.1.	CTT – Correios de Portugal, S.A.	187	
1.2.	Atividade	187	
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	188	
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	189	
3.1.	Ativos fixos tangíveis	189	
3.2.	Propriedades de investimento	190	
3.3.	Concentração de atividades empresariais e <i>goodwill</i>	190	
3.4.	Ativos intangíveis	191	
3.5.	Transações e saldos em moeda estrangeira	191	
3.6.	Participações financeiras	192	
3.7.	Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	193	
3.8.	Instrumentos financeiros	193	
3.9.	Inventários	195	
3.10.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	195	
3.11.	Resultados por ação	196	
3.12.	Distribuição de dividendos	196	
3.13.	Provisões e passivos contingentes	196	
3.14.	Locações	197	
3.15.	Benefícios aos empregados	197	
3.16.	Pagamento baseado em ações	200	
3.17.	Rédito	200	
3.18.	Subsídios obtidos	201	
3.19.	Encargos financeiros com empréstimos obtidos	201	
3.20.	Impostos	201	
3.21.	Princípio da especialização	202	
3.22.	Julgamentos e estimativas	202	
3.23.	Matérias ambientais	203	
3.24.	Demonstração de fluxos de caixa	203	
3.25.	Eventos subsequentes	203	
4.	FLUXOS DE CAIXA	204	
5.	ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS	204	
6.	PARTES RELACIONADAS	204	
7.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	211	
8.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	213	
9.	GOODWILL	215	
10.	ATIVOS INTANGÍVEIS	218	
11.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	220	
12.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	225	
13.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	225	
14.	INVENTÁRIOS	228	
15.	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	230	
16.	DIFERIMENTOS	233	
17.	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	233	
18.	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	234	
19.	CAPITAL	235	
20.	RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	237	
21.	DIVIDENDOS	238	
22.	RESULTADOS POR AÇÃO	238	
23.	PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	238	
24.	LOCAÇÕES OPERACIONAIS	241	
25.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	241	
26.	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	242	
27.	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	248	
28.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	249	
29.	SUBSÍDIOS OBTIDOS	249	
30.	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	250	
31.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	251	
32.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	252	
33.	GASTOS COM O PESSOAL	253	
34.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	254	
35.	OUTROS GASTOS E PERDAS	254	
36.	JUROS E RENDIMENTOS/GASTOS SIMILARES OBTIDOS/SUPOSTADOS	255	
37.	EFEITOS E ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	255	
38.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	256	
39.	HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES	258	
40.	INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	259	
41.	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS	259	
42.	OUTRAS INFORMAÇÕES	261	
43.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	262	

1. Nota introdutória

1.1. CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de Novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de Janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A.,

teve 30% por detenção e 6,36% por imputação, do capital dos CTT.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, por esta ser a moeda principal das operações da Empresa.

1.2. ATIVIDADE

Os CTT têm como atividade a prestação do serviço postal, a qual inclui a prestação do serviço de correio e do serviço de encomendas em Portugal, e do serviço expresso em Portugal, Espanha e Moçambique. A Empresa presta também em Portugal serviços financeiros alicerçados em rede com elevada capilaridade.

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei nº 16/2014, de 4 de abril, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena

concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviços postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e (iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;

- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;

- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantém-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em súmula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas da Empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artº 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2014 e 2013 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis (Nota 7) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo,

(ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local (Notas 3.13 e 23). Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. De acordo com a exceção prevista na NCRF3 - Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2009, foram mantidas, designando-se essas quantias reavaliadas, para efeitos de NCRF, como “custo considerado”.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontram em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que origemem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedade de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo Grupo para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- b) venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que o Grupo desafetou do uso na prestação dos serviços do Grupo e que detém para obter rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As taxas de depreciação consideradas são compreendidas entre 10 e 50 anos.

A Empresa providencia anualmente avaliações dos ativos classificados como propriedades de investimento para determinar eventuais imparidades e proceder à respetiva divulgação do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

3.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E GOODWILL

Os investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurados subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.6).

Na data de aquisição de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos seus ativos e passivos identificáveis é reconhecido como *goodwill* (Nota 9) e mantido no balanço com esta designação. Procedimento em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista na NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data.

O *goodwill* não é amortizado sendo o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em gastos do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição, após confirmação do justo valor atribuído.

Na alienação de uma unidade geradora de caixa, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (Nota 10) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do *hardware* e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar de forma pretendida.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 20 anos:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial	3 – 20
Software	3 – 10

Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, e sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre

que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os rendimentos ou gastos resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.5. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período (Notas 31, 35 e 37).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Juros e rendimentos similares obtidos” e as negativas como “Juros e gastos similares suportados” (Notas 36 e 37).

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer

diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira são as taxas de câmbio de fecho do período, no caso da conversão dos ativos e passivos,

e a taxa de câmbio médio no caso da conversão dos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão dos saldos, transações e das demonstrações financeiras em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2014		2013	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	38,53000	40,66583	41,24000	39,66750
Dólar dos USA (USD)	1,21410	1,32884	1,37910	1,32815
Direitos de saque especial (DTS)	1,19332	1,14454	1,11732	1,14440

3.6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, ao custo de aquisição e mensurados subsequentemente, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11).

Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. As participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, são realizadas avaliações sendo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir, registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período são incluídos na demonstração dos resultados por naturezas desde a data em que a Empresa assume o controlo, influência significativa ou controlo conjunto ou até à data em que a empresa deixa de ter o controlo, influência significativa ou controlo conjunto.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 23).

Os dividendos recebidos de empresas subsidiárias

e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, com exceção das perdas por imparidade sobre o *Goodwill*.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Empresa na subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, por contrapartida do investimento nessa mesma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados em “Participações financeiras – outros métodos” ao custo de aquisição (Nota 12). Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos, sendo registada como “Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” a perda por imparidade que se revele existir. Os dividendos recebidos das empresas assim classificadas são registados na demonstração dos resultados por naturezas do período em que é decidida a anunciada a sua distribuição.

3.7. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS, EXCETO *GOODWILL*

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o preço que seria recebido pela venda do ativo numa transação entre participantes do mercado à data da mensuração. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados

do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” (Notas 18 e 34).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados.

3.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos, os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, ou ao justo valor com as alterações do justo valor a ser reconhecidas na

demonstração de resultados. A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 15). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente

não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade). As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o seu custo amortizado não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos” (Nota 4).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos (Nota 25) são registados ao custo ou ao custo amortizado. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar” (Nota 27).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar (Nota 27) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas ao custo, o qual não difere geralmente do seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não chega a ser concretizada são reconhecidos como gasto.

3.9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 14) encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização e o seu valor de realização líquido. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”.

O sistema de inventário utilizado na Empresa é o sistema de inventário permanente.

3.10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes, nomeadamente ativos fixos tangíveis e participações de capital, são classificados como detidos para venda (Nota 17) se o respetivo valor for realizável através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda, seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a Empresa tenha assumido um compromisso de vender; e (iii) seja expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes desta classificação e o seu justo valor, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda. Quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” ou em “Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões).

Os ativos não correntes detidos para venda são apresentados em linha própria no balanço.

Os ativos não correntes detidos para venda não são, em qualquer caso, objeto de depreciação ou amortização.

Caso um ativo deixe de cumprir os requisitos para ser classificado como detido para venda, esta classificação deve cessar e o seu valor deve passar a ser o mais baixo entre: (i) a quantia escriturada antes da classificação como detido para venda, ajustado por qualquer depreciação ou amortização que teria sido efetuada caso não tivesse sido classificado como tal; e, (ii) a quantia recuperável à data da decisão posterior de não vender. Qualquer ajustamento é reconhecido em resultados.

Uma operação descontinuada é uma componente da Empresa que tenha sido alienada ou esteja classificada

para venda, e (i) represente uma importante linha de negócios separada ou uma área geográfica operacional, ou (ii) seja parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios separada ou uma área geográfica operacional.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados, em linha própria na demonstração dos resultados por naturezas, a seguir ao Resultado líquido do período.

3.11. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação (Nota 22) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

No entanto caso ocorra uma alteração do número de ações que não corresponda a entrada ou saídas de fundos da Empresa, para efeitos do cálculo do resultado por ação será utilizado o número de ações existente na atualidade.

3.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos, quando aprovada em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo (Nota 21).

3.13. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões (Nota 23) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados” (Nota 36).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisão para participações financeiras

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento

financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

Provisão para reestruturação

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente, que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano;
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de retrainar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

Provisão para desmantelamento

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos

começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros. Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Provisão para processos judiciais em curso

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados da Empresa.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Ativos e Passivos Contingentes

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 23). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente,

é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

A empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

3.14. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem (Nota 25). As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 24).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação por contrapartida da rubrica de financiamentos obtidos. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 32).

3.15. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Empresa adota como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde pós-emprego e de outros benefícios, os critérios consagrados na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados, com utilização nomeadamente do método de custeio atuarial “Unidade de crédito projetada” (Nota 26).

Para obtenção da estimativa do valor das responsabilidades (Valor presente da obrigação de benefício definido) e do gasto a reconhecer em cada período, é feito anualmente um estudo atuarial, elaborado por entidade independente de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis. O “Valor presente da obrigação de benefício definido” é registado no passivo na rubrica de “Benefícios aos empregados”.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de “rating” elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

A Empresa reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo.

Pensões de aposentação do pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações (“CGA”)

O Decreto-Lei 246/2003, de 08 de Outubro, transferiu a responsabilidade com o encargo das pensões de aposentação do pessoal dos CTT, subscritores da C.G.A., já aposentados ou no ativo, para esta última entidade, com efeitos a 01 de Janeiro de 2003. O referido Decreto viria, ainda, a extinguir o Fundo de Pensões do Pessoal dos CTT e a determinar a transferência para a C.G.A, do valor do respetivo património do Fundo de Pensões, constituído pelo conjunto dos ativos na titularidade do mesmo, existentes a 01 de Janeiro de 2003, acrescido dos respetivos rendimentos e incrementados de valor até à data da sua efetiva entrega em dezembro de 2003.

Benefícios pós-emprego - cuidados de saúde

Os trabalhadores subscritores da C.G.A. e os trabalhadores beneficiários da Segurança Social (“S.S.”), (admitidos no quadro efetivo da Empresa após 19 de Maio de 1992 e até 31 de dezembro de 2009), podem usufruir dos

benefícios, no âmbito dos cuidados de saúde, previstos no Regulamento das Obras Sociais dos CTT. Tais benefícios são extensíveis a todos os trabalhadores efetivos da Empresa, quer se encontrem no ativo, quer na situação de aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os trabalhadores admitidos na Empresa após 31 de dezembro de 2009, apenas poderão usufruir dos benefícios previstos no Regulamento das Obras Sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por um contrato individual de trabalho, não lhe assistindo tal direito na aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os benefícios com cuidados de saúde respeitam, nomeadamente, à participação no custo dos medicamentos, dos serviços médico-cirúrgicos, de enfermagem e de meios auxiliares de diagnóstico e dos serviços hospitalares, conforme estabelecido no Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

O financiamento do plano de cuidados de saúde pós-emprego é garantido na sua maior parte pela Empresa, sendo o restante coberto pelas quotas pagas pelos beneficiários.

A manutenção dos benefícios do plano de cuidados de saúde pós-emprego implica o pagamento por parte dos beneficiários titulares (aposentados e reformados) de uma quota correspondente a 1,5 % da pensão. Por cada familiar inscrito é também paga uma quota de 1,5 % ou 2 % da pensão, dependendo a percentagem do montante desta. Em determinadas situações especiais poderá haver isenção do pagamento de quota quer para titulares quer para familiares. Decorrente da alteração ao Plano de Saúde efetuada pela Empresa esta quota passa, a partir de 1 de janeiro de 2015, para um montante único de 2,25% da pensão.

De referir que as responsabilidades registadas em 31 de dezembro de 2014 já contemplam esta alteração do valor do quota.

A gestão do plano de cuidados de saúde é assegurada pela IOS – Instituto das Obras Sociais que por sua vez contratou a Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT-ACS”), para prestação dos serviços de assistência médica. O contrato com a PT-ACS vigorou até 31 de dezembro de 2014, sendo a partir do dia 1 de janeiro de 2015 assegurado pela Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, SA.

Outros benefícios de longo prazo

Existe ainda um conjunto de obrigações construtivas assumidas pelos CTT perante alguns grupos de trabalhadores (Nota 26), nomeadamente:

- **Suspensão de contratos, recolocação, contratos de pré-reforma e libertação de postos de trabalho**

As responsabilidades pelo pagamento de salários a trabalhadores nas situações supra referidas ou equivalentes, são contabilizadas, na totalidade, no momento de passagem do trabalhador para aqueles regimes.

- **Taxa de assinatura telefónica**

Trata-se de um benefício assumido pelos CTT de pagamento da taxa de telefone fixo a um grupo fechado de trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes (7.149 beneficiários em 31 de dezembro de 2014 e 7.680 beneficiários em 31 de dezembro de 2013), que beneficiavam da mesma em 01/06/2004 no montante de 15,30 Euros mensais. Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir este pagamento por uma medida equivalente que se traduziu a partir de 1 de janeiro de 2014, na substituição deste apoio financeiro por uma prestação em espécie.

- **Pensões por acidentes de serviço**

As responsabilidades com o pagamento de pensões por acidentes em serviço, restringe-se aos trabalhadores subscritores da C.G.A.

A Empresa suporta igualmente as demais responsabilidades decorrentes dos acidentes de serviço destes trabalhadores.

De acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito aos trabalhadores subscritores da C.G.A, são da responsabilidade dos CTT os encargos com pensões que tiverem sido atribuídas a título de reparação de danos resultantes de acidentes em serviço, e dos quais tenha resultado a incapacidade permanente ou morte do trabalhador. O valor destas pensões é atualizado por diploma legal. Atualmente, por não se considerar economicamente justificado, não existe apólice de seguro contratada para fazer face a estas responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 havia 64 e 67 beneficiários, respetivamente, a receber este tipo de pensão.

- **Subsídio mensal vitalício**

Constitui um subsídio previsto no regime jurídico das prestações familiares do D.L. nº 133-B/97 de 30 de Maio, retificado pela Declaração de retificação nº 15-F/97, de 30.09, alterado pelos D.L. nº 248/99, de 02 de Julho, 341/99 de 25 de Agosto, 250/2001 de 21 de Setembro e 176/2003, de 02 de Agosto.

São beneficiários os trabalhadores no ativo ou

aposentados, que tenham descendentes, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. No caso de se tratar de beneficiários subscritores da CGA, o encargo com o subsídio é da responsabilidade dos CTT. Em 31 de dezembro de 2014 havia 30 beneficiários nestas condições, (48 beneficiários em 31 de dezembro de 2013), a receber um valor mensal de 176,76 Euros, 12 meses por ano. Este valor é atualizado por Portaria dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

- **Apoio por cessação da atividade profissional**

Este benefício era concedido aos trabalhadores que se aposentassem, com pelo menos 5 anos de antiguidade na Empresa. O seu montante dependia da antiguidade à data da aposentação. Em 31 de dezembro de 2012 a tabela em vigor estabelecia um valor máximo de 1.847,16 Euros para 36 ou mais anos de antiguidade. Em 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiam o termo da sua vida ativa ao serviço dos CTT. Deliberou igualmente, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma apresentados até ao dia 31 de Março de 2013, a manutenção do referido benefício (Nota 26).

Os principais pressupostos financeiros e demográficos utilizados no cálculo destas responsabilidades nomeadamente taxa de desconto, taxas de mortalidade e invalidez são os mesmos que os utilizados na avaliação atuarial do plano de cuidados de saúde dos CTT.

- **Plano de contribuições definidas - Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma**

No âmbito do novo modelo de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) foi determinada a contribuição de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

Esta contribuição reveste-se da natureza de um Plano de contribuições definidas ao abrigo da NCRF 28 – Benefícios aos empregados. A contabilização dos planos de contribuição definida é linear porque a obrigação de relato relativamente a cada período

é determinada pelas quantias a serem contribuídas relativas a esse período. Consequentemente, não são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação ou o gasto e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas numa base não descontada, exceto quando não se vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço.

3.16. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Os benefícios concedidos aos membros executivos do Conselho de administração ao abrigo de Planos de remuneração de longo prazo são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio), são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

3.17. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, *royalties*, juros e dividendos (provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial), decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o imposto sobre o Valor Acrescentado (Notas 30, 31 e 36).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade

e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/ transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo às vendas de produtos de *merchandising* e afetas ao negócio postal é reconhecido no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transação.

O rédito relativo à prestação de serviços postais é reconhecido no momento em que o cliente solicita o serviço, uma vez que os CTT não têm informação que permita estimar com fiabilidade o montante relativo a entregas não efetuadas na data do balanço, embora se entenda que o mesmo não é materialmente relevante visto que a data de solicitação do serviço não difere significativamente da data da sua prestação.

Os preços dos serviços prestados no âmbito da concessão do Serviço Postal Universal são regulados através de um convénio de preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM.

As comissões por cobranças efetuadas e por venda de produtos financeiros são reconhecidas na data da prestação de contas com o cliente. O rédito reconhecido corresponde apenas à comissão cobrada pelos CTT, os quais atuam enquanto agente.

O rédito relativo a apartados é reconhecido durante o período dos respetivos contratos.

O rédito relativo às recargas de serviços de telecomunicações móveis pré-pagos é diferido, e reconhecido em resultados em função do tráfego efetuado pelo cliente, no período em que a prestação de serviços é efetuada.

O rédito relativo a serviços postais internacionais, bem como os custos correspondentes, é estimado com base em sondagens e índices acordados com as administrações postais homólogas e registados em contas provisórias, no mês em que o tráfego ocorre. As diferenças, que normalmente não são significativas, entre os valores assim estimados, e as contas definitivas, apuradas por acordo com aquelas administrações, são reconhecidas em resultados quando as contas passam a definitivas.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista parte dos juros recebidos de depósitos em outros rendimentos operacionais, que se referem a depósitos de curto-prazo no segmento “Serviços Financeiros”. A Empresa considera que os recebimentos associados a investimento temporário em fundos e que vão ser pagos a terceiros é um dos objetivos operacionais do segmento “Serviços Financeiros”. Na demonstração de fluxos de caixa, a parte do juro é reconhecida como fluxo de caixa operacional.

O rédito de dividendos, provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, é reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o pagamento, que regra geral ocorre com a deliberação dos sócios da subsidiária.

3.18. SUBSÍDIOS OBTIDOS

Os subsídios são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão (Nota 29).

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio (Nota 20), sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 31), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas como rendimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos (Nota 31), na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

3.19. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos

no período em que são incorridos (Nota 36). Exceção para os juros que são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

3.20. IMPOSTOS

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

O imposto sobre o rendimento (Nota 38) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja

formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

Imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”)

Para efeito de IVA os CTT encontram-se enquadrados no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade operações isentas, enquadráveis no art.º 9.º do Código do IVA e outras sujeitas e não isentas, razão pela qual utiliza para efeitos de apuramento de IVA o método da afetação real e o método do prorata.

3.21. PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente (Notas 15 e 27). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 16).

3.22. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na

experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis (Nota 3.1/Nota 3.4/Nota 7/Nota 10)

As depreciações e amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação e amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do *Goodwill* (Nota 9)

A Empresa testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 3.3. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso envolvendo os mesmos julgamentos, residindo substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro-económico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber (Nota 15)

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de

incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriorem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Impostos diferidos (Nota 38)

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência dos resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(v) Benefícios aos empregados (Nota 3.15/Nota 26)

A determinação das responsabilidades com o pagamento de benefícios pós-emprego e de outros benefícios de longo-prazo, nomeadamente com cuidados de saúde, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades com estes benefícios. Quaisquer alterações nos pressupostos utilizados, os quais estão descritos na Nota 26, terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os CTT têm como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisões (Nota 3.13/ Nota 23)

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.23. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de caráter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para

assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 40).

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de *inputs* materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental em que se destaca:

- (i) Prevenção da poluição,
- (ii) Cumprimento da legislação,
- (iii) Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa,
- (iv) Formação e sensibilização dos trabalhadores,
- (v) Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa,
- (vi) Definição de “standards” ambientais para fornecedores e parceiros.

Este tema encontra-se desenvolvido com profundidade no Relatório de Sustentabilidade de 2014.

3.24. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

3.25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 43).

4. Fluxos de caixa

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos

ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	36.536.610	9.321.167
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	119.105.308	47.003.074
Depósitos bancários a prazo	494.047.000	472.195.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	649.688.918	528.519.241
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	649.688.918	528.519.241

5. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

No período findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações

em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

6. Partes relacionadas

O regulamento sobre Apreciação e Controlo de transações com partes relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente ou, ainda, entidade terceira com aquele relacionado através de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante e ainda sociedade subsidiária, ou associada ou entidade conjuntamente controlada (*joint-venture*).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas têm de ser aprovadas previamente pela Comissão Auditoria dos CTT.

Empresas subsidiárias:

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Subsidiária	Sede	Percentagem de participação	
		2014	2013
PostContacto - Correio Publicitário, Lda.	Lisboa	100%	95%*
CTT - Expresso, S.A.	S. Julião do Tojal	100%	100%
CTT - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	Lisboa	100%	100%
Payshop Portugal, S.A.	Lisboa	100%	100%
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	Amadora	100%	100%
Tourline Express Mensajería, SLU	Barcelona	-	100%
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Palmela	-	51%
CORRE - Correio Expresso de Moçambique, S.A.	Maputo	50%	50%

* Direta e indiretamente os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

No decurso do primeiro trimestre de 2014, foi alienada a participação na subsidiária EAD. Decorrente desta alienação foi registada uma mais-valia no montante de 256.383 Euros na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas” na demonstração dos resultados por natureza.

No primeiro semestre de 2014 foi alienada a participação na subsidiária Tourline Express Mensajería, SLU, à subsidiária CTT Expresso, SA. Esta alienação foi efetivada pelo valor líquido contabilístico.

Foi igualmente registada a aquisição da participação de 5% detida pela CTT Expresso, SA na PostContacto, Lda passando os CTT a deter diretamente 100% do capital da PostContacto, Lda. A operação concretizou-se pelo valor líquido contabilístico.

Empresas associadas:

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha as seguintes participações em empresas associadas:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2014	2013
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	20%	20%
Mailtec Comunicação, S.A.	Amadora	17,695%*	17,695%*
Mailtec Consultoria, S.A.	Amadora	10%*	10%*

* Direta e indiretamente os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

Entidades conjuntamente controladas:

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

	Sede	Percentagem de participação	
		2014	2013
TI-Post Prestação de Serviços Informáticos, ACE	Lisboa	49%	49%
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra estruturas de Comunicações, ACE	Amadora	49%	49%
PTP & F (ACE)	Amadora	51%*	51%*

* Participação indireta.

Outras empresas do grupo ctt:

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, através de participações indiretas a Empresa detinha os seguintes interesses em outras empresas do Grupo:

	Sede	Percentagem de participação	
		2014	2013
Payshop Moçambique, SARL	Moçambique	35%	35%
Mailtec Processos, Lda.	Amadora	100%*	100%*
Mafelosa, SL	Espanha	25%	25%
Urpacsur, SL	Espanha	30%	30%
Tourline Express Mensajería, SLU	Barcelona	100%*	-

* Indiretamente, os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

A empresa Payshop Moçambique, SARL encontra-se atualmente em processo de liquidação.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014							
	Cientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Fornecedores e outras contas a pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	60.000.000
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	3.804.609	9.658.701	2.993.472	253.806	26.993.335	8.370.542	-	-
Associadas	81.593	177.716	552.682	-	992.027	3.539.538	-	-
Conjuntamente controladas	50.926	-	945	-	246.450	4.646	-	-
Outras partes relacionadas	1.499.388	-	200.426	41.297	1.370.781	1.197.660	492.402	-
Membros do								
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	2.003.280	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão Auditoria	-	-	-	-	-	173.303	-	-
Comissão Vencimentos	-	-	-	-	-	28.808	-	-
	5.436.516	9.836.417	3.747.525	295.103	29.602.593	15.317.775	492.402	60.000.000

2014								
	Clientes e outras contas receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendi-mentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	50.000.000
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	4.217.833	13.988.240	981.306	12.458	23.116.458	8.322.280	681.140	-
Associadas	64.796	-	455.918	231.788	1.444.190	4.280.898	-	-
Conjuntamente controladas	44.671	-	56.932	-	238.808	61.107	-	-
Outras partes relacionadas	14.898	58.454	203.629	-	252.421	3.115.582	-	-
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	843.733	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	1.260	-	-
Comissão Auditoria	-	-	-	-	-	74.521	-	-
	4.342.198	14.046.694	1.697.785	244.245	25.051.877	16.699.380	681.140	50.000.000

Os gastos com os membros do Conselho de Administração, Assembleia Geral, Comissão de Auditoria e Comissão de Vencimentos correspondem à totalidade dos gastos de pessoal no período indicado.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

2014						
	Clientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	583.596	-	583.596	191.257	179.546	370.803
CTT Expresso, S.A.	2.465.042	9.427.262 ⁽¹⁾	11.892.305	2.244.398	-	2.244.398
Payshop Portugal, S.A.	185.000	50.513	235.513	451.356	-	451.356
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	61.332	-	61.332	106.460	41.028	147.488
Mailtec SGPS S.A.	-	-	-	-	33.233	33.233
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	509.638	180.925 ⁽¹⁾	690.564	-	-	-
Associadas						
Mailtec Consultoria S.A.	910	103.631	104.541	148.636	-	148.636
Mailtec Comunicação S.A.	77.782	74.084	151.867	403.820	-	403.820
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	2.901	-	2.901	226	-	226
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	1.778	-	1.778	945	-	945
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	49.148	-	49.148	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Tourline Express Mensajeria, S.A.	1.485.714	-	1.485.714	78.297	-	78.297
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	13.482	-	13.482	122.130	41.297	163.427
	5.436.516	9.836.417	15.272.933	3.747.525	295.103	4.042.629

SD- Saldos devedores; SC – Saldos credores

(1) Estes montantes incluem os valores relativos a contratos de concessão de crédito às respetivas empresas subsidiárias pelos CTT.

2013

	Clientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Tourline Express Mensajería, SLU	1.163.138	11.700.000 ⁽¹⁾	12.863.138	188.237	-	188.237
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	555.714	63.041	618.755	36.313	-	36.313
CTT Expresso, S.A.	1.978.359	95.232	2.073.591	178.492	-	178.492
Payshop Portugal, S.A.	182.554	467.661	650.215	421.104	-	421.104
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	43.193	-	43.193	140.813	12.458	153.271
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	32.569	1.499.375 ⁽¹⁾	1.531.944	16.346	-	16.346
Mailtec SGPS S.A.	-	2.988	2.988	-	-	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	262.306	159.942 ⁽¹⁾	422.248	-	-	-
Associadas						
Mailtec Consultoria S.A.	881	-	881	155.495	45.796	201.291
Mailtec Comunicação S.A.	63.915	-	63.915	314.508	185.992	500.500
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	(14.084)	-	(14.084)
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	6.036	-	6.036	56.932	-	56.932
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	38.635	-	38.635	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	14.706	58.454	73.160	203.629	-	203.629
	4.342.198	14.046.694	18.388.892	1.697.785	244.245	1.942.030

SD- Saldos devedores; SC – Saldos credores

(1) Estes montantes incluem os valores relativos a contratos de concessão de crédito às respetivas empresas subsidiárias pelos CTT.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

	2014							
	Ativos fixos adquiridos	Serviços a refaturar	Ativos fixos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias								
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	-	137.913	-	5.562	5.266.469	336.643	-	-
CTT Expresso, S.A.	-	37.513	272.773	206.555	19.226.880	2.514.818	14.557	-
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	81.400	1.551.025	4.089.073	-	-
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	-	-	-	-	546.130	1.415.451	-	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	109.314	-	-	-
Associadas								
Mailtec Consultoria S.A.	28.003	38.024	-	-	4.378	1.421.645	-	-
Mailtec Comunicação S.A.	-	1.027.629	-	199.983	769.617	2.033.592	-	-
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	18.048	-	84.300	-	-
Conjuntamente controladas								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	21.306	4.646	-	-
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	-	-	-	-	225.145	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Tourline Express Mensajería, S.A.	79.105	744	-	-	1.193.545	66.757	-	492.402
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	-	-	-	-	177.236	1.130.903	-	-
	107.108	1.241.823	272.773	511.548	29.091.045	13.097.828	14.557	492.402

2013								
	Ativos fixos adquiridos	Serviços a refaturar	Ativos fixos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias								
Tourline Express Mensajería, S.A.	190.252	8.392	-	10.101	1.122.055	1.647	-	584.572
PostContacto - Correio Publicitário, Lda.	-	231.369	25.782	(7.389)	3.987.284	264.904	685	-
CTT Expresso, S.A.	-	37.375	22.321	210.629	15.570.528	1.684.142	20.934	-
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	87.190	1.545.288	4.104.378	50	-
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	-	-	-	37	512.071	1.804.315	-	-
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	-	1.918	-	-	6.990	441.224	-	96.569
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	71.674	-	-	-
Associadas								
Mailtec Consultoria S.A.	-	-	-	-	201.873	1.749.144	-	-
Mailtec Comunicação S.A.	-	853.466	-	173.131	1.049.694	2.531.725	-	-
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	19.493	-	-	29	-
Conjuntamente controladas								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	22.333	61.107	-	-
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	-	-	-	-	216.474	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	-	-	-	-	252.421	2.995.891	119.691	-
	190.252	1.132.521	48.103	493.191	24.558.686	15.638.477	141.389	681.140

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	35.740.806	319.723.303	117.680.370	2.117.321	73.659.820	22.428.688	54.193	754.041	572.158.541
Aquisições	-	-	3.829.070	7.200	2.300.930	728.093	3.062.319	222.750	10.150.361
Alienações	-	-	(7.417)	-	(34.175)	(974)	-	-	(42.566)
Transferências e abates	-	1.360.821	(8.243.933)	(479.010)	(29.383.860)	(2.524.335)	(1.378.713)	(712.500)	(41.361.529)
Outras variações	(725.970)	(5.467.980)	3.650	-	1.103	(56.523)	-	-	(6.245.720)
Saldo final	35.014.836	315.616.144	113.261.739	1.645.511	46.543.817	20.574.950	1.737.799	264.291	534.659.087
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	3.899.830	168.523.276	105.152.324	2.043.608	69.707.937	16.932.252	-	-	366.259.227
Depreciações do período	-	8.307.542	3.713.671	29.393	2.177.395	1.105.819	-	-	15.333.819
Alienações	-	-	(7.417)	-	(33.976)	(974)	-	-	(42.367)
Transferências e abates	-	-	(9.075.797)	(479.010)	(30.117.261)	(1.651.072)	-	-	(41.323.140)
Outras variações	(11.119)	(2.739.030)	(41)	-	-	(483)	-	-	(2.750.672)
Saldo final	3.888.711	174.091.789	99.782.739	1.593.991	41.734.094	16.385.542	-	-	337.476.866
Perdas Imparidades Acumuladas									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades do período	-	-	-	-	-	2.530	-	-	2.530
Outras variações	-	-	-	-	-	417.953	-	-	417.953
Saldo final	-	-	-	-	-	420.483	-	-	420.483
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.126.125	141.524.356	13.479.000	51.520	4.809.723	3.768.925	1.737.799	264.291	196.761.737

2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	41.646.214	362.171.843	119.498.894	2.124.912	73.355.334	21.502.242	58.114	38.490	620.396.042
Aquisições	393.899	3.430.068	1.290.986	1.232	284.216	1.149.408	46.905	712.500	7.309.214
Alienações	(376.886)	(3.443.845)	(1.256.101)	-	(48.298)	-	-	-	(5.125.130)
Transferências e abates	(19.706)	50.826	(1.853.409)	(8.823)	77.481	(189.043)	(50.826)	-	(1.993.500)
Regularizações	-	(79)	-	-	-	-	-	-	(79)
Outras variações	(5.902.715)	(4.248.510)	-	-	(8.913)	(33.919)	-	3.051	(48.428.006)
Saldo final	35.740.806	319.723.303	117.680.370	2.117.321	73.659.820	22.428.688	54.193	754.041	572.158.541
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	4.200.150	188.177.906	104.069.612	2.019.385	67.226.741	15.818.369	-	-	381.512.163
Depreciações do período	-	8.199.490	4.198.903	33.046	2.623.517	1.120.341	-	-	16.175.297
Alienações	(26.370)	(2.019.717)	(1.256.101)	-	(48.298)	-	-	-	(3.350.486)
Transferências e abates	-	-	(1.860.090)	(8.823)	(94.023)	(6.458)	-	-	(1.969.394)
Outras variações	(273.950)	(25.834.403)	-	-	-	-	-	-	(26.108.353)
Saldo final	3.899.830	168.523.276	105.152.324	2.043.608	69.707.937	16.932.252	-	-	366.259.227
Ativos fixos tangíveis líquidos									
	31.840.976	151.200.027	12.528.046	73.713	3.951.883	5.496.436	54.193	754.041	205.899.314

Os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” incluem 4.982.117 Euros (5.205.814 Euros em 31 de dezembro de 2013) referente a terrenos e imóveis em co-propriedade com a PT Comunicações, S.A.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo no montante de 6.627.890 Euros e respetivas depreciações acumuladas no montante de 2.950.936 Euros. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel que passou a estar afetado à atividade operacional no montante de 439.417 Euros e depreciações acumuladas de 223.473 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Regularizações de Edifícios e outras construções e de Terrenos e recursos naturais incluem o montante de 48.388.225 Euros relativo a imóveis transferidos para Propriedades de Investimento, bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 Euros e imparidades no montante de 502.113 Euros. Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado, sendo detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital.

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31.12.2013 (Nota 1), no termo da concessão reverterem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e

privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração, suportado nos registos patrimoniais da Empresa, entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT.

No período findo em 31 dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional da empresa. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel, uma vez que passou a estar afeto à atividade operacional.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente a aquisições de bicicletas elétricas no valor de 75 mil Euros, motas num valor aproximado de 439 mil Euros, atrelados num valor de cerca de 228 mil Euros, veículos ligeiros e pesados de mercadorias no valor de 2.172 mil Euros, contentores postais no valor de 143 mil Euros, melhoria nas máquinas OCR num valor de cerca de 182 mil Euros e *upgrade* sistema de etiquetagem das máquinas Top no valor aproximado de 76 mil Euros.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita essencialmente à retoma de servidores à IBM no valor de 1.459 mil Euros e a aquisições de computadores (*desktops* e portáteis) e monitores num valor total de cerca de 788 mil Euros.

Outros ativos fixos tangíveis:

O valor correspondente às aquisições desta classe de ativos (728.093 Euros), respeita essencialmente à aquisição por parte dos CTT de equipamento de prevenção e segurança (cerca de 459 mil Euros), equipamento de marketing olfativo (cerca de 59 mil Euros) e bem como a aquisição de diversos equipamentos para armazém, cujo valor ascendeu a cerca de 57 mil Euros.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os valores constantes nesta rubrica, dizem respeito a obras de melhoria em imóveis próprios.

Os montantes verificados na rubrica de abates, com particular destaque nas classes de Equipamento básico e Equipamento administrativo, devem-se fundamentalmente ao abate efetuado nos CTT, de bens que se encontravam totalmente depreciados e cuja data de aquisição ocorreu antes do exercício de 2008.

As depreciações contabilizadas no período do presente Anexo, no montante de 15.333.819 Euros (16.175.297 Euros em 31 de dezembro de 2013), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 34).

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se detalhados na Nota 23.

8. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

2014			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedade de investimento			
Saldo inicial	7.237.214	42.551.163	49.788.377
Alienações	(247.126)	(2.290.703)	(2.537.829)
Outras variações	725.970	5.462.503	6.188.473
Saldo final	7.716.058	45.722.963	53.439.021
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	273.950	26.146.036	26.419.986
Depreciações do período	-	764.567	764.567
Alienações	(25.568)	(1.227.215)	(1.252.783)
Outras variações	11.119	2.716.343	2.727.463
Saldo final	259.501	28.399.732	28.659.233
Imparidades acumuladas			
Saldo inicial	-	1.606.505	1.606.505
Imparidades do período	-	(156.480)	(156.480)
Saldo final	-	1.450.025	1.450.025
Propriedades investimento líquidas	7.456.557	15.873.206	23.329.763
2013			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedade de investimento			
Saldo inicial	1.334.499	65.653	1.400.152
Outras variações	5.902.715	42.485.510	48.388.225
Saldo final	7.237.214	42.551.163	49.788.377
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	31.209	31.209
Depreciações do período	-	782.537	782.537
Outras variações	273.950	25.332.290	25.606.240
Saldo final	273.950	26.146.036	26.419.986
Imparidades acumuladas			
Saldo inicial	-	-	-
Imparidades do período	-	1.104.392	1.104.392
Outras variações	-	502.113	502.113
Saldo final	-	1.606.505	1.606.505
Propriedades investimento líquidas	6.963.264	14.798.622	21.761.886

Estes ativos não se encontram afetos à atividade operacional da Empresa nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado destes ativos fixos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2014 efetuadas por entidades independentes, ascende para os terrenos e edifícios, a 35.978.503 Euros (29.374.185 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à reclassificação para propriedade de investimento de um conjunto de 9 imóveis que não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo no montante de 6.627.890 Euros e respetivas depreciações acumuladas no montante de 2.950.936 Euros. Procedeu-se igualmente à reclassificação para ativo fixo tangível, de 1 imóvel que passou a estar afetado à atividade operacional no montante de 439.417

Euros e depreciações acumuladas de 223.473 Euros. No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Propriedade de investimentos incluem o montante de 48.388.225 Euros transferidos de Ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 Euros e imparidades no montante de 502.113 Euros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram registados na rubrica de “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” 764.567 Euros e 782.537 Euros, respetivamente respeitante a depreciações (Nota 34).

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composição do *Goodwill* era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2014	2013
Empresas subsidiárias			
Mailtec Consultoria, S.A. (51%)	2004	4.718	4.718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69.767	69.767
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (51%)	2004	582.970	582.970
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (49%)	2005	6.641.901	6.641.901
Payshop Portugal, S.A.	2004	406.101	406.101
Tourline Express Mensajeira, SLU	2005	-	16.592.248
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	-	786.164
		7.705.457	25.083.869

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos no *Goodwill* foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo início período	25.083.869	25.083.869
Alienações	(17.378.412)	-
Saldo final período	7.705.457	25.083.869

As alienações, efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2014, referem-se às alienações das participações nas empresas EAD e Tourline, pelo que o correspondente *Goodwill*, no montante de 786.164 Euros e 16.592.248 Euros, respetivamente, foi eliminado.

Imparidade

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente e sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No decurso do corrente ano, por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, os CTT realizaram, com efeitos a 31 de dezembro de 2014, testes de imparidade com base nos seguintes pressupostos:

2014					
Empresa	Atividade	Base determinação valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa desconto (WACC)	Taxa crescimento na perpetuidade
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	10,80%	0,5%
Payshop Portugal, SA	Gestão rede de pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	10,30%	0,5%

2013					
Empresa	Atividade	Base determinação valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa desconto (WACC)	Taxa crescimento na perpetuidade
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	10,20%	2,0%
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/DCF	5 anos	11,72%	2,0%
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	11,98%	2,0%
Payshop Portugal, SA	Gestão rede de pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	12,73%	2,0%

O decréscimo verificado na taxa de desconto (WACC) no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi resultado da subida do prêmio de risco de mercado conjugada com a acentuada redução verificada nas yields de obrigações de dívida pública Portuguesa.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio

a médio e longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração, sendo prolongadas por uma perpetuidade. Na sequência desta análise de imparidade a Empresa concluiu que em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 não se verificaram perdas por imparidade. Assim em 31 de dezembro de 2014 as perdas por imparidade em *goodwill* (Nota 18) eram como segue:

Entidade	2014				2013		
	Ano da aquisição	Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Alienações	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Mailtec Consultoria, S.A. (51%)	2004	4.718	-	-	-	4.718	4.718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69.767	-	-	-	69.767	69.767
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (51%)	2004	582.970	-	-	-	582.970	582.970
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (49%)	2005	6.641.901	-	-	-	6.641.901	6.641.901
Payshop Portugal, S.A.	2004	406.101	-	-	-	406.101	406.101
Tourline Express Mensajeira, SLU	2005	20.671.985	-	(4.079.737)	(16.592.248)	-	16.592.248
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1.082.015	-	(292.851)	(786.164)	-	786.164
		29.459.457	-	(4.375.588)	(17.378.412)	7.705.457	25.083.869

As perdas por imparidade do período são reconhecidas nos resultados e encontram-se relevadas na rubrica “Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” da Demonstração dos resultados por naturezas.

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados,

nomeadamente relativamente às seguintes variáveis chave: (i) taxa de crescimento na perpetuidade e (ii) taxas de desconto.

Os resultados das análises de sensibilidade para a Payshop, e Grupo Mailtec não determinam a existência de indícios de imparidade conforme quadros seguintes:

Variação do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,8%	9,8%	10,8%	11,8%	12,8%	
Maitec Comunicação						
g	0,00%	9.367.009	7.264.838	5.556.115	4.140.559	2.949.265
	0,25%	9.791.434	7.592.836	5.815.212	4.348.954	3.119.434
	0,50%	10.241.466	7.938.492	6.086.901	4.566.580	3.296.528
	0,75%	10.719.494	8.303.272	6.372.124	4.794.065	3.480.977
	1,00%	11.228.214	8.688.808	6.671.918	5.032.094	3.673.251

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Variação do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,8%	9,8%	10,8%	11,8%	12,8%	
Maitec Consultoria						
g	0,00%	2.303.543	2.058.027	1.858.810	1.694.071	1.555.688
	0,25%	2.359.919	2.102.115	1.894.042	1.722.731	1.579.351
	0,50%	2.419.696	2.148.576	1.930.987	1.752.660	1.603.977
	0,75%	2.483.191	2.197.608	1.969.772	1.783.946	1.629.625
	1,00%	2.550.764	2.249.430	2.010.538	1.816.681	1.656.361

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

Variação do WACC e da Taxa de crescimento na perpetuidade (g)

Imparidade*	WACC					
	8,3%	9,3%	10,3%	11,3%	12,3%	
Payshop						
g	0,00%	86.107.734	76.719.454	69.153.009	62.925.319	57.710.217
	0,25%	88.425.393	78.526.972	70.596.914	64.101.500	58.683.963
	0,50%	90.891.340	80.437.018	72.114.377	65.332.060	59.698.917
	0,75%	93.520.276	82.458.570	73.711.167	66.620.858	60.757.753
	1,00%	96.328.912	84.601.687	75.393.669	67.972.130	61.863.379

* existe imparidade caso o valor seja negativo.

10. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014					
	Projetos desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis					
Saldo inicial	3.907.578	26.596.077	3.223.072	2.408.588	36.135.315
Aquisições	-	230.973	-	2.616.864	2.847.837
Transferências e abates	(190.252)	1.638.605	-	(314.655)	1.133.698
Saldo final	3.717.326	28.465.655	3.223.072	4.710.797	40.116.850
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial	3.695.203	21.140.403	2.916.714	-	27.752.320
Amortizações do período	9.647	2.247.976	39.121	-	2.296.744
Transferências e abates	(19.681)	1.153.380	-	-	1.133.699
Saldo final	3.685.169	24.541.759	2.955.835	-	31.182.763
Ativos intangíveis líquidos	32.157	3.923.896	267.237	4.710.797	8.934.087
2013					
	Projetos desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis					
Saldo inicial	3.670.096	24.158.494	3.220.203	2.779.775	33.828.568
Aquisições	237.482	569.969	2.869	1.496.427	2.306.747
Transferências e abates	-	1.867.614	-	(1.867.614)	-
Saldo final	3.907.578	26.596.077	3.223.072	2.408.588	36.135.315
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial	3.670.096	18.104.669	2.875.696	-	24.650.461
Amortizações do período	25.107	3.035.734	41.018	-	3.101.859
Saldo final	3.695.203	21.140.403	2.916.714	-	27.752.320
Ativos intangíveis líquidos	212.375	5.455.674	306.358	2.408.588	8.382.995

Foram registados em programas de computador ou ativos intangíveis em curso, os valores de 407.280 Euros e 295.915 Euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que dizem respeito à participação de recursos internos no desenvolvimento de projetos de informática.

Na rubrica Programas de Computador, o valor relativo às transferências e abates, diz na sua maior parte respeito, à reclassificação nos CTT, de um valor de 1.133.699 Euros relativo ao *software HR Access* que anteriormente se encontrava em Equipamento Administrativo.

As transferências ocorridas no período em análise de Ativos intangíveis em Curso para Programas de Computador, dizem respeito a projetos de informática, concluídos no decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2014 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os seguintes mais significativos:

	2014
Nova aplicação GRH	1.164.113
Evolução SAP	428.829
Certificação de Faturas	375.676
Repositório informação comercial Nave (ODF Comercial)	292.292
E-CIP- Internacional	281.384
Controlo Operac SEG	197.842
Sales Force Automation	195.682
Evolução Produtos Correio	130.362
Processo de aprovação de faturas	110.604
CORVENDAS	107.359
BD Clientes Ocasionais	106.133
SI Gestão Transportes	105.641
GEO 10 (sistema georeferenciação)	85.060
Sistema Gestão Tesouraria	84.216
Tratamento Automático de Endereços	79.607
Estudos - SW Aplicacional	70.625
	3.815.423

As amortizações do período, no montante de 2.296.744 Euros, (3.101.859 Euros em 2013) foram registadas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” (Nota 34).

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis encontram-se detalhados na Nota 23.

11. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” foram os seguintes:

	2014		Total
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	
Quantia escriturada bruta			
Saldo inicial	44.434.518	1.465.577	45.900.095
Equivalência patrimonial -proporção nos RL	(18.650.689)	(278.286)	(18.928.975)
Provisões	306.162	-	306.162
Distribuição de dividendos	(15.142.737)	(249.559)	(15.392.296)
Outras variações	23.991.928	-	23.991.928
Saldo final	34.939.183	937.732	35.876.915

	2013		Total
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	
Quantia escriturada bruta			
Saldo inicial	48.487.346	1.582.131	50.069.477
Equivalência patrimonial -proporção nos RL	8.769.523	31.304	8.800.827
Distribuição de dividendos	(12.794.170)	(147.858)	(12.942.028)
Outras variações	(28.181)	-	(28.181)
Saldo final	44.434.518	1.465.577	45.900.095

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe por empresa das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” era como segue:

Denominação	2014				2013			
	% detida	Participação financeira	Provisão participações financeiras	Proporção nos resultados líquidos	% detida	Participação financeira	Provisão participações financeiras	Proporção nos resultados líquidos
Subsidiárias								
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	50	-	306.162	(316.433)	50	10.271	-	(101.424)
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. ^(b)	-	-	-	46.710	51	1.659.166	-	198.423
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda. ^(c)	100	1.739.985	-	1.179.545	95	2.169.583	-	1.662.947
CTT Expresso, S.A.	100	20.490.994	-	(23.260.120)	100	24.648.820	-	3.997.706
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	100	1.233.561	-	873.561	100	2.825.374	-	905.375
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	100	4.106.949	-	133.363	100	5.119.907	-	546.321
Payshop Portugal, S.A.	100	7.367.694	-	5.566.929	100	7.472.730	-	5.671.966
Tourline Express Mensajería, S.A. ^(b)	-	-	-	(2.874.244)	100	528.666	-	(4.111.791)
		34.939.183	306.162	(18.650.689)		44.434.518	-	8.769.523
Associadas								
Mailtec Consultoria S.A.	10	59.708	-	30.337	10	29.369	-	(3.057)
Mailtec Comunicação S.A.	17,695	651.086	-	(61.023)	17,695	725.965	-	13.853
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	20	226.937	-	(247.599)	20	710.243	-	20.508
		937.732	-	(278.286)		1.465.577	-	31.304
Conjuntamente controladas								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	49	-	-	-	49	-	-	-
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	49	-	-	-	49	-	-	-
		35.876.915	306.162	(18.928.975)		45.900.095	-	8.800.827

(a) O valor de 2014 reflete o efeito do Método de equivalência patrimonial de 2013, e o valor relativo a setembro de 2014. Em 2013 o montante reconhecido diz respeito ao diferencial para o montante definitivo relativo a 2012.

(b) A proporção nos resultados líquidos das empresas Tourline e EAD corresponde aos resultados destas empresas até ao momento da sua alienação e consequente perda de controlo por parte dos CTT.

(c) No caso da PostContacto, foram considerados na proporção dos resultados líquidos os 5% adquiridos em Junho de 2014.

A principal informação financeira respeitante às empresas acima mencionadas, era a seguinte:

Denominação	2014				
	Ativo	Passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Capital próprio
Subsidiárias					
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	2.462.441	3.040.112	1.699.851	(632.867)	(577.671)
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	2.987.558	1.247.574	11.425.205	1.206.683	1.739.984
CTT Expresso, S.A.	48.249.330	27.758.336	76.726.551	(23.260.120)	20.490.994
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	1.548.746	315.185	1.730.207	873.561	1.233.561
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	4.126.080	19.131	270.000	133.363	4.106.949
Payshop Portugal, S.A.	9.395.798	2.028.104	15.544.280	5.566.929	7.367.694
Associadas					
Mailtec Consultoria S.A.	1.333.598	736.561	3.127.738	303.367	597.037
Mailtec Comunicação S.A.	6.864.797	3.185.418	11.349.579	(344.862)	3.679.379
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	3.300.404	2.165.716	3.122.809	(37.161)	1.134.687
Conjuntamente controladas					
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE ^(a)	281.036	281.036	1.231.306	-	-
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	104.728	104.728	(210.265)	-	-

(a) Valores de setembro 2014

Denominação	2013				
	Ativo	Passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Capital próprio
Subsidiárias					
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	1.673.777	1.653.235	1.612.547	(202.847)	20.543
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	6.197.828	2.944.561	4.211.150	389.065	3.253.267
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	3.619.247	1.335.475	11.574.156	1.750.470	2.283.772
CTT Expresso, S.A.	38.494.093	13.845.273	74.708.131	3.997.706	24.648.820
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	3.217.899	392.524	1.838.151	905.375	2.825.374
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	5.174.676	54.769	480.000	546.321	5.119.907
Payshop Portugal, S.A.	9.888.517	2.415.786	16.091.894	5.671.966	7.472.731
Tourline Express Mensajería, S.A.	24.149.411	23.620.745	53.252.162	(4.111.791)	528.666
Associadas					
Mailtec Consultoria S.A.	960.228	666.559	3.312.892	(30.569)	293.670
Mailtec Comunicação S.A.	6.234.615	2.132.083	12.066.411	78.291	4.102.532
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ^(a)	4.832.986	1.281.774	3.716.304	758.251	3.551.213
Conjuntamente controladas					
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE ^(b)	244.364	244.364	1.714.143	-	-
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão	158.613	158.613	183.662	-	-

(a) Valores de 2012

(b) Valores a setembro 2013

Equivalência patrimonial

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os ganhos e perdas em empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial e registados na rubrica de “Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” da demonstração dos resultados por naturezas foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas de balanço:

	2014	2013
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	(10.271)	(101.424)
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	46.710	198.423
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda.	1.179.545	1.662.947
CTT Expresso, S.A.	(23.260.120)	3.997.706
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	873.561	905.375
Payshop Portugal, S.A.	5.566.929	5.671.966
Tourline Express Mensajería, S.A.	(2.874.244)	(4.111.791)
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	133.363	546.321
Mailtec Comunicação, S.A.	(61.023)	13.853
Mailtec Consultoria, S.A.	30.337	(3.057)
Multicert, Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	(247.599)	20.508
	(18.622.813)	8.800.827
Provisões - Participações financeiras em subsidiárias		
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.	(306.162)	-
	(306.162)	-

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram alienadas as participações da Tourline e da EAD. A venda da participação da Tourline foi efetuada ao valor líquido contabilístico. Com a venda da EAD foi reconhecida uma mais-valia no montante de 256.383 Euros na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas” na demonstração dos resultados por natureza.

O montante de (247.599) Euros diz respeito à proporção do resultado de 2013 que não tinha sido reconhecido naquele exercício bem como à proporção do resultado a setembro de 2014. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 não se efetuaram quaisquer registos adicionais na participação da Multicert, SA uma vez que a Empresa não dispõe de informação financeira mais atualizada.

12. Participações financeiras – outros métodos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe das “Participações financeiras – outros métodos” era como segue:

Empresa	Sede	2014	2013
IPC - International Post Corporation	Bruxelas - Bélgica	6.157	6.157
Eurogiro Network	Copenhaga - Dinamarca	124.435	124.435
CEPT	Copenhaga - Dinamarca	237	237
Tagus Park	Lisboa - Portugal	975.982	-
		1.106.812	130.829

13. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são detalhadas conforme se segue:

	2014	2013
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	127.189.845	126.786.259
Caixa e equivalentes	649.688.918	528.519.241
	776.878.763	655.305.500
Passivos Financeiros		
Fornecedores	66.845.568	56.871.632
Outras Contas a pagar a terceiros	480.631.984	374.352.038
	547.477.552	431.223.670

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco da Empresa com reporte direto à Comissão Executiva. As direções de Finanças e Gestão do Risco e Contabilidade e Tesouraria asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes da Empresa e a monitorização do risco cambial, de acordo com políticas aprovadas pela Comissão Executiva. Adicionalmente, são responsáveis pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. Na Empresa o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar dificuldade ou incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo médio de recebimentos e do montante de crédito concedido a clientes.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as

contas a receber respeitam a um elevado número de clientes.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculados considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na Nota 15. Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa entende que as perdas por imparidade em contas a receber se encontram adequadamente estimadas e relevadas nas demonstrações financeiras.

O risco decorrente das atividades de tesouraria resulta essencialmente dos investimentos efetuados pela Empresa em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de reduzir este risco, a Empresa utiliza uma metodologia de avaliação do risco de contraparte nas suas aplicações de tesouraria, proporcionando uma ferramenta de auxílio na definição de *plafonds* por entidade financeira, permitindo mitigar o risco de crédito, diversificando os seus investimentos.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria e com a determinação, por via do impacto na taxa de desconto, da estimativa de responsabilidades com benefícios aos empregados.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro. As aplicações de Tesouraria seguem critérios de diversificação de riscos financeiros, tanto ao nível de prazos como de instituições, os quais são revistos e atualizados regularmente.

No ano 2014, os resultados de aplicações financeiras foram negativamente afetados pela queda acentuada das taxas nos mercados monetários, em particular a taxa Euribor, que limitou a remuneração oferecida pelo setor Bancário. Este facto aliado ao ligeiro decréscimo do volume de aplicações contribuiu para reforçar a quebra dos juros obtidos.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 6.287.495 Euros durante o ano de 2014 e 10.673.605 Euros em 2013 (Nota 31).

Se as taxas de juro tivessem sido inferiores em 1p.p., durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os juros obtidos seriam inferiores em 3.959 milhares de Euros.

De acordo com o Estudo Atuarial efetuado a 31 de dezembro de 2014 uma redução de meio ponto percentual na taxa de desconto e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades com benefícios aos empregados – cuidados de saúde aumentariam em cerca de 18,8 milhões de Euros (Nota 26).

Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS).

A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro 2013, a exposição líquida (ativo menos passivo)

da Empresa ascendia, respetivamente, a 7.715 DTS (9.206 Euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,19332) e a -617.963 DTS (-690.463 Euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,11732).

Na análise de sensibilidade efetuada aos saldos das contas a receber e a pagar a Operadores Postais estrangeiros, 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro 2013, utilizando-se como pressuposto uma valorização / desvalorização na taxa de câmbio €/DTS de 10%, o impacto em resultados seria, respetivamente, de 921 Euros e (69.046) Euros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com o financiamento obtido (essencialmente locações financeiras) e respetivos juros, as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes. O quadro a seguir apresentado resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

2014	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos (Nota 25)	460.098	1.187.975	-	1.648.073
Juros relativos ao financiamento obtido (Nota 25)	8.740	8.094	-	16.833
Fornecedores e Outras contas a pagar	545.829.479	-	-	545.829.479
Compromissos financeiros				
Obrigações com locações operacionais (Nota 24)	7.657.607	11.864.514	-	19.522.121
Compromissos financeiros não contingentes (1)	430.553	-	-	430.553
Total de obrigações contratuais	554.386.476	13.060.583	-	567.447.059

(1) Conforme referido na Nota 23, os compromissos financeiros não contingentes estão relacionados essencialmente com contratos celebrados com fornecedores de investimento.

2013	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos (Nota 25)	456.263	1.647.925	-	2.104.188
Juros relativos ao financiamento obtido (Nota 25)	13.912	20.326	-	34.237
Fornecedores e Outras contas a pagar	429.119.482	-	-	429.119.482
Compromissos financeiros				
Obrigações com locações operacionais (Nota 24)	7.274.279	15.776.043	-	23.050.322
Compromissos financeiros não contingentes (1)	965.949	-	-	965.949
Total de obrigações contratuais	437.829.885	17.444.294	-	455.274.178

(1) Conforme referido na Nota 23, os compromissos financeiros não contingentes estão relacionados essencialmente com contratos celebrados com fornecedores de investimento.

14. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os “Inventários” da Empresa apresentam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	4.678.616	1.489.626	3.188.990	4.425.452	1.808.145	2.617.307
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.437.601	656.380	1.781.221	3.095.723	670.332	2.425.391
Adiantamentos por conta de compras	32.698	-	32.698	63.929	-	63.929
	7.148.915	2.146.006	5.002.908	7.585.104	2.478.477	5.106.627

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe do “Custo com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas” foi o seguinte:

2014			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	4.425.452	3.095.723	7.521.175
Compras	12.898.984	2.116.031	15.015.015
Ofertas de inventários	(39.334)	(24.807)	(64.141)
Regularizações de inventários	(177.394)	(522.910)	(700.304)
Saldo final	(4.678.616)	(2.437.601)	(7.116.217)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	12.429.092	2.226.436	14.655.528

2013			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	5.007.339	3.154.285	8.161.624
Compras	11.400.389	2.357.868	13.758.257
Ofertas de inventários	(39.145)	(17.354)	(56.499)
Regularizações de inventários	(108.233)	(85.512)	(193.745)
Saldo final	(4.425.452)	(3.095.723)	(7.521.175)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	11.834.898	2.313.564	14.148.463

Imparidade em inventários

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 18) foi como segue:

2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	1.808.145	-	(318.519)	1.489.626
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	670.332	-	(13.952)	656.380
	2.478.477	-	(332.471)	2.146.006

2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	1.903.511	-	(95.366)	1.808.145
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	646.148	24.184	-	670.332
	2.146.006	24.184	(95.366)	2.478.477

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foram registadas perdas por imparidade em inventários (aumentos líquidos de reversões) no montante de (332.471) Euros e no período findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de (71.182) Euros.

15. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Clientes						
Corrente						
Gerais	59.476.827	4.791.624	54.685.203	64.660.110	3.570.265	61.089.845
Empresas do Grupo (Nota 6)	5.356.106	-	5.356.106	4.342.198	-	4.342.198
Operadores Postais	36.680.866	208.803	36.472.063	31.904.730	207.113	31.697.617
	101.513.799	5.000.427	96.513.372	100.907.038	3.777.378	97.129.660
Outras contas a Receber						
Corrente						
Gerais	27.289.174	7.239.718	20.049.456	21.627.047	7.968.681	13.658.366
Empresas do Grupo (Nota 6)	-	-	-	-	-	-
Não Corrente	2.583.493	1.792.892	790.601	4.644.796	2.693.657	1.951.139
	29.872.667	9.032.610	20.840.057	26.271.843	10.662.338	15.609.505
	131.386.466	14.033.037	117.353.429	127.178.881	14.439.716	112.739.165

Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a antiguidade das quantias brutas da rubrica “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2014				2013			
	Clientes	Operadores Postais	Empresas do Grupo	Total	Clientes	Operadores Postais	Empresas do Grupo	Total
Clientes								
Saldo não vencido	39.135.695	2.543.508	2.867.770	44.546.972	32.700.672	2.188.393	3.068.619	37.957.683
Saldo vencido:								
0-30 dias	10.959.199	-	821.806	11.781.005	16.141.204	-	179.690	16.320.893
30-90 dias	2.984.042	3.171.525	305.945	6.461.512	8.460.574	1.797.946	317.174	10.575.693
90-180 dias	1.225.327	1.210.750	445.684	2.881.761	2.415.997	2.405.382	309.634	5.131.012
180-360 dias	931.021	7.634.175	601.869	9.167.064	572.913	6.392.630	284.245	7.249.789
>360 dias	4.241.543	22.120.910	313.033	26.675.485	4.368.751	19.120.379	182.837	23.671.968
	59.476.827	36.680.866	5.356.106	101.513.799	64.660.110	31.904.730	4.342.198	100.907.038

A dívida de clientes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Clientes nacionais	4.554.575	4.551.559
Operadores estrangeiros	22.120.910	19.120.379
Total	22.634.455	19.935.416
Operadores estrangeiros - valores a pagar	(21.335.993)	(18.862.566)

A rubrica “operadores postais”, refere-se aos recebimentos pela distribuição em Portugal de tráfego postal com origem em países terceiros.

Estas operações enquadram-se no âmbito da regulamentação da União Postal Universal (UPU), que prevê a apresentação de contas numa base anual, depois de terminado o ano civil, sendo previsto um período máximo de 1 ano para a apresentação das mesmas e 3 meses adicionais para aprovação formal pelo operador de destino. Como consequência, em condições normais as contas com estes clientes mantêm saldos em aberto por períodos superiores a 360 dias.

Ainda ao abrigo da regulamentação da UPU, as contas entre Operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas, estando o risco de crédito mitigado pelos saldos pendentes em fornecedores, para as mesmas entidades.

Relativamente ao saldo de clientes nacionais, é constituído essencialmente por dívidas de entidades públicas, a que se juntam clientes que são simultaneamente fornecedores e com os quais se efetuam encontros de contas, e clientes que cumprem planos de pagamento de dívida.

Considerando o universo de clientes nacionais, o nível de cobertura das dívidas de clientes por garantias bancárias e depósitos de garantia de crédito é de 1,2% em 31 de dezembro de 2014.

	2014	2013
Depósitos prévios	894.069	1.614.064
Garantias bancárias	83.753	273.674
Total	977.822	1.887.738

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as quantias escrituradas na rubrica de “Outras contas a receber” apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Não corrente						
Adiantamentos ao pessoal	512.079	-	512.079	463.546	-	463.546
Outros valores a receber do pessoal	1.699.523	1.421.001	278.522	1.296.044	1.296.044	-
Ministério da Saúde	-	-	-	1.487.593	-	1.487.593
Emprestimo de financiamento INESC	371.891	371.891	-	1.397.613	1.397.613	-
	2.583.493	1.792.892	790.601	4.644.796	2.693.657	1.951.139
Corrente						
Adiantamentos ao pessoal	2.788.353	879.331	1.909.022	3.338.227	944.895	2.393.332
Ministério da Saúde	-	-	-	1.531.568	-	1.531.568
Serviços financeiros postais	12.352.806	680.427	11.672.379	1.932.246	752.322	1.179.924
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.735.296	-	1.735.296	4.938.297	-	4.938.297
Outros ativos correntes						
Agentes filatéliacos	50.029	-	50.029	52.788	-	52.788
Faturação diversa CT	1.737.849	525.439	1.212.410	1.397.876	442.993	954.883
Protocolo Caixa Geral de Aposentações - Obras Sociais	302.004	-	302.004	77	-	77
Emprestimo de financiamento INESC	49.740	49.740	-	49.740	49.740	-
Gabinete para os meios da comunicação social	206.077	-	206.077	97.799	-	97.799
Devedores por depósitos de garantia	184.163	170.557	13.606	175.787	175.787	-
Administrações postais estrangeiras	-	-	-	55.641	-	55.641
Devedores diversos	4.918.697	4.918.637	60	5.412.398	5.412.398	-
Outros	2.964.160	15.587	2.948.573	2.644.603	190.546	2.454.057
	27.289.174	7.239.718	20.049.456	21.627.047	7.968.681	13.658.366

A conta a receber do “Ministério da Saúde”, que respeitava à comparticipação de encargos de saúde dos exercícios de 2000 a 2006, no âmbito do plano de saúde dos CTT e de acordo com o protocolo celebrado com esta entidade, o qual cessou em 31 de dezembro de 2006, foi totalmente liquidada no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os montantes registados na rubrica “Serviços financeiros postais” respeitam a valores a receber referentes a resgates de produtos de aforro e a comercialização de seguros.

2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	3.777.378	1.607.492	(24.145)	(360.298)	-	5.000.427
Outras contas a receber	10.662.338	410.908	(2.040.637)	-	-	9.032.609
	14.439.716	2.018.400	(2.064.782)	(360.298)	-	14.033.036

2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	4.814.776	93.181	(981.200)	(149.379)	-	3.777.378
Outras contas a receber	10.339.037	850.264	(202.261)	-	(324.702)	10.662.338
	15.153.813	943.445	(1.183.461)	(149.379)	(324.702)	14.439.716

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram registados aumentos de perdas por imparidade (líquidas de reversões) em dívidas a receber no montante de, respetivamente, (46.382) Euros e (240.016) Euros.

Em exercícios anteriores a Empresa alienou um conjunto de imóveis, relativamente aos quais celebrou posteriormente contratos de arrendamento. As mais-valias apuradas naquela alienação foram diferidas, e são reconhecidas no período de duração dos contratos de arrendamento.

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Rendas a pagar	1.044.942	1.049.402
Subsídios de refeição	1.698.085	1.727.311
Outros	1.927.940	702.919
	4.670.967	3.479.632
Diferimentos passivos (Rendimentos a reconhecer)		
Não correntes		
Mais-valias diferidas	6.076.311	8.475.340
	6.076.311	8.475.340
Correntes		
Mais-valias diferidas	2.399.029	2.399.029
Carregamentos Phone-IX	258.669	453.150
Comissões diferidas	1.800.000	-
Outros	1.034.031	1.048.402
	5.491.729	3.900.581
	11.568.040	12.375.921

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos operacionais” na demonstração dos resultados 1.511.128 Euros em ambos os períodos relativos àquelas mais-valias.

Em 2014 os CTT celebraram em 2014 um contrato com a Cetelem, o qual implicou um recebimento de 3 milhões de Euros no momento da assinatura do contrato, dos quais 1 milhão de Euros, correspondentes a um direito de entrada, foi reconhecido no início do contrato, sendo os restantes 2 milhões de Euros, relativos a comissões não reembolsáveis, reconhecidos ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2014 encontrando-se diferido um montante de 1.800.000 Euros.

17. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Empresa não apresentava ativos não correntes classificados como detidos para venda.

18. Perdas por imparidade acumuladas

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

	2014					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Goodwill (Nota 9)	4.375.588	-	-	(4.375.588)	-	-
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	-	41.815	(39.285)	-	417.952	420.483
Propriedades de investimento (Nota 8)	1.606.505	331.877	(488.357)	-	-	1.450.025
Inventários (Nota 14)	2.478.477	-	(332.471)	-	-	2.146.006
Clientes e outras contas receber (Nota 15)	14.439.716	2.018.400	(2.064.782)	(360.298)	-	14.033.037
	22.900.286	2.392.093	(2.924.895)	(4.735.886)	417.952	18.049.551

	2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Goodwill (Nota 9)	4.375.588	-	-	-	-	4.375.588
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	502.113	-	-	-	(502.113)	-
Propriedades de investimento (Nota 8)	-	1.104.392	-	-	502.113	1.606.505
Inventários (Nota 14)	2.549.659	24.184	(95.366)	-	-	2.478.477
Clientes e outras contas receber (Nota 15)	15.153.813	943.445	(1.183.461)	(149.379)	(324.702)	14.439.716
	22.581.173	2.072.021	(1.278.827)	(149.379)	(324.702)	22.900.286

A utilização da imparidade relativa ao *goodwill* é explicada pela venda da participação financeira dos CTT na Tourline em 2014, relativamente à qual os CTT tinham reconhecido 4.375.588 Euros de imparidade em exercícios anteriores.

19. Capital

Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Empresa era composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT foi reduzido de 87.325.000 Euros para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros. O montante de 12.325.000 Euros referente à redução do capital social foi transferido para “Reservas livres” (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

		2014		
		Nº ações	%	Valor nominal
Acionista				
Standard Life Investments Limited ⁽¹⁾		9.910.580	6,607%	4.955.290
Ignis Investment Services Limited ⁽¹⁾		97.073	0,065%	48.537
Standard Life Investments (Holdings) Limited	Total	10.007.653	6,672%	5.003.827
Kames Capital plc ⁽²⁾		2.045.003	1,363%	1.022.502
Kames Capital Management Limited ⁽²⁾		3.096.134	2,064%	1.548.067
Aegon NV ⁽³⁾	Total	5.141.137	3,427%	2.570.569
Allianz Global Investors Europe GmbH (AGIE) ⁽⁴⁾	Total	4.695.774	3,131%	2.347.887
UBS AG ⁽⁵⁾		3.705.257	2,470%	1.852.629
UBS Fund Management (Switzerland) AG ⁽⁵⁾		55.397	0,037%	27.699
UBS Fund Services (Luxembourg) AG ⁽⁵⁾		57.770	0,039%	28.885
UBS Global Asset Management (UK) Limited ⁽⁵⁾		8.330	0,006%	4.165
UBS Global Asset Management (Australia) Ltd ⁽⁵⁾		3.715	0,002%	1.858
UBS Group AG ⁽⁶⁾	Total	3.830.469	2,554%	1.915.235
Morgan Stanley & Co. International plc ⁽⁷⁾		3.553.396	2,369%	1.776.698
Morgan Stanley ⁽⁷⁾	Total	3.553.396	2,369%	1.776.698
Pioneer Funds - European Equity Target Income ⁽⁸⁾		613.645	0,409%	306.823
Pioneer Funds - Global Equity Target Income ⁽⁹⁾		170.047	0,113%	85.024
Pioneer Funds - ABS Return European Equities ⁽⁹⁾		95.475	0,064%	47.738
Pioneer Funds - European Potential ⁽⁹⁾		825.082	0,550%	412.541
Pioneer Funds - European Equity Value ⁽⁹⁾		764.953	0,510%	382.477
Pioneer Funds - European Equity Market Plus ⁽⁹⁾		15.876	0,011%	7.938
Pioneer Funds - European Research ⁽⁹⁾		643.204	0,429%	321.602
UniCredit S.p.A.	Total	3.128.282	2,086%	1.564.141
Artemis Fund Managers Limited ⁽¹⁰⁾		3.104.624	2,070%	1.552.312
Artemis Investment Management LLP	Total	3.104.624	2,070%	1.552.312
FMRC-FMR CO., INC. ⁽¹¹⁾		716.444	0,478%	358.222
FMR UK-FIDELITY MANAGEMENT & RESEARCH (U.K.) INC. ⁽¹¹⁾		2.379.854	1,587%	1.189.927
FMR LLC	Total	3.096.298	2,064%	1.548.149
DSAM Partners LLP ⁽¹²⁾		3.096.079	2,064%	1.548.040
DSAM Cayman Ltd.	Total	3.096.079	2,064%	1.548.040
Goldman Sachs International ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management, L.P. ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management International ⁽¹³⁾				
The Goldman Sachs Group, Inc. ⁽¹³⁾	Total	3.019.750	2,013%	1.509.875
Restantes acionistas	Total	107.326.538	71,551%	53.663.269
Total		150.000.000	100,000%	75.000.000

- (14) Empresa detida pela Standard Life Investments (Holdings) Limited.
- (15) A partir de 1 de janeiro de 2015, em resultado de reestruturação societária, as carteiras que se encontravam sob gestão da Kames Capital Management Limited (subsidiária da Kames Capital plc) foram transferidas, encontrando-se sob gestão da Kames Capital plc.
- (16) Participação qualificada imputável à seguinte cadeia de entidades: (i) Kames Capital Holdings Limited, que detém 100% da Kames Capital plc; (ii) Aegon Asset Management Holding BV, que detém 100% da Kames Capital Holdings Limited; e (iii) Aegon NV, que detém 100% da Aegon Asset Management Holding BV.
- (17) Em virtude da fusão da Allianz Global Investors Luxembourg, S.A. (AGIL) com a Allianz Global Investors Europe (AGIE), passou a ser imputável à AGIE a participação qualificada mencionada.
- (18) Subsidiária do UBS Group AG.
- (19) Em resultado da aquisição do UBS AG pelo UBS Group AG, as ações do UBS AG foram transferidas para o UBS Group AG. As subsidiárias do UBS AG passaram também a ser detidas pelo UBS Group AG.
- (20) A empresa-mãe é a Morgan Stanley e a cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: Morgan Stanley, Morgan Stanley International Holdings Inc., Morgan Stanley International Limited, Morgan Stanley Group (Europe), Morgan Stanley UK Group, Morgan Stanley Investments (UK) e Morgan Stanley & Co. International plc.
- (21) Fundo gerido pela Pioneer Investments Kapitalgesellschaft GmbH, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é detida na totalidade pela UniCredit S.p.A.
- (22) Fundo gerido pela Pioneer Investments Management Limited Dublin, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é inteiramente detida pela UniCredit S.p.A.
- (23) Empresa detida pela Artemis Investment Management LLP.
- (24) Empresa detida pela FMR LLC.
- (25) A cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: DSAM Cayman Ltd, DSAM Cayman LP, DSAM Capital Partners Ltd e DSAM Partners LLP. A participação é detida exclusivamente através de posição económica longa resultante da celebração de um *swap* sobre ações realizado ao balcão, com data de negociação a 10 de setembro de 2014, data de liquidação a 15 de setembro de 2014 e termo a 2 de setembro de 2015. A operação *swap* referida prevê a liquidação financeira como opção de liquidação.
- (26) A cadeia de empresas controladas por meio das quais os direitos de voto e/ou os instrumentos financeiros são efetivamente detidos é conforme segue: *The Goldman Sachs Group, Inc.* (empresa-mãe); *Goldman Sachs (UK) L.L.C.* (Controlada por *The Goldman Sachs Group, Inc.*); *Goldman Sachs Group UK Limited* (Controlada por *Goldman Sachs (UK) L.L.C.*); *Goldman Sachs International* (Controlada por *Goldman Sachs Group UK Limited*); *Goldman Sachs Asset Management International* (Controlada por *Goldman Sachs Group UK Limited*); *Goldman Sachs Asset Management, L.P.* (Controlada por *The Goldman Sachs Group, Inc.*). A participação inclui 1,42% correspondente a 2.131.364 de ações dos CTT e 0,59% de posição económica longa via Contratos por Diferença (CFD) relativos a 888.386 ações. Os detalhes relativos aos CFD são conforme segue:

Período/Data de Vencimento/ Exercício/Conversão	Nº de ações/direitos de voto que podem ser adquiridos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido	% de direitos de voto que podem ser obtidos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido
25-Nov-2019	2.453	0,0016%
22-Nov-2019	1.278	0,0009%
4-Dez-2024	506.660	0,3378%
4-Dez-2024	4.869	0,0032%
9-Dez-2024	600	0,0004%
23-Set-2024	11.502	0,0077%
26-Set-2024	360.000	0,2400%
11-Nov-2024	1.024	0,0007%
Total de direitos de voto e da percentagem de direitos de voto	888.386	0,59%

	2013		
	Nº ações	%	Valor nominal
Acionista			
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA ⁽¹⁾	45.000.000	30,000%	22.500.000
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA ⁽²⁾	9.545.455	6,364%	4.772.728
Total ⁽³⁾	54.545.455	36,364%	27.272.728
Goldman Sachs International ⁽⁴⁾	7.496.479	4,998%	3.748.240
<i>Deutsche Bank AG London</i> ⁽⁵⁾	3.063.798	2,043%	1.531.899
Restantes acionistas ⁽⁶⁾	84.894.268	56,596%	42.447.134
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

(1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Ações imputadas à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (*call option*) sobre os tomadores firmes (*Underwriters*), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (*Stabilisation Manager*), no âmbito do contrato de venda direta institucional (*Institutional Underwriting Agreement*) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (*put option*) sobre a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

(3) Participação total da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

(4) Ações detidas pelo *Goldman Sachs International*, controlado pelo *Goldman Sachs Holding (U.K.)*, que por sua vez é controlado pelo *Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited*, controlado pelo *Goldman Sachs Group UK Limited*, controlado pelo *Goldman Sachs (UK) L.L.C.*, que por sua vez é controlado pelo *The Goldman Sachs Group, Inc.*

(5) Ações detidas pelo *Deutsche Bank AG London* que é uma sucursal do *Deutsche Bank AG*.

(6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontram indisponíveis até 5 de março de 2014.

20. Reservas e outras rubricas de capital próprio

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Reservas legais” apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Saldo inicial	18.072.559	18.072.559
Aplicação do resultado do período anterior	-	-
Saldo final	18.072.559	18.072.559

A reserva legal já se encontra totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 regista igualmente o valor reconhecido no ano relativo ao plano de ações que constitui a remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho

de Administração no âmbito do novo modelo de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais definido pela Comissão de Vencimentos.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Outras reservas” apresentava o seguinte movimento:

	2014	2013
Saldo inicial	12.325.000	10.555.947
Plano de ações (Nota 26)	1.376.407	-
Pagamento de dividendo extraordinário (Nota 21)	-	(10.555.947)
Redução capital social (Nota 19)	-	12.325.000
Saldo final	13.701.407	12.325.000

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2014	2013
Saldo inicial	57.823.615	61.787.635
Aplicação do resultado do período anterior	61.016.067	35.735.267
Distribuição de dividendos (Nota 22)	(60.000.000)	(38.554.127)
Pagamento de dividendo extraordinário (Nota 21)	-	(889.924)
Lucros não atribuídos por empresas participadas	3.921.530	(254.372)
Outras variações	(8.969)	(863)
Saldo final	62.752.243	57.823.615

Ajustamentos em investimentos financeiros

Esta rubrica reflete os ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre rubricas do capital que não o resultado líquido do período. A sua distribuição só ocorre aquando da alienação da empresa participada.

Outras variações no capital próprio

A Empresa reconhece nesta rubrica os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. Estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 11.201 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2014 e no período findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 31). O saldo desta rubrica corresponde à parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período.

São também reconhecidos nesta rubrica, os Ganhos/Perdas atuariais associados aos benefícios com a Saúde, assim como os respetivos impostos diferidos.

Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo inicial	24.810.903	33.352.062
Imputação subsídios ao exercício	(11.201)	(11.201)
Impostos diferidos associados aos subsídios	8.969	863
Ganhos/perdas atuariais - Saúde (Nota 26)	(61.041.103)	(11.680.870)
Impostos Diferidos ganhos/perdas atuariais - Saúde (Nota 38)	17.706.037	3.150.049
Saldo final	(18.526.395)	24.810.903

21. Dividendos

Na Assembleia-Geral realizada em 5 de maio de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 0,40 Euros por ação (tendo por base as 150.000.000

ações existentes a 31.12.2013) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013, tendo sido pago o dividendo total de 60.000.000 Euros em maio de 2014.

Na Assembleia Geral realizada em 30 de Maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 2,20 Euros referente ao exercício de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 38.554.129 Euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de Junho de 2013. Foi igualmente decidido o pagamento de um dividendo extraordinário no montante de 11.445.871 Euros (0,65 Euros por ação), tendo sido também sujeito a retenção na fonte de 25% em junho de 2013.

Para o pagamento extraordinário foram utilizadas as “Outras Reservas” no valor de 10.555.949 Euros e “Resultados Transitados” no montante de 889.922 Euros.

22. Resultados por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	77.171.128	61.016.067
Nº de ações ordinárias	150.000.000	150.000.000
Resultado líquido por ação	0,51	0,41

O número de ações variou no decorrer de 2013, passando de 17.500.000 para 150.000.000, na sequência da redução de capital efetuada por contrapartida de reservas e de um desdobramento de ações (“split”) através da redução do seu valor nominal.

23. Provisões, garantias prestadas passivos contingentes e compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	10.672.139	4.259.580	(3.905.765)	(3.099.948)	1.425.810	9.351.816
Outros riscos e encargos	27.243.144	9.315.104	-	(2.657.208)	(1.843.762)	32.057.278
subtotal	37.915.283	13.574.684	(3.905.765)	(5.757.156)	(417.952)	41.409.094
Participações financeiras	-	306.162	-	-	-	306.162
	37.915.283	13.880.846	(3.905.765)	(5.757.156)	(417.952)	41.715.256
2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	8.950.243	3.677.667	(3.394.017)	(1.269.365)	2.707.611	10.672.139
Outros riscos e encargos	26.917.781	6.231.864	(746.181)	(2.777.411)	(2.382.909)	27.243.144
	35.868.024	9.909.531	(4.140.198)	(4.046.776)	324.702	37.915.283

As provisões para processos judiciais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, estimadas com base em informações dos seus advogados.

A provisão para participações financeiras corresponde ao reconhecimento pela empresa de obrigações legais ou construtivas relativas às perdas incorridas pela subsidiária CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A.

O registo desta provisão é efetuado por contrapartida de "Gastos e perdas em subsidiárias e associadas" razão pela qual a rubrica "Provisões (aumentos / reduções)" na Demonstração dos resultados por naturezas apenas se refere aos movimentos efetuados nas provisões para Processos judiciais e Outros riscos e encargos.

As provisões para Outros riscos e encargos englobam essencialmente contingências laborais, contratos onerosos e provisões para situações diversas:

- **Contingência Laborais**

No período findo em 31 de dezembro de 2014 o montante provisionado para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas na base de cálculo da remuneração de férias, subsídios de férias

e Natal que possam ser exigidas pelos trabalhadores, foi reforçada em 3.318.582 Euros ascendendo nesta data a 14.404.906 Euros (12.512.193 Euros em 31 de dezembro de 2013). No período findo em 31 de dezembro de 2013 esta provisão tinha sido reforçada no montante de 3.875.235 Euros.

- **Contratos Onerosos**

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foi reforçada em 5.817.619 Euros a provisão destinada a fazer face à cobertura da estimativa do valor presente do dispêndio líquido associado a contratos onerosos. Este valor foi obtido a partir da atualização dos pressupostos utilizados em 2013 nomeadamente a taxa de desconto.

A 31 de dezembro de 2014 o montante provisionado ascende a 15.943.847 Euros (12.643.714 Euros em 31 de dezembro de 2013).

- **Outras Provisões**

A 31 de dezembro de 2014, para além das situações acima referidas a provisão para Outros Riscos e Encargos inclui ainda:

- o montante de 282.929 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local.

- o valor de 890.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

O montante líquido (diferença entre aumentos e reversões) das provisões registado na Demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas de “Provisões (aumentos / reduções)” totalizou (6.350.337) Euros em 31 de dezembro de 2014 e (5.769.333) Euros em 31 de dezembro de 2013.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros no montante de, respetivamente, 13.776.878 Euros e 1.325.579 Euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2014	2013
Garantias bancárias a favor de tribunais	170.723	539.437
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros		
FUNDO DE PENSÕES DO BANCO SANTANDER TOTTA	3.030.174	-
EURO BRIDGE-Sociedade Imobiliária, Lda	2.944.833	-
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	-
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	-
NOVIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.523.201	-
LUSIMOVESTE - Fundo de Investimento Imobiliário	1.274.355	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	590.000	390.000
Autarquias	154.677	148.737
Alfandega do Freixo	74.820	74.820
DRCAL Direcção Regional Contencioso Administrativo de Lisboa	-	49.880
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	16.000	-
Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária	-	-
SPMS - Serviços Partilhados Ministério da Saúde	30.180	16.092
Governo Civil de Lisboa	-	-
ANACOM	-	-
Portugal Telecom	16.657	16.658
Instituto Gestão Financeira Segurança Social	12.681	-
ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	-	4.752
Estradas de Portugal	5.000	5.000
Instituto das Infra-Estruturas Rodoviárias	3.725	3.725
IFADAP	1.746	1.746
	13.776.878	1.325.579

Garantias Contratos de arrendamento

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, teriam que ser prestadas garantias bancárias *on first demand*.

Estas garantias foram já emitidas e atingem o montante de 12.599.031 Euros.

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não tem responsabilidades contingentes.

Compromissos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, no decurso normal da sua atividade, a Empresa assumiu compromissos de compra como segue:

Descrição	2014	2013
Compromissos de compra perante:		
Fornecedores de ativos intangíveis	-	264.991
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	430.553	700.958
	430.553	965.949

Os compromissos relativos a ativos fixos tangíveis respeitam à aquisição de *displays* para as máquinas STAR Cosmos no montante de 12.372 euros, aquisição de porta-paletes (15.535 Euros), de viaturas ligeiras elétricas (66.974 Euros) e melhorias para máquinas divisoras de correio (335.670 Euros).

A Empresa assumiu compromissos financeiros (cartas de conforto) perante o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A e relativamente à sua subsidiária Tourline, SLU no montante de 1.170.769 Euros, os quais ainda se encontram ativos em 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente a Empresa assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas de locações operacionais e financeiras.

24. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional de viaturas, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros destas locações operacionais é o seguinte:

	2014	2013
Até 1 ano	7.657.607	7.274.279
Entre 1 ano e 5 anos	11.864.514	15.776.043
	19.522.121	23.050.322

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os gastos incorridos com contratos de locação operacional de viaturas foram, respetivamente, de 6.258.419 Euros e 6.583.293 Euros, encontrando-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 32).

Leasings operacionais são contratos de locação de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

Os pagamentos da locação são efetuados mensalmente por quantias constantes durante o prazo da locação e

o reconhecimento da renda é considerado como um gasto que será igualmente efetuado numa base linear (método).

Não há reconhecimento de qualquer ativo locado, pois a substância da locação é de mero aluguer/arrendamento, não havendo evidência que permita concluir que o locatário obterá benefícios económicos futuros do ativo para além do período do contrato.

Não se prevê no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o Locatário.

25. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Passivo não corrente		
Locação financeira	1.187.975	1.647.925
	1.187.975	1.647.925
Passivo corrente		
Locação financeira	460.098	456.263
	460.098	456.263

Locação financeira

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades da Empresa com contratos de locação financeira apresentavam o seguinte plano de vencimento:

	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	460.098	8.740	468.838	456.263	13.912	470.175
Entre 1 ano e 5 anos	1.187.975	8.094	1.196.069	1.647.925	20.326	1.668.251
Total	1.648.073	16.833	1.664.906	2.104.188	34.238	2.138.426

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2014			2013		
	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	7.798.567	815.990	6.982.577	7.798.567	815.990	6.982.577
Edifícios e outras construções	81.701	26.706	54.995	81.701	23.251	58.450
	7.880.268	842.696	7.037.572	7.880.268	839.241	7.041.027

A Empresa é locatária em contrato de locação financeira celebrado com IMOLEASING – Sociedade de locação financeira imobiliária, S.A., referente a imóvel sito no concelho da Maia (Porto) onde se encontra implantado o Centro Operacional de Correio. A tipologia dos contratos de locação determina o seu enquadramento como uma locação financeira.

Não existem rendas contingentes a pagar nem a imposição de quaisquer restrições. Existe a opção de compra por um valor residual de aproximadamente 6% do valor do contrato.

26. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde, a (ii) outros benefícios de longo prazo a empregados e (iii) outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 apresentaram o seguinte movimento:

2014					
	Passivo			Capital Próprio	
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	263.371.000	34.861.626	298.232.626	-	298.232.626
Movimento do período	(22.205.000)	1.094.991	(21.110.009)	1.376.407	(19,733,602)
Saldo final	241.166.000	35.956.617	277.122.617	1.376.407	278,499,024

2013					
	Passivo			Capital Próprio	
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo empregados	Total	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	252.803.000	50.206.132	303.009.132	-	303.009.132
Movimento do período	10.568.000	(15.344.506)	(4.776.506)	-	(4.776.506)
Saldo final	263.371.000	34.861.626	298.232.626	-	298.232.626

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo a empregados” dizem essencialmente respeito ao programa de redução de pessoal em curso.

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais” dizem respeito à remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração.

O detalhe das responsabilidades com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	2014	2013
Capital Próprio (Outras reservas)	1.376.407	-
Passivo não corrente	255.527.808	282.915.180
Passivo corrente	21.594.809	15.317.446
	278.499.024	298.232.626

Os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza e o valor registado diretamente em “Outras variações no capital próprio” foi como segue:

	2014	2013
Gastos do período		
Cuidados de saúde	(68.905.327)	13.747.000
Outros benefícios de longo prazo aos empregados	7.591.332	(5.206.460)
Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	1.376.407	-
	(59.937.589)	8.540.540
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(61.041.103)	(11.680.870)
	(61.041.103)	(11.680.870)

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.15, os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial com efeitos a 31 de dezembro de 2014.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	2,75%	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB \times 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB \times 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa crescimento dos custos com saúde		
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Crescimento devido ao envelhecimento	2,00%	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A redução da taxa de desconto para 2,50% é motivada pela análise efetuada pela Empresa à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção a constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários é determinada de acordo com a política salarial definida pela Empresa.

A taxa esperada de crescimento das pensões é determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades no fim do período	241.166.000	263.371.000	252.803.000	272.102.000	272.123.000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	263.371.000	252.803.000
Gasto com o serviço do período	3.825.000	3.882.000
Gasto financeiro do período	10.268.000	9.865.000
Alteração do plano	(82.998.327)	-
Quotas dos aposentados	3.607.690	3.552.478
(Pagamento de benefícios)	(16.894.342)	(17.249.738)
(Outros gastos)	(1.054.123)	(1.162.610)
(Ganhos)/perdas atuariais	61.041.103	11.680.870
Saldo final	241.166.000	263.371.000

Em fevereiro de 2015 os CTT assinaram, com efeitos a 31 de dezembro de 2014 com os onze sindicatos representados na empresa um novo Regulamento do sistema das Obras Sociais (“ROS”), o sistema interno de saúde e proteção social dos CTT. O novo ROS dos CTT mantém um nível de proteção elevado, mas equilibrado, racionalizando a utilização dos benefícios. Nesse sentido, foi incrementada a comparticipação dos beneficiários no sistema, através do aumento das quotas mensais e dos copagamentos a cargo, mantendo-se o caráter abrangente do sistema e reforçando-se algumas medidas de apoio social.

O novo plano implicou uma redução significativa da estimativa de despesas futuras com saúde a cargo dos CTT e portanto uma correspondente redução das responsabilidades por serviços passados a 31 de Dezembro de 2014, a qual, configurando uma alteração ao plano foi reconhecida em resultados.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composição dos gastos com cuidados de saúde foi a seguinte:

	2014	2013
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 33)	(80.227.450)	2.719.390
Outros gastos operacionais	1.054.123	1.162.610
Gasto financeiro do período (Nota 36)	10.268.000	9.865.000
Total de gastos do período	(68.905.327)	13.747.000

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com o plano de cuidados de saúde, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 9.942 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2014, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de 61.041.103 Euros (11.680.870 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 17.706.037 Euros (3.150.049 Euros em 31 de dezembro de 2013).

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 permite concluir o seguinte:

(i) Caso ocorresse um aumento, em 31 de dezembro de 2014, de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 300.242 milhares de Euros, aumentando cerca de 24,5%.

(ii) Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 7,8%, ascendendo a 259.977 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 3.15, a Empresa tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com a atribuição de subsídios de “Apoio por cessação da atividade profissional” que foram suprimidos a 1 de abril de 2013, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”. Para obtenção da estimativa do valor destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*” e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial com efeitos a 31 de dezembro de 2014.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação destas responsabilidades foram os seguintes:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Taxa crescimento dos salários	2,75%	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

No apuramento das responsabilidades do Grupo com empregados em situações de “Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho” foram consideradas taxas de crescimento salarial de 2,75% em 2014 e anos seguintes. A taxa de crescimento salarial de 2,75% foi aplicada aos restantes benefícios dos empregados com exceção da “Taxa de assinatura de telefone” e do “Apoio por cessação da atividade profissional” em que não se considerou a atualização do valor.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o movimento das responsabilidades com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	2014	2013
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	19.433.462	23.777.219
Gasto financeiro do período	687.152	833.035
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	393.318	1.914.115
(Pagamento de benefícios)	(5.585.363)	(7.290.756)
(Ganhos)/perdas atuariais	2.712.744	199.849
Saldo final	17.641.312	19.433.462
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	4.800.195	14.242.125
Gasto financeiro do período	178.544	451.814
Alteração do benefício	-	(8.211.129)
(Pagamento de benefícios)	(303.781)	(1.445.398)
(Ganhos)/perdas atuariais	157.817	(237.217)
Saldo final	4.832.775	4.800.195
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	7.004.370	7.563.939
Gasto financeiro do período	271.647	293.948
(Pagamento de benefícios)	(437.324)	(422.708)
(Ganhos)/perdas atuariais	1.322.707	(430.809)
Saldo final	8.161.400	7.004.370
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	3.544.784	3.691.640
Gasto financeiro do período	139.714	145.503
(Pagamento de benefícios)	(112.271)	(108.120)
(Ganhos)/perdas atuariais	1.710.168	(184.239)
Saldo final	5.282.395	3.544.784
Apoio por cessação da atividade profissional		
Saldo inicial	78.815	931.209
Gasto financeiro do período	1.576	18.624
(Pagamento de benefícios)	(57.602)	(871.064)
(Ganhos)/perdas atuariais	15.946	46
Saldo final	38.735	78.815
Total saldos final	35.956.617	34.861.626

No período findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da Portaria 378-G/2013, de 31 de dezembro, foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 494 mil Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da Lei 11/2014, de 6 de Março que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo a alterações dos regimes da aposentação foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos,

recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 2.137 mil Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir o pagamento, a partir de 1 de janeiro de 2014, da Taxa de assinatura de telefone, por uma medida equivalente aos trabalhadores aposentados

e cônjuges sobreviventes que dele beneficiem traduzida na substituição do apoio financeiro por uma prestação em espécie.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo reconhecido na rubrica “Gastos com o pessoal” e “Juros e gastos similares suportados”, foi como segue:

	2014	2013
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 33)		
Suspensão do contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	3.106.062	2.113.964
Taxa assinatura de telefone	157.817	(8.448.346)
Acidentes em serviço	1.322.707	(430.809)
Subsídio mensal vitalício	1.710.168	(184.239)
Apoio por cessão da atividade profissional	15.946	46
Subtotal	6.312.700	(6.949.384)
Gasto financeiro do período (Nota 36)	1.278.632	1.742.924
Total de gastos do período	7.591.332	(5.206.460)

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com os outros benefícios de longo prazo, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 818.508 euros.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, para o plano de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 b.p., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 4%, aumentando para 37.355 milhares de Euros.

Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais

Os CTT aprovaram com efeitos a 31 de Dezembro de 2014 o Regulamento de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, o qual define a atribuição de uma remuneração variável de longo prazo, paga através da atribuição de ações da Sociedade (Nota 3.16). O número de ações atribuiu aos membros da Comissão Executiva dos CTT tem por base os resultados da avaliação de desempenho durante o período de duração do mandato, até 1 de Janeiro de 2017, a qual consiste na comparação do desempenho registado do *Total Shareholder Return* (TSR) das ações dos CTT e o TSR ponderado de um *peer group*, constituído

por empresas nacionais e internacionais (*vesting conditions*).

O período de avaliação do desempenho do TSR dos CTT face aos peers é de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2016. A remuneração variável de longo prazo é paga em 31 de Janeiro de 2017, mediante a atribuição de ações da Sociedade sujeita à verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final do período de avaliação, de acordo com um número máximo de ações definido no regulamento, corrigido por limites máximos definidos para cada um dos membros da Comissão Executiva.

Em 31 de Dezembro de 2014 a responsabilidade relativa à remuneração de Longo Prazo foi calculada com base no justo valor das ações calculado por um perito independente através da metodologia *Black-Scholes* para produção de Modelo de Simulação Monte Carlo, considerando uma volatilidade das ações de 30% e uma *risk free rate* de -0,12%, correspondendo a um custo 4.129.221 euros para o total do período de avaliação.

Desta forma, a 31 de Dezembro de 2014 os CTT registaram um custo de 1.376.407 euros corresponde ao período de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, o qual foi registado por contrapartida de “Outras Reservas”.

27. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores” era conforme se segue:

	2014				2013			
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Operadores Postais	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Operadores Postais	Total
Fornecedores, conta corrente:								
Não vencido	2.244.955	5.006.201	3.213.302	10.464.458	1.464.067	5.201.197	4.976.404	11.641.668
0-30 dias	1.949	6.983.769	-	6.985.718	1.410	4.045.410	-	4.046.820
30-90 dias	-	4.171.490	3.926.838	8.098.329	54.747	3.529.924	712.236	4.296.908
90-180 dias	52	16.888	2.149.887	2.166.827	-	-	2.362.841	2.362.841
180-360 dias	-	-	7.295.339	7.295.339	1.527	69.182	7.187.425	7.258.133
> 360 dias	-	13.140	21.335.993	21.349.133	-	-	18.862.566	18.862.566
	2.246.956	16.191.489	37.921.359	56.359.804	1.521.750	12.845.714	34.101.473	48.468.936
Fornecedores, faturas em recepção e conferência								
		10.485.764		10.485.764		8.402.695		8.402.695
	2.246.956	26.677.253	37.921.359	66.845.568	1.521.750	21.248.409	34.101.473	56.871.632

A dívida a fornecedores correntes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Fornecedores nacionais	13.140	-
Operadores estrangeiros	21.335.993	18.862.566
Total	21.349.133	18.862.566
Operadores estrangeiros - valores a receber	22.120.910	19.120.379

As contas com operadores postais são liquidadas por encontro de contas. Estes valores estão relacionados com os valores a receber destas entidades (Nota 15).

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe dos “Outras contas a pagar” era conforme segue:

	2014	2013
Corrente		
Adiantamentos de clientes	2.980.402	2.800.837
Fornecedores de investimentos		
Empresas grupo	107.108	176.168
Outros Fornecedores	7.233.244	2.375.547
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	40.623.915	28.540.087
Custos sociais	6.553.315	6.117.131
Outros	13.905.534	14.264.329
CNP-Centro Nacional de Pensões	200.879.441	202.301.462
Outros credores		
Impostos	15.534.153	14.355.379
Vales	17.326.284	17.274.707
Certificados de aforro/tesouro	154.941.101	63.981.098
Cobrança postal	8.110.817	9.307.990
Empresas grupo	1.393.236	1.307.599
Outros	9.100.258	9.200.564
	478.688.808	372.002.897

O aumento verificado na rubrica de “Fornecedores de investimento” está relacionado diretamente com o investimento em equipamento básico (com particular destaque para a aquisição de viaturas pesadas) e equipamento administrativo.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 a Comissão Executiva deliberou atribuir aos trabalhadores prémios de desempenho relativos ao ano de 2014, assim como os prémios a atribuir pela Assembleia Geral aos membros da Comissão Executiva, no âmbito do Regulamento aprovado pela Comissão de Vencimentos, facto que justifica a maioria do acréscimo que se observa na rubrica “Remunerações a liquidar”.

A rubrica “CNP – Centro Nacional de Pensões” refere-se a valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do exercício.

O aumento verificado na rubrica “Certificados de Aforro/Certificados do Tesouro” é resultante do investimento neste produto financeiro por parte dos aforradores.

28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Passivo Corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	6.171.287	70.050
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.196.872	3.213.968
Imposto sobre o valor acrescentado	2.801.638	2.367.971
Contribuições para a Segurança Social	4.695.884	4.952.643
Caixa Geral de Aposentações	860.878	961.880
Tributos das Autarquias Locais	521.000	512.055
Outros Impostos	20	77
	18.247.579	12.078.644

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi apurado como segue:

	2014	2013
Estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 38)	19.846.209	16.247.993
Estimativa de imposto sobre o rendimento empresas do grupo	4.974.953	5.074.568
Pagamentos por conta	(16.127.982)	(17.683.782)
Retenção na Fonte	(2.521.893)	(3.568.729)
	6.171.287	70.050

29. Subsídios obtidos

Em 31 de dezembro de 2014, a informação relativa a subsídios comunitários (Nota 3.17) era como segue:

2014							
Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante não recebido	Rendimento acumulado	Montante por utilizar	Ajustamento imposto diferido	Montante líquido por utilizar
FEDER	9.815.622	9.662.306	153.316	9.453.925	361.697	101.782	259.915
IEFP	70.864	60.235	10.630	62.745	8.119	-	8.119
	9.886.486	9.722.541	163.946	9.516.671	369.816	101.782	268.034

Os montantes recebidos de subsídios ao investimento – FEDER - inicialmente reconhecidos em capital próprio (Nota 20), foram transferidos para a Demonstração dos resultados por naturezas, para a rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, na medida em que os bens subsidiados foram amortizados (Nota 31).

A comparticipação financeira do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (“IEFP”), recebida no âmbito da “Medida Estágios Emprego” configura na tipologia de “Subsídios Relacionados com Rendimentos ou à Exploração”, é reconhecida como rédito no mesmo período do gasto relacionado. Os montantes recebidos foram inicialmente diferidos

como rendimentos a reconhecer (Nota 16), e transferidos para a Demonstração dos resultados por naturezas, para a rubrica “Subsídios à Exploração”, na medida em que os gastos foram reconhecidos.

30. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	2014	2013
Vendas	21.606.200	21.093.522
Prestação de serviços de correio	456.798.816	451.598.973
Serviços financeiros postais	54.235.474	40.012.872
Dispositivos eletrónicos de matrícula	5.381.947	4.888.025
Serviços de Telecomunicações	2.217.736	3.275.453
Outros serviços	4.620.514	3.928.621
	544.860.686	524.797.466

Os “Outros serviços” dizem respeito a:

	2014	2013
Troca de documentos	-	355.468
Certificação de fotocópias	250.954	303.149
Subsídio transporte Reg. Aut. Madeira	442.753	427.799
Outros Filatelia	342.801	99.706
Taxa apresentação alfândega	704.685	382.912
Corfax	311.302	415.792
Correio Não Endereçado	248.119	181.866
Serviços Portugal Telecom	202.171	203.982
MailRoom digital	285.418	276.705
Outros serviços diversos	1.832.310	1.281.241
	4.620.514	3.928.621

31. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

	2014	2013
Amortização de subsídios ao investimento (Notas 20 e 29)	11.201	11.201
Rendimentos suplementares	33.066.143	27.572.917
Descontos de pronto pagamento obtidos	34.322	36.431
Ganhos em inventários	25.636	17.082
Alienação ativos fixos tangíveis	2.110.446	1.951.211
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	1.756.540	3.409.320
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	412.838	345.873
Ganhos regularização de IVA - Pro Rata	77.136	227.186
Juros de depósitos em instituições de crédito	6.287.495	10.673.605
Outros juros e rendimentos similares	99.956	107.758
Outros	3.396.618	1.053.541
	47.278.332	45.406.125

De acordo com esclarecimento nº 26 da Comissão de Normalização Contabilística de maio/2012 os “Juros e rendimentos similares obtidos” que não derivem diretamente do financiamento da entidade deverão afetar o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos).

Os “Rendimentos suplementares” dizem respeito fundamentalmente a:

	2014	2013
Estudos projectos e assistência técnica	-	112.444
Royalties	500.000	500.000
Prestação de serviços a subsidiárias	27.787.754	23.437.794
Aluguer de espaços em prédios urbanos	2.833.657	2.673.142
Outros rendimentos suplementares	1.944.733	849.538
	33.066.143	27.572.917

32. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Serviços especializados		
Serviços de informática (i)	22.762.277	23.505.871
Serviços empresas do Grupo	10.211.503	10.866.203
Conservação e reparação (ii)	13.119.959	11.516.398
Publicidade e Propaganda	2.726.283	2.708.859
Vigilância e Segurança	2.263.119	2.411.509
Consultores Externos	6.045.478	4.625.540
Outros serviços especializados	6.491.784	5.457.603
Materiais	1.549.879	1.716.036
Energia e fluídos (iii)	12.864.043	12.882.544
Deslocações e estadas	671.132	479.013
Transporte de pessoal	231.761	244.145
Transporte de mercadorias (iv)	11.872.433	11.871.724
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional de viaturas (Nota 24)	6.258.419	6.583.293
Outras rendas e alugueres (v)	20.856.793	20.742.747
Comunicação	2.758.211	4.323.793
Outros serviços	40.494.814	39.647.944
	161.177.888	159.583.221

(i) Os gastos com serviços de informática referem-se em particular aos contratos de “outsourcing” de prestação dos referidos serviços;

(ii) Os gastos com “Conservação e reparação” dizem respeito à manutenção dos equipamentos informáticos;

(iii) Os gastos com “Energia e fluídos” referem-se fundamentalmente a gasóleo de veículos de mercadorias utilizados no processo operativo;

(iv) Os gastos com “Transporte de mercadorias” dizem respeito a gastos com o transporte de correio pelas diversas vias (marítima, aérea e terrestre);

(v) Os gastos com “Outras rendas e alugueres” referem-se a gastos com instalações arrendadas a terceiros.

A decomposição dos “Outros serviços” é como segue:

	2014	2013
Contencioso e Notariado	264.960	329.541
Fardamentos	1.663.813	548.972
Seguros	2.182.369	2.020.900
Encarregados de Postos	4.496.988	4.331.920
Limpeza higiene e conforto	3.432.430	3.764.712
Serviços p/ Empresas do Grupo	3.713.348	3.607.396
Distribuição	4.940.226	5.903.553
Operadores Postais	16.482.219	15.435.803
Outros serviços	3.318.460	3.705.147
	40.494.814	39.647.944

33. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 6)	3.672.830	999.036
Remunerações do pessoal	232.616.906	218.765.735
Benefícios aos empregados (Nota 26)		
Cuidados de saúde	(80.227.450)	2.719.390
Outros benefícios de longo prazo	6.312.700	(6.949.384)
Plano de contribuição definida - PPR	144.517	-
Remun variável Longo prazo - Plano de ações	1.376.407	-
Indemnizações	2.147.960	1.612.647
Encargos sobre remunerações	49.203.496	47.029.790
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1.492.249	1.352.937
Gastos de acção social	10.020.331	12.673.392
	226.759.946	278.203.543

Remunerações dos Conselho de Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as remunerações fixas atribuídas ao Conselho de Administração da Empresa, foram as seguintes:

	2014	2013
Conselho de Administração		
Remunerações fixas	2.003.280	843.733
Remuneração variável anual	1.427.228	-
Plano de contribuição definida - PPR	144.517	-
Remun variável Longo prazo - Plano de ações	1.376.407	-
	4.951.432	843.733

Em virtude do processo de privatização da empresa os membros dos órgãos sociais deixaram de estar sujeitos às limitações remuneratórias que decorriam para os gestores públicos. Tendo presente a nova realidade dos CTT, enquanto sociedade de capitais privados e admitidos à negociação em mercado regulamentado, a Comissão de Vencimentos (eleita em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 e composta por membros independentes) definiu o novo modelo de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais na sequência de estudo de *benchmarking* realizado por

entidade especializada. Assim, o acréscimo verificado na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” decorre da aplicação desta política remuneratória com efeitos à data da eleição para o mandato 2014-2016.

No âmbito do modelo de remuneração dos membros dos Órgãos sociais aprovado pela Comissão de vencimentos foi determinada a afetação de um montante fixo mensal para Fundo de Pensões aberto ou Plano de Poupança Reforma aos membros executivos do Conselho de Administração.

A remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração será paga no final do mandato 2014-2016 em ações da empresa, sendo que o montante de 1.376.407 Euros corresponde ao gasto a assumir no período findo em 31 de dezembro de 2014 e foi determinado por estudo atuarial realizado por entidade independente. A remuneração variável anual, será determinada e paga anualmente e foi igualmente definida por estudo atuarial realizado por entidade independente.

Remunerações do Pessoal

A variação verificada nesta rubrica resulta fundamentalmente do efeito combinado entre a redução do número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa e o aumento das remunerações por via da cessação das reduções remuneratórias, da reposição das diuturnidades e do aumento da base de incidência contributiva dos descontos para a CGA. É igualmente explicada pelo facto da Comissão Executiva ter, no período findo em 31 de dezembro de 2014, deliberado atribuir aos trabalhadores prémios de desempenho.

Indemnizações

No período findo em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica inclui o montante de 997.065 Euros relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Gastos de ação social

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui, respetivamente, 5.770.804 Euros e 7.357.040 Euros, relativos a encargos com os cuidados de saúde dos trabalhadores no ativo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão incluídos na

rubrica “Gastos com o pessoal” os montantes de 828.060 Euros e 838.647 Euros, respetivamente, relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa era, respetivamente, 10.904 e 11.217 colaboradores.

34. Gastos/reversões de depreciação, amortização e imparidade de investimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos Gastos/reversões de depreciação, amortização era o seguinte:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	15.333.819	16.175.297
Propriedades de investimento (Nota 8)	764.567	782.537
Ativos intangíveis (Nota 10)	2.296.744	3.101.859
	18.395.130	20.059.693

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe das Imparidades era o seguinte:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	2.530	-
Propriedades de investimento (Nota 8)	(156.480)	1.104.392
	(153.950)	1.104.392

35. Outros gastos e perdas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	2014	2013
Impostos e taxas	1.451.763	820.683
Dívidas incobráveis	416.881	42.692
Abates de ativos fixos tangíveis	20.497	24.106
Perdas em inventários	365.836	210.826
Renda da concessão	11.287	196.240
Diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	1.843.815	3.513.306
Donativos	1.038.686	810.122
Quotizações	709.824	587.086
Alienações	369.696	399.727
Penalidades contratuais	-	103.296
Indemnizações	467.421	323.586
Serviços bancários	829.103	644.299
Juros de mora	14.651	645.388
Outros gastos e perdas	860.007	931.842
	8.399.468	9.253.199

A variação ocorrida na rubrica “Renda da concessão” é motivada pela entrada em vigor da Lei nº. 17/2012 de 26 de Abril que transpôs para a esfera jurídica nacional a 3ª. Diretiva Postal e veio introduzir alterações significativas no âmbito do serviço universal e reservado, reduzindo de forma considerável a base de cálculo daquele montante.

36. Juros e rendimentos/ gastos similares obtidos/ suportados

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Juros obtidos		
Empréstimos a empresas do Grupo	519.287	681.141
	519.287	681.141

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	2014	2013
Juros suportados		
Descobertos bancários	14.595	26.313
Locações financeiras	14.491	16.938
Outros juros	53.584	9.171
Gastos de financiamento - Benefícios aos empregados (Nota 26)	11.546.632	11.607.924
Outros gastos de financiamento	-	2.602
	11.629.302	11.662.948

37. Efeitos e alterações em taxas de câmbio

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2014	2013
Diferenças de câmbio favoráveis		
Atividade operacional		
Outros rendimentos e ganhos (Nota 31)	1.756.540	3.409.320
	1.756.540	3.409.320
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Atividade operacional		
Outros gastos e perdas (Nota 35)	1.843.815	3.513.306
	1.843.815	3.513.306

38. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 23% (25% em 2013), sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas Post Contacto – Correio

Publicitário, Lda., CTT – Expresso, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A., Mailtec Comunicação, S.A., Mailtec Consultoria, S.A., Mailtec Processos, Lda., Payshop Portugal, S.A. (“Payshop”) e CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT GEST”), pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	2014	2013
Resultado antes de impostos	124.302.361	79.271.451
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
Imposto esperado	28.589.543	19.817.863
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(225.536)	(310.720)
Mais-valias contabilísticas	(51.010)	(2.152)
Mais-valias fiscais	(291.684)	(164.575)
Equivalência patrimonial	4.294.696	(2.200.207)
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	13.633	(186.546)
Perdas e reversões por imparidade	(33.123)	162.001
Outras situações, líquidas	354.219	363.192
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	543.060	609.431
Ajustamentos à colecta - Derrama Municipal	961.817	787.977
Ajustamentos à colecta - Derrama Estadual	3.593.478	2.431.590
Crédito fiscal extraordinário ao investimento	-	(713.957)
Impacto da alteração da taxa de imposto (imposto diferido)	4.303.929	(2.484.264)
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(131.507)	(711.085)
Outros efeitos, líquidos	5.209.718	856.836
Impostos sobre o rendimento do período	47.131.233	18.255.384
Taxa efetiva de imposto	37,92%	23,03%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	19.846.209	16.247.993
Imposto diferido	27.416.531	2.718.476
Excesso de estimativa para impostos	(131.507)	(711.085)
	47.131.233	18.255.384

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Excesso de estimativa e restituição de impostos” inclui o montante de 621.190 Euros relativos ao diferimento de reclamações graciosas relacionadas com o apuramento das Derramas e Tributação Autónoma nos exercícios de 2008 a 2011.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	2014	2013
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	67.864.112	78.221.187
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	10.118.192	10.353.077
Mais-valias contabilísticas diferidas	2.384.961	3.229.688
Perdas de imparidade e provisões	9.295.624	8.496.125
Ajustamento de conversão - desreconhecimento de inventários	-	77.821
Ajustamento de conversão - valor descontado de dívidas do pessoal	-	18.692
Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis	497.237	452.859
Plano de ações	387.321	-
	90.547.447	100.849.449
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização	3.793.815	4.288.852
Mais-valias suspensas	994.953	1.082.455
Subsídios ao investimento	101.782	110.751
	4.890.550	5.482.058

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	2014	2013
Ativos por impostos diferidos		
Saldo inicial	100.849.449	100.673.390
Movimentos do período - Efeito em resultados		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	(28.063.112)	1.758.268
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	(234.885)	(4.347.751)
Perdas por imparidade e provisões	799.499	74.289
Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis	44.378	307.246
Mais-valias contabilísticas diferidas	(844.727)	(667.578)
Ajustamentos de conversão - desreconhecimento de inventários	(77.821)	(79.395)
Ajustamentos de conversão - valor descontado de dívidas do pessoal	(18.692)	(19.069)
Plano de ações	387.321	-
Movimentos do período - Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	17.706.037	3.150.049
Saldo final	90.547.447	100.849.449
Passivos por impostos diferidos		
Saldo inicial	5.482.058	5.737.572
Movimentos do período		
Excedentes de revalorização	(495.037)	(240.584)
Mais-valias suspensas	(87.502)	(14.067)
Subsídios ao investimento	(8.969)	(863)
Saldo final	4.890.550	5.482.058

A 31 de dezembro de 2014 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam 3.979.112 Euros e 591.508 Euros, respetivamente.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 3,5 milhões de Euros.

SIFIDE

Os CTT adotam como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE, o seu registo como crédito fiscal no período em que é recebida a declaração da Comissão Certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2012, no montante aproximado de 97.792 Euros, o Grupo teria a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 8.913 Euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2014 foi atribuído um crédito fiscal de 3.885 Euros aos CTT.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2013, no montante aproximado de 33.987 Euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 9.519 Euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2015 foi atribuído um crédito fiscal de 8.337 Euros aos CTT.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2014, no montante aproximado de 736.033 Euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 514.753 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2011 podem ser sujeitas a revisão uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

39. Honorários e serviços dos auditores

A informação relativa aos honorários e serviços prestados pelos auditores encontra-se descrita nos pontos 46 e 47 do relatório de governo da sociedade.

40. Informação sobre matérias ambientais

A atividade dos CTT é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de *inputs* materiais nos seus processos de fornecimento, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade dos CTT é em termos relativos, bastante inferior ao contributo da Empresa para geração de valor no tecido económico e social nacional.

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental e subscrito um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes Decreto-Lei n.º147/2008 de 29 de Julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental), alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, que estabelecem o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.

Este tema encontra-se desenvolvido com profundidade no “Relatório de Sustentabilidade”.

Não existem, que sejam do nosso conhecimento, quaisquer passivos de carácter ambiental nem obrigações presentes, quer legais, quer construtivas relacionadas com matérias ambientais que devam dar origem à constituição de provisões.

41. Prestação do serviço de mediação de seguros

Conforme dispõe a Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º. 15/2009-R de 30 de dezembro de 2009 a Empresa divulga aqui a informação pertinente respeitante à atividade de mediação de seguros nos termos do art.º. 4.º. da acima referida Norma Regulamentar.

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

O agente de seguros reconhece o rédito de acordo com

as normas em vigor, ou seja, quando efetua prestações de contas às Companhias de Seguros. A emissão bem como o reembolso de seguros são registados na folha de caixa de cada lojas e alocados à respetiva conta contabilística, de acordo com a respetiva natureza.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza.

	2014	2013
Por natureza		
Numerário	2.042.531	6.662.523
Espécie	-	-
Total	2.042.531	6.662.523
Por tipo		
Comissões	6.662.523	6.662.523
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	6.662.523	6.662.523

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros por si intermediados desagregados por Ramo de Vida e Não Vida.

	2014	2013
Por entidade		
Empresas de Seguros	1.955.442	87.089
Outros mediadores	-	-
Cientes (outros)	-	-
Total	1.955.442	87.089

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

	2014	2013
Por entidade		
Empresas de Seguros		
FIDELIDADE	80,53%	93,28%
Outros mediadores	-	-
Cientes (outros)	-	-

e) Valores das contas «clientes», início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentam fundos relativos a contratos de seguros.

	2014	2013
Contas “Clientes”		-
Início exercício	-	-
Final exercício	-	-
Volume movimentado no exercício		
A Débito	513.739.965	284.289.846
A Crédito	204.059.254	546.646.530

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários				
Empresas de seguros	8.057.070	36.803	47.009	1.110.213
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Clientes (outros)	-	-	-	-
Total	8.057.070	36.803	47.009	1.110.213

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	204.059.254	546.646.530	195.042.406	534.657.623
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da atividade de mediação de resseguros)	501.015.634	277.478.829	513.739.965	284.289.846
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Total	705.074.888	824.125.358	708.782.371	818.947.469

Nota: As restantes alíneas da norma não são aplicáveis.

42. Outras informações

Privatização

O processo de privatização dos CTT foi concluído com sucesso no 3º trimestre de 2014, num momento de turbulência no mercado de capitais português após os acontecimentos que envolveram o setor financeiro em julho de 2014.

A 2ª fase realizou-se no dia 5 de setembro, tendo sido alienada a restante participação de 31,5% do Estado português no capital dos CTT através da venda direta institucional por *Accelerated Book Building*.

A privatização total dos CTT foi um processo muito bem-sucedido que permitiu a criação de valor para todos os *stakeholders*:

- Estado: Encaixe financeiro de 909 M€ nas várias fases do IPO, além da atribuição de um dividendo de 19 M€ pago em maio de 2014.
- CTT: Base acionista de referência e as condições necessárias para enfrentar os desafios do futuro.
- Colaboradores: Opção de se tornarem acionistas e fazerem parte de uma empresa que promoverá o mérito e a entrega de resultados.

Os CTT tornaram-se a primeira empresa portuguesa cotada em Bolsa com 100% em *free float*.

Banco Postal

Na sequência do processo iniciado em 2013 com o pedido e concessão pelo Banco de Portugal de uma licença para a criação do Banco Postal, em 2014 os CTT consolidaram e atualizaram o respetivo modelo de negócio, tendo por base um estudo de mercado mais detalhado e aprofundado, incorporando as tendências e conjuntura atual de mercado, assim como as capacidades, recursos e fatores distintivos dos CTT.

Tendo sido confirmada a valia do projeto, foi aprovado pelo Conselho de Administração dos CTT em 4 de novembro o lançamento do Banco Postal, dando continuidade à estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros. E foi autorizada pelo Banco de Portugal a prorrogação por um período adicional de 12 meses (até 27/11/2015) do prazo para o início de atividade do Banco Postal.

O Banco Postal será suportado numa lógica de baixo

custo, alavancado na rede de Lojas dos CTT, visando o *mass market* que procura um banco para a sua operativa bancária diária e produtos competitivos mas simples. Utilizar a vasta rede de Lojas com experiência em serviços financeiros, a proximidade física juntamente com a oferta de canais integrados (lojas, *online*, *mobile*) será a clara vantagem dos CTT para uma oferta de serviços bancários competitivos. O plano de negócios e contas previsionais estima que as exigências de investimento por parte dos CTT serão de 100 milhões de euros em 5 anos e que, a partir desse ano, se libertem recursos para os CTT. O Banco Postal foi projetado para não ter impacto na política de dividendos dos CTT, e os principais dados quantitativos foram já divulgados em novembro passado.

Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, SA

Em novembro de 2014 os CTT assinaram um Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, S.A. (sociedade totalmente detida pela Altice, S.A.), na altura proponente à aquisição da PT Portugal, S.A., com vista à celebração de um Acordo Quadro que potencie as sinergias conjuntas entre os CTT e a PT Portugal.

Nos termos deste Memorando de Entendimento, com a aquisição da PT Portugal pela Altice os CTT receberão um pagamento inicial de 15 M€, que será reforçado em mais 15 M€ quando da concretização do Acordo Quadro referido. Estes montantes representam uma partilha do valor mínimo das sinergias a realizar na PT Portugal no âmbito de uma mais vasta parceria comercial e estratégica.

No âmbito do desenvolvimento da sua estratégia e para potenciar as alavancas de crescimento anunciadas, os CTT consideram que existem sinergias comerciais e oportunidades de negócio substanciais com operadores de telecomunicações, incluindo a PT Portugal. Esta visão é partilhada pela Altice, com base em outras experiências de sucesso com operadores postais (SFR com a La Poste).

O Acordo Quadro deverá ser concretizado em parcerias comerciais específicas a definir e geradoras de valor para ambas as empresas, nomeadamente a otimização conjunta das redes de retalho, aproveitando a escala e capilaridade da rede CTT e o desenvolvimento de negócios conjuntos na área do comércio eletrónico e convergência físico-digital.

New Post, ACE

No âmbito dos concursos para contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações,

respeitando a Serviços de Infraestrutura base, Serviços de Linha de apoio e Desktop Management e Serviços de Telecomunicações de Voz e Dados Fixos, foi cessada com efeitos a 31 dezembro de 2014 a atividade dos 2 ACE's (Tipost e PostalNetwork) existentes entre os CTT e as anteriores empresas prestadoras destes serviços (IBM e PT).

Com base na adjudicação do Serviço de Voz e Dados Fixos foi criado um novo ACE (New Post) com a empresa que ganhou o respetivo concurso (PT – Comunicações).

43. Acontecimentos subsequentes

Memorando de Entendimento com Altice

À presente data, foi já dado o acordo à venda da PT Portugal à Altice por parte das partes interessadas – Oi enquanto detentora do Ativo e o seu acionista PT SGPS via aprovação em sede de Assembleia Geral – aguardando o processo neste momento a posição das entidades regulatórias relevantes de acordo com a informação pública disponível. É previsível que a venda referida seja concretizada durante o 1º semestre de 2015, entrando então em vigor o conteúdo acordado no MoU.

Acordo de Empresa

No dia 9 de fevereiro os CTT assinaram com os onze sindicatos representados na empresa um novo Acordo de Empresa (“AE”) válido para os próximos dois anos.

Este novo AE reforça um enquadramento laboral ajustado às especificidades da atividade da Empresa, promovendo um bom clima social e relações coletivas de trabalho estáveis, elementos fundamentais para os CTT enfrentarem os desafios atuais e futuros. Nesse sentido, prevê um maior alinhamento com condições legalmente definidas, a não continuação de alguns subsídios específicos, a harmonização do horário de trabalho e a aplicação de aumentos de 2% nas remunerações base, o que sucede nos CTT pela primeira vez em cinco anos.

Atualização preços serviço postal

Os CTT procederam à atualização dos seus preços com efeitos a 1 de março. Esta atualização corresponderá a uma variação média anual do preço do cabaz de

serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 2,3% (não contempla a oferta do serviço universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais).

Os novos preços foram definidos em conformidade com os Critérios de Fixação de Preços do Serviço Postal Universal definidos pelo ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), no âmbito do nº 3 do art.º 14º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na redação que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro.

Enquadrada na política tarifária da empresa para o ano 2015, a presente atualização corresponde a uma variação média anual dos preços na ordem dos 4%, refletindo também o efeito da atualização dos preços relativa ao correio em quantidade.

Fusão Mailtec SGPS nos CTT

A fusão por incorporação da Mailtec Holding, S.G.P.S. nos CTT – Correios de Portugal, S.A., mediante a transferência global do património da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. foi registada em 20 de janeiro de 2015.

Criação empresa CTT Serviços, SA

Em 6 de fevereiro foi criada a sociedade CTT Serviços S.A., no contexto do processo de constituição do Banco Postal, com o capital social de 5.000.000,00 Euros.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 26 de março de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Director da Contabilidade e Tesouraria

O Conselho de Administração



PARTE III

Relatório de auditoria e órgão de fiscalização



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 dos CTT – Correios de Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.180.996.623 euros e um total de capital próprio de 249.209.645 euros, incluindo interesses não controlados negativos de 323.703 euros e um resultado líquido atribuível a detentores de capital do Grupo CTT de 77.171.128 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.





Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 26 de Março de 2015

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do período findo em 31 de Dezembro de 2014 dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 1.150.814.856 euros e um total de capital próprio de 249.793.262 euros, incluindo um resultado líquido de 77.171.128 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e as correspondentes notas anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período e o Relatório de governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 26 de Março de 2015



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



**Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria sobre o
Relatório e as Contas Individuais e Consolidadas do Exercício de 2014 dos
CTT–Correios de Portugal, S.A.**

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea g) do Artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria (“CAUD” ou “Comissão”) dos CTT–Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Empresa”) vem apresentar o seu relatório sobre as atividades de fiscalização e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas individuais e consolidadas dos CTT bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração.

2. FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da atividade social dos CTT, a CAUD acompanhou durante o exercício de 2014 a gestão e a evolução dos negócios dos CTT e das suas subsidiárias, tendo, designadamente:

- Zelado pela observância da lei, regulamentos e estatutos;
- Verificado que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados dos CTT;
- Supervisionado a qualidade e integridade da informação constante dos documentos de prestação de contas.

A ação fiscalizadora da CAUD foi desenvolvida nomeadamente através i) da participação dos seus membros nas reuniões do Conselho de Administração, ii) dos contactos com a Comissão Executiva, nomeadamente a participação nas reuniões de aprovação das contas e da leitura das respetivas atas, iii) da análise da informação operacional e financeira disponibilizada e, ainda iv) de outros contactos que considerou necessários e oportunos com administradores, designadamente com o *Chief Financial Officer* e com quadros dirigentes da Empresa, especialmente com as Diretoras de Contabilidade e Tesouraria e de Auditoria e Qualidade.



A Comissão de Auditoria propôs à Assembleia Geral de acionistas dos CTT, realizada em 5 de maio de 2014, a eleição do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente para completar o mandato correspondente ao triénio 2012/2014.

A CAUD reuniu com o Revisor Oficial de Contas, que também desempenha funções de Auditor Externo, para discussão do modelo de relacionamento e para acompanhamento das questões suscitadas no âmbito dos trabalhos desenvolvidos durante o exercício de 2014, análise e avaliação dos respetivos resultados.

No que respeita ao Revisor Oficial de Contas/ Auditor Externo, a CAUD exerceu também as suas competências em matéria de avaliação i) da atividade desenvolvida, nomeadamente através da análise dos seus relatórios e do acompanhamento da execução dos seus trabalhos de revisão e de auditoria e procedendo à avaliação das suas recomendações, e ii) da sua independência e isenção. Neste âmbito, e no que respeita à prestação de serviços adicionais, a CAUD analisou, apreciou e pré aprovou a prestação de outros serviços, que não de auditoria ou com ela relacionados, prestados pelo Revisor Oficial de Contas/ Auditor Externo, os quais tiveram em 2014 um peso de apenas 12,3% no total dos serviços que lhe foram contratados neste exercício.

Durante o exercício de 2014, primeiro ano de exercício das suas funções, a CAUD deu particular atenção a questões organizativas, nomeadamente à definição do seu Regulamento e de outros regulamentos como o da Prestação de Serviços pelo Revisor Oficial de Contas/ Auditor Externo e o relativo à Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses.

Esta Comissão acompanhou o cumprimento da Política de Gestão de Risco, obtendo da respetiva Direção toda a informação necessária, tendo verificado a adequação das ações tomadas, em cumprimento das políticas definidas pelo Conselho de Administração.

A CAUD também acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pela Direção de Auditoria e Qualidade em temas de auditoria interna, seguindo o seu plano anual de atividades, as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados assim como as ações implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas. Esta



Comissão deu parecer favorável ao plano de atividades e procurou assegurar a disponibilidade dos recursos necessários à sua prossecução.

Em matéria de políticas contabilísticas, a Comissão de Auditoria procedeu ao acompanhamento do processo de preparação da informação financeira periódica trimestral, semestral e anual objeto de divulgação nos termos regulamentares.

De acordo com a informação disponibilizada pela Comissão Executiva não foram identificadas transações entre os CTT e as partes relacionadas, que carecessem de parecer prévio desta Comissão em virtude da sua relevância.

Não chegou ao conhecimento da Comissão de Auditoria a ocorrência de irregularidades, por qualquer forma participadas por acionistas, colaboradores ou outros, nos termos do regulamento interno dos CTT sobre o assunto.

A CAUD verificou também que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário relativo ao exercício de 2014 inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento CMVM n.º4/2013, que aplicáveis aos CTT.

A CAUD no decurso da sua ação, não se deparou com qualquer constrangimento ou limitação digno de registo.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

De acordo com o disposto na alínea c) n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria dos CTT, abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, a informação constante do Relatório de Gestão, das Demonstrações Financeiras anuais, individuais e consolidadas, das certificações legal de contas, individual e consolidada, e dos demais documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, exigidos por lei ou regulamento, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014:



- i. Foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT – Correios de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- ii. Expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

4. PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014

A CAUD examinou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral (nas demonstrações financeiras consolidadas), a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, documentos que merecem a sua aprovação.

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas de harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (designadamente SNC) e as Demonstrações Financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

A CAUD apreciou os termos das Certificações Legal de Contas e dos Relatórios de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, emitidas em 26 de março de 2015 pela KPMG & Associados–Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., as quais expressam a sua opinião favorável sobre as referidas demonstrações financeiras, sem quaisquer reservas ou ênfases.

Face aos elementos mencionados e à ação por si desenvolvida, e para cumprimento do disposto nos números 5 e 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por remissão do disposto no n.º2 do artigo 423º-F do mesmo Código, a Comissão de Auditoria é do parecer, que:



- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas dos CTT, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados constante do Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis;
- O Relatório de Governo Societário relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, que aplicáveis aos CTT.

Nestes termos, a Comissão de Auditoria recomenda à Assembleia Geral dos CTT a aprovação do Relatório e Contas individuais e consolidadas dos CTT bem como da Proposta de Aplicação de Resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Lisboa, 26 de março de 2015

A Comissão de Auditoria,

António Sarmiento Gomes Mota (Presidente)

Diogo José Paredes Leite de Campos (Vogal)

Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz (Vogal)



PARTE IV

Relatório de governo societário

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	284		
PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	284		
A. ESTRUTURA ACIONISTA	284		
I. Estrutura de capital	284		
1. Estrutura de capital	284		
2. Restrições à transmissibilidade das ações	285		
3. Ações próprias	285		
4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo	285		
5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas	286		
6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto	286		
II. Participações Sociais e Obrigações detidas	286		
7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas da imputação	286		
8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	289		
9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital	291		
10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade	291		
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	291		
I. Assembleia Geral	291		
11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da Mesa da Assembleia Geral	291		
12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto	292		
13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários	292		
II. Administração e Supervisão	292		
14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada para além das legalmente previstas	292		
15. Identificação do modelo de governo adotado	292		
16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	293		
17. Composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	294		
18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes	294		
19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração	295		
20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	295		
21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade	295		
22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	302		
23. Número de reuniões do Conselho de Administração realizadas e grau de assiduidade de cada membro	302		
24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos	303		
25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos	303		
26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos			

exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho de administração	303	41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade	309
27. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento	303	V. Auditor Externo	309
28. Composição da Comissão Executiva	303	42. Identificação do auditor externo e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, e respetivo número de registo na CMVM	309
29. Competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	303	43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo	309
III. Fiscalização	305	44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções	309
30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	305	45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	309
31. Composição do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	305	46. Trabalhos distintos dos de auditoria realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	310
32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º5 do Código das Sociedades Comerciais	306	47. Montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços	310
33. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	306	C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	311
34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do órgão de fiscalização	306	I. Estatutos	311
35. Número de reuniões do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria e grau de assiduidade de cada membro	306	48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	311
36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos respetivos membros	307	II. Comunicação de irregularidades	311
37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	307	49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	311
38. Outras funções dos órgãos de fiscalização	307	III. Controlo interno e gestão de riscos	312
IV. Revisor Oficial de Contas	308	50. Pessoas/órgãos responsáveis pela auditoria interna e sistema de controlo interno	312
39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa	308	51. Relações de dependência hierárquica/funcional face a outros órgãos da sociedade	312
40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo	309	52. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos	313
		53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	314
		54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão dos riscos	315

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira _____	315	em matéria de política de remunerações _____	319
IV. Apoio ao Investidor _____	316	III. Estrutura das remunerações _____	319
56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto _____	316	69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho _____	319
57. Representante para as relações com o mercado _____	317	70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos _____	321
58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores _____	317	71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente _____	323
V. Sítio de Internet _____	317	72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento _____	324
59. Endereço _____	317	73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações; eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (<i>hedging</i>) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual _____	325
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de Sociedade aberta, a sede e demais elementos de identificação da sociedade _____	317	74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício _____	325
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões _____	317	75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários _____	325
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor respetivas funções e meios de acesso _____	317	76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais _____	325
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, bem como o calendário semestral de eventos societários _____	318	IV. Divulgação das remunerações _____	326
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada _____	318	77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem _____	326
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações _____	318	78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum _____	327
D. REMUNERAÇÕES _____	318	79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de	
I. Competência para a determinação _____	318		
66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva e dos dirigentes da sociedade _____	318		
II. Comissão de remunerações _____	318		
67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores _____	318		
68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações			

	pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	327	90.	Transações sujeitas a controlo no ano de referência	330
80.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	327	91.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada	330
81.	Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho	327	II.	Elementos relativos aos negócios	330
82.	Remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral	328	92.	Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24	330
V.	Acordos com implicações remuneratórias	328	<hr/>		
83.	Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração	328	PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO		330
84.	Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade	328	<hr/>		
VI.	Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')	328	1.	Identificação do Código de governo das sociedades adotado	330
85.	Identificação do plano e dos respetivos destinatários	328	2.	Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	331
86.	Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções)	328	<hr/>		
87.	Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	329	ANEXO I		337
88.	Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes	329	<hr/>		
E.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	329	A. CURRICULA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO DE VENCIMENTOS		337
I.	Mecanismos e procedimentos de controlo	329	<hr/>		
89.	Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas	329	B. CURRICULA DE MEMBROS CESSANTES		344

Introdução

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”, “Sociedade” ou “Empresa”) cumprem um conjunto significativo de recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), na versão publicada em julho de 2013 (“Recomendações da CMVM” ou “Código da CMVM”), assim como do Código de Governo do Instituto Português de Corporate Governance (“IPCG”), na sua versão publicada em 2014 (“Recomendações do IPCG” ou “Código do IPCG”), dois instrumentos de referência no mercado português em matéria de governo societário (o primeiro constitui um instrumento emanado do regulador e consolida a experiência da CMVM ao longo dos últimos anos e o segundo constitui um instrumento decorrente do contributo recente da sociedade civil).

A adoção destas recomendações pela Sociedade contribuiu para o aperfeiçoamento do modelo e práticas de governo dos CTT em 2014, primeiro ano em que (i) a Empresa manteve as suas ações admitidas à negociação durante um exercício completo no mercado regulamentado Euronext Lisbon, (ii) os CTT deixaram de integrar o setor empresarial do Estado, na sequência da conclusão das duas fases da sua privatização, e (iii) os CTT têm um free-float de 100% do seu capital disperso por Acionistas institucionais e particulares.

Neste relatório, a Sociedade procede a uma apreciação do cumprimento das Recomendações da CMVM (exercício de *comply or explain* constante da Parte II), tendo por referência o modelo de relatório constante do Regulamento nº 4/2013 da CMVM (correspondente em especial à Parte I).

PARTE I - Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

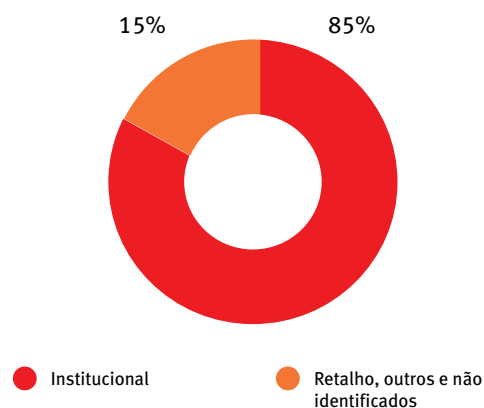
1. Estrutura de capital

O capital social dos CTT é de €75.000.000, integralmente subscrito e realizado e representado por 150.000.000 ações ordinárias (não existindo diferentes categorias), nominativas, escriturais, com valor nominal de €0,50 cada, admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

Após a conclusão da privatização dos CTT em setembro de 2014, a totalidade do capital passou a ser detida por Acionistas do setor privado. Os CTT realizaram no final do ano um estudo para a sua caracterização.

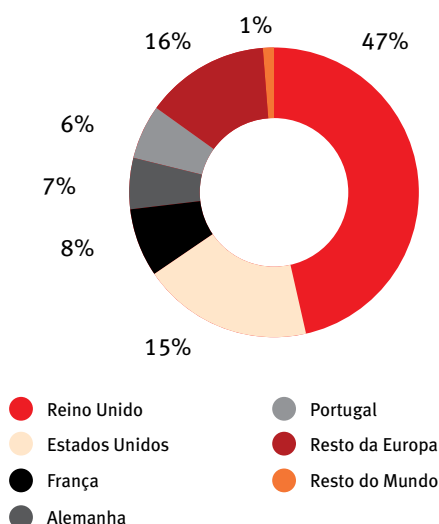
Este estudo identificou 193 Acionistas institucionais detentores de cerca de 85% do capital da Empresa.

Composição acionista por perfil de investidor



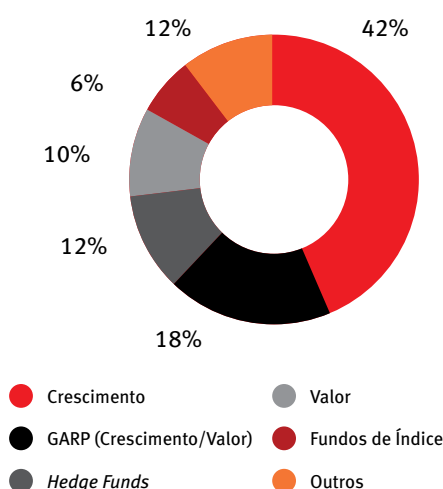
Segundo este estudo, o investimento com sede no Reino Unido representava 47% das ações dos CTT detidas pelos investidores institucionais identificados, enquanto os investidores institucionais sediados nos Estados Unidos e França detinham, respetivamente, 15% e 8%. Também foi identificado investimento institucional com sede na Alemanha (7%) e Portugal (6%).

Distribuição geográfica



Os investidores com uma estratégia de crescimento representavam 42% das ações detidas pelos investidores institucionais identificados, seguidos por 18% de investidores com uma estratégia de tipo GARP (*Growth At a Reasonable Price*). Os investidores de tipo *Hedge Funds*, Valor e Fundos de Índice representavam no seu conjunto menos de 1/3 do total do investimento institucional identificado.

Composição acionista por estratégia



Este estudo demonstrou ainda que os 10 maiores acionistas dos CTT detinham 34% do capital da Empresa, enquanto os 25 maiores detinham um total de 57%.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

As ações dos CTT não se encontram sujeitas a quaisquer limitações (seja estatutárias seja legais) no que respeita à sua transmissibilidade ou titularidade.

O período de indisponibilidade das ações adquiridas pelos trabalhadores dos CTT na 1ª fase de privatização terminou a 5 de março de 2014.

Ainda que as ações dos CTT sejam livremente transmissíveis, a sua aquisição implicará o cumprimento dos requisitos legais referidos no parágrafo seguinte no contexto da constituição do Banco Postal (instituição de crédito a ser detida pelos CTT, autorizada pelo Banco de Portugal e cujo início de atividade depende ainda da conclusão do processo de constituição, da verificação dos requisitos e condições regulatórios aplicáveis bem como do registo especial junto do Banco de Portugal).

Neste âmbito, e nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, constante do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, na sua versão atualizada, as pessoas que pretendam (i) deter participação qualificada nos CTT e indiretamente naquela instituição (i.e., participação direta ou indireta igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto ou que, por qualquer motivo, possibilite exercer influência significativa na gestão), (ii) aumentar a sua participação para 10%, 20%, 1/3 ou 50% ou mais do capital ou dos direitos de voto dos CTT (e indiretamente naquela instituição), ou (iii) que aquela instituição se transforme em filial da entidade adquirente, devem comunicar previamente ao Banco de Portugal o seu projeto para efeitos da respetiva não oposição. Devem ainda ser comunicados ao Banco de Portugal os atos que envolvam a aquisição de uma participação que atinja, pelo menos, 5% do capital ou dos direitos de voto dos CTT, no prazo de 15 dias a contar da respetiva verificação.

3. Ações próprias

A 31 de dezembro de 2014 e até à data deste relatório, a Sociedade não detinha ações próprias, não tendo sido realizadas quaisquer operações pela Sociedade relativas a ações próprias.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo

Alguns contratos de arrendamento de imóveis celebrados ao longo dos anos previam expressamente que, caso o Estado Português deixasse de deter, pelo

menos, 50% do capital social da Sociedade, esta ficaria obrigada a assegurar a emissão a favor do senhorio de uma garantia bancária à primeira solicitação, em sistema de *revolving*, de valor equivalente a 6 ou a 24 rendas mensais. A 31 de dezembro de 2014, todas as garantias solicitadas haviam sido prestadas e não vigorava (nem vigora nesta data) qualquer previsão contratual relativa a mudança de controlo nos contratos de arrendamento celebrados pelos CTT.

Os CTT são parte em vários contratos relevantes para sua oferta de produtos financeiros que preveem cláusulas de mudança de controlo. O contrato para a comercialização de produtos de crédito Cetelem na rede de lojas e no *website* dos CTT celebrado, em 23 de junho de 2014, com o *BNP Paribas Personal Finance*, S.A. prevê que, em determinadas circunstâncias, qualquer das partes possa resolver unilateralmente o contrato caso ocorra uma mudança de controlo acionista. Os contratos celebrados, a 16 de julho de 2013 e 8 de outubro de 2007, respetivamente, com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., para a mediação de seguros desta entidade, e com a Western Union Payment Services Network EU/EEA Limited, para a prestação de serviços de transferência de fundos, estabelecem que qualquer das partes pode resolver tais contratos no caso de uma alteração de controlo na estrutura acionista da contraparte.

Ainda que estes contratos sejam estrategicamente relevantes para a atual oferta de serviços financeiros dos CTT, estas cláusulas de alteração de controlo constituem condições normais de mercado neste tipo de contratos de comercialização/distribuição de produtos financeiros (sobretudo para proteção das partes no caso de aquisição de controlo da contraparte por concorrentes) e não visam nem são suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações dos CTT.

A Sociedade não é parte de quaisquer outros acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem (nem os efeitos respetivos) em caso de mudança de controlo dos CTT na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Em linha com a Recomendação I.5. da CMVM, não existem assim quaisquer acordos significativos que os CTT sejam parte que determinem a exigência de pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações dos CTT e a livre apreciação pelos Acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração dos CTT.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não se encontram estatutariamente previstos limites ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único Acionista, de forma individual ou concertada com outros Acionistas, termos em que a Sociedade considera que Recomendação I.4. da CMVM não lhe é aplicável.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A Sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais relativos aos CTT, designadamente em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas da imputação

Em 31 de dezembro de 2014, tendo por referência as comunicações efetuadas até essa data à Sociedade, a estrutura das participações qualificadas nos CTT, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (“Cód.VM”), era como segue (sem prejuízo das alterações divulgadas ao mercado até à presente data e identificadas na tabela *infra*):

Acionistas ⁽¹⁴⁾		Nº Ações	% Capital	% Direitos de voto
Standard Life Investments Limited ⁽¹⁾		9.910.580	6,607%	6,607%
Ignis Investment Services Limited ⁽¹⁾		97.073	0,065%	0,065%
Standard Life Investments (Holdings) Limited	Total	10.007.653	6,672%	6,672%
Kames Capital plc ⁽²⁾		2.045.003	1,363%	1,363%
Kames Capital Management Limited ⁽²⁾		3.096.134	2,064%	2,064%
Aegon NV ⁽³⁾	Total	5.141.137	3,427%	3,427%
Allianz Global Investors Europe GmbH (AGIE) ⁽⁴⁾	Total	4.695.774	3,131%	3,131%
UBS AG ⁽⁵⁾		3.705.257	2,470%	2,470%
UBS Fund Management (Switzerland) AG ⁽⁵⁾		55.397	0,037%	0,037%
UBS Fund Services (Luxembourg) AG ⁽⁵⁾		57.770	0,038%	0,038%
UBS Global Asset Management (UK) Limited ⁽⁵⁾		8.330	0,006%	0,006%
UBS Global Asset Management (Australia) Ltd ⁽⁵⁾		3.715	0,002%	0,002%
UBS Group AG ⁽⁶⁾	Total	3.830.469	2,553%	2,553%
Morgan Stanley & Co. International plc ⁽⁷⁾		3.553.396	2,369%	2,369%
Morgan Stanley ⁽⁷⁾	Total	3.553.396	2,369%	2,369%
Pioneer Funds - European Equity Target Income ⁽⁸⁾		613.645	0,409%	0,409%
Pioneer Funds - Global Equity Target Income ⁽⁹⁾		170.047	0,113%	0,113%
Pioneer Funds - ABS Return European Equities ⁽⁹⁾		95.475	0,064%	0,064%
Pioneer Funds - European Potential ⁽⁹⁾		825.082	0,550%	0,550%
Pioneer Funds - European Equity Value ⁽⁹⁾		764.953	0,510%	0,510%
Pioneer Funds - European Equity Market Plus ⁽⁹⁾		15.876	0,011%	0,011%
Pioneer Funds - European Research ⁽⁹⁾		643.204	0,429%	0,429%
UniCredit S.p.A.	Total	3.128.282	2,086%	2,086%
Artemis Fund Managers Limited ⁽¹⁰⁾		3.104.624	2,070%	2,070%
Artemis Investment Management LLP	Total	3.104.624	2,070%	2,070%
FMRC-FMR CO., INC. ⁽¹¹⁾		716.444	0,478%	0,478%
FMR UK-FIDELITY MANAGEMENT & RESEARCH (U.K.) INC. ⁽¹¹⁾		2.379.854	1,586%	1,586%
FMR LLC	Total	3.096.298	2,064%	2,064%
DSAM Partners LLP ⁽¹²⁾		3.096.079	2,064%	2,064%
DSAM Cayman Ltd.	Total	3.096.079	2,064%	2,064%
Goldman Sachs International ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management, L.P. ⁽¹³⁾				
Goldman Sachs Asset Management International ⁽¹³⁾				
The Goldman Sachs Group, Inc. ⁽¹³⁾	Total	3.019.750	2,013%	2,013%
Restantes acionistas	Total	107.326.538	71,551%	71,551%
Total		150.000.000	100%	100%

- (1) Empresa detida pela Standard Life Investments (Holdings) Limited.
- (2) A partir de 1 de janeiro de 2015, em resultado de reestruturação societária, as carteiras que se encontravam sob gestão da Kames Capital Management Limited (subsidiária da Kames Capital plc) foram transferidas, encontrando-se sob gestão da Kames Capital plc.
- (3) Participação qualificada imputável à seguinte cadeia de entidades: (i) Kames Capital Holdings Limited, que detém 100% da Kames Capital plc; (ii) Aegon Asset Management Holding BV, que detém 100% da Kames Capital Holdings Limited; e (iii) Aegon NV, que detém 100% da Aegon Asset Management Holding BV.
- (4) Em virtude da fusão da Allianz Global Investors Luxembourg, S.A. (AGIL) com a Allianz Global Investors Europe (AGIE), passou a ser imputável à AGIE a participação qualificada mencionada. Segundo comunicação de 17 de março de 2015, fundos geridos pela Allianz Global Investors GmbH adquiriram, em 12 de março de 2015: (i) 9.768 ações ordinárias dos CTT fora de mercado regulamentado; e (ii) 52.842 ações ordinárias dos CTT na Euronext Lisbon, pelo que a participação qualificada nos CTT imputável à Allianz Global Investors GmbH passou a ser de 7.552.637 ações representativas de 5,04% dos direitos de voto correspondentes ao capital social dos CTT.
- (5) Subsidiária do UBS Group AG.
- (6) Em resultado da aquisição do UBS AG pelo UBS Group AG, as ações do UBS AG foram transferidas para o UBS Group AG. As subsidiárias do UBS AG passaram também a ser detidas pelo UBS Group AG. Segundo comunicação de 16 de fevereiro de 2015, o UBS Group AG vendeu, em 9 de fevereiro de 2015, um total de 55.121 ações (em bolsa), pelo que baixou do limiar de 2%, passando a deter 2.973.863 de ações representativas de 1,98% do capital social dos CTT e distribuídas conforme segue:
- UBS AG: 2.843.529 ações
 - UBS Fund Management (Switzerland) AG: 40.397 ações
 - UBS Fund Services (Luxembourg) SA: 77.146 ações
 - UBS Global Asset Management (UK) Limited: 9.076 ações
 - UBS Global Asset Management (Austrália) Limited: 3.715 ações
- (7) A empresa-mãe é a Morgan Stanley e a cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: Morgan Stanley, Morgan Stanley International Holdings Inc., Morgan Stanley International Limited, Morgan Stanley Group (Europe), Morgan Stanley UK Group, Morgan Stanley Investments (UK) e Morgan Stanley & Co. International plc.
- (8) Fundo gerido pela Pioneer Investments Kapitalgesellschaft GmbH, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é detida na totalidade pela UniCredit S.p.A.
- (9) Fundo gerido pela Pioneer Investments Management Limited Dublin, nomeada pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é inteiramente detida pela UniCredit S.p.A.
- (10) Empresa detida pela Artemis Investment Management LLP. Segundo comunicação de 15 de janeiro de 2015, a Artemis Investment Management LLP passou a deter uma participação qualificada correspondente a 5,01% do capital social e direitos de voto dos CTT, em resultado da aquisição direta de 293.875 ações CTT, tendo, de acordo com comunicação de 6 de março de 2015, alienado uma parte dessas ações e reduzido a participação qualificada para 6.935.853 ações CTT correspondentes a 4,62% do capital social e direitos de voto dos CTT.
- (11) Empresa detida pela FMR LLC. Segundo comunicação de 11 de março de 2015, a FMR LLC deixou de deter uma participação qualificada nos CTT, passando a deter 2.866.787 ações, correspondentes a 1,91% do capital social e dos direitos de voto dos CTT.
- (12) A cadeia de empresas entre a empresa-mãe e o acionista é a seguinte: DSAM Cayman Ltd, DSAM Cayman LP, DSAM Capital Partners Ltd e DSAM Partners LLP. A participação é detida exclusivamente através de posição económica longa resultante da celebração de um swap sobre ações realizado ao balcão, com data de negociação a 10 de setembro de 2014, data de liquidação a 15 de setembro de 2014 e termo a 2 de setembro de 2015. A operação swap referida prevê a liquidação financeira como opção de liquidação. Segundo comunicação de 11 de março de 2015, na sequência do referido swap sobre ações com data de liquidação a 9 de março de 2015, a posição económica longa nos CTT imputável à DSAM Partners LLP foi reduzida para uma posição económica longa referente a 2.724.161 ações ordinárias representativas de 1,82% dos direitos de votos correspondentes ao capital social dos CTT.
- (13) A cadeia de empresas controladas por meio das quais os direitos de voto e/ou os instrumentos financeiros são efetivamente detidos é conforme segue: The Goldman Sachs Group, Inc. (empresa-mãe); Goldman Sachs (UK) L.L.C. (Controlada por The Goldman Sachs Group, Inc.); Goldman Sachs Group UK Limited (Controlada por Goldman Sachs (UK) L.L.C.); Goldman Sachs International (Controlada por Goldman Sachs Group UK Limited); Goldman Sachs Asset Management International (Controlada por Goldman Sachs Group UK Limited); Goldman Sachs Asset Management, L.P. (Controlada por The Goldman Sachs Group, Inc.). A participação inclui 1,42% correspondente a 2.131.364 de ações dos CTT e 0,59% de posição económica longa via Contratos por Diferença (CFD) relativos a 888.386 ações. Os detalhes relativos aos CFD são conforme segue:

Período/Data de Vencimento/ Exercício/Conversão	Nº de ações/direitos de voto que podem ser adquiridos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido	% de direitos de voto que podem ser obtidos caso o instrumento financeiro seja exercido/convertido
25-Nov-2019	2.453	0,0016%
22-Nov-2019	1.278	0,0009%
4-Dez-2024	506.660	0,3378%
4-Dez-2024	4.869	0,0032%
9-Dez-2024	600	0,0004%
23-Set-2024	11.502	0,0077%
26-Set-2024	360.000	0,2400%
11-Nov-2024	1.024	0,0007%
Total de direitos de voto e da percentagem de direitos de voto	888.386	0,59%

- (14) Segundo comunicações de 12 e 30 de janeiro e de 11 de março de 2015, respetivamente, (i) a Henderson Global Investors Limited passou a deter uma participação qualificada correspondente a 3.037.609 ações dos CTT imputáveis à Henderson Group plc, sua entidade controladora, i.e., 2,03% do capital social e direitos de voto dos CTT, (ii) a Lyxor International Asset Management S.A.S. passou a deter uma participação qualificada correspondente a 3.400.000 ações CTT detidas diretamente, i.e., 2,27% do capital social e direitos de voto dos CTT, e (iii) o Norges Bank passou a deter uma participação qualificada correspondente a 3.143.496 ações dos CTT detidas diretamente, i.e., 2,10% do capital social e direitos de voto dos CTT.

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Nos termos do disposto no nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”) e do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, o número de ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT, pelos seus

dirigentes nos termos do artigo 248º-B do Cód.VM (de acordo com a lista de dirigentes em vigor até abril de 2014) e pelas entidades com eles estreitamente relacionadas, bem como todas as suas aquisições, oerações ou cessações de titularidade, durante o exercício de 2014 e de acordo com as comunicações efetuadas à Sociedade até 31 de dezembro, encontram-se indicados nas listas seguintes:

Conselho de Administração ^(a)	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 31.12.2014
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	3.110					5,52€	3.110
António Sarmento Gomes Mota	0 ^(b)						0
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	1.550					5,52€	1.550
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	3.110					5,52€	3.110
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	0						0
Ana Mª Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	0						0
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	0 ^(b)						0
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz	0 ^(b)						0
Diogo José Paredes Leite de Campos	0 ^(b)						0
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	0 ^(d)						0
José Manuel Baptista Fino	0 ^(e)						0
José Alfredo de Almeida Honório	0 ^(b)						0 ^(c)
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	54.545.455	03.01.2014	2.253.834 ^(f)		9.545.455 ^(g)	5,51€-5,52€	
	47.253.834	05.09.2014			47.253.843	7,25€	0 ^(h)
Conselho Fiscal ^(a)	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 31.12.2014
António Sarmento Gomes Mota	0						0
Diogo José Paredes Leite de Campos	0						0
Elsa Maria Roncon Santos	0						0 ⁽ⁱ⁾
Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 31.12.2014
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. ^(k)	0						0 ^(l)
José Pereira Alves (efetivo)	0						0 ^(l)
Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (suplente)	0						0 ^(l)
José Manuel Henriques Bernardo (suplente)	0						0 ^(l)
KPMG & Associados, SROC, S.A. ^(m)	0 ⁽ⁿ⁾						0
Maria Cristina Santos Ferreira (efetivo)	0 ⁽ⁿ⁾						0
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (suplente)	0 ⁽ⁿ⁾						0
Entidades Relacionadas (CA)	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 31.12.2014 ^(a)
Alice Monjardino de Campos de Azevedo Soares ^(o)	120						120
Manuel Mª Azevedo Soares de Abreu Castelo-Branco ^(o)	1.550						1.550
Susana Gorjão Costa ^(o)	3.110						3.110

- (a) Inclui os membros da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria.
- (b) À data da sua eleição, em 24 de março de 2014, na Assembleia Geral Extraordinária.
- (c) À data da comunicação da sua renúncia, em 22 de julho de 2014.
- (d) À data da sua cooptação, em 29 de julho de 2014.
- (e) À data da sua cooptação, em 19 de dezembro de 2014.
- (f) Exercício por parte do Agente de Estabilização (Stabilisation Manager), tal como definido no Contrato de Venda Direta Institucional (Institutional Underwriting Agreement), da opção de venda, detida sobre a Parpública, de 2.253.834 ações, correspondentes a 1,5% do capital social e dos direitos de voto dos CTT, adquiridas por esse Agente de Estabilização, no âmbito das operações de estabilização realizadas nos termos do mencionado contrato relativo à venda direta institucional, que foi parte integrante do processo de privatização dos CTT.
- (g) Consequente cessação da opção de compra (call option) detida pela Parpública sobre as instituições financeiras que integram o sindicato da venda direta institucional (Underwriters), tal como definidas no Contrato de Venda Direta Institucional, representadas para o efeito pelo Agente de Estabilização, ao abrigo da qual podia adquirir 9.545.455 ações, representativas de 6,36% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade.
- (h) Na sequência da alienação da participação remanescente da Parpública no capital dos CTT, em 5 de setembro de 2014, e à data da sua renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria, divulgada em 14 de novembro de 2014.
- (i) No novo modelo de governo societário aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de março de 2014, o Conselho Fiscal foi substituído pela Comissão de Auditoria.
- (j) À data da alteração do modelo societário, em 24 de março de 2014.
- (k) Apresentou renúncia ao cargo com efeitos a partir de 8 de abril de 2014.
- (l) À data de cessação de funções, em 8 de abril de 2014.
- (m) À data da sua eleição, na Assembleia Geral de 5 de maio de 2014.
- (n) À data de início de funções, em 5 de maio de 2014.
- (o) Pessoa estreitamente relacionada com Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco.
- (p) Pessoa estreitamente relacionada com André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa.

Outros Dirigentes ^(a)	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 22.04.2014 ^(a)
Alberto Alves Maria Pimenta	1.000						1.000
Ana Rita Baião Matos	2.500						2.500
Antónia Ascensão Rato	2.500						2.500
António Augusto Labrincha Correia Marques	500						500
António Manuel Borges Vaz	2.500						2.500
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	240						240
Carla Maria Teixeira Gonçalves Veiga ^(b)	2.500						2.500 ^(c)
Carla Salomé Preto Martins Marques da Cruz	1.300	20.03.2014			1.300	7,80€	0
Fernando Manuel Costa Afonso	500						500
Filipe Jacinto Flores Ribeiro	200						200
Graça Maria Porto Temudo Pires de Oliveira	2.500						2.500
Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues	0						0
Hernâni Joaquim Mateus dos Santos	1.000						1.000
Isabel Maria Lemos Lourenço	1.750	16.01.2014			250	6,75€	1.250
		20.03.2014			1.250	8,00€	0
João Domingues dos Santos da Cunha Leal	620						620
João Manuel da Costa Araújo	2.500	21.03.2014			1.500	8,00€	1.000
João Pedro Namora Gonçalves	2.800	19.03.2014			1.800	7,62€	1.000
José Eduardo Dias de Mendonça David	500						500
Júlieta Aurora Barracho Gomes Jorge Cainço	0						0
Laura Maria Falcão da Costa	300						300
Luís Miguel Soares Rodrigues	2.500						2.500
Maria da Graça Farinha de Carvalho e Sousa Góis	200						200
Maria Helena Henriques Camacho	800						800
Maria Margarida Jarego Colaço da Silva	950						950
Maria Teresa Geraldês Caetano	0						0
Miguel Alexandre Ferreira Amaral Salema Garção	3.130	13.03.2014			3.130	7,33€	0
Paulo José Carteiro Veiga	2.500						2.500
Pedro Miguel Lourenço Salvador	0						0
Peter Iordanov Tsvetkov	4.990						4.990
Raul Manuel Matias Moreira	1.000						1.000
Rui Pedro Silva	500						500
Sílvia Maria Correia	2.500						2.500

Entidades Relacionadas (Outros Dirigentes)	Nº de Ações em 31.12.2013	Data	Aquisição	Oneração	Alienação	Preço	Nº de Ações em 22.04.2014 ^(a)
Helena Augusta Monteiro Afonso Gonçalves ^(d)	1.000						1.000
Ana Soraia Teixeira Vaz da Silva ^(e)	240						240
Jaime Francisco Teixeira ^(e)	240						240
Maria José Cabrita da Silva ^(f)	310	19.03.2014			310	7,62€	0

(a) Após redefinição da Lista de Dirigentes pela Comissão Executiva comunicada à CMVM em 22 de abril de 2014, os dirigentes indicados deixaram de fazer parte da mesma, pelo que apenas são mencionadas as transações efetuadas até essa data.

(b) Renunciou ao cargo de Administradora da subsidiária EAD em 27 de fevereiro de 2014.

(c) À data da sua renúncia ao cargo de Administradora da subsidiária EAD.

(d) Pessoa estreitamente relacionada com Alberto Alves Maria Pimenta.

(e) Pessoa estreitamente relacionada com António Pedro Ferreira Vaz da Silva.

(f) Pessoa estreitamente relacionada com João Pedro Namora Gonçalves.

Todas as transações de “Outros Dirigentes” e entidades com estes relacionadas acima referidas foram realizadas em mercado regulamentado.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização dos CTT não detinham a 31 de dezembro de 2014 quaisquer obrigações emitidas pela Sociedade nem quaisquer ações ou obrigações emitidas por sociedades em relação de domínio ou de grupo com os CTT, nem realizaram durante o ano de 2014 quaisquer transações relativamente àqueles valores mobiliários, nos termos e para os efeitos do artigo 447º do CSC.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Os poderes atribuídos ao Conselho de Administração dos CTT encontram-se descritos no ponto 21 da Parte I *infra*. Estatutariamente não se encontra prevista a atribuição de poderes especiais ao Conselho de Administração no que se refere a aumentos de capital, sendo esta uma matéria da competência exclusiva da Assembleia Geral.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

As relações significativas de natureza comercial mantidas entre a Sociedade e os seus titulares de participações qualificadas durante o exercício de 2014 correspondem às transações com partes relacionadas identificadas no ponto 92 da Parte I *infra*.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos dos CTT, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos trienalmente em Assembleia Geral. No ano de 2014, a composição da Mesa da Assembleia Geral era a seguinte:

Titulares	Cargo	Mandato ⁽¹⁾
Júlio de Lemos de Castro Caldas	Presidente	2014/2016
Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho	Vice-Presidente	2014/2016

(1) Membros inicialmente eleitos em 12 de novembro de 2013 para completar o mandato 2012/2014, tendo na Assembleia Geral de 24 de março de 2014 sido deliberado prolongar as suas funções para o mandato 2014/2016.

Segundo a mesma disposição estatutária, os membros da Mesa da Assembleia Geral são assistidos pela Secretária da Sociedade, funções desempenhadas em 2014 e atualmente pela Dr^a Maria da Graça Farinha de Carvalho e Sousa Góis.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Os Estatutos dos CTT não preveem limitações em matéria de direito de voto nem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com os artigos 7^o e 8^o dos Estatutos, têm direito de voto na Assembleia Geral os Acionistas que, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, sejam titulares de pelo menos uma ação.

Segundo estas disposições, o direito de voto pode ser exercido por representação, correspondência ou meios eletrónicos e pode abranger todas as matérias constantes da convocatória. O exercício de voto por qualquer destas vias deve ser efetuado nos termos e prazos e pelos mecanismos detalhadamente fixados na convocatória de modo a incentivar a participação acionista (nas reuniões da Assembleia Geral realizadas em 2014 foi permitido o exercício de voto por qualquer destas vias). Atento o referido, os CTT cumprem plenamente a Recomendação CMVM I.1.

Os Estatutos dos CTT não preveem mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de *dividendos* ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação, adotando-se assim a Recomendação I.3. da CMVM.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Os Estatutos dos CTT não preveem qualquer limitação percentual aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único Acionista ou por Acionistas que se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20º do Cód.VM, sendo assim não aplicável aos CTT a Recomendação CMVM I.4.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada para além das legalmente previstas

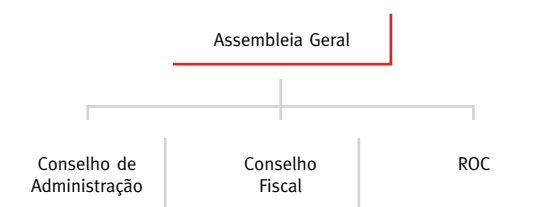
Os Estatutos dos CTT não preveem maiorias qualificadas para a tomada de deliberações para além das legalmente previstas, dando assim cumprimento à Recomendação CMVM I.2.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

c) Composição

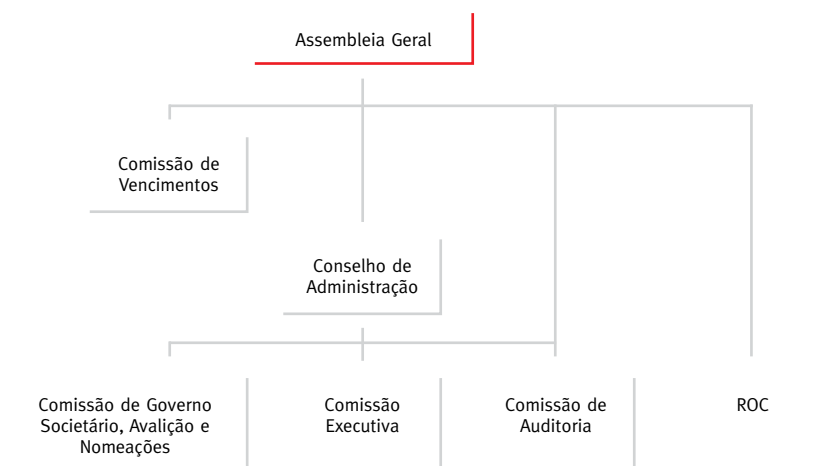
15. Identificação do modelo de governo adotado

Até à Assembleia Geral de 24 de março de 2014, a Sociedade possuía o seguinte modelo de governo, segundo o qual o Conselho de Administração era responsável pela administração da Sociedade e o Conselho Fiscal (órgão totalmente separado do Conselho de Administração) e o Revisor Oficial de Contas (“ROC”) eram responsáveis pela sua fiscalização:



Na referida reunião da Assembleia Geral, a Sociedade passou a adotar um modelo de governo de cariz anglo-saxónico, segundo o qual o Conselho de Administração é responsável pela administração da Sociedade e a Comissão de Auditoria (órgão composto por Administradores Não Executivos e independentes) e o ROC são responsáveis pela sua fiscalização.

A adoção deste modelo permitiu em 2014 o reforço e consolidação da estrutura e práticas de governo dos CTT, em linha com as *best practices* nacionais e internacionais, promovendo o efetivo desempenho de funções e articulação dos órgãos sociais, o regular funcionamento de um sistema de *checks and balances* e a *accountability* da sua gestão perante os seus Acionistas e *stakeholders*.



Neste âmbito, a Assembleia Geral é competente para:

(i) eleger os membros dos órgãos sociais (incluindo os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria bem como o ROC, este último por proposta da Comissão de Auditoria), (ii) apreciar o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer da Comissão de Auditoria, (iii) decidir sobre a aplicação de resultados e (iv) deliberar sobre alterações aos Estatutos.

Por sua vez, no contexto das suas funções de administração, o Conselho de Administração delegou poderes de gestão corrente na Comissão Executiva (cfr. descrito no ponto 21 da Parte I *infra*), cuja atuação é supervisionada pelos Administradores Não Executivos, designadamente pela Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações composta atualmente por uma maioria de Administradores independentes (no desempenho das competências referidas no mesmo ponto).

A Comissão de Auditoria (atualmente composta exclusivamente por membros independentes), juntamente com o ROC, desempenham as funções de fiscalização que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, competindo designadamente à Comissão de Auditoria promover a independência dos Auditores Externos e da auditoria interna da Sociedade, com vista a contribuir para a qualidade da informação financeira e a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria interna (cfr. descrito no ponto 38 da Parte I *infra*).

Adicionalmente, a Comissão de Vencimentos (composta por membros independentes face à

administração e eleita pela Assembleia Geral) é responsável pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais (cfr. descrito no ponto 66 da Parte I *infra*).

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com os artigos 9º e 12º dos Estatutos, (i) compete à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente e Vice-Presidentes, por maioria dos votos dos Acionistas presentes ou representados (ou havendo várias propostas a este propósito, fazendo vencimento aquela que tiver a seu favor maior número de votos), e (ii) um dos membros do Conselho de Administração pode ser eleito entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social. Aplicam-se as regras constantes do CSC no que respeita à substituição dos membros do Conselho de Administração, na ausência de regras estatutárias a este propósito. Nos termos do artigo 16º dos Estatutos, apenas se prevê que a falta de um Administrador a mais de duas reuniões deste órgão por ano, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, conduz a uma falta definitiva, devendo proceder-se à sua substituição nos termos do CSC.

Não estão definidos nos Estatutos da Sociedade quaisquer outros requisitos procedimentais e materiais para efeitos de nomeação ou substituição dos membros do Conselho de Administração.

17. Composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

De acordo com o artigo 12º dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze membros, para um mandato de três anos renováveis.

O Conselho de Administração da Sociedade, em funções em 31 de dezembro de 2014 e nesta data, é composto pelos seguintes onze Administradores, designados para o mandato 2014/2016:

Titulares	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria	Independência ⁽¹⁾	Data da 1ª Designação
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda ⁽⁷⁾	Presidente	Presidente			24/08/2012
António Sarmento Gomes Mota ⁽²⁾	Vice-Presidente		Presidente	Sim	24/03/2014
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco ⁽⁷⁾	Vice-Presidente	Vogal			24/08/2012
André Manuel Pereira Gorção de Andrade Costa ⁽⁷⁾	Vogal	Vogal			24/08/2012
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira ⁽⁷⁾	Vogal	Vogal			24/08/2012
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo ⁽⁷⁾	Vogal	Vogal			24/08/2012
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Vogal			Sim	24/03/2014
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz ⁽⁴⁾	Vogal		Vogal	Sim	24/03/2014
Diogo José Paredes Leite de Campos ⁽⁵⁾	Vogal		Vogal	Sim	24/03/2014
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa ⁽³⁾	Vogal			Sim	29/07/2014
José Manuel Baptista Fino ⁽⁶⁾	Vogal			Sim	19/12/2014

(1) A avaliação da independência foi efetuada de acordo com os critérios definidos na Recomendação CMVM II.1.7. e Regulamento nº 4/2013 da CMVM, bem como com o previsto no nº 5 do artigo 414º do CSC para os membros não executivos que integram a Comissão de Auditoria.

(2) Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014, foi Presidente do Conselho Fiscal.

(3) Cooptado como membro não executivo do Conselho de Administração por deliberação do Conselho de Administração de 29 de julho de 2014 (sujeito a ratificação na próxima Assembleia Geral), em substituição de José Alfredo de Almeida Honório, eleito em 24 de março de 2014 e que comunicou a renúncia ao cargo de Administrador Não Executivo a 22 de julho de 2014.

(4) Cooptado como Vogal da Comissão de Auditoria por deliberação da Comissão de Auditoria de 19 de dezembro de 2014 (sujeito a ratificação na próxima Assembleia Geral), em substituição da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., que comunicou a renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria a 14 de novembro de 2014.

(5) Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014, foi Vogal do Conselho Fiscal.

(6) Cooptado como membro não executivo do Conselho de Administração por deliberação do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2014 (sujeito a ratificação na próxima Assembleia Geral), em substituição da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., que foi eleita em 24 de março de 2014 e comunicou a renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria a 14 de novembro de 2014.

(7) Desempenhou funções entre 1 de janeiro e 24 de março de 2014, enquanto membro do Conselho de Administração eleito para o mandato 2012/2014, o qual integrava apenas cinco membros, os quais desempenhavam funções executivas.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

O Conselho de Administração é composto pelos membros executivos e não executivos indicados no ponto 17 da Parte I *supra*, sendo que todos os membros não executivos em funções, desde a sua designação para o mandato em curso, são independentes de acordo com os critérios definidos na Recomendação CMVM II.1.7. e no Regulamento nº 4/2013 da CMVM

e, no que respeita aos membros que integram a Comissão de Auditoria, de acordo com o previsto no nº 5 do artigo 414º do CSC.

A Sociedade adota assim as Recomendações II.1.6. e II.1.7. da CMVM e IV.2. e IV.3. do IPCG, uma vez que o número de membros não executivos e independentes garante uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração, designadamente tendo em conta o modelo de governo adotado, a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista e *free float*.

A Sociedade cumpre ainda as Recomendações II.1.10. da CMVM e IV.1. do IPCG, uma vez que adotou os seguintes mecanismos destinados a assegurar a coordenação e eficácia no desempenho de funções pelos Administradores Não Executivos, atenta a cumulação de funções de CEO pelo Presidente do Conselho de Administração dos CTT:

- O Vice-Presidente Não Executivo e independente do Conselho de Administração, António Sarmento Gomes Mota (igualmente Presidente da Comissão de Auditoria e da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações), desempenha as seguintes funções de *lead independent director*: (i) acompanha e consulta a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas; e (ii) contribui para o efetivo desempenho das suas funções e competências por parte dos Administradores Não Executivos e das comissões internas do Conselho de Administração, assegurando uma adequada coordenação dos seus trabalhos e os mecanismos necessários para que os Administradores Não Executivos recebam atempadamente a informação que julguem adequada à tomada de decisões de forma independente e esclarecida;

- Os Administradores Não Executivos poderão obter a informação que julguem necessária ao exercício das respetivas funções e deveres;

- A documentação de suporte das reuniões do Conselho de Administração é oportunamente disponibilizada a todos os Administradores Executivos e Não Executivos. As agendas e atas das reuniões da Comissão Executiva são distribuídas aos Administradores Não Executivos, incluindo ao Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Auditoria e Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração

Remete-se neste ponto para o Anexo I onde são disponibilizados para consulta os *curricula* dos membros do Conselho de Administração dos CTT.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Nenhum dos membros do Conselho de Administração manteve ao longo de 2014 quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais com Acionistas

com participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto na Sociedade. Tais relações não existem igualmente relativamente aos Acionistas constantes do quadro detalhado constante do ponto 8 da Parte I *supra*, seja por referência a 31 de dezembro de 2014 seja à presente data.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade

21.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão social responsável pela administração e representação da Sociedade, nos termos legais e estatutários, cabendo-lhe praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade.

Nos termos do artigo 13º dos Estatutos e artigo 5º do seu Regulamento, o Conselho de Administração é responsável, designadamente, por:

- Aprovar os objetivos e políticas de gestão e estabelecer a orientação estratégica e de risco do grupo;
- Aprovar os planos de atividades, estratégicos, de investimentos e/ou financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais do grupo, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- Assegurar a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria interna do grupo;
- Deliberar sobre a mudança de sede e projetos de aumento ou redução de capital, de fusões, cisões e transformações e de alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral da Sociedade;
- Aprovar os relatórios e contas anuais, semestrais e trimestrais da Sociedade;
- Deliberar sobre a prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade nos termos legais;
- Estabelecer os aspetos gerais da estrutura empresarial do grupo e as normas gerais de conduta;
- Apresentar pedidos de convocação das Assembleias Gerais da Sociedade;
- Proceder à cooptação de Administradores da Sociedade;
- Designar o Secretário da Sociedade e o seu suplente.

Compete especificamente ao Presidente do Conselho de Administração (a ser substituído nos seus impedimentos ou faltas pelos Vice-Presidentes), nos termos do artigo 15.º dos Estatutos e do artigo 4.º do Regulamento daquele órgão:

- Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- Coordenar a atividade deste órgão, procedendo à distribuição de matérias pelos Administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão, e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- Exercer o voto de qualidade na tomada de deliberações pelo Conselho de Administração;
- Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração;
- Promover a comunicação entre a Sociedade e todos os seus *stakeholders*.

21.2. Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração de 25 de março de 2014 foi criada a Comissão Executiva, tendo-lhe sido delegada a gestão corrente da Sociedade, em linha com Recomendação CMVM II.1.1. e nos termos previstos no artigo 13º dos Estatutos e nos artigos 5º e 6º do Regulamento do Conselho.

Em cumprimento da Recomendação CMVM II.1.2., as matérias referidas no ponto 21.1. *supra* e as seguintes matérias são excluídas da referida delegação de competências, tratando-se de matérias com relevância para as linhas estratégicas, políticas gerais e estrutura do grupo:

- Aquisições de participações (i) em países onde o grupo não tenha presença, (ii) em novas áreas de negócio para o grupo ou (iii) em valor por operação superior a 20 M€;
- A realização de investimentos pelo grupo não incluídos no orçamento anual cujo valor por operação supere 10 M€ e o cancelamento de investimentos do grupo de valor por operação superior a 10 M€;
- Alienações ou operações de participações (i) que determinem a saída do grupo de determinado país ou área de negócio ou (ii) cujo valor por operação supere 20 M€;
- Contratação de dívida, sob a forma de financiamento ou emissão de valores mobiliários, em valor por operação superior a 150 M€ ou prazo superior a 5 anos;

- Quaisquer outros negócios ou operações que impliquem responsabilidades ou obrigações de valor superior a 50 M€, por transação ou ato, para o grupo.

O Presidente da Comissão Executiva tem voto de qualidade e deve:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação e da estratégia da Sociedade e propor ao Conselho de Administração o elenco de matérias de administração de que deve encarregar-se especialmente cada um dos membros da Comissão Executiva;
- Coordenar as atividades da Comissão Executiva, dirigindo as suas reuniões, zelando pela execução das deliberações e distribuindo entre os seus membros a preparação ou acompanhamento dos assuntos objeto de apreciação ou decisão pela Comissão Executiva.

Nos termos dos Regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e em cumprimento das Recomendações CMVM II.1.8. e II.1.9. e da Recomendação IPCG I.3., a Sociedade adota os seguintes mecanismos:

- De forma a assegurar que todos os membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais estão a par do estado da gestão da Sociedade, as agendas e atas das reuniões da Comissão Executiva são distribuídas aos Administradores Não Executivos, incluindo ao Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Auditoria e Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva apresenta um sumário dos aspetos considerados relevantes da atividade desenvolvida desde a última reunião;
- A Comissão Executiva está ainda obrigada a facultar atempada e adequadamente aos membros do Conselho de Administração e demais membros dos órgãos sociais os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados.

No âmbito das suas competências delegadas, a Comissão Executiva pode encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e subdelegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados.

A 31 de dezembro de 2014 e na presente data, a competência da Comissão Executiva encontra-se distribuída pelos seus membros da seguinte forma:

Francisco de Lacerda Presidente do Conselho de Administração & CEO					
	Manuel Castelo-Branco Membro Executivo e Vice Presidente do Conselho de Administração	Dionizia Ferreira Membro Executivo do Conselho de Administração	André Gorjão Costa Membro Executivo e CFO	Ana Jordão Membro Executivo do Conselho de Administração	
Áreas de Negócio e Apoio ao Negócio		Correio ⁽²⁾	Serviços Financeiros Banco Postal ⁽³⁾		
		<ul style="list-style-type: none"> • Clientes Empresariais • Marketing • Filatelia • Operações e Distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Financeiros • Projecto Banco Postal 		
		Expresso e Encomendas ⁽¹⁾			
		<ul style="list-style-type: none"> • Comercial Portugal • Marketing Portugal • Comercial e Marketing Espanha • Operações e Sistemas 			
	Grandes Clientes	Rede de lojas			
Corporativos e Serviços Partilhados	Secretário da Sociedade & Secretaria Geral	Tecnologias de Informação ⁽⁴⁾	Apoio a Clientes e Negócio	Relações com Investidores	Jurídicos Gerais
	Estratégia e Desenvolvimento			Regulação e Concorrência	Gestão de Recursos Humanos
	<i>E-commerce</i>			Finanças e Gestão de Risco	Jurídico- Laboral
	Recursos Humanos e Organização			Contabilidade e Tesouraria	Recursos Físicos e Segurança
	Marca e Comunicação			Planeamento e Controlo de Gestão	Compras e Logística
	Auditoria e Qualidade			Planeamento, Finanças e Apoio Expresso & Encomendas ⁽³⁾	
	Internacional				

¹ Inclui CTT Expresso, Tourline e CORRE.

² Inclui Mailtec SGPS, Mailtec Comunicação, Mailtec Consultoria, Mailtec Processos, CTT Gest e PostContacto.

³ Inclui PayShop.

⁴ Inclui Mailtec Consultoria.

21.3. Comitês e departamentos de apoio à Comissão Executiva

Tendo em conta a dimensão da Empresa e as múltiplas áreas de atuação e de operação, foram criados comitês de apoio à gestão os quais têm por objetivo assegurar, em função de cada uma das suas valências, o acompanhamento da atividade dos vários departamentos da Empresa na implementação da

estratégia definida pelo Conselho de Administração, garantindo ao mesmo tempo o cumprimento dos vários Regulamentos e normas que se encontrem em cada momento em vigor.

A 31 de dezembro de 2014 e na presente data encontram-se em funcionamento os seguintes comitês:

Comitês de apoio à gestão e seus objetivos

Comité de Gestão de Risco Constituído pelo Administrador Executivo com o Pelouro Financeiro e pelos responsáveis das Direções de Finanças e Gestão do Risco, Estratégia e Desenvolvimento, Operações e Distribuição, Rede de Lojas, Recursos Humanos e Organização, Tecnologias de Informação, Contabilidade e Tesouraria e Recursos Físicos e Segurança.	Dinamização da função de gestão do risco corporativo, funcionando como um instrumento de alavancagem do processo de operacionalização do sistema de gestão de risco nos CTT, nos termos melhor descritos no ponto 52 da Parte I <i>infra</i> .
Comité de Crédito Composto pelo Administrador Executivo com o Pelouro Financeiro, que preside, pelos Administradores Executivos com os Pelouros Comerciais, e pelos responsáveis das seguintes direções: Finanças e Gestão do Risco, Grandes Clientes, Rede de Lojas, Clientes Empresariais, Correio Publicitário, Expresso e Encomendas. Nas reuniões de acompanhamento e monitorização devem estar representados os Responsáveis da Contabilidade e Tesouraria, do Contencioso, do Apoio a Clientes e Negócio, do Marketing e da Rede Payshop.	Definição e submissão à Comissão Executiva das políticas de crédito a clientes. Apreciação e revisão dos níveis de risco e limites de crédito. Decisão sobre a concessão/revisão/suspensão de crédito prévia à formalização de contratos. Avaliação de propostas de celebração de acordos de pagamento. Monitorização e avaliação dos resultados da implementação da política de crédito a clientes e identificação das medidas para cumprimento dos objetivos definidos.
Comité de Tesouraria Constituído pelo Administrador Executivo com o Pelouro Financeiro, que preside, e pelos responsáveis das direções de Contabilidade e Tesouraria, Finanças e Gestão do Risco e responsáveis pela Direção Financeira das subsidiárias.	Aferição e análise do processo de gestão de fundos dos CTT tendo em vista a sua melhoria contínua e a adaptação permanente às necessidades.
Comité de Investimento Composto pelos responsáveis das direções corporativas Estratégia e Desenvolvimento (que coordena), Planeamento e Controlo de Gestão e Finanças e Gestão do Risco.	Todas as propostas de projetos de investimento de valor superior a € 50.000,00, previamente à apreciação/aprovação final pela Comissão Executiva, deverão ser remetidas a este Comité para que se pronuncie e elabore um parecer não vinculativo.
Comité de Gestão Imobiliária Composto por dois Administradores Executivos dos CTT - com o pelouro dos Recursos Físicos e Segurança e com o pelouro Financeiro - e pelos responsáveis das seguintes direções: Recursos Físicos e Segurança (acompanhado de 2 colaboradores), Rede de Lojas, Operações e Distribuição, Planeamento e Controlo de Gestão e um membro do Conselho de Administração da CTT Expresso. Em função dos assuntos da agenda, são ainda membros: o Administrador Executivo com o pelouro da Rede de Lojas e outros quadros de 1ª linha, que não os acima referidos.	Planeamento e gestão estratégica de imóveis, programação de investimentos em imóveis e promoção da otimização e rentabilização do património imobiliário.

A estrutura funcional dos CTT a 31 de dezembro de 2014 e na presente data encontrava-se organizada da seguinte forma:

Secretaria Geral e Serviços Jurídicos	Assegurar as relações institucionais da Empresa com os diversos órgãos de soberania, provedoria e demais entidades; prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e demais órgãos sociais; assegurar a comunicação entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a estrutura da Empresa, as empresas subsidiárias e as entidades externas; assegurar a assessoria jurídica ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, às várias direções da Empresa e às empresas subsidiárias, com exceção das matérias laborais e disciplinares; assegurar o patrocínio judiciário da Empresa e dos trabalhadores que dele careçam por motivo de serviço e por força das suas funções e das empresas subsidiárias quando por estas solicitado.
Relações com os Investidores	Atuar como interlocutor dos CTT junto de Acionistas, investidores, analistas financeiros, agências de <i>rating</i> , mercado de capitais e comunidade financeira em geral, sendo responsável pela prestação da informação que permita conhecer a evolução e a realidade económica, financeira e de governo da Sociedade.
Estratégia e Desenvolvimento	Apoiar a Comissão Executiva na definição, implementação e gestão da estratégia de desenvolvimento do universo CTT, propondo e promovendo iniciativas de desenvolvimento e gestão estratégica do seu portfólio de negócios, numa perspetiva de criação sustentada de valor.
E-Commerce	Garantir que os CTT são agentes e beneficiários do desenvolvimento de <i>e-commerce</i> na Península Ibérica, especialmente no <i>last mile</i> , e em concreto (i) estudar a realidade do mercado e a sua evolução e (ii) fazer evoluir a oferta para que esteja em permanente consonância com as preferências do mercado, (iii) promover o desenvolvimento da proximidade dos CTT aos principais players internacionais e domésticos e (iv) acompanhar o alinhamento das soluções de <i>e-commerce</i> com os operadores postais internacionais nomeadamente através do projeto e-CIP.
Recursos Humanos e Organização	Desenvolver e implementar políticas de recursos humanos alinhadas com a estratégia definida para o grupo, promovendo uma cultura de mérito e desenvolvimento profissional contínuo; prestar serviços administrativos de recursos humanos aos CTT e suas subsidiárias; promover a saúde e segurança no trabalho, bem como a disponibilidade de cuidados de saúde e de proteção social.
Marca e Comunicação	Definir e implementar as estratégias de comunicação interna e externa dos CTT através dos vários canais e suportes; assegurar a gestão de patrocínios e mecenato do universo CTT através do desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria da reputação e criação de valor da imagem institucional e marca CTT, em estreita colaboração com a Comissão Executiva; assegurar, coordenar e implementar a gestão da imagem institucional dos CTT e das suas marcas, os seus valores e respetivo desenvolvimento estratégico, a gestão das relações públicas e institucionais, bem como os eventos, feiras e exposições, patrocínios e afins; identificar as necessidades e expectativas das partes interessadas e definir a estratégia de envolvimento com as mesmas, assegurando o cumprimento da política e dos compromissos de sustentabilidade, ambiente, responsabilidade social e cidadania empresarial do universo CTT; assessorar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva em todas as matérias solicitadas e assegurar o relacionamento com os órgãos de comunicação social; definir, assegurar a gestão e coordenar a presença e a atuação do universo CTT na pegada digital, sites e social media de forma transversal, em articulação com as outras áreas da Empresa, bem como a intranet e afins.
Auditoria e Qualidade	Examinar e avaliar de forma independente as atividades e os negócios dos CTT, por forma a mitigar os riscos associados aos processos e transações, recomendando medidas corretivas às áreas auditadas e fornecendo informações necessárias; contribuir para a gestão e mitigação dos riscos de <i>compliance</i> no âmbito da prestação de serviços financeiros; investigar práticas ilegítimas e/ou fraudulentas; definir e promover políticas e processos de qualidade nos CTT.
Internacional	Propor e executar a política internacional dos CTT no âmbito das organizações e grupos internacionais e da cooperação para o desenvolvimento.
Tecnologias de Informação	Desenvolver a estratégia de sistemas e tecnologias de informação dos CTT que maximize a sua competitividade e eficiência; garantir o correto planeamento e controlo dos sistemas e tecnologias de informação; promover a inovação e implantação de novas soluções para o desenvolvimento do negócio.
Apoio a Clientes e Negócio	Desenvolver a política de relacionamento com os clientes dos CTT em termos de pós-venda e de informação e apoio ao cliente, contribuindo para a sua fidelização; garantir o suporte aos negócios em funções transversais, numa ótica de otimização dos recursos utilizados, propondo medidas de otimização dos processos e/ou ações de melhoria.
Regulação e Concorrência	Assessorar a Comissão Executiva em matéria de regulação e concorrência e no relacionamento com as entidades reguladoras e supervisoras do setor; gerir os riscos regulatórios e a relação com concorrentes.

Planeamento e Controlo de Gestão	Assessorar a Comissão Executiva em matéria de planeamento e controlo de gestão dos CTT, garantindo a articulação de todas as unidades organizacionais dos CTT e subsidiárias, numa perspetiva de criação de valor.
Finanças e Gestão do Risco	Providenciar e implementar estratégias para a utilização adequada de recursos através da otimização do custo e retorno do capital e de uma apropriada gestão dos riscos, em alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para os CTT.
Contabilidade e Tesouraria	Assegurar a gestão contabilística, a gestão económico-financeira e a gestão da avaliação dos processos de negócio com impacto na geração da receita.
Recursos Físicos e Segurança	Definir a estratégia articulada dos recursos imobiliários e da frota; garantir a prestação de serviço por parte dos fornecedores nas condições contratualizadas; assegurar a gestão integrada dos processos de documentos e arquivo; definir, coordenar e controlar as políticas de segurança e vigilância das instalações, dos equipamentos e das pessoas.
Compras e Logística	Definir a estratégia de compras dos CTT, da centralização e planeamento das necessidades de locação e de aquisição de bens móveis, serviços e de realização de empreitadas, da coordenação, preparação e acompanhamento dos procedimentos de compras, da centralização da gestão administrativa dos contratos, do controlo de qualidade e avaliação de fornecedores e da gestão eficaz de armazéns e stocks.
Operações e Distribuição	Gerir as operações de recolha, <i>printing</i> e <i>finishing</i> e transporte, tratamento e distribuição de forma eficiente, garantindo a excelência da qualidade de serviço e o respeito pelas obrigações do serviço universal em todo o território nacional, promovendo sinergias com todas as áreas de negócio da Empresa no sentido do aumento da eficiência e da criação de valor para a Empresa.
Serviços Jurídicos-laborais	Assegurar a assessoria jurídica-laboral e disciplinar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, às várias Direções da Empresa e às suas subsidiárias; assegurar e coordenar o patrocínio judiciário da Empresa e suas subsidiárias quando por estas solicitado em todas as matérias de natureza laboral.
Marketing	Gerir o portfólio de produtos e serviços de correio transacional e publicitário e de soluções de valor acrescentado a montante e a jusante da sua cadeia de valor para particulares e empresas, integrando as capacidades tecnológicas disponíveis e as novas tendências, de modo a oferecer aos clientes soluções inovadoras adaptadas às necessidades do mercado.
Filatelia	Desenvolver de forma global, sustentada e com rentabilidade o negócio da filatelia e do colecionismo, mantendo a idoneidade e os níveis de qualidade da filatelia portuguesa.
Clientes Empresariais	Garantir a fidelização dos clientes empresariais bem como a maximização do volume e rentabilidade das vendas de todo o portfólio de produtos e serviços disponibilizado pela Área de Negócio Correio.
Serviços Financeiros	Gerir uma oferta inovadora de produtos e serviços financeiros competitivos, geradores de valor para o acionista, estrategicamente orientada para os Clientes, margens, eficiência e alicerçada na rede de Lojas e agentes Payshop.
Rede de Lojas	Gerir a rede de lojas, garantindo o aumento das receitas resultantes dos atos de venda e a sua rentabilização; maximizar a produtividade dos recursos e a racionalização da oferta <i>versus</i> a procura, no contexto da oferta definida, níveis de preço e obrigações do serviço universal; racionalizar a rede de lojas e pontos de acesso à rede postal num contexto de privatização; garantir a qualidade do atendimento em todos os pontos de acesso à rede postal; maximizar o valor da oferta da rede garantindo uma gestão mais eficiente e competitiva.
Grandes Clientes	Assegurar a gestão integrada dos grandes clientes, gerindo o segmento <i>key accounts</i> numa ótica de maximização das vendas e da rentabilidade das diversas áreas de negócios dos CTT.
Comercial de Expresso e Encomendas (Portugal)	Garantir a fidelização e dinamização dos clientes existentes e a angariação de novos clientes, visando a rentabilidade dos negócios através de resposta comercial adequada às necessidades e oportunidades no âmbito de cada departamento de vendas.
Marketing de Expresso e Encomendas (Portugal)	Apoiar o crescimento orgânico da empresa baseado na criação de valor para os clientes e na manutenção da relação com clientes considerando a obtenção do máximo retorno; criar, comunicar captar e gerir o negócio na organização através do entendimento das necessidades dos clientes, proporcionando a inovação da oferta; comunicar e posicionar o valor estratégico da marca nos vários canais; perceber a visão global dos objetivos da empresa de forma a traduzi-los em estratégias de marketing que permitam alcançar o retorno previsto; conceber e elaborar planos/projetos e executar campanhas de marketing, bem como desenvolver relações

interdepartamentais para assegurar o alinhamento operacional garantindo à empresa uma visão e atuação centradas no cliente assim como a satisfação e a fidelização da carteira de clientes.

Comercial e Marketing de Expresso e Encomendas (Espanha)

Definir e implementar ações estratégicas relativas aos produtos e preços, alinhadas com a orientação da empresa, por forma a reforçar o seu posicionamento ibérico e estratégico; garantir a promoção da empresa através de ações que contribuam para o fortalecimento da imagem da Rede Tourline de acordo com as diretrizes dos CTT.

Operações e Sistemas de Expresso e Encomendas

Materializar o *portfolio* de serviços, através da gestão das operações de recolha, transporte, tratamento e distribuição, cumprindo os níveis de serviço acordados e maximizando a eficiência operativa.

21.4. Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações

Em linha com as Recomendações II.1.4. da CMVM e IV.4., V.1. e V.4. do IPCG, em 7 de maio de 2014, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações, à qual cabem as seguintes principais competências segundo o Regulamento do Conselho de Administração e o seu Regulamento Interno:

Em matéria de estrutura e práticas de governo bem como de ética:

- Assistir o Conselho na definição e avaliação do modelo, princípios e práticas de governo da Sociedade;
- Colaborar na elaboração do relatório anual sobre o governo da Sociedade;
- Acompanhar a definição e monitorização das normas de ética e de conduta no seio do grupo;
- Formular recomendações ao Conselho sobre os requisitos e boas práticas de governo societário, conflitos de interesses, incompatibilidades, independência e especialização;
- Elaborar relatório sobre o funcionamento e eficácia do modelo, princípios e práticas de governo da Sociedade, bem como sobre o grau de cumprimento pela Sociedade dos requisitos aplicáveis;
- Avaliar a imagem corporativa dos CTT junto dos Acionistas, investidores, analistas financeiros, mercado em geral e autoridades de supervisão e acompanhar as ações inspetivas da CMVM;
- Dar apoio e monitorizar a definição pelo Conselho de políticas e de estratégias de responsabilidade social e sustentabilidade da Sociedade.

Em matéria de avaliação de desempenho e remunerações:

- Propor ou dar parecer anualmente à Comissão de Vencimentos sobre a política remuneratória do órgão de administração e a declaração anual a apresentar à Assembleia Geral a este propósito;
- Acompanhar e apoiar o processo de avaliação anual do desempenho global do Conselho de Administração e das respetivas comissões internas e, bem assim, dos membros da Comissão Executiva da Sociedade;
- Propor à Comissão de Vencimentos o resultado da avaliação qualitativa do desempenho dos Administradores Executivos no quadro do modelo global de avaliação para efeitos da fixação da remuneração variável a definir por aquela Comissão;
- Propor ou dar parecer ao Conselho de Administração e à Comissão de Vencimentos, consoante aplicável, sobre os planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações da Sociedade.

Em matéria de nomeações:

- Formular recomendações sobre as qualificações, conhecimentos e experiência para o desempenho de funções societárias e no contexto da seleção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT, ouvido o Chairman e, no caso de membros executivos, o CEO;
- Acompanhar os processos de seleção dos dirigentes do grupo e titulares de órgãos sociais de outras sociedades que os CTT tenham a faculdade de indicar;
- Acompanhar a elaboração, em coordenação com a Comissão Executiva, de planos de sucessão;
- Propor ao Conselho a promoção do processo de cessação de funções executivas por parte de membros

da Comissão Executiva, na sequência de um processo de avaliação e ouvido o CEO;

- Dar pareceres relativamente ao desempenho pelos membros da Comissão Executiva de funções executivas em sociedades que não integrem o grupo.

21.5. Comissão de Ética

Ao longo deste mandato manteve-se ainda em funcionamento uma Comissão da Ética, cujas competências e composição foram revistas em 19 de dezembro de 2014.

A Comissão de Ética tem como principais competências:

- Promover a divulgação, a aplicação e o cumprimento do Código de Ética em vigor no grupo, definindo para o efeito planos e canais de comunicação por todos os níveis hierárquicos;
- Estabelecer ações preventivas de formação para divulgação e cumprimento do Código de Ética;
- Receber e tratar as denúncias recebidas no seio do grupo em articulação com a Comissão de Auditoria e a Direção de Auditoria e Qualidade.

A propósito da articulação do órgão de administração e das suas comissões com os demais órgãos sociais, vide pontos 15, 38 e 66 da Parte I deste relatório.

d) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

O texto integral dos Regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva podem ser consultados no *website* dos CTT, em <http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/a-empresa/governo-da-sociedade/estatutos-e-regulamentos.html#panel2-1>.

23. Número de reuniões do Conselho de Administração realizadas e grau de assiduidade de cada membro

Durante o exercício de 2014, o Conselho de Administração em funções no mandato 2012/2014 reuniu 12 vezes, estando sempre presentes todos os seus membros.

O Conselho de Administração em funções no mandato 2014/2016 reuniu 9 vezes em 2014, com a seguinte assiduidade por parte dos seus membros:

Titulares ⁽¹⁾	Presenças	Representação
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	9	0
António Sarmiento Gomes Mota	8	1
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	9	0
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	9	0
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	9	0
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	9	0
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	8	1
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz	9	0
Diogo José Paredes Leite de Campos	6	3
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa ⁽¹⁾	5	1
José Manuel Baptista Fino ⁽²⁾	0	0

(1) Foi cooptado em 29 de julho (ver ponto 17 *supra*) tendo sido realizadas após essa data 6 reuniões do Conselho de Administração até ao final do ano de 2014.

(2) Foi cooptado em 19 de dezembro de 2014 (ver ponto 17 *supra*) não tendo, por esse motivo, estado presente em nenhuma das reuniões realizadas durante 2014.

(3) No que respeita aos membros que cessaram funções em 2014: (i) a Párpública – Participações Públicas SGPS, S.A., não designou pessoa singular para o exercício do cargo nem participou nas reuniões do Conselho de Administração; e (ii) José Alfredo de Almeida Honório esteve presente nas 3 reuniões realizadas durante o período durante o qual exerceu funções (ver ponto 17 *supra*).

24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

De acordo com o artigo 9º dos Estatutos dos CTT, compete à Comissão de Vencimentos a fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais e, conseqüentemente, a definição da política e princípios remuneratórios do órgão de administração e o modelo global de avaliação para efeitos da remuneração variável dos Administradores Executivos, nos termos descritos nos pontos 66 e seguintes da Parte I *infra*.

Por sua vez, nos termos do seu Regulamento, compete à Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações apoiar a Comissão de Vencimentos e o Conselho de Administração no processo de avaliação dos membros do órgão de administração, conforme descrito no ponto 21 da Parte I *supra* e nos pontos 70 e 71 da Parte I *infra*.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Remete-se a este propósito para os pontos 66 e seguintes da Parte I *infra* acerca da política e princípios remuneratórios do órgão de administração, em particular dos critérios, objetivos e limites em matéria de remuneração variável dos Administradores Executivos.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho de administração

Os cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, pelos Administradores da Sociedade encontram-se discriminados no Anexo I.

A título de informação complementar, considera-se importante referir:

- A disponibilidade dos Administradores Executivos para o desempenho do cargo tem sido total, podendo esta ser confirmada pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e pelo exercício de funções executivas a título exclusivo no seio do grupo CTT;
- Também os Administradores Não Executivos têm demonstrado total disponibilidade, como evidenciado pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração, Comissão de Governo Societário,

Avaliação e Nomeações e Comissão de Auditoria.

e) Comissões no seio do órgão de administração

27. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Vide pontos 21 e 22 da Parte I *supra* a propósito das comissões criadas no seio do Conselho de Administração. A propósito da Comissão de Auditoria, vide ainda ponto 38 da Parte I *infra*. As referidas comissões adotaram regulamentos internos de funcionamento cujos textos integrais podem ser consultados no *website* dos CTT, em www.ctt.pt.

28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes cinco membros em funções a 31 de dezembro de 2014 e nesta data (para efeitos do mandato 2014/2016):

Titulares	Cargo
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Presidente
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	Vogal
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	Vogal
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	Vogal
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	Vogal

(1) Entre 1 de janeiro e 24 de março de 2014 estes membros desempenhavam funções de administração executiva ainda no âmbito do mandato 2012/2014.

29. Competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Vide ponto 21 da Parte I *supra* a propósito das competências das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e Comissão Executiva.

29.1 Comissão Executiva

Durante 2014, a Comissão Executiva realizou 40 reuniões, tendo decidido sobre várias matérias no

âmbito das suas competências de que se destacam as seguintes:

Março	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da alienação da participação dos CTT na EAD, permitindo aos CTT um encaixe de 2,75 M€ enquadrado na otimização do portfólio de negócios.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de preços do serviço postal universal das correspondências e das encomendas. Segunda fase da atualização dos preços especiais aplicável a remetentes de envios em quantidade. • Aprovação do Código de Conduta de Dirigentes e Insiders. • Aprovação do Código de Ética.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de preços do serviço de correio editorial/jornais, publicações periódicas e não periódicas e livros. • Assinatura de protocolo com o Banco BNP <i>Paribas Personal Finance</i>, com vista à comercialização de produtos de crédito pessoal e ao consumo desta instituição financeira na rede de lojas CTT.
Julho	<ul style="list-style-type: none"> • Adjudicação da contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações, respeitando a serviços de <i>infraestrutura base</i>, serviços de <i>Linha de Apoio</i> e <i>desktop management</i> e serviços de telecomunicações de voz e dados fixas.
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia do Acordo da Empresa 2013 e proposta de novo Acordo da Empresa, visando a obtenção de um enquadramento convencional que permita uma gestão dos recursos humanos mais eficiente.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Início do processo negocial com as Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores com vista à reformulação do Regulamento das Obras Sociais dos CTT.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação pelo ICP-ANACOM dos critérios e formação dos preços dos serviços postais que compõem o serviço universal para 2015/2017. • Celebração de um Memorando de Entendimento com a Altice Portugal, S.A., proponente à compra da PT Portugal, com vista à celebração de um Acordo Quadro que potencie as sinergias conjuntas entre os CTT e a PT Portugal.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> • Registo do projeto de fusão por incorporação da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. nos CTT, mediante a transferência global do património da Mailtec Holding, S.G.P.S., S.A. para os CTT. • Deliberação sobre os principais termos em que os CTT se disponibilizaram a negociar com as Estruturas Representativas dos Trabalhadores o novo Acordo de Empresa e o novo Regulamento de Obras Sociais. • Decisão de registo do valor da imparidade relativamente à participação financeira na Tourline.

29.2 Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações

Nos termos do respetivo Regulamento, a Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações é composta por três a cinco membros, incluindo por inerência o Presidente da Comissão Executiva (1) e sendo os seus demais membros Administradores Não Executivos e, pelo menos, um deles independente. Esta comissão é composta pelos seguintes cinco membros em funções a 31 de dezembro de 2014 e nesta data (para efeitos do mandato 2014/2016):

Titulares	Cargo
António Sarmento Gomes Mota	Presidente
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Vogal ⁽¹⁾
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Vogal
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	Vogal
José Manuel Baptista Fino	Vogal

(1) Note-se que a presença do Presidente da Comissão Executiva nesta comissão não prejudica o cumprimento da Recomendação da CMVM II.1.4, uma vez que aquele, nos termos do Regulamento Interno desta comissão, está impedido de votar em deliberações em que se verifique um conflito de interesses, nomeadamente as respeitantes à sua avaliação individual.

Durante 2014, a Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações realizou 3 reuniões e levou a cabo as seguintes principais atividades:

- Apresentação de propostas de cooptação de 2 Administradores para preenchimento de vagas;

- Revisão do Código de Ética e de recomposição da Comissão de Ética e revisão do seu Regulamento;
- Parecer sobre o Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses;

- Preparação dos modelos de avaliação, incluindo a autoavaliação do Conselho de Administração, a avaliação qualitativa dos Administradores Executivos e a autoavaliação desta comissão;

- Análise da informação prestada por parte do Presidente da Comissão Executiva sobre a contratação de quadros de alta direção;

- Análise de *benchmarking* e discussão interna sobre o código de governo societário a adotar pelos CTT.

29.3 Comissão de Ética

A Comissão de Ética em funções a 31 de dezembro de 2014 e nesta data (para efeitos do mandato 2014/2016) é presidida pelo Administrador Não Executivo Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz, integrando igualmente o Diretor de Auditoria e Qualidade e o Diretor de Recursos Humanos e Organização dos CTT. Esta comissão reporta ao Conselho de Administração através do Presidente do Conselho de Administração.

Durante 2014, esta Comissão de Ética realizou 2 reuniões e levou a cabo as seguintes principais atividades:

- Atualização do Código de Ética dos CTT e do Regulamento Interno desta comissão;

- Elaboração de Plano de Comunicação do Código de Ética;

- Em 2014 não foi recebida por esta comissão qualquer comunicação de irregularidades.

III. FISCALIZAÇÃO

f) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da atividade da Sociedade cabe à Comissão de Auditoria e ao Revisor Oficial de Contas no mandato em curso. Para maior detalhe sobre este tema, *vide* ponto 15 da Parte I *supra*.

31. Composição do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com o artigo 19º dos Estatutos dos CTT, a Comissão de Auditoria é composta por três Administradores, um dos quais será o respetivo Presidente, todos eleitos em Assembleia Geral (para um mandato de 3 anos renovável), em conjunto com os demais Administradores, devendo as listas propostas para a composição do Conselho de Administração discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente.

A Comissão de Auditoria da Sociedade, em funções em 31 de dezembro de 2014 e nesta data, é composta pelos seguintes três membros, para o mandato 2014/2016:

Titulares	Cargo	Data da 1ª designação	Independência ⁽⁴⁾
António Sarmiento Gomes Mota ⁽²⁾	Presidente	24/03/2014	Sim
Diogo José Paredes Leite de Campos ⁽³⁾	Vogal	24/03/2014	Sim
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz ⁽⁴⁾	Vogal	19/12/2014	Sim

(1) A avaliação da independência foi efetuada de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 414º do CSC.

(2) Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014 foi Presidente do Conselho Fiscal, tendo sido eleito para Presidente da Comissão de Auditoria a 24 de março de 2014.

(3) Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014 foi Vogal do Conselho Fiscal, tendo sido eleito para Vogal da Comissão de Auditoria a 24 de março de 2014.

(4) Eleito Administrador Não Executivo a 24 de março de 2014, foi cooptado por deliberação da Comissão de Auditoria de 19 de dezembro de 2014 em substituição da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (entidade não independente), que comunicou a renúncia aos cargos de Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria a 14 de novembro de 2014.

De acordo com o artigo 423º-B do CSC e artigo 19º dos Estatutos da Empresa, a Comissão de Auditoria em funções em 31 de dezembro de 2014 e nesta data é composta exclusivamente por Administradores Não Executivos, que

satisfazem os requisitos de independência aplicáveis e possuem curso superior adequado ao exercício das suas funções, tendo pelo menos um dos seus membros conhecimentos de contabilidade.

Em cumprimento da Recomendação CMVM II.2.1., o Presidente da Comissão de Auditoria é independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possui as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Até à Assembleia Geral de 24 de março de 2014, a fiscalização da atividade da Sociedade compete, a (i) um Conselho Fiscal, composto por um Presidente, dois Vogais efetivos e um suplente, todos eleitos em Assembleia Geral, e a (ii) um ROC.

Assim, até àquela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal foi composto pelos seguintes membros (igualmente em cumprimento (i) dos requisitos previstos no artigo 414.º do CSC, incluindo uma maioria de membros independentes e tendo um dos membros a mencionada *expertise*, e (ii) da Recomendação CMVM II.2.1. acima referida):

Titulares	Cargo	Independência ⁽¹⁾	Data da 1ª designação	Mandato
António Sarmiento Gomes Mota	Presidente	Sim	12/11/2013	2012/2014
Elsa Maria Roncon Santos ⁽²⁾	Vogal		24/08/2012	2012/2014
Diogo José Paredes Leite de Campos	Vogal	Sim	12/11/2013	2012/2014
Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio ⁽³⁾	Vogal-Suplente		24/08/2012	2012/2014

(1) A avaliação da independência foi efetuada de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 414.º do CSC.

(2) Renunciou ao cargo a 7/11/2013. Reeleita para completar o mandato 2012/2014 a 12/11/2013.

(3) Renunciou ao cargo a 7/11/2013. Reeleita para completar o mandato 2012/2014 a 12/11/2013.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º5 do Código das Sociedades Comerciais

Vide ponto 31 da Parte I *supra*.

33. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização

Remete-se neste ponto para o Anexo I onde são disponibilizados para consulta os *curricula* dos membros do órgão de fiscalização dos CTT.

g) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do órgão de fiscalização

O texto integral do Regulamento de funcionamento da Comissão de Auditoria pode ser consultado no *website* dos CTT, em www.ctt.pt.

35. Número de reuniões do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria e grau de assiduidade de cada membro

Durante 2014, a Comissão de Auditoria realizou 12 reuniões, tendo os seus membros estado presentes em todas as reuniões (com exceção da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. que não designou pessoa singular para o exercício do cargo nem participou nas reuniões da Comissão de Auditoria).

O Conselho Fiscal em funções até 24 de março de 2014 realizou 2 reuniões, tendo estado presentes todos os membros do referido órgão nessas reuniões.

Durante 2014, a Comissão de Auditoria levou a cabo as seguintes principais atividades:

- Fiscalização da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas intercalares dos CTT.
- Supervisão dos sistemas de auditoria interna, controlo interno e gestão de risco, designadamente:
- Acompanhamento da atividade da Direção de Auditoria e Qualidade nas suas vertentes de

auditoria interna e *compliance* (ex., prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo) e apreciação do respetivo Plano de Atividades de Auditoria e *Compliance* e recursos afetos para 2015;

- Acompanhamento da atividade da Direção de Finanças e Risco em temas de gestão de riscos;
- Aprovação de proposta de Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses.
- Supervisão da execução das funções desempenhadas pelo ROC/Auditor Externo:
- Aprovação de proposta à Assembleia Geral de eleição do ROC para completar o mandato 2012/2014;
- Aprovação de Regulamento sobre a Prestação de Serviços pelo ROC/Auditor Externo e apreciação de propostas de contratação e dos trabalhos por estes desenvolvidas.
- Aprovação de proposta de Regulamento de Procedimentos de Comunicação de Irregularidades (em 2014 não foram recebidas reclamações relativas a estas matérias).
- Aprovação do seu Regulamento Interno, agenda anual de atividades e modelo de autoavaliação.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal/ Comissão de Auditoria, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos respetivos membros

As funções exercidas noutras empresas pelos membros da Comissão de Auditoria da Sociedade encontram-se discriminadas nos *curricula* disponibilizados para consulta no Anexo I. Acerca desta matéria, *vide* ainda o referido no ponto 26 da Parte I *supra*.

h) Competências e funções

37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

Nos termos do Regulamento sobre Prestação de Serviços Adicionais pelo ROC/Auditor Externo compete à Comissão de Auditoria analisar e avaliar os pedidos de contratação de serviços adicionais ao

ROC/Auditor Externo pelos CTT ou sociedades em relação de domínio ou grupo, ficando a respetiva contratação dependente de autorização prévia por parte deste órgão.

Conforme decorre do referido Regulamento, que se encontra disponível para consulta no *website* dos CTT em www.ctt.pt, na análise a realizar pela Comissão de Auditoria quanto ao trabalho a prestar pelo ROC/Auditor Externo, são especialmente ponderados os seguintes aspetos:

- Que não está em causa um serviço proibido nos termos do mesmo Regulamento e a prestação do serviço não afeta a independência do ROC/Auditor Externo;
- Que a contratação desse serviço não excede o montante anual recomendado para a contratação de serviços adicionais ao ROC/Auditor Externo em cada exercício;
- A experiência e o conhecimento que o ROC/Auditor Externo tem da Empresa.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

Competem à Comissão de Auditoria, enquanto órgão de fiscalização, as seguintes principais competências, estabelecidas na lei, nos Estatutos da Sociedade e no seu Regulamento:

Relativamente à qualidade da informação financeira e em cumprimento da Recomendação IPCG VII.1.1.:

- Avaliar se as políticas e procedimentos contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados são consistentes com os princípios contabilísticos geralmente aceites e adequados a uma correta apresentação e avaliação do património, das responsabilidades e dos resultados;
- Supervisionar o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e normas contabilísticas em vigor;
- Dar parecer sobre o relatório anual de gestão, as contas do exercício e as propostas apresentados pela administração da Sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- Atestar se o relatório anual de governo inclui os elementos devidos.

Relativamente à supervisão dos sistemas de auditoria

interna, controlo interno e gestão de risco e em cumprimento das Recomendações CMVM II.2.4. e II.2.5. e IPCG VII.1.2.:

- Acompanhar e fiscalizar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia e adequação dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna;
- Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção de Auditoria Interna e Qualidade e aos serviços de *compliance* da Sociedade e apreciar a sua independência;
- Acompanhar, de forma articulada com a Comissão Executiva, as matérias de auditoria interna, apreciando os relatórios da Direção de Auditoria Interna e Qualidade e dos serviços de *compliance*;
- Supervisionar a política e o sistema de gestão de risco da Sociedade, em articulação com o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, acompanhando as políticas de controlo de risco e as metodologias de avaliação integrada de risco;
- Propor à Comissão Executiva medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas de controlo interno da informação financeira, do sistema de gestão de riscos e da auditoria interna;
- Debater o conteúdo do relatório de controlo interno com a Comissão Executiva, o ROC e Auditor Externo;
- Definir, implementar e supervisionar os procedimentos de tratamento de irregularidades;
- Emitir parecer sobre transações com membros do Conselho de Administração, nos termos legalmente previstos, e estabelecer e implementar procedimentos acerca da emissão de parecer relativamente a transações significativas com acionistas titulares de participação qualificada.

Relativamente à revisão oficial de contas e auditoria externa e em cumprimento das Recomendações CMVM II.2.2. e II.2.3. e IPCG VII.2.:

- Propor à Assembleia Geral a nomeação e a destituição do ROC e ao Conselho de Administração a contratação e a resolução do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo, quando distinto do ROC, assim como proceder à avaliação anual do ROC e do Auditor Externo;
- Proceder à apreciação das habilitações e independência do ROC e do Auditor Externo, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;

- Propor a remuneração do ROC e Auditor Externo à Comissão de Vencimentos e ao Conselho de Administração, conforme aplicável;

- Acompanhar a atividade e as relações contratuais com o ROC e com o Auditor Externo, em particular em relação à informação financeira e eficácia dos mecanismos de controlo interno, designadamente (i) promovendo que aqueles disponham das condições adequadas ao desempenho da sua atividade, (ii) assumindo-se como o seu principal interlocutor da Sociedade e (iii) recebendo e apreciando os seus relatórios e correspondência relativos à Sociedade e sociedades em relação de domínio ou de grupo;

- Apreciar as certificações legais de contas anuais e dos relatórios de auditoria com o ROC e com o Auditor Externo.

Por sua vez, compete ao ROC proceder ao exame das contas da Sociedade, nos termos previstos na lei e no Regulamento sobre a prestação de serviços pelo ROC e Auditor Externo acima referido.

As funções de revisão oficial de contas e auditoria externa são exercidas pelas entidades referidas nos pontos 39 e seguintes da Parte I *infra* deste relatório, as quais incluem, entre outras, a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais aprovadas pela Comissão de Vencimentos, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e o reporte de quaisquer deficiências à Comissão de Auditoria dos CTT, em linha com a Recomendação IV.1. da CMVM.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. (“PwC”) foi reconduzida como ROC da Sociedade para o mandato 2012/2014, por deliberação de 20 de outubro de 2012. Esta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi representada nas suas funções desde 30 de outubro de 2012, por José Pereira Alves (ROC nº 711) ou por João Rui Fernandes Ramos (ROC nº 1333), tendo este último sido substituído por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (ROC nº 902) a 31 de janeiro de 2014. O ROC Suplente designado para o mandato 2012/2014 foi José Manuel Henriques Bernardo (ROC nº 903), que foi reconduzido no exercício do cargo por deliberação de 30 de outubro de 2012.

Na sequência da renúncia da PwC a 8 de abril de

2014, ao cargo de ROC da Sociedade, foi eleita pela Assembleia Geral Anual dos CTT realizada no dia 5 de maio de 2014, sob proposta da Comissão de Auditoria, a KPMG & Associados, SROC, S.A. (“KPMG”), representada por Maria Cristina Santos Ferreira (ROC nº 1010), para completar o mandato correspondente ao triênio 2012/2104. O ROC Suplente da Sociedade é Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC nº 1081) também eleito na mesma data para completar o mesmo mandato.

40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

A KPMG exerce funções de ROC dos CTT desde 5 de maio de 2014.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

Vide ponto 47 da Parte I *infra* sobre os serviços adicionais prestados pelo ROC à Sociedade.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, e respetivo número de registo na CMVM

A PwC (registada na CMVM com o nº 9077) exerceu as funções de Auditor Externo desde 2013 até à data de renúncia ao mandato em 8 de abril de 2014, tendo sido representada nas suas funções por José Pereira Alves (ROC nº 711) ou por João Rui Fernandes Ramos (ROC nº 1333), tendo este último sido substituído por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (ROC nº 902) a 31 de janeiro de 2014.

Desde 5 de maio de 2014, o Auditor Externo é a KPMG, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 189 e registada na CMVM sob o nº 9093, representada pela sócia Maria Cristina Santos Ferreira (ROC nº 1010).

43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo

A KPMG (ROC nº 189), representada por Maria Cristina Santos Ferreira (ROC nº 1010), exerce funções consecutivamente junto dos CTT desde 2012. Com efeito, a KPMG exerceu funções de auditor independente dos CTT de 2012 a 2013.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

A Sociedade reconhece que a rotação do auditor constituiu uma boa prática a ponderar de forma a salvaguardar a independência do mesmo, cabendo à Comissão de Auditoria avaliar casuisticamente as vantagens de tal prática para efeitos da sua isenção e da fiabilidade da informação financeira da Empresa, por contraposição com a experiência e conhecimento do Auditor Externo e as salvaguardas de independência implementadas, no contexto de um número limitado de entidades prestadoras dos serviços em causa.

O Auditor Externo dos CTT foi contratado para exercer funções de auditor independente em 2012, primeiro ano do mandato 2012/2014 dos órgãos sociais, encontrando-se a Sociedade em cumprimento das Recomendações IV.3. da CMVM e VII.2.3. do IPCG. Com efeito, não decorreu ainda o período correspondente a três mandatos, a partir do qual a Empresa deve promover a rotação de acordo com a Recomendação IV.3. da CMVM, nem o período máximo de sete anos de exercício de funções pelo sócio responsável que representa a KPMG, tal como definido no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em devido tempo a Comissão de Auditoria analisará e terá em consideração o historial de contratação, qualificações, especialização, condições de independência, vantagens e custos da eventual substituição do Auditor Externo nos CTT.

45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Vide ponto 38 da Parte I *supra* a propósito das competências da Comissão de Auditoria quanto à avaliação anual do Auditor Externo. No desempenho das suas competências e em linha com as Recomendações da CMVM II.2.3. e VII.2.1. do IPCG, a Comissão de Auditoria atestou a independência do Auditor Externo e avaliou positivamente o trabalho por este desenvolvido durante o exercício de 2014, de acordo com os procedimentos melhor detalhados no Regulamento da Comissão de Auditoria.

46. Trabalhos distintos dos de auditoria realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os serviços diversos dos serviços de auditoria contratados ao longo de 2014 ao Auditor Externo pelos CTT e sociedades que com estes se encontram em relação de domínio ou de grupo encontram-se resumidos nos quadros constantes do ponto 47 da Parte I *infra*.

Nos termos legais, cabe à Comissão de Auditoria fiscalizar a independência do ROC, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais. A Comissão de Auditoria da Sociedade aprovou, em 22 de setembro de 2014, o Regulamento sobre Prestação de Serviços pelo ROC / Auditor Externo, ao abrigo do qual foram atualizados os procedimentos internos dos CTT relativamente à aprovação da contratação de tais serviços pela Comissão de Auditoria.

Ao longo de 2014, a Comissão de Auditoria acompanhou a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria pelo Auditor Externo nos termos *supra* referidos, de modo a assegurar que não originavam situações de conflito de interesses nem comprometiam a independência do ROC/Auditor

Externo, tendo aprovado fundamentadamente a contratação dos mesmos por entender que se tratavam de serviços em relação aos quais o conhecimento da Empresa pelo ROC/Auditor Externo ou a sua complementaridade face aos serviços de auditoria justificava a adjudicação.

Em 2014, os serviços contratados à KPMG e PwC e entidades da sua rede/grupo pelos CTT e sociedades com estes em relação de domínio ou de grupo relativos a trabalhos distintos dos de Auditoria atingiram apenas 12,3% do valor total dos serviços contratados àquelas entidades (conforme tabelas constantes dos ponto 47 *infra*), encontrando-se ainda em curso parte dos serviços contratados à KPMG. Deste modo, os CTT adotam as Recomendações IV.2. da CMVM e VII.2.4. do IPCG.

47. Montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços

No quadro seguinte são indicados os valores (sem IVA) correspondentes aos honorários da KPMG e PwC relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas ou auditoria contratados e contabilizados (i.e. faturados e especializados) em 2014:

KPMG	Serviços Contratados 2014		Serviços Contabilizados 2014	
	Montantes	%	Montantes	%
CTT	182.035	100%	257.260	100%
1 Serviços de revisão legal de contas e auditoria	162.200	89%	223.875 ⁽¹⁾	87%
2 Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	0	0%
3 Serviços de consultoria fiscal	19.835	11%	23.385	9%
4 Outros serviços que não os referidos em 1 a 3	0	0%	10.000 ⁽²⁾	4%
Restantes empresas Grupo CTT	60.800	100%	39.300	0%
1 Serviços de revisão legal de contas e auditoria	50.800	84%	39.300	0%
2 Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	0	0%
3 Serviços de consultoria fiscal	10.000	16%	0	0%
4 Outros serviços que não os referidos em 1 a 3	0	0%	0	0%
TOTAL	242.835		296.560	

(1) Este valor inclui honorários relativos a revisão oficial de contas e auditoria contratados em 2013 e faturados em 2014.

(2) Valor correspondente a serviços contratados em 2013 e faturados em 2014

PwC	Serviços Contratados 2014		Serviços Contabilizados 2014	
	Montantes	%	Montantes	%
CTT	0	0%	52.200	100%
1 Serviços de revisão legal de contas e auditoria	0	0%	52.200 ⁽¹⁾	100%
2 Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	0	0%
3 Serviços de consultoria fiscal	0	0%	0	0%
4 Outros serviços que não os referidos em 1 a 3	0	0%	0	0%
Restantes empresas Grupo CTT	0	0%	9.060	100%
1 Serviços de revisão legal de contas e auditoria	0	0%	9.060	100%
2 Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	0	0%
3 Serviços de consultoria fiscal	0	0%	0	0%
4 Outros serviços que não os referidos em 1 a 3	0	0%	0	0%
TOTAL	0		61.260	

(1) Serviços contratados em 2013 e faturados em 2014.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos da Sociedade.

Os Estatutos dos CTT não preveem regras especiais aplicáveis à sua alteração, aplicando-se, assim, as regras gerais previstas no CSC, ou seja, esta deliberação deve ser aprovada em reunião da Assembleia Geral:

- Na qual, em primeira convocação, estejam presentes ou representados Acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social; e
- Por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, quer em primeira quer em segunda convocação, salvo se, em segunda convocação, estiverem presentes ou representados Acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, caso em que esta deliberação pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Visando o reforço das práticas de governo societário e a monitorização da adoção das normas de conduta vigentes, os CTT aprovaram e implementaram em 2014 procedimentos de receção, retenção e tratamento de comunicações de irregularidades, em linha com as melhores práticas neste domínio (como seja a Recomendação IPCG 1.2.5.) e no âmbito dos quais a Comissão de Auditoria e a Comissão de Ética da Sociedade têm um papel determinante.

Neste âmbito, a Comissão de Auditoria dos CTT é o órgão competente para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, colaboradores da Sociedade e outros, de modo a assegurar a necessária independência destes procedimentos.

A comunicação de irregularidades deve ser dirigida, por escrito, à Comissão de Auditoria dos CTT, através de qualquer um dos seguintes canais de comunicação e incluindo a informação prevista no Regulamento de Procedimentos de Comunicação de Irregularidades: E-mail: irregularidades@ctt.pt; Morada: Remessa Livre 8335, Loja de Cabo Ruivo, 1804-001 Lisboa.

Após a receção e registo de qualquer comunicação de irregularidade, a Comissão de Auditoria remete-a

à Comissão de Ética, para que esta promova as ações tendentes à confirmação da existência de fundamentos suficientes para proceder à realização de investigação. No termo da investigação, a Comissão de Ética propõe à Comissão de Auditoria a adoção de medidas adequadas ou o seu arquivamento.

No âmbito destes procedimentos e conforme melhor detalhado no Regulamento acima referido são garantidos os seguintes direitos e salvaguardas a qualquer denunciante:

- Tratamento confidencial das comunicações de irregularidades;
- Tratamento e salvaguarda dos registos e da respetiva informação de forma confidencial e segura;
- Direito de informação, acesso e retificação de dados pessoais; e
- Proibição de retaliação por parte dos CTT em relação às pessoas que reportem as irregularidades abrangidas por este mecanismo.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO

50. Pessoas/órgãos responsáveis pela auditoria interna e sistema de controlo interno

Os órgãos de administração e fiscalização dos CTT têm atribuído crescente relevância ao aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria interna da Sociedade, tendo presente as melhores práticas aplicáveis (designadamente, a metodologia COSO II) e as especificidades da Empresa.

Sendo competência do Conselho de Administração assegurar a eficácia dos referidos sistemas, este órgão fomenta uma cultura de controlo em toda a organização, tendo instituído para o efeito:

- Mecanismos internos de informação e comunicação, que permitem acompanhar e monitorizar o desempenho da organização a todos os níveis;
- Processos de identificação e resposta aos riscos que possam comprometer a obtenção dos objetivos estratégicos da Empresa definidos por este órgão; e
- Um sistema de controlo interno que visa garantir a condução eficiente e sustentável dos negócios e operações, a proteção de recursos e ativos e a conformidade com as políticas, planos, procedimentos e normativos aplicáveis.

Por sua vez, a Comissão de Auditoria, enquanto órgão de fiscalização dos CTT, é responsável pela supervisão da eficácia dos referidos sistemas, nos termos detalhados no respetivo Regulamento interno.

Neste contexto, a função de auditoria interna é assegurada pela Direção de Auditoria e Qualidade, à qual compete a avaliação independente da adequação e efetividade dos sistemas de controlo interno dos CTT e suas subsidiárias, através de uma monitorização contínua dos principais riscos.

Assim, os CTT dão pleno cumprimento às Recomendações da CMVM II.1.5. e II.2.4., na medida em que (i) cabe ao Conselho de Administração fixar os objetivos em matéria estratégica e de assunção de riscos da Empresa e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos e, por sua vez, (ii) cabe à Comissão de Auditoria avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de risco, o que foi efetuado em 2014 nos termos explicitados nos pontos 50 a 55 da Parte I *infra*. Ainda neste âmbito, as práticas da Empresa encontram-se alinhadas com as Recomendações do IPCG IV.5. e VI.1. a VI.4.

51. Relações de dependência hierárquica/funcional face a outros órgãos da sociedade

A Direção de Auditoria e Qualidade reporta hierarquicamente à Comissão Executiva e funcionalmente à Comissão de Auditoria, no contexto das respetivas funções de administração e fiscalização.

Nos termos dos Estatutos e do respetivo Regulamento, o Conselho de Administração é competente por assegurar a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria interna, estabelecendo mecanismos e estruturas destinadas a atingir este objetivo. A Direção de Auditoria e Qualidade reporta hierarquicamente à Comissão Executiva (através do Presidente da Comissão Executiva), permitindo-lhe atuar de um modo transversal no âmbito dos CTT e de todas suas subsidiárias.

Igualmente nos termos dos Estatutos e do respetivo Regulamento, cabem à Comissão de Auditoria as seguintes responsabilidades neste domínio, as quais asseguram um reporte funcional da Direção de Auditoria Interna e Qualidade perante o órgão de fiscalização da Sociedade, dando por esta via cumprimento, ao longo de 2014, às Recomendações II.2.5. da CMVM e VII.1.2. do IPCG:

- Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção de Auditoria Interna e

Qualidade e aos serviços de *compliance* da Sociedade e proceder à apreciação da sua objetividade e independência;

- Desenvolver, de forma articulada com a Comissão Executiva, o acompanhamento das matérias de auditoria interna, apreciando os relatórios da Direção de Auditoria Interna e Qualidade e dos serviços de *compliance*;
- Propor à Comissão Executiva medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas de controlo interno da informação financeira, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna;
- Debater o relatório de controlo interno com a Comissão Executiva e com o ROC e Auditor Externo;
- Fiscalizar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e de auditoria, bem como a eficácia e adequação dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna.

52. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos

Compete à Direção de Finanças e Gestão do Risco, diretamente dependente da Comissão Executiva (reportando hierarquicamente ao CFO), a coordenação centralizada do modelo de gestão do risco dos CTT e o planeamento e implementação de programas de gestão dos riscos suportados na Política e Manual de Gestão de Risco da Empresa.

A gestão e controlo de risco são assumidos nos CTT por toda a estrutura organizacional, envolvendo desde a gestão de topo aos níveis mais operacionais.

A função de gestão de risco possui uma visão integrada sobre o modo como os distintos riscos podem afetar a estratégia de negócio dos CTT, sendo, também, responsável por efetuar a respetiva comunicação e articulação com as demais estruturas de governo, cujas responsabilidades se descrevem adiante:

Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Designar o responsável pela função de gestão do risco e assegurar que esta função tem autoridade para desempenhar as suas competências e possui os recursos adequados a um sistema de gestão robusto; • Aprovar políticas eficazes e adequadas para a gestão dos riscos a que os CTT estão expostos, assegurando a sua implementação e cumprimento.
Comissão de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar a política e o sistema de gestão de risco, em articulação com o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, acompanhando nomeadamente as políticas de controlo de risco e as metodologias de avaliação integrada de risco, assim como promovendo uma avaliação anual do sistema e propondo as medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento; • Fiscalizar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e de auditoria, bem como a eficácia e adequação dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna.
Direção de Finanças e Gestão do Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e promover as políticas e linhas orientadoras de gestão do risco nos CTT e colaborar na criação de uma cultura de gestão do risco, definindo uma linguagem comum, promovendo ações de consciencialização e apoiando outras áreas da organização envolvidas e os <i>risk owners</i>; • Coordenar todo o processo de gestão do risco dos CTT nas suas quatro fases; • Monitorizar e melhorar continuamente a eficácia do processo de gestão do risco, assegurando que as melhores práticas são aplicadas; • Proceder à revisão periódica do perfil de risco e do manual da sua gestão.
Direção de Auditoria Interna e Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar auditorias periódicas ao sistema de gestão do risco; • Prestar assessoria técnica à revisão de normativos, com vista à melhoria dos sistemas de controlo interno; • Realizar o <i>follow-up</i> das ações de mitigação realizadas.
Owner do risco	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar as atividades do processo de gestão do risco relativas à avaliação, definição da resposta e ações de mitigação; • Acompanhar e avaliar os resultados das ações de mitigação; • Reportar à função de gestão do risco recomendações relativas às atividades de controlo.
Comité de Gestão de Risco	<p>Apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, na medida do necessário, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o envolvimento organizacional ao nível da temática do risco, agregando as diferentes visões e sensibilidades das áreas envolvidas e promovendo a integração da gestão de risco nos processos de negócio, e • Dinamizar a atuação da função de gestão do risco e cooperar com esta.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

Considerando os objetivos estratégicos dos CTT foram identificados os seguintes principais riscos (“*Top*

risks”) que podem comprometer a concretização do crescimento sustentável da organização (estes riscos foram classificados em termos de probabilidade - possível, provável e muito provável - e impacto - muito alto, alto e médio), tendo-se assim definido o perfil de risco dos CTT:

Mercados e concorrência	A expansão das comunicações digitais tem resultado, e prevê-se que continue a resultar, num decréscimo do tráfego postal. Aliado a este facto, a abertura total do mercado tende a aumentar a concorrência em determinadas áreas de negócio ou produtos. A gestão deste risco está entregue às Áreas de Negócio e à unidade de Regulação e Concorrência.
Inovação e desenvolvimento	A inovação na atividade postal é determinante para alavancar o desenvolvimento de novas soluções, serviços e produtos que reforcem a liderança dos CTT. O efeito de substituição e a forte concorrência, a par da globalização e liberalização, constituem ameaças que só podem ser combatidas com um forte e amplo empenho na adoção de uma cultura e prática comprometidas com a inovação. A gestão deste risco é responsabilidade da unidade de Estratégia e Desenvolvimento.
Obrigatoriedade do Serviço Universal	Enquanto prestador do serviço universal até 2020, as obrigações dos CTT comportam custos significativos que podem não ser suficientemente reduzidos ou compensados de forma a cobrir o decréscimo nos rendimentos operacionais decorrente da intensificação da concorrência e da diminuição do tráfego postal. A gestão deste risco está alocada à unidade de Regulação e Concorrência e à unidade de Estratégia e Desenvolvimento.
Focalização e fidelização de clientes	Alterações nas preferências dos consumidores ou a falha no fornecimento de produtos e serviços de elevada qualidade podem afetar negativamente os CTT. Acresce que uma percentagem importante dos rendimentos operacionais dos CTT provém do negócio postal e, em particular, de uma base de clientes relativamente concentrada. A gestão deste risco é uma preocupação das Áreas de Negócio e Redes Comerciais.
Gestão de Recursos Humanos	A capacidade de recrutar e reter trabalhadores qualificados e gestores experientes é essencial para o sucesso dos CTT. Para mitigar este risco os CTT implementaram um plano de gestão de talento, com iniciativas a desenvolver ao longo do triénio 2014/2016, de modo a dotar os CTT das melhores práticas de mercado. A gestão deste risco compete à unidade de Recursos Humanos e Organização.
Parcerias	A atividade dos CTT depende de parcerias e outros acordos similares, quer ao nível dos segmentos de negócio de correio, serviços financeiros ou soluções empresariais, quer ao nível de prestadores de serviços e fornecedores chave em algumas áreas operacionais. O incumprimento destes compromissos, a resolução dos acordos ou qualquer interrupção nos serviços prestados pode perturbar significativamente as operações e afetar de forma adversa o negócio dos CTT. A gestão deste risco é transversal a todas as áreas da organização.
Gestão da Informação	A análise e a tomada de decisões fundamentadas em informação criteriosa, relevante, fiável, consistente e confidencial são cruciais para uma eficiente definição, implementação e gestão da estratégia de negócio, bem como para o cumprimento das obrigações legais em termos de informação ao mercado. A gestão deste risco é responsabilidade das unidades de Tecnologias de Informação, Planeamento e Controlo de Gestão e Relações com Investidores.
Tecnologias de Informação (TI)	A gestão corrente das operações dos CTT depende fortemente da sua infraestrutura de TI e de sistemas de comunicação. As falhas no seu funcionamento podem comprometer a capacidade de oferta de produtos e serviços, resultando numa diminuição de rendimentos operacionais e com consequências ao nível da reputação e imagem junto dos <i>stakeholders</i> . A gestão deste risco está entregue à unidade de Tecnologias de Informação.
Alinhamento Estratégico	A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização da evolução dos vetores social, político e macroeconómico, bem como o alinhamento do portfólio de negócio dos CTT e subsidiárias com as tendências de mercado, numa perspetiva de inovação e de criação sustentada de valor. A gestão deste risco compete à unidade de Estratégia e Desenvolvimento.
Análise de Rentabilidade	Os CTT estão sujeitos a múltiplos riscos financeiros, com destaque para os riscos de crédito, de taxa de juro e cambial e riscos de liquidez, cuja mitigação para maximização de rentabilidade é crucial para o crescimento sustentado dos CTT. A gestão destes riscos é responsabilidade das unidades de Contabilidade e Tesouraria e de Finanças e Gestão do Risco. Neste âmbito importa, ainda, salientar as atribuições e atividades da Comissão de Crédito e do Comité de Investimento.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão dos riscos

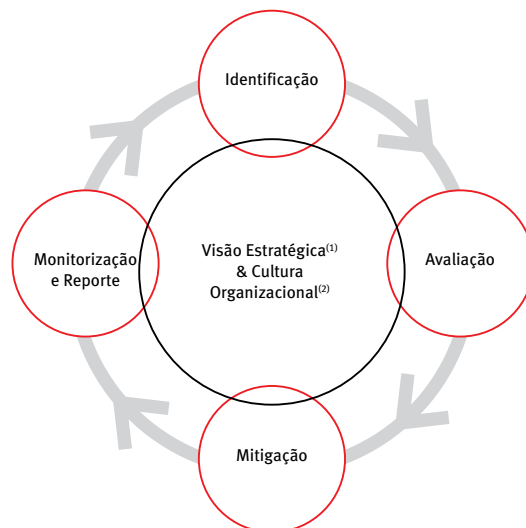
A gestão de risco é promovida pelo Conselho de Administração, em articulação com os diversos responsáveis das unidades organizativas, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam influenciar a prossecução do plano e dos objetivos estratégicos, de modo alinhado com o perfil de risco.

As unidades de Auditoria e Qualidade e Finanças e Gestão do Risco apoiam a implementação do sistema de gestão de risco e a apreciação contínua dos procedimentos estabelecidos, pelas seguintes vias:

- Conceção de modelo de gestão de riscos alinhado com os objetivos estratégicos, incluindo canais de informação e comunicação;
- Identificação e avaliação dos eventos de risco; e
- Monitorização permanente dos principais riscos identificados, de modo a assegurar ações de mitigação.

Assim, os CTT implementaram um sistema de gestão de risco destinado a gerir de forma sistemática os riscos e as oportunidades que podem ter impacto nos objetivos estratégicos da Empresa, através de estruturas, processos, metodologias e informação, que permitam

efetuar uma revisão cíclica e periódica do seguinte processo de gestão de risco:



(1) A visão estratégica engloba a missão estratégica (sensibilidade ao risco) e objetivos estratégicos (tolerância ao risco) da Empresa.

(2) A cultura organizacional engloba 6 layers: Informação e comunicação, gestão da informação, recursos humanos, estrutura organizacional, gestão do conhecimento e *assurance*.

Este processo de gestão de risco envolve, assim, as seguintes quatro fases:

Fase I - Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema de gestão de risco é suportado por um conjunto de normas e procedimentos de captura, registo, classificação e comunicação dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades diárias (ex. financeiras, operacionais, comerciais, outras), bem como dos riscos do meio envolvente.
Fase II - Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os riscos relevantes são avaliados quanto à sua probabilidade e impacto, utilizando, para o efeito, os níveis de classificação aprovados, conforme consta do manual de gestão do risco periodicamente revisto.
Fase III - Mitigação	<ul style="list-style-type: none"> • Em função da avaliação dos riscos são definidas estratégias de mitigação, no sentido de evitar, reduzir, partilhar e/ou aceitar determinado nível de risco.
Fase IV - Monitorização e reporte	<ul style="list-style-type: none"> • Esta fase é suportada pela execução de atividades, avaliações e relatórios periódicos destinados a assegurar que todos os riscos são monitorizados e a verificar eventuais alterações do nível de risco; • Esta monitorização é efetuada com base em indicadores de risco (<i>Key Risk Indicators</i> - KRIs) que permitem um contínuo reporte e a adoção de medidas de remediação em tempo útil; • Os KRIs endereçam todos os níveis organizacionais (estratégico, tático e operacional) e visam um alinhamento permanente com <i>key performance indicators</i> e, por conseguinte, com a estratégia de negócio e perfil de risco dos CTT definidos pelo Conselho de Administração.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

O processo de divulgação de informação financeira é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de prestação de contas e demais informação financeira são

elaborados pelas Direções de Planeamento e Controlo e Relações com Investidores, com base na informação disponibilizada pela Direção de Contabilidade e Tesouraria e pelas unidades de negócio.

Todos os documentos de apresentação de informação financeira são aprovados pelo Conselho de Administração e revistos pela Comissão de Auditoria, pelo ROC e pelo Auditor Externo.

Cabe, em particular, à Comissão de Auditoria supervisionar a adoção pela Empresa dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade dos CTT, designadamente acompanhando as atividades da Direção de Auditoria Interna e Qualidade nos termos *supra* descritos.

A Comissão de Auditoria é também responsável por fiscalizar a independência do ROC e Auditor Externo e o processo de preparação e de divulgação de informação financeira da Empresa. Neste âmbito, a Comissão de Auditoria:

- Realiza reuniões de acompanhamento destes processos com os membros da Comissão Executiva, com o ROC e Auditor Externo, assim como com os responsáveis pela contabilidade e pelo planeamento e controlo de gestão;
- Aprecia os relatórios da Direção de Auditoria Interna e Qualidade (designadamente a propósito dos procedimentos de auditoria interna e ao controlo interno do relato financeiro), com vista a efetuar eventuais propostas à Comissão Executiva;
- Acompanha, de forma articulada com a Comissão Executiva, as matérias de auditoria interna, designadamente no que respeita aos procedimentos relativos ao relato financeiro, à deteção de riscos, irregularidades e conflitos de interesses e à salvaguarda do património.

As tarefas realizadas ao longo de 2014 pela Comissão de Auditoria neste âmbito visaram, sobretudo, supervisionar a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira e assegurar que a auditoria interna e externa tinham condições para desenvolver a sua atividade com independência e objetividade, em linha com a Recomendação II.2.5. da CMVM e VII.1. do IPCG.

Por sua vez, com vista à emissão da certificação legal de contas e do relatório de auditoria, o ROC e o Auditor Externo avaliam os mecanismos de controlo interno dos principais processos de negócio das empresas do grupo com efeitos no relato financeiro.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

A Direção de Relações com Investidores dos CTT (“RI”) tem como objetivo assegurar um relacionamento sólido e duradouro entre, por um lado, os acionistas, investidores e analistas, a CMVM, a Euronext Lisbon e os mercados de capitais, e, por outro lado, a Empresa e os seus órgãos sociais, disponibilizando atempadamente e de forma clara e transparente informação que permita conhecer a evolução da realidade atual dos CTT, em termos económicos, financeiros e de governo societário. A Sociedade adota assim a Recomendação VI.2. da CMVM e a Recomendação I.1.1 do IPCG, proporcionando um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado.

A equipa da RI dos CTT é composta por 5 pessoas e dirigida por Peter Tsvetkov, sendo os seus contactos os seguintes:

Morada: Avenida D. João II, nº 13, 12º piso
1999-001 Lisboa-Portugal

investors@ctt.pt
Fax: +351 210 471 996
Telefone: +351 210 471 867
Website: www.ctt.pt

Em 2014, o primeiro ano civil completo dos CTT como emite de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, além da prestação de contas regular - Relatório & Contas Anual (2013), Relatório Intercalar (1º semestre de 2014), bem como comunicados e apresentações de resultados trimestrais -, a Sociedade emitiu 27 comunicados de informação privilegiada, 32 de participações qualificadas nos CTT e 6 referentes a transações de dirigentes. Além disso, a RI recebeu e processou 425 *e-mails* de investidores institucionais, 1.483 de analistas de *research*, 670 provenientes de organizadores de conferências e eventos financeiros e 253 de outros investidores e público em geral.

Durante o ano, foram despendidos pelos CTT 27,5 dias em reuniões externas com investidores, dos quais 13,5 dias em conferências (organizadas por 12 corretoras diferentes em 6 cidades distintas) e 14 dias em 16 *roadshows* (organizadas por 8 corretoras diferentes em 9 cidades distintas). O Chairman & CEO da Sociedade despendeu 11 dias no exterior em atividades ligadas às Relações com Investidores e o CFO despendeu 23,5 dias para o mesmo efeito. Os CTT receberam igualmente 24 visitas de investidores, sendo 4 independentes e 20 organizadas por 10 corretoras diferentes. Ao longo

do ano, a Empresa reuniu com 351 investidores. De referir ainda, a realização de 50 teleconferências com investidores, 53 contactos com analistas, dos quais 29 teleconferências e 24 reuniões, além de muitas chamadas não agendadas.

Os CTT desenvolveram contactos com analistas de *research*, por forma a promover o conhecimento da *equity story* e da estratégia da Empresa por parte dos mercados de capitais. A cobertura da ação dos CTT pelos analistas de *research* é atualmente realizada por 3 corretoras portuguesas (BESI, BPI, CaixaBI), 2 espanholas (BBVA, Fidentis), 2 alemãs (Berenberg, MainFirst) e 5 da América do Norte (JP Morgan, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Jefferies e Royal Bank of Canada).

A 31 de dezembro de 2014, o preço de fecho de mercado da ação dos CTT foi de 8,017€, sendo o preço-alvo médio dos 12 analistas que cobrem esta ação de 8,554€. Naquela data, 67% dos analistas (8) tinham recomendações positivas sobre a ação e 17% (2) tinham recomendações neutras. Os restantes 17% (2) emitiram recomendações negativas.

57. Representante para as relações com o mercado

O Representante para as Relações com o Mercado dos CTT é o Administrador Executivo e CFO André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

No âmbito das questões colocadas à RI pela comunidade financeira em geral (acionistas, investidores e analistas), via correio eletrónico ou através de contacto telefónico, a RI registou ao longo de 2014 inúmeros pedidos de informação, tendo recebido e processado 425 *e-mails* de investidores institucionais, 1.483 de analistas de *research*, 670 provenientes de organizadores de conferências e eventos financeiros e 253 de outros investidores e público em geral, além de muitos contactos telefónicos. Os referidos pedidos tiveram na sua generalidade resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza e complexidade das questões em causa e, no final de 2014, não se encontrava pendente qualquer pedido de informação, em linha com a Recomendação VI.2. da CMVM.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

O endereço do *website* dos CTT é o seguinte:
<http://www.ctt.pt>

Tal como adiante descrito, em linha com a Recomendação VI.1. da CMVM, a Sociedade proporciona, através do seu *website*, em português e inglês, acesso a informações que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de Sociedade aberta, a sede e demais elementos de identificação da sociedade

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, no *link*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/a-empresa/governo-da-Sociedade/identificacao-da-Sociedade.html>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, nos *links*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/a-empresa/governo-da-Sociedade/estatutos-e-regulamentos.html#panel2-1>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor respetivas funções e meios de acesso

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, nos *links*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/a-empresa/governo-da-Sociedade/index.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/relacoes-com-investidores/contactos-ri.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, bem como o calendário semestral de eventos societários

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, nos *links*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/informacao-financieira/contas-consolidadas.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/informacao-financieira/divulgacao-de-resultados.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, no *link*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/relacoes-com-investidores/assembleias-gerais.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, no *link*:

<http://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/relacoes-com-investidores/assembleias-gerais.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=3>

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva e dos dirigentes da sociedade

De acordo com o ponto 2 (d) do artigo 9º dos Estatutos, a determinação das remunerações dos membros dos órgãos sociais compete à Assembleia Geral, que pode nomear para o efeito uma Comissão de Vencimentos. A Comissão de Vencimentos foi designada na Assembleia Geral de 24 de março de 2014, para o mandato 2014/2016.

Tendo em conta que o Conselho de Administração dos CTT entende que os dirigentes da Sociedade, na aceção do artigo 248º-B do Cód.VM, correspondem apenas aos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT, a fixação da sua remuneração compete à Comissão de Vencimentos.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

Titulares	Cargo	Data da 1ª designação
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	Presidente	24/03/2014
José Gonçalo Ferreira Maury	Vogal	24/03/2014
Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão	Vogal	24/03/2014

Em cumprimento das Recomendações II.3.1. da CMVM e V.2.1. do IPCG, todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes face à administração dos CTT, já que nenhum (i) integra qualquer órgão social da Sociedade nem de sociedades com esta em relação de domínio ou grupo, (ii) é titular ou atua em nome e por conta de titulares de participação qualificada nos

CTT e/ou (iii) tem qualquer relação familiar (i.e., por via do seu cônjuge, parentes e/ou afins em linha reta até ao 3.º grau, inclusive) com qualquer Administrador.

Em 2014, a Comissão de Vencimentos foi apoiada por consultores especializados (Mercer, MLGTS e Deloitte). De entre estes apenas a Mercer mantinha relação com a Empresa nessa data e prestava e tinha prestado nos últimos 3 anos serviços aos CTT. Ainda que a Sociedade não adote a Recomendação II.3.2. da CMVM, como explicitado na Parte II *infra*, a Sociedade instituiu os mecanismos necessários para assegurar a independência dos consultores que apoiam a Comissão de Vencimentos.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

Os *curricula* dos membros da Comissão de Vencimentos constam do Anexo I. Tal como aí evidenciado, e em harmonia com a Recomendação II.3.1. da CMVM, todos os membros desta Comissão dispõem de conhecimento adequado para analisar e deliberar sobre as matérias da sua competência, atenta a sua formação académica e vasta experiência profissional, nomeadamente por via:

- Do desempenho de funções de administração em diversos setores, em Portugal e no estrangeiro, e do desempenho de funções em comissões de vencimentos, em ambos os casos em sociedades com dimensão relevante e com ações admitidas à negociação;
- De atividades de consultoria na área de recursos humanos especializados, incluindo políticas remuneratórias e de seleção e captação de executivos nos setores financeiro, serviços e indústria.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Na Assembleia Geral Anual realizada em 5 de maio de 2014, a Comissão de Vencimentos que acabara de ser eleita em 24 de março, apresentou aos Acionistas dos CTT a sua declaração anual sobre a política remuneratória dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, contendo as linhas gerais da política a desenvolver e aprovar durante o seu primeiro ano de mandato.

Tendo a referida declaração obtido a aprovação dos Acionistas e sido concluído o processo de privatização da Empresa, a Comissão de Vencimentos aprovou e implementou a atual política remuneratória, tendo em vista promover o alinhamento entre a remuneração e a estratégia de negócio definida para o mandato e, consequentemente, a sustentabilidade dos resultados e a criação de valor para os Acionistas.

Esta política foi aprovada tendo em conta as linhas gerais da referida declaração e uma profunda reflexão e estudos de *benchmarking* realizados com o apoio de consultores especializados e, subsequentemente, sujeita a parecer da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações.

Nesta reflexão procurou-se desenvolver e adaptar os princípios vertidos na mesma declaração e as melhores práticas vigentes às especificidades do mercado português, do setor de atividade dos CTT, assim como do plano estratégico, do plano de negócios e dos orçamentos anuais da Sociedade. Neste âmbito, a Sociedade compara-se com um grupo de emittentes portuguesas e ainda com diversas congéneres europeias do setor.

O *peer group* utilizado na análise de *benchmark* subjacente à política remuneratória aplicável aos Administradores Executivos dos CTT foi selecionado tendo por base 3 critérios (setor, mercado regulado/não regulado e estabilidade dos *cash-flows*) e englobou 19 empresas, incluindo 7 empresas europeias do setor (Bpost, Deutsche Post, La Poste, Poste Italiane, Poste NL, Post Nord e Royal Mail) e 12 empresas portuguesas com ações admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon (BES, Brisa, Cimpor, EDP, EDP Renováveis, ES Saúde, Jerónimo Martins, NOS, Portucel, Portugal Telecom, REN e Sonae).

No que respeita aos Administradores Não Executivos e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, o *benchmark* de referência atendeu a um *peer group* composto por 14 empresas do PSI20 (Banif, BES, BPI, Galp Energia, Impresa, Jerónimo Martins, Millennium BCP, Mota Engil, NOS, Portucel, Portugal Telecom, REN, Semapa e Sonae SGPS).

A política de remuneração aprovada pela Comissão de Vencimentos para o mandato 2014/2016 assenta nos seguintes principais princípios:

- Funcionar como instrumento da política de gestão de talento;
- Recompensar o trabalho, estimular o desempenho, premiar os resultados, tendo em conta o desempenho e o mérito individual;

- Contribuir para atrair, desenvolver e reter profissionais competentes, procurando ser competitiva face às práticas em vigor no mercado português para empresas de idêntica complexidade;
- Promover de forma responsável o alinhamento de interesses com os valores e a cultura CTT, com a estratégia de negócio, com os Acionistas da Sociedade e, em geral, com os restantes *stakeholders*; e
- Contribuir para a criação de valor não só no curto mas sobretudo no médio e longo prazo, seguindo práticas de gestão sustentadas.

Atentos estes princípios, a remuneração dos Administradores Executivos compreende uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última constituída por uma parcela que visa remunerar o desempenho no curto prazo e por outra que visa remunerar o desempenho no longo prazo.

A componente de remuneração fixa foi definida atendendo à competitividade do mercado e natureza e complexidade das funções (razão pela qual se diferencia a remuneração do CEO, CFO e restantes Administradores Executivos), às competências requeridas e à sustentabilidade da performance dos CTT. À remuneração base anual paga 14 vezes ao ano acrescem benefícios complementares correspondentes ao subsídio de refeição anual e um montante fixo mensal a afetar a fundo de pensões aberto ou plano poupança reforma. Esta componente pode ser revista anualmente pela Comissão de Vencimentos.

A remuneração variável dos Administradores Executivos é composta por:

- Uma componente anual (“Remuneração Variável Anual” ou “RVA”), dependente do atingimento de

objetivos quantitativos e qualitativos pré-definidos, em cada exercício e paga em numerário no mês subsequente à aprovação de contas pela Assembleia Geral Anual subsequente a cada exercício; e

- Uma componente de longo prazo (“Remuneração Variável de Longo Prazo” ou “RVLP”), sujeita à verificação de um *Total Shareholders Return* (“TSR”) positivo das ações da Sociedade no final de um período de avaliação, correspondente ao mandato (até 1 de janeiro de 2017), e dando lugar à entrega de ações CTT em 31 de janeiro de 2017, sujeita ainda a um período de indisponibilidade de 1 ano.

Quer a RVA quer a RVLP estão sujeitas a limites definidos pela Comissão de Vencimentos, designadamente por referência à remuneração fixa conforme adiante explicitado.

Os Administradores Não Executivos apenas auferem uma remuneração fixa anual, paga 14 vezes ao ano, cujo montante foi determinado em função do grau de compromisso em tempo e número estimado de reuniões dos órgãos sociais e suas comissões internas, conforme Recomendação III.2. da CMVM.

Assim, é atribuído um acréscimo remuneratório diferenciado (i) aos Administradores Não Executivos que presidem ou integram uma ou mais comissões, em particular tratando-se da Comissão de Auditoria, tendo em conta as competências e deveres deste órgão de fiscalização, e (ii) ao Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração que desempenha as funções de *lead independent director* descritas no ponto 21 da Parte I *supra*.

Em síntese, a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos assenta nos seguintes pilares alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais neste âmbito:

Mix salarial

- Equilíbrio adequado entre a remuneração fixa e variável
- Equilíbrio adequado entre a remuneração de curto e longo prazo
- Equilíbrio adequado entre a componente em numerário e em ações (sem diluição)

Medidas de desempenho

- Equilíbrio adequado entre objetivos individuais e coletivos
- Equilíbrio adequado entre objetivos financeiros e não financeiros
- Medidas de desempenho que consideram o risco e fixam KPI e *targets* adequados face ao *peer group* e aos planos da Empresa

Alinhamento de interesses

- Definição de nível mínimo de desempenho para aceder à remuneração variável
- Definição de nível de desempenho máximo a partir do qual não ocorre pagamento adicional de remuneração variável (*caps*)
- Utilização de diferimentos por via da remuneração variável plurianual e da indisponibilidade de ações CTT entregues

Transparência

- Deliberações de Comissão de Vencimentos independente, apoiada por consultores especializados e por comissão interna do Conselho de Administração especializada e independente
- Divulgação de informação
- Alinhamento com *peer group* e objetivos estratégicos da Empresa

Estes princípios e elementos estruturais da política remuneratória dos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT encontram-se detalhados nos pontos seguintes deste relatório e constam ainda da declaração sobre a política remuneratória, a submeter anualmente pela Comissão de Vencimentos para aprovação da Assembleia Geral, tal como efetuado na reunião de 5 de maio de 2014 e a efetuar na reunião de 5 de maio de 2015. Por esta via, a Sociedade adota a Recomendação II.3.3. da CMVM nos seguintes moldes:

- Em sede de declaração anual é apresentada pela Comissão de Vencimentos à Assembleia Geral a informação devida ao abrigo da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, e ainda informação sobre os critérios para a determinação da remuneração e as regras vigentes em matéria de cessação de funções, em linha com as alíneas a) e c) da Recomendação II.3.3. da CMVM e com a Recomendação V.2.2. do IPCG;
- A Comissão de Vencimentos não indica expressamente naquela declaração os montantes máximos potenciais de remuneração nos termos constantes da alínea b) daquela Recomendação da CMVM, sem prejuízo de dar pleno cumprimento aos princípios de previsibilidade, divulgação e transparência dos custos de agência suportados pela Empresa e pelos seus Acionistas, ao adotar uma solução materialmente correspondente à Recomendação II.3.3. b) da CMVM, conforme explicitado na Parte II *infra* deste Relatório.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

70.1. Fixação de remuneração base anual e o desincentivo à assunção excessiva de risco

Como acima antecipado, o montante de remuneração fixa definido procura um alinhamento com as práticas de mercado, o desincentivo à assunção excessiva de risco e uma diferenciação e recompensa em função da dedicação (o que, no caso dos Administradores Executivos, é reforçado pelo facto de a remuneração base anual servir de referência ao cálculo da remuneração variável e, no caso dos Administradores Não Executivos, decorre de uma diferenciação remuneratória em função do efetivo exercício de funções de supervisão, designadamente no seio de da Comissão de Auditoria e da Comissão de Governo

Societário, Avaliação e Nomeações.

O aumento remuneratório verificado em 2014 deveu-se ao facto de os CTT, até à conclusão da privatização da Empresa, integrarem o setor empresarial do Estado, ao qual são aplicáveis um conjunto de restrições remuneratórias. Em resultado destas restrições, no mandato transato, a remuneração atribuída ao CEO e aos restantes Administradores Executivos dos CTT posicionava-se abaixo do Percentil 25 de mercado. Por sua vez, a remuneração dos Administradores Não Executivos dos CTT encontrava-se próxima deste Percentil. Com a aprovação da política remuneratória para este mandato, a remuneração fixa dos membros dos órgãos sociais dos CTT aproxima-se da mediana de mercado.

Os Administradores Não Executivos dos CTT apenas auferem remuneração fixa, dando cumprimento à Recomendação III.2. da CMVM.

70.2. Fixação da RVA e RVLP em função da remuneração fixa

Quer a RVA quer a RVLP estão sujeitas a limites máximos definidos pela Comissão de Vencimentos, designadamente por referência à remuneração base anual, em linha com a Recomendação III.3. da CMVM.

Assim, a RVA tem como *target* 65% da remuneração base anual, no caso do CEO, e 55% da remuneração base anual, no caso dos demais Administradores Executivos. Logo, num cenário de 100% de atingimento dos objetivos aplicáveis à RVA, o CEO terá direito a RVA em numerário no valor de 65% da remuneração base anual e os demais Administradores Executivos terão direito a RVA em numerário no valor de 55% da remuneração base anual. Sendo os objetivos superados acima destes *targets*, o valor máximo da RVA atribuível ao CEO é de 100% da remuneração base anual e aos demais Administradores Executivos é de 85% da remuneração base anual. Não sendo atingido o limiar mínimo de consecução descrito no ponto 71 da Parte I *infra* não haverá lugar a qualquer RVA.

Por sua vez, a RVLP é paga através da atribuição de ações da Sociedade e está dependente da verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final de um período de avaliação (até 1 de janeiro de 2017). A atribuição e entrega de ações encontra-se diferida para o final do mandato (sendo o pagamento apenas devido em 31 de janeiro de 2017), sujeita aos referidos critérios e a diversos limites descritos *infra*, determinados tendo em conta, entre outros aspetos, uma percentagem máxima da remuneração base anual.

Assim, a RVLP tem como *target* para todos os Administradores Executivos 135% da remuneração base anual. Logo, num cenário de 100% de atingimento dos objetivos aplicáveis à RVLP, os Administradores Executivos dos CTT terão direito a RVLP em ações da Sociedade no valor de 135% da remuneração base anual. Sendo os objetivos superados acima deste *target*, o valor máximo da RVLP atribuível é de 180% da remuneração base anual. Não sendo atingido o limiar mínimo de consecução descrito no ponto 71 da Parte I *infra* não haverá lugar a qualquer RVLP.

Em acréscimo, o número máximo de ações da Sociedade a atribuir, a título de RVLP referente ao mandato de 3 anos em curso, está duplamente limitado em função do número de ações a atribuir e do seu valor, segundo os seguintes limites: (i) *cap* máximo de 148.142, 117.876 e 111.504 ações, respetivamente para o CEO, CFO e para cada um dos restantes Administradores Executivos, e (ii) o valor das ações, à média das cotações de fecho das ações dos CTT em dezembro de 2016, não pode exceder um máximo de dois milhões e quinhentos mil euros e dois milhões de euros, respetivamente para o CEO e para cada um dos restantes Administradores Executivos.

Uma vez atribuídas e entregues ações CTT a título de RVLP em 2017, as mesmas ficarão parcialmente sujeitas a restrições à sua transmissibilidade e oneração, com vista a assegurar o referido alinhamento e incentivo à manutenção do desempenho positivo da Empresa, para além do termo do mandato.

Atento o exposto, para o conjunto dos membros da Comissão Executiva dos CTT a componente fixa da remuneração representará, em média, um mínimo de 40% do total da remuneração anual, sendo os restantes 60% atribuídos como componente variável.

Por último, e nos termos do artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, a remuneração variável dos Administradores Executivos pode consistir numa

percentagem dos lucros consolidados da Sociedade, caso em que a percentagem global de tais lucros afeta à remuneração variável não poderá exceder, em cada ano, o correspondente a 5% dos lucros consolidados do exercício.

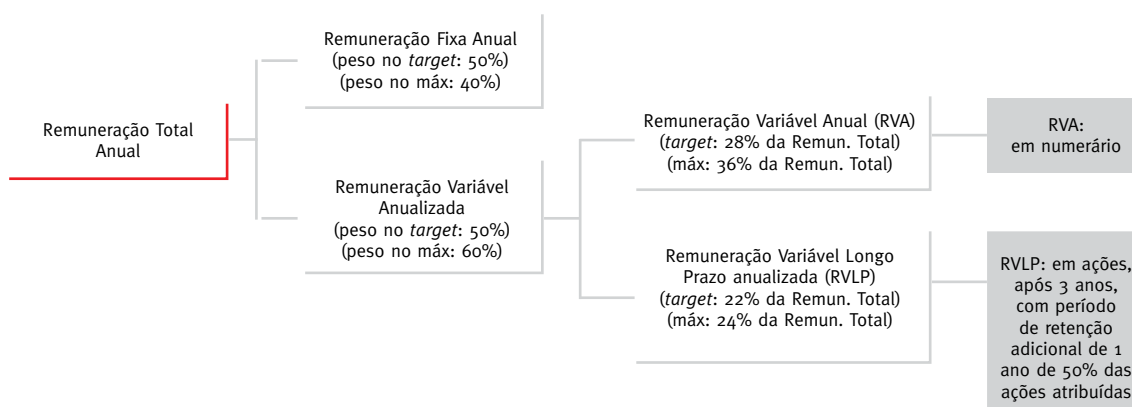
70.3. Fixação da RVA e RVLP em função do desempenho

Adicionalmente, a atribuição e o valor da componente variável dependem do cumprimento de objetivos pré-definidos, medidos com recurso a indicadores de desempenho. Esta componente oscilará de acordo com o grau de consecução de (i) objetivos anuais quantitativos (definidos com base no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração) e individuais qualitativos (definidos pela Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações, no contexto dos parâmetros estabelecidos pela Comissão de Vencimentos), bem como de (ii) objetivos plurianuais correspondentes ao período de duração do mandato dos Administradores Executivos dos CTT (3 anos).

Por via destes objetivos descritos no ponto 71 da Parte I *infra* pretende-se fixar uma política remuneratória que promova o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da Sociedade e a sua performance a longo prazo.

70.4. Equilíbrio entre a RVA e RVLP e a remuneração fixa e alinhamento de interesses

O organograma seguinte apresenta o peso da remuneração fixa e variável (anualizada) face à remuneração total anual atribuída, em média, aos membros da Comissão Executiva, em caso de cumprimento do *target* e cumprimento máximo dos objetivos da RVA e RVLP. Em termos globais, verifica-se um equilíbrio entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável total anualizada.



A efetiva atribuição deste *mix* remuneratório está dependente da avaliação do desempenho, nos seguintes moldes:

- A componente fixa pode ser revista anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- A RVA depende da avaliação de critérios quantitativos e qualitativos, pré-determinados e gradativos, tendo como período de avaliação o exercício em causa;
- A RVLP depende da avaliação de critérios quantitativos, pré-determinados e gradativos, tendo como período de avaliação o mandato de 3 anos em curso, numa perspetiva de longo prazo;
- A RVLP determina a entrega de ações no final do mandato, ainda sujeita a um período de indisponibilidade que constitui um incentivo adicional à manutenção do desempenho positivo da Sociedade e à criação de valor para os Acionistas, para além do termo do mandato.

Em suma, o peso da componente variável face à remuneração fixa total encontra-se não só em linha com as melhores práticas de mercado de um universo de empresas de referência nacional (incluindo grandes empresas portuguesas e empresas cotadas no PSI20) e europeias (entidades do setor postal), apuradas no exercício de *benchmarking* realizado, como também em linha com as Recomendações III.1. e III.3. da CMVM e a Recomendação V.3.1. do IPCG.

71.Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

O montante de RVA a auferir pelos Administradores Executivos resulta em 70% da avaliação dos seguintes objetivos quantitativos, fixados pela Comissão de Vencimentos com base no *benchmarking* realizado e no plano de negócios e orçamento:

- O valor da margem de EBITDA recorrente anual dos CTT (40%);
- A percentagem de crescimento de EBITDA recorrente dos CTT (como definido pela Comissão de Auditoria dos CTT) face ao ano civil anterior (40%);
- O TSR anual das ações da Sociedade por comparação com o TSR médio ponderado de um *peer group* (20%).

O referido *peer group* é formado por dois subgrupos: (i) TSR do PSI20 com a ponderação de 60% e (ii) TSR (média simples) de um conjunto de *peers* do setor relevantes (Austrian Post, Bpost, Post NL e Royal Mail, sem prejuízo de alterações definidas pela Comissão de Vencimentos em função de reestruturações societárias relevantes) com a ponderação de 40%.

A atribuição da RVA ao nível destes objetivos está dependente da verificação de (i) uma média ponderada destes objetivos superior a 80%, (ii) uma margem de EBITDA recorrente que cumpra em, pelo menos, 85% do objetivo fixado e (iii) um TSR positivo das ações da Sociedade no final do ano civil.

Verificadas estas condições, o desempenho registado quanto aos objetivos quantitativos é remunerado de forma gradativa, de acordo com o grau de consecução e os parâmetros definidos pela Comissão de Vencimentos, em particular:

- Se o desempenho registado cumprir em menos de 80% o objetivo fixado, não há lugar à atribuição de RVA relativamente a esse mesmo objetivo quantitativo;
- Se o desempenho registado se situar entre 80% e 100% do objetivo fixado, é devido um valor situado no intervalo de 29,25% e 65% da remuneração base anual do CEO e no intervalo de 24,75% e 55% da remuneração base anual dos restantes Administradores Executivos;
- Se o desempenho registado se situar entre 100% e 130% do objetivo fixado, é devido um valor situado no intervalo de 65% e 100% da remuneração base anual do CEO e no intervalo de 55% e 85% da remuneração base anual dos restantes Administradores Executivos;
- Se o desempenho registado cumprir em mais de 130% o objetivo fixado, é devido o valor correspondente a 100% da remuneração base anual do CEO e a 85% da remuneração base anual dos demais Administradores Executivos.

O montante de RVA a auferir resulta em 30% da avaliação de objetivos individuais qualitativos definidos e objeto de avaliação pela Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações, de acordo com os parâmetros fixados pela Comissão de Vencimentos. Segundo estes parâmetros, o desempenho registado quanto a estes objetivos é remunerado de forma gradativa, por referência a uma percentagem da remuneração base anual entre 65% e 100% para o CEO e entre 55% e 85% para os restantes Administradores Executivos, consoante o grau de consecução. Neste âmbito, a Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações definiu um modelo

de avaliação que considera a composição, imagem e atividade dos membros da Comissão Executiva, bem como a sua relação com os diversos órgãos sociais e *stakeholders* da Sociedade (incluindo aspetos como sustentabilidade e ambiente, cultura organizacional, reputação da Empresa e relação com Acionistas, trabalhadores, fornecedores e clientes).

Por sua vez, a atribuição da RVLP dos Administradores Executivos fica sujeita à verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final de um período de avaliação, correspondente ao mandato com a duração de 3 anos, termos em que a atribuição e entrega de ações se encontram diferidas (sendo a atribuição aferida até 1 de janeiro de 2017 e a entrega ocorrendo a 31 de janeiro de 2017), caso no final do mandato se verifiquem os critérios de atribuição de RVLP.

O cálculo do número de ações correspondente à RVLP a atribuir tem por base a comparação do desempenho registado do TSR das ações da Sociedade e o TSR médio ponderado de um *peer group* formado pelos subgrupos identificados *supra* para a RVA e os seguintes parâmetros (para além dos limites descritos no ponto 70.2 *supra*):

- Se o TSR das ações da Sociedade for inferior a 90% do TSR ponderado das ações do *peer group*, não há lugar à atribuição de RVLP;
- Se o TSR das ações da Sociedade for igual ou superior a 90% e inferior ou igual a 110% do TSR ponderado das ações do *peer group*, é atribuído a cada membro executivo o número de ações da Sociedade correspondente ao quociente da divisão da percentagem proporcionalmente compreendida no intervalo de 50% a 135% da remuneração base anual do respetivo membro executivo pelo preço de atribuição das ações da Sociedade;
- Se o TSR das ações da Sociedade for superior a 110% do TSR ponderado das ações do *peer group*, é atribuído a cada membro executivo o número de ações da Sociedade correspondente ao quociente da divisão de 180% da remuneração base anual do respetivo membro executivo pelo preço de atribuição das ações da Sociedade.

Este plano de atribuição de ações e o respetivo regulamento serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Anual da Sociedade em termos detalhados pelo Conselho de Administração, em linha com a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos. Este plano não dará lugar a qualquer efeito de diluição, uma vez que será implementado por via da aquisição e alienação de ações próprias devidamente autorizada pela Assembleia Geral, e não por via de aumentos de capital.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

A atribuição da RVLP depende da verificação de um TSR positivo das ações da Sociedade no final de um período de avaliação correspondente ao mandato de 3 anos, termos em que a atribuição e entrega de ações se encontram diferidas (sendo a atribuição aferida até 1 de janeiro de 2017 e a entrega ocorrendo a 31 de janeiro de 2017), caso no final de mandato se verifiquem os critérios de atribuição de RVLP.

Assim, uma componente significativa da remuneração variável total a ser auferida pelo desempenho neste mandato é diferida para o final do mandato e condicionada à verificação do desempenho positivo da Empresa, dando pleno cumprimento à Recomendação III.4. da CMVM e à Recomendação V.3.2. do IPCG.

O desempenho positivo é aferido por via da comparação do desempenho registado do TSR das ações da Sociedade e o TSR médio ponderado de um *peer group* (TSR do PSI20 com a ponderação de 60% e TSR de um conjunto de *peers* do setor relevantes com a ponderação de 40% nos termos descritos no ponto 71 da Parte I *supra*).

Para além deste mecanismo que condiciona e difere parte significativa da remuneração variável, a RVLP entregue por via de ações também está sujeita a um período de indisponibilidade / retenção, já que 50% das ações da Sociedade entregues a este título, em 31 de janeiro de 2017, só podem ser transmitidas ou oneradas decorrido um ano da data de entrega da RVLP, salvo para efeitos do pagamento de impostos e contribuições devidos e nos seguintes casos de cessação de funções.

O pagamento da RVA e da RVLP correspondente a um período de avaliação em que ocorra a cessação de funções não será devido, exceto se a mesma decorrer do termo antecipado do mandato por causa não imputável ao Administrador, nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, caso em que haverá lugar a uma proposta de atribuição pro-rata, após deliberação pela Comissão de Vencimentos. Caso um Administrador não seja eleito para novo mandato cessa o regime de indisponibilidade / retenção de ações acima descrito. Em caso de saída do Administrador por qualquer causa, com exceção de destituição por justa causa, após o período de avaliação, mas antes do pagamento da RVA ou RVLP, haverá lugar ao seu pagamento por inteiro na medida correspondente àquele período.

Uma vez que as ações a que o Administrador Executivo acede ao abrigo deste esquema de RVLP

apenas são atribuídas e entregues após o termo do mandato e ainda assim sujeitas ao referido período de indisponibilidade relativamente a 50% das ações entregues, a Sociedade entende cumprir plenamente o estipulado na Recomendação III.6. da CMVM.

Estas regras visam igualmente um alinhamento dos interesses da equipa de gestão executiva com a criação de valor acionista, o que, atentas as especificidades da Empresa e do setor, se entendeu decorrer da combinação dos critérios de avaliação ao longo de 3 anos do TSR nos moldes acima descritos e de um período de indisponibilidade relativamente a 50% das ações adquiridas.

A componente de RVLP cria, assim, um mecanismo de diferimento e retenção de parte significativa da remuneração variável, sujeitando-a à manutenção do desempenho positivo, por duas vias, aliás em linha com as Recomendações V.3.1. e V.3.2. do IPCG:

- O período de avaliação plurianual correspondente ao mandato de 3 anos determina que, ao longo deste período, o Administrador não adquira qualquer direito nem receba as ações em causa, mas apenas decorrido o prazo de 3 anos e confirmado o desempenho positivo no final deste prazo. Neste modelo não apenas a entrega (*vesting*), mas também a atribuição (*awarding*), são diferidas e condicionadas ao desempenho positivo (*performance conditions*). Este modelo de avaliação plurianual dispensa a necessidade de “*malus*” ou “*claw-back provisions*”, na medida em que não há lugar a atribuição (*awarding*) nem a entrega (*vesting*) numa base anual no contexto da RVLP, mas apenas após o fim do mandato (janeiro de 2017);

- Após o termo do mandato e na medida do desempenho, o Administrador adquire o direito à RVLP e recebe as ações, mas fica impedido de alienar e onerar 50% das mesmas por 1 ano, i.e., até 31 de janeiro de 2018 (*holding period*).

Estes dois mecanismos incentivam o Administrador a, numa lógica de longo prazo, prosseguir os interesses da Sociedade, dos seus Acionistas e *stakeholders* e maximizar o valor acionista.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações; eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A atribuição da RVLP depende da verificação de um TSR

positivo das ações da Sociedade no final do período de avaliação, termos em que a entrega de ações se encontra diferida para 31 de janeiro de 2017 e está condicionada à verificação do referido desempenho positivo no final do mandato (até 1 de janeiro de 2017).

Para além deste mecanismo de diferimento, as ações atribuídas ficam sujeitas a um período de indisponibilidade / retenção, segundo o qual 50% das ações da Sociedade atribuídas a título de RVLP só podem ser transmitidas ou oneradas, seja a que título for, decorrido um ano da data de pagamento da RVLP, sem prejuízo do explicitado no ponto 72 da Parte I *supra*.

Nos termos da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos, os Administradores Executivos não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração, dando cumprimento à Recomendação III.5. da CMVM.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

Não aplicável. *Vide* ponto 71 da Parte I *supra*.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

A Sociedade não adotou qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo do referido no parágrafo seguinte.

Os Administradores Executivos auferem os seguintes benefícios complementares não pecuniários, de valor fixo: faculdade de uso de viatura (incluindo combustível e portagens), seguros de vida e de acidentes pessoais (incluindo em viagem), seguro de responsabilidade civil (D&O) e acesso ao sistema de benefícios de saúde - IOS – Instituto de Obras Sociais – nos mesmos termos dos trabalhadores da Empresa.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

Sem prejuízo do referido no parágrafo seguinte, a política de remunerações da Sociedade não

contempla a atribuição de complementos de reforma, assim como não prevê a atribuição de quaisquer contrapartidas em caso de reforma antecipada dos seus Administradores, não sendo assim aplicável à Sociedade a Recomendação da CMVM II.3.5.

Cada um dos Administradores Executivos auferem um montante fixo mensal, destinado a ser afeto a um fundo de pensões aberto ou plano poupança reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

No quadro seguinte são indicados os montantes remuneratórios brutos pagos pela Sociedade, a título de remuneração fixa, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria no ano de 2014:

Titulares	Cargo	Montante ⁽¹⁾
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	€449.942,44
Manuel Cabral de Abreu Castelo Branco	Vice-Presidente do Conselho e Administrador Executivo	€346.655,17
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	Administrador Executivo e <i>Chief Financial Officer</i>	€359.119,81
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	Administradora Executiva	€343.119,83
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	Administradora Executiva	€343.119,83
Total da Comissão Executiva		€1.841.957,08
António Sarmento Gomes Mota	Vice-Presidente do Conselho (lead independente director), Presidente da Comissão de Auditoria e Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações	€107.428,02
Diogo José Paredes Leite de Campos	Vogal da Comissão de Auditoria e Administrador Não Executivo	€47.570,95
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. ⁽²⁾	Vogal da Comissão de Auditoria e Administrador Não Executivo	€0
Total da Comissão de Auditoria ⁽³⁾		€154.998,97
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Administrador Não Executivo e vogal da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações	€34.474,26
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz ⁽⁴⁾	Administrador Não Executivo	€34.474,26
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa ⁽⁵⁾	Administrador Não Executivo e vogal da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações	€19.105,88
José Manuel Baptista Fino ⁽⁶⁾	Administrador Não Executivo e vogal da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações	€0
José Alfredo de Almeida Honório ⁽⁷⁾	Administrador Não Executivo	€15.428,55
Total dos Administradores Não Executivos que não integram a Comissão de Auditoria		€103.482,95
Total		€2.100.439,00

(1) Montante de remuneração fixa, incluindo, no caso dos Administradores Executivos, a remuneração base anual, os montantes respeitantes a subsídio de refeição anual e montante fixo pago mensalmente a afetar a um fundo de pensões aberto ou plano poupança reforma.

(2) A Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., pessoa coletiva designada como membro da Comissão de Auditoria na reunião da Assembleia Geral de 24 de março de 2014, não indicou qualquer pessoa singular para exercer aquelas funções em nome próprio, termos em que não auferiu remuneração durante 2014. Tal como comunicado ao mercado em 14 de novembro de 2014, a Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. renunciou entretanto aos cargos de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração e de Vogal da Comissão de Auditoria dos CTT.

(3) A partir de 24 de março de 2014, a Sociedade adotou um modelo de governo anglo-saxónico, incluindo um Conselho de Administração e uma Comissão de Auditoria, respetivamente como órgãos de administração e fiscalização. Neste âmbito, os membros do Conselho Fiscal, António Sarmento Gomes Mota e Diogo José Paredes Leite de Campos, passaram nessa data a desempenhar as funções de Administradores Não Executivos e membros da Comissão de Auditoria, nos termos melhor descritos nos pontos 15 e seguintes da Parte I *supra*. As remunerações destes Administradores indicadas nesta tabela respeitam apenas ao exercício das funções de Administradores Não Executivos e membros da Comissão de Auditoria, durante ao exercício de 2014, encontrando-se a remuneração auferida como membros do Conselho Fiscal em 2014 indicada no ponto 81 da Parte I *infra*.

(4) Ainda que desempenhe funções de Administrador Não Executivo dos CTT desde o início do mandato em curso, apenas desde 19 de dezembro de 2014 foi cooptado como Vogal da Comissão de Auditoria dos CTT. Assim, a remuneração auferida durante o ano de 2014 apenas respeitou ao desempenho de funções como Administrador Não Executivo.

(5) Apenas desde 29 de julho de 2014 foi cooptado como Administrador Não Executivo dos CTT.

(6) Foi cooptado como Administrador Não Executivo dos CTT em 19 de dezembro de 2014, não lhe tendo sido paga qualquer remuneração durante este exercício.

(7) Tal como comunicado ao mercado em 22 de julho de 2014, José Alfredo de Almeida Honório renunciou entretanto ao cargo de Administrador Não Executivo dos CTT.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Durante o exercício de 2014, as empresas em relação de domínio e de grupo com a Sociedade não pagaram aos membros do Conselho de Administração quaisquer remunerações ou montantes qualquer outro título.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício de 2014, não foram pagas aos membros do Conselho de Administração quaisquer remunerações sob a forma de participações nos lucros ou de prémios.

De acordo com as regras contabilísticas aplicáveis, encontra-se refletido no resultado líquido de 2014 um gasto no valor de € 1.400.000,00 relativo à atribuição de gratificações a Administradores Executivos dos CTT (conforme melhor descrito na proposta de aplicação de resultados).

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o exercício de 2014, não foram pagas nem se tornaram devidas quaisquer indemnizações a ex-Administradores relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Vide ponto 77 da Parte I *supra* no que respeita aos membros da Comissão de Auditoria.

No quadro seguinte são indicados os montantes remuneratórios brutos pagos pela Sociedade aos membros do Conselho Fiscal durante o exercício de 2014, a título de remuneração fixa, considerando que até 24 de março de 2014 a Sociedade adotava um modelo de governo monista:

Titulares	Cargo	Montante
António Sarmento Gomes Mota	Presidente do Conselho Fiscal	€8.580,00
Diogo José Paredes Leite de Campos	Vogal do Conselho Fiscal	€8.294,00
Elsa Maria Roncon Santos	Vogal do Conselho Fiscal	€6.435,00
Total		€23.309,00

82. Remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

Durante o exercício de 2014, o montante de remuneração auferida pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi, respetivamente, de cinco mil euros e de quatro mil euros (valores sem IVA nem retenção de impostos).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Os membros dos órgãos sociais dos CTT não celebraram quaisquer contratos com a Sociedade em matéria remuneratória ou indemnizatória.

Por sua vez, a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos dos CTT para o mandato 2014/2016 não prevê nem atribui qualquer regime de compensação no contexto de cessação de funções pelos membros dos órgãos sociais, aplicando-se assim o regime legalmente vigente neste domínio.

A compensação legalmente devida no que respeita aos membros do órgão de administração (incluindo os Administradores Executivos), em caso de destituição sem justa causa, corresponde a uma indemnização pelos danos por estes sofridos nos termos legais aplicáveis, a qual não pode contudo exceder o montante das remunerações que o Administrador presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

Assim, considerando a ausência de acordos individuais neste domínio e os termos da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos, a Sociedade dá pleno cumprimento à Recomendação III.8. da CMVM, termos em que, num cenário de destituição que não decorra de violação grave de deveres nem de inaptidão para o exercício normal de funções, mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, a Sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização apenas nos termos legalmente devidos.

Vide ponto 72 da Parte I *supra* a propósito do impacto da cessação de funções relativamente à RVA e RVLV.

84. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários,

que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

No exercício de 2014, não existiam quaisquer acordos entre a Sociedade e os membros do Conselho de Administração nem da Comissão de Auditoria que previssem indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade, sem prejuízo do referido no ponto 72 da Parte I *supra*.

Saliente-se a este propósito que o Conselho de Administração dos CTT entende que os dirigentes da Sociedade, na aceção do artigo 248.º-B do Cód.VM, correspondem apenas aos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (“STOCK OPTIONS”)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A atribuição da RVLV aos Administradores Executivos dos CTT dá lugar à entrega de ações da Sociedade nos termos de plano de atribuição de ações e em linha com o descrito nos pontos 69 a 73 da Parte I *supra*.

Este plano de atribuição de ações e o respetivo regulamento serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Anual da Sociedade, a realizar em 5 de maio de 2015, em termos mais detalhados pelo Conselho de Administração, em linha com a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos.

Tendo este plano de atribuição sido definido pela Comissão de Vencimentos no contexto da aprovação da política remuneratória para o mandato em curso, aprovação esta posterior à última Assembleia Geral de Acionistas dos CTT, só na próxima Assembleia Geral Anual a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações será apresentada aos Senhores Acionistas, dando cumprimento à Recomendação II.3.4. da CMVM. Com efeito, até então esta Recomendação não era aplicável aos CTT.

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de opções de aquisição de ações, não sendo assim aplicável a Recomendação III.7. da CMVM.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios

relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções)

Tendo em conta o modelo de RVLP aprovado pela Comissão de Vencimentos, o Conselho de Administração submeterá a aprovação da Assembleia Geral Anual da Sociedade, a realizar em 5 de maio de 2015, um plano de atribuição de ações ordinárias representativas do capital social dos CTT (com todos os direitos sociais e económicos inerentes) aos Administradores Executivos da Sociedade, em linha com a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos, com as características descritas nos pontos 71 e 72 da Parte I *supra*.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Conforme referido no ponto 85 da Parte I *supra*.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não vigorou em 2014 nem vigora atualmente nos CTT qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

No exercício de 2014, a Sociedade aprovou e implementou procedimentos destinados a garantir (i) o rigoroso cumprimento dos preceitos legais e contabilísticos e das melhores práticas vigentes no contexto de transações com partes relacionadas e (ii) a prossecução do interesse dos CTT nesse âmbito, em particular através do Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e

Prevenção de Situações de Conflitos de Interesses.

Para este efeito, são considerados “Partes Relacionadas”:

- Qualquer acionista titular de uma participação, direta ou indireta, correspondente a, pelo menos, 2% do capital social dos CTT, nos termos do artigo 20º do Cód.VM;
- Os membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT e eventuais responsáveis que, não sendo membros destes órgãos, possuam um acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Sociedade, ou qualquer entidade terceira com aqueles relacionada através de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante;
- Sociedades subsidiárias ou associadas ou entidades conjuntamente controladas (*joint-venture*).

Segundo o referido Regulamento, as “Transações com Partes Relacionadas” (i.e., todos os negócios jurídicos onerosos ou gratuitos entre os CTT e uma parte relacionada) devem obedecer aos seguintes princípios:

- Só podem ter lugar com fundamento em motivos claramente enquadráveis no âmbito dos negócios dos CTT;
- A sua realização deve obedecer às condições de mercado, de acordo com a legislação em vigor e cumprindo as melhores práticas de governo societário, de modo a assegurar a transparência e o pleno respeito pelos interesses dos CTT;
- Devem ser sempre formalizadas por escrito, especificando-se os termos e condições;
- Empréstimos a favor de “Partes Relacionadas” são expressamente proibidos, exceto a favor de empresas subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas (*joint-venture*);
- Devem ser divulgadas de forma clara e precisa nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Empresa, com os detalhes suficientes para a identificação da “Parte Relacionada” e das condições essenciais relativas às transações.

Vide ponto 91 da Parte I *infra* sobre os mecanismos de controlo prévio e subsequente pela Comissão de Auditoria de transações com partes relacionadas.

90. Transações sujeitas a controlo no ano de referência

Não foram realizadas durante o exercício de 2014 quaisquer transações com partes relacionadas a serem sujeitas ao controlo prévio do órgão de fiscalização da Sociedade, em particular ao abrigo do Regulamento para Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas mencionado nos pontos 89 e 91 da Parte I deste relatório. A propósito das transações realizadas, *vide* ponto 92 da Parte I deste relatório.

91. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada

Segundo o Regulamento para Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas, as “Transações Significativas com Partes Relacionadas” (i.e., de montante superior a €1.000.000 relativamente a um único negócio ou a um conjunto de negócios realizados em cada exercício económico, com exceção de transações realizadas entre os CTT e as subsidiárias cuja capital seja direta ou indiretamente detido a 100% pelos CTT) são submetidas pela Comissão Executiva a parecer prévio da Comissão de Auditoria, dando pleno cumprimento à Recomendação V.2. da CMVM.

Neste âmbito, a Comissão de Auditoria analisa, designadamente, os termos, o objetivo e oportunidade da transação, o interesse da parte relacionada, eventuais limitações que possam vir a ser impostas aos CTT em resultado da transação, os procedimentos pré-contratuais implementados, os mecanismos adotados para resolver ou prevenir potenciais conflitos de interesses e a demonstração de que a operação será realizada em condições normais de mercado. No caso de parecer desfavorável da Comissão de Auditoria, a conclusão da transação depende de autorização do Conselho de Administração dos CTT, órgão que deve claramente fundamentar a sua aprovação, demonstrando que está conforme os interesses dos CTT e que as vantagens superam as desvantagens.

As demais “Transações com partes relacionadas” são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior, designadamente no âmbito de relatório semestral.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24

Os negócios relevantes com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 42 - Partes relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas 2014, tendo sido realizados em condições normais de mercado em cumprimento da Recomendação V.1. da CMVM.

PARTE II - Avaliação do governo societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O reforço da estrutura de governo dos CTT verificado em 2014 e descrito ao longo deste relatório ocorreu num contexto de alterações relevantes no enquadramento regulatório vigente.

Com efeito, a aprovação do Regulamento nº 4/2013 da CMVM e a revisão do Código da CMVM, levados a cabo em 2013, assim como a aprovação da versão final do Código do IPCG, ocorrida em 2014, proporcionaram às sociedades emitentes e, em particular, aos CTT nesta nova etapa da vida da Empresa, uma oportunidade para o aprofundamento dos seus modelos e práticas de governo.

Tendo os anos de 2013 e 2014 constituído um período de ampla reflexão e discussão em torno do referido enquadramento regulatório e durante o qual o Código da CMVM foi o instrumento que vigorou por um período mais alargado, os CTT optaram por manter alguma estabilidade quanto às recomendações que servem de referência à declaração de cumprimento a incluir neste relatório referente a 2014, seguindo assim, para este efeito, o Código da CMVM.

Assim, nos termos e para os efeitos do Regulamento da CMVM nº 4/2013, os CTT adotam o Código da CMVM, que se encontra disponível para consulta em www.cmvm.pt, nos termos ainda explicitados.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

CÓDIGO DA CMVM		ADOÇÃO	PONTOS
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE			
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Adotado	12
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um <i>quórum</i> deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotado	14
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Adotado	12
I.4.	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de <i>quórum</i> agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	n.a.	5 e 13
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotado	4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO			
II.1.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da Sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotado	21
II.1.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotado	21
II.1.3.	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da Sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da Sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.	n.a.	15
II.1.4.	Salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração deve criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Adotado	21, 27 e 29

b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

II.1.5.	O Conselho de Administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Adotado	21, 50 e 51
II.1.6.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Adotado	17 e 18
II.1.7.	Entre os Administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . De entre os membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da Sociedade ou de Sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com Sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, Administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por Sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de Administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de Administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Adotado	17 e 18
II.1.8.	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotado	21
II.1.9.	O presidente da comissão executiva deve remeter ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Adotado	21
II.1.10.	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um Administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adotado	18
II.2. FISCALIZAÇÃO			
II.2.1.	O presidente da Comissão de Auditoria deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotado	31
II.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotado	38
II.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotado	38 e 45

II.2.4.	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controle interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotado	38 e 50
II.2.5.	A Comissão de Auditoria deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e deve ser destinatário dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Adotado	38, 51 e 55
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES			
II.3.1.	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adotado	67 e 68
II.3.2.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da Sociedade ou que tenha relação atual com a Sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não Adotado	67
II.3.3.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; c) Informação quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de Administradores. 	Não Adotado parcialmente o recomendado na alínea b)	69
II.3.4.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Parcialmente adotado no que respeita ao plano de atribuição de ações a submeter à Assembleia Geral de 05.05.15 e n.a. no demais	85
II.3.5.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	n.a.	76

III. REMUNERAÇÕES

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

III.1.	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adotado	69, 70 e 71
III.2.	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.	Adotado	69 e 70

III.3.	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes	Adotado	70 e 71
III.4.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.	Adotado	72
III.5.	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.	Adotado	73
III.6.	Até ao termo do seu mandato devem os Administradores executivos manter as ações da Sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Adotado	72
III.7.	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	n.a.	85
III.8.	Quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a Sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Adotado	83

IV. AUDITORIA

IV.1.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.	Adotado	38
IV.2.	A Sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.	Adotado	46 e 47
IV.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adotado	44

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1.	Os negócios da Sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Cód.VM, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotado	92
V.2.	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód. VM –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Adotado	90 e 91

VI. INFORMAÇÃO

VI.1.	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adotado	59
VI.2.	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adotado	56 e 58

Recomendação II.3.2.

“Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da Sociedade ou que tenha relação atual com a Sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.”

No ano de 2014 e para efeitos da elaboração da política remuneratória para o mandato em curso, a Comissão de Vencimentos dos CTT foi apoiada por consultores especializados em matéria remuneratória e de recursos humanos (Mercer), consultores jurídicos e consultores fiscais. De entre estes consultores, apenas a Mercer mantinha relação com a Empresa nessa data e prestava e tinha prestado nos últimos 3 anos serviços à Sociedade. Em qualquer caso, no contexto do processo de contratação alargado a vários prestadores de serviços, a Comissão de Vencimentos avaliou esta circunstância, tendo concluído que se justificava a contratação da Mercer, por comparação com as propostas disponíveis, pela sua experiência e *expertise* e porque estavam asseguradas condições de independência através de mecanismos de segregação de equipas e *“chinese walls”*.

Assim, ainda que a Empresa não adote os critérios de aferição da independência dos consultores externos previstos na Recomendação II.3.2. da CMVM, os CTT consideram adotar mecanismos destinados a assegurar a absoluta independência dos consultores que apoiam a Comissão de Vencimentos, através:

- Da livre seleção de tais consultores por esta Comissão exclusivamente composta por membros independentes, estando devidamente informada

sobre os trabalhos efetuados no passado por tais consultores e tendo realizado uma consulta inicial alargada a outros consultores disponíveis no mercado (da qual concluiu quais estavam em melhores condições para a apoiar);

- Do estabelecimento de procedimentos tendentes a garantir a objetividade, isenção e imparcialidade dos consultores que colaboram com a Comissão de Vencimentos, seja por não terem prestado nos últimos 3 anos serviços à Empresa (no caso da MLGTS e Deloitte), seja por via da segregação de equipas e *“chinese walls”* (asseguradas em concreto em 2014 no contexto da contratação da Mercer); e

- Da prestação de informação à Comissão de Vencimentos sobre a contratação pela Empresa dos seus consultores para que esta se possa pronunciar (processo genericamente em linha com a Recomendação V.2.5. do IPCG, que não proíbe *tout court* a contratação pela Comissão de Vencimentos de prestadores de serviços da Sociedade).

Em suma, os CTT consideram que as práticas seguidas pela Empresa garantem que a Comissão de Vencimentos desempenha as suas competências com o apoio de consultores especializados que evidenciam condições de independência e isenção, assegurando assim uma solução alternativa face à Recomendação II.3.2. da CMVM, em linha com os princípios de bom governo das sociedades e materialmente equivalente ao cumprimento desta Recomendação.

Recomendação II.3.3.b)

“A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: (...) b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em

termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; (...)”

A declaração anual sobre a política de remunerações dos CTT submetida, pela Comissão de Vencimentos, à Assembleia Geral Anual realizada em 2014 não incluía o valor máximo potencial, individual e agregado, de remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais da Empresa, como recomendado pela alínea b) da Recomendação II.3.3. da CMVM.

No entanto, esta declaração anual é preparada pela Comissão de Vencimentos dos CTT nos moldes exigidos pela Lei nº 28/2009, de 19 de junho, e pelas alíneas a) e b) da Recomendação II.3.3. da CMVM e Recomendação V.2.2. do IPCG (em especial a declaração anual referente ao mandato 2014/2016 que será submetida à Assembleia Geral Anual a realizar em 5 de maio de 2015 uma vez aprovada pela Comissão de Vencimentos para o mandato em curso), especificando: (i) os critérios e limites a que a política remuneratória se encontra sujeita, designadamente no que respeita à componente variável da remuneração dos Administradores Executivos (a qual é fixada por referência à componente fixa e a métricas pré-definidas); e (ii) o regime indemnizatório vigente na Empresa, nos termos descritos neste relatório.

Por sua vez, em cada relatório anual de governo preparado de acordo com o Regulamento nº 4/2013 da CMVM, a Sociedade divulga o montante de remuneração auferida, de forma individual e agregada, pelos membros dos órgãos sociais.

Assim, da conjugação destes dois elementos informativos, os Acionistas, os investidores e o mercado em geral obtêm, com total transparência, informação quanto ao *mix* remuneratório e montantes em causa, podendo pronunciar-se sobre os mesmos na Assembleia Geral Anual e estimar os custos de agência decorrentes da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos dos CTT.

Em suma, a Empresa considera que as suas práticas de divulgação da política remuneratória em vigor permitem atingir 3 objetivos essenciais neste domínio:

- Previsibilidade, apresentando os padrões adequados para uma avaliação dos custos de agência, por contraposição com uma quantificação de valores remuneratórios máximos potenciais em função de objetivos de desempenho destinados *maxime* a motivar a equipa de gestão;
- Informação sobre a remuneração efetivamente devida e paga, por contraposição com a indicação de

montantes potenciais que representam uma imagem desadequada dos custos de agência, designadamente por tais montantes estarem desligados das imponderáveis do negócio, setor, mercado e contexto e dependentes da avaliação de desempenho a realizar em cada momento;

- Transparência, decorrente da indicação dos valores máximos da remuneração fixa dos membros dos órgãos sociais, conjugada com a indicação dos limites e critérios da componente variável (fixados por referência à remuneração base anual de cada Administrador Executivo), para a qual foram igualmente fixados limites máximos, forma mais adequada de os Acionistas conhecerem e se pronunciarem sobre a política remuneratória, competindo à Comissão de Vencimentos e à Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações a análise da adequação da remuneração individual de cada um dos membros da equipa de gestão e a sua avaliação.

Deste modo, a Empresa assegura em tudo uma solução equivalente e materialmente correspondente à Recomendação II.3.3.b) da CMVM, em linha com os princípios de bom governo das sociedades e com o cumprimento desta Recomendação.

ANEXO I

A. CURRICULA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO DE VENCIMENTOS

B. CURRICULA DE MEMBROS CESSANTES

A. CURRICULA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO DE VENCIMENTOS

I. Membros dos órgãos de administração e fiscalização

FRANCISCO DE LACERDA
PRESIDENTE & CEO

Data de nascimento: 24 de setembro de 1960, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de agosto de 2012

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1982: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Universidade Católica Portuguesa Cargos internos
- Presidente & CEO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Presidente da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.
- Presidente da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Correio Expresso de Moçambique, S.A.

Experiência profissional

Ao longo de 25 anos até 2008, desempenhou vários cargos na banca de investimento, de empresas e de retalho, incluindo CEO do Banco Mello e Vogal do Conselho de Administração Executivo do Millennium BCP, banco português cotado em bolsa e com operações de relevo na Europa Central e de Leste, pelas quais foi responsável, após o que desempenhou funções em instituições portuguesas também cotadas em bolsa, tendo sido CEO da Cimpor – Cimentos de Portugal SGPS, S.A., grupo cimenteiro internacional a operar em 12 países e uma das 5 maiores empresas no mercado de valores NYSE Euronext Lisbon, e Administrador Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria da EDP Renováveis, a 3ª empresa mundial de energias renováveis.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- maio-outubro 2014: Administrador Não Executivo da Norfin – Portuguese Property Group, S.A.
- 2010 - 2012: CEO da Cimpor - Cimentos de Portugal SGPS, S.A.
- 2010 - 2012: Presidente da Cimpor Inversiones, S.A.
- 2010 - 2012: Presidente da Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A.
- 2008 - 2012: Administrador Não Executivo da EDP Renováveis, S.A., Membro da Comissão de Auditoria em 2008-2011
- 2008 - 2012: Sócio-Gerente da Deal Winds – Sociedade Unipessoal, Lda.
- 2008 - 2010: Administrador da Mague – SGPS, S.A. Outros cargos externos
- 2014 - ...: Membro da Direção da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- 2009 - ...: Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom SGPS, S.A. (suspendeu o exercício do cargo entre agosto de 2012 e março de 2014)
- 2011 - ...: Membro do Conselho Consultivo da Nova School of Business & Economics
- 2006 - ...: Membro do Conselho Consultivo do Mestrado em Finanças da Católica Lisbon School of Business & Economics
- 2006 - ...: Membro do Conselho Geral do Clube Naval de Cascais

ANTÓNIO GOMES MOTA
VICE-PRESIDENTE, ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Data de nascimento: 10 de junho de 1958, Portugal

Data da 1ª designação*: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1981: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- 1984: MBA, Universidade Nova de Lisboa
- 2000: Doutoramento em Gestão de Empresas, ISCTE Cargos internos
- Vice-Presidente e Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Presidente da Comissão de Auditoria dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Tem um percurso empresarial de mais de 20 anos em cargos de gestão nos setores bancário, de consultoria e serviços financeiros. Foi Diretor da ISCTE Business School (de 2003 a 2012) e Presidente do INDEG/ISCTE (de 2005 a 2012). É Professor Catedrático na ISCTE Business School desde 2005 e Professor convidado do MBA da Nova/Católica de Lisboa desde 2013. Possui uma longa experiência como consultor nas áreas de estratégia, avaliação empresarial e gestão de risco para grandes empresas portuguesas e internacionais. É autor de várias obras de referência na área financeira. Tem desempenhado cargos de liderança em diversos Conselhos de Administração e Supervisão em grandes empresas cotadas portuguesas.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2014 - ...:** Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da Soares da Costa Construção SGPS, S.A.
- **2013 - ...:** Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da SDC Investimentos, SGPS, S.A.
- **2009 - ...:** Membro do Conselho Geral e de Supervisão e das Comissões de Auditoria e (desde 2012) de Performance e Competitividade da EDP - Energias de Portugal, S.A.
- **2009 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações da CIMPOR – Cimentos de Portugal SGPS, S.A.

Outros cargos externos

- **2013 - ...:** Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom SGPS, S.A.
- **2010 - ...:** Vice-Presidente do Instituto Português de Corporate Governance

MANUEL CASTELO-BRANCO
VICE-PRESIDENTE,
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Data de nascimento: 14 de setembro de 1968, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de agosto de 2012

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1992: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Universidade Católica Portuguesa

Cargos internos

- Vice-Presidente dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.

Experiência profissional

Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT, tendo sob a sua responsabilidade os Grandes Clientes e as Tecnologias da Informação. Desempenhou cargos comerciais e de marketing em empresas de bens de consumo, nomeadamente na Unilever, na Sara Lee e na Reckitt Benckiser. Integrou os quadros da Sonae como Gerente de Vendas para marcas de retalho do grupo como a Worten e o Continente. Como Diretor Geral da Media Capital foi responsável pelo lançamento daquele que viria a ser o 3º maior fornecedor de serviços Internet em Portugal. Posteriormente foi Administrador da Reditus, empresa de Tecnologias da Informação cotada em bolsa, e fez parte da gestão de topo após a fusão com a Tecnidata. Foi também consultor estratégico da Saudi Oger - Holding Líbano-Saudita para os seus negócios de telecomunicações em Portugal.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2010 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus BS Products, S.A.
- **2009 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da Strong, S.A.
- **2009 - 2011:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus Gestão, S.A.
- **2008 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da Partblack, S.A.
- **2008 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da ALL2it Infocomunicações, S.A.
- **2008 - 2011:** Vogal do Conselho de Administração da TD IF, S.A.
- **2008 - 2011:** Vogal do Conselho de Administração da Tecnisuporte, S.A.
- **2007 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da Tecnidata, S.A.
- **2007 - 2012:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A.

*Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014 foi Presidente do Conselho Fiscal

ANDRÉ GORJÃO COSTA
CFO, ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Data de nascimento: 01 de junho de 1973, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de agosto de 2012

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1996: Licenciatura em Economia, Universidade Nova de Lisboa

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração e *Chief Financial Officer* (CFO) dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Presidente do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A.

Experiência profissional

Desempenha funções de *Chief Financial Officer* e Vogal do Conselho de Administração dos CTT, sendo responsável pela Unidade de Negócio de Serviços Financeiros e Projeto Banco Postal e pelas áreas de Regulação e Concorrência e Relações com Investidores, fora do âmbito de CFO. Com um percurso profissional de 16 anos na banca comercial e de investimento no Grupo Santander, desempenhou diversos cargos em Portugal e no estrangeiro. Integrou a equipa de *Corporate Finance* do Banco Santander de Negócios em 1996, tendo posteriormente liderado a equipa *cross border* na área de Fusões e Aquisições onde foi responsável por várias aquisições em países da América Latina. Em 2000, foi nomeado Diretor de *Corporate Banking*, sendo responsável pela criação do Departamento de Clientes Globais do Santander e pelas relações com os principais clientes empresariais portugueses do banco. Assessorou a Sonae na aquisição de uma participação na Modelo Continente ao Carrefour e o Grupo Américo Amorim na aquisição de 33,34% da Galp Energia, entre muitas outras transações de relevo em Portugal, Espanha e Brasil. Em 2007, foi nomeado Diretor Coordenador de *Credit Markets* em Portugal, altura em que o Santander foi *Bookrunner* em muitas emissões de Eurobonds e *Mandated Lead Arranger* em alguns dos mais importantes financiamentos de projetos nos setores de renováveis e infraestruturas em Portugal, assim como financiamentos de diversas aquisições.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2012 - ...** : Vogal do Conselho de Administração do Eurogiro A/S;
- **2006-2012** : Sócio-Gerente da Pleximyg, Lda.

DIONIZIA FERREIRA
ADMINISTRADORA EXECUTIVA

Data de nascimento: 03 de janeiro de 1966, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de agosto de 2012

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1988: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Instituto Superior de Economia e Gestão

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Comunicação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Consultoria, S.A.
- Gerente da Mailtec Processos, Unipessoal, Lda.
- Presidente do Conselho de Administração da CTT Gest - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.
- Presidente do Conselho de Gerência da PostContacto - Correio Publicitário, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração da Correio Expresso de Moçambique, S.A.

Experiência profissional

Como Vogal do Conselho de Administração dos CTT tem sob sua responsabilidade as Unidades de Negócio de Correio e Expresso e Encomendas e a Rede de Lojas. Até 2003, desenvolveu uma carreira profissional de 14 anos na banca de retalho e comercial no Barclays Bank, no Banco Mello e no Millennium BCP. De 2003 a 2007 foi Diretora Comercial e de Marketing dos CTT, tendo sido responsável pelo marketing operacional e estratégico da rede de retalho, pela conceção e lançamento do Correio Verde, pela otimização do *portfolio* de produtos e serviços e ainda pela preparação do lançamento do Banco Postal. Durante cinco anos e até 2012, desempenhou as funções de *Chief Executive Officer* da Payup, de Diretora Coordenadora de Novas Agências do Barclays Bank PLC (Representação Permanente) e de Responsável pelo Desinvestimento do Banco Popular Portugal.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2013 – 2014:** Presidente do Conselho de Administração da EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.
- **2008 – 2009:** Chief Executive Officer da Payup - Desenvolvimento de Negócios, S.A.

ANA MARIA JORDÃO
ADMINISTRADORA EXECUTIVA**Data de nascimento:** 14 de dezembro de 1955, Portugal**Data da 1ª designação:** 24 de agosto de 2012**Mandato:** 2014 / 2016**Formação académica**

- 1977: Licenciatura em Direito, Universidade Clássica de Lisboa

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajeria, S.L.U.

Experiência profissional

Como Vogal do Conselho de Administração dos CTT, tem sob a sua responsabilidade os Serviços Jurídicos e de Contencioso, a Administração de Recursos Humanos, os Recursos Físicos e as Compras e Logística. Possui um percurso profissional construído na Administração Pública desde 1978, onde exerceu cargos de elevada responsabilidade, nomeadamente de Adjunta do Secretário de Estado da Defesa Nacional, Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento, Secretária Geral Adjunta da Secretaria Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vogal da Comissão de Fiscalização da Comissão do Mercado de Mobiliários e Diretora Geral das Alfândegas e dos Impostos sobre o Consumo. Nos últimos cinco anos, desempenhou funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros (de 2006 a 2011) e de Secretária Geral Adjunta da Assembleia da República (2012).

ANTÓNIO VITORINO
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO**Data de nascimento:** 12 de janeiro de 1957, Portugal**Data da 1ª designação:** 24 de março de 2014**Mandato:** 2014 / 2016**Formação académica**

- 1981: Licenciatura em Direito, Universidade Clássica de Lisboa
- 1986: Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Clássica de Lisboa

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Inscrito na Ordem dos Advogados e Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1982, foi também Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa de 2008 a 2010. Desempenhou vários altos cargos nas áreas política, legislativa e governamental em Portugal e no estrangeiro, tendo sido Deputado (1980 a 2006), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1983 a 1985), Secretário de Estado do Governo de Macau (1986 a 1987), Juiz do Tribunal Constitucional (1989 a 1994), Deputado ao Parlamento Europeu (1994 a 1995), Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (1995 a 1997) e Comissário Europeu para a Justiça e os Assuntos Internos (1999 a 2004). Também no domínio empresarial tem exercido funções de supervisão e administração não executiva em diversas empresas portuguesas e internacionais.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- 2014 - ...: Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira, S.A.
- 2014 - ...: Presidente do Conselho Fiscal da Siemens Portugal
- 2007 - ...: Administrador Não Executivo da Áreas Portugal

Outros cargos externos

- 2011 - ...: Presidente da Notre Europe - Instituto Jacques Delors, Paris
- 2010 - ...: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Finpro SGPS, S.A.
- 2008 - ...: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Novabase SGPS, S.A.
- 2007 - ...: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Brisa - Auto-estradas de Portugal, S.A.
- 2005 - ...: Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander Totta, S.A.
- 2005 - ...: Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

NUNO FERNANDES THOMAZ
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO,
VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Data de nascimento: 05 de agosto de 1943, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1965: Licenciatura em Direito, Universidade Clássica de Lisboa

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal da Comissão de Auditoria dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Com formação em direito, iniciou a sua carreira profissional exercendo advocacia em Portugal, de 1965 a 1974, tendo depois desempenhado cargos de gestão em grandes consórcios financeiros e industriais internacionais, nomeadamente no Grupo Anglo American/De Beers em Portugal, na Interbrás - Petrobrás e no Banco Pinto de Magalhães no Brasil. De regresso a Portugal, exerceu, a partir de 1981, vários cargos de gestão executiva no Grupo Jorge de Mello/Nutrinveste, como Administrador, Vice-Presidente e Presidente de mais de 25 empresas industriais e financeiras (designadamente Tabaqueira, Molaflex, Incofina). Ao longo da sua carreira, desempenhou cargos de liderança e consultoria em diversas fundações, fóruns, institutos e universidades.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2014 - ...:** Administrador Não Executivo da Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.
- **2010 - ...:** Presidente da Sociedade Gestora do Fundo de capital de Risco Bem Comum
- **2005 - ...:** Gerente da I Cook - Organização de Eventos, Lda
- **1998 - 2014:** Administrador da Nutrinveste SGPS, S.A.

Outros cargos externos

- **2014 - ...:** Vice – Presidente do Fórum para a Competitividade
- **2011 - ...:** Membro da Comissão Consultiva do Instituto Português de Corporate Governance
- **2009 - ...:** Presidente do Conselho da Nova School of Business and Economics
- **1998 - 2002:** Membro da Comissão Diretiva da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa

DIOGO LEITE CAMPOS
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO,
VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Data de nascimento: 04 de dezembro de 1944, Portugal

Data da 1ª designação*: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1967: Licenciatura em Direito, Universidade de Coimbra
- 1978: Doutoramento em Direito, Universidade de Coimbra
- 1979: Docteur d'État en Droit, Université de Paris II
- 1979: Doutoramento em Economia, Université de Paris IX

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.
- Vogal da Comissão de Auditoria dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

É Professor Catedrático Jubilado na Faculdade de Direito de Coimbra e na Universidade Autónoma de Lisboa. Foi Administrador do Banco de Portugal e Presidente do Conselho Consultivo da CMVM entre 1994 e 2000. É advogado (sócio) da Leite de Campos, Soutelinho & Associados - Sociedade de Advogados, RL. (Lisboa) e da Rolim, Viotti e Leite de Campos (Brasil).

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2014-...:** Administrador não executivo do banco Millennium da Roménia.
- **2009 - ...:** Presidente do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
- **2008 - 2014:** Administrador Não Executivo da RES SGPS, S.A.
- **2008 - 2011:** Presidente do Conselho Fiscal da Hagen Engenharia, S.A.

Outros cargos externos

- **2013 - 2015:** Membro da Comissão de Acompanhamento da privatização do ramo de seguros da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

* Entre 12 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014, foi Vogal do Conselho Fiscal

RUI HORTA E COSTA ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

Data de nascimento: 27 de agosto de 1960, Portugal

Data da 1ª designação: 29 de julho de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1984: Licenciatura em Economia, Universidade Católica - Lisboa
- 1986: MBA, University of Minnesota - EUA
- 1995: FSA Certificate - Londres, RU

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Foi Managing Director da UBS na área de *Investment Banking* em Londres, Chefe da Equipa de *Utilities* para a Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e membro do *Investment Banking Management Board* para a Região EMEA. Liderou na UBS um número significativo de operações de grande dimensão na Europa, durante um período total de 8 anos, 6 anos antes (de 1995 a 2000) e 2 anos (de 2006 a 2008) depois da sua atividade na EDP. Foi membro do Conselho de Administração e CFO da EDP-Energias de Portugal durante 6 anos (de 2000 a 2006), onde participou muito ativamente na mudança estratégica da empresa, na execução do seu re-enfoque na Península Ibérica e crescimento acelerado nas energias renováveis, bem como na reestruturação e *ring fencing* dos negócios da EDP no Brasil. No início da carreira profissional trabalhou por um período de 7 anos em Portugal (1986-1994), em banca de investimento (MDM-Morgan, Deutsche & Mello, Finantia e Citibank), e em indústria (Administrador Executivo da Nutrinveste).

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2014** - ...: Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Agrocortex
- **2012** - ...: Membro do Conselho de Administração da Cell2B
- **2012** - ...: Membro do Conselho Consultivo Ibérico da ATKearney
- **2008** - ...: Membro Não Executivo do Conselho de Administração da EIP
- **2008** - ...: Fundador e membro do Conselho de Administração da Luz.on
- **2007** - ...: Membro Não Executivo do Conselho de Administração de Vale do Lobo Resort

Outros cargos externos

- **2008** - ...: Fundador, como consultor, da RHCAS

JOSÉ BAPTISTA FINO ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

Data de nascimento: 10 de janeiro de 1954, Portugal

Data da 1ª designação: 19 de dezembro de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1972 - 74: Frequência do Curso de *Business Studies* (North East London Polytechnic, UK)

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT-Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Empresário desde 1977, foi promotor e gestor de diversas empresas em Portugal, Espanha e mais recentemente Moçambique. Destacam-se atividades na área de retalho para o lar, como a Snucker e a Área Infinitas (empresa que resultou do franchise em Portugal da Habitat), na promoção imobiliária e na atividade agro-industrial. Representando posições acionistas relevantes, foi membro Não Executivo do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. durante 8 anos (de 2004 a 2012), e é desde 2008 também membro Não Executivo da SDC – Investimentos SGPS, S.A., ambas empresas com ações cotadas na Euronext Lisbon. É ainda membro Não Executivo do Conselho de Administração da *Specialty Minerals* (Portugal), subsidiária em Portugal do grupo multinacional *Minerals Technologies Inc.*

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2009**-...: Presidente do Conselho de Administração de Ramada Energias Renováveis, S.A.
- **2008**-...: Vogal do Conselho de Administração da SDC – Investimentos SGPS, S.A.
- **2007**-...: Presidente do Conselho de Administração de Dignatis – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.
- **2001**-...: Presidente do Conselho de Administração da Ramada Holdings SGPS, S.A.
- **1997**-...: Sócio-Gerente de Nova Algodoeira, Lda.
- **1996**-...: Gerente da Dorfino Imobiliário, Lda.
- **1994**-...: Administrador de *Specialty Minerals* (Portugal) Especialidades Minerais, S.A.

Outros cargos externos

- **2004** – **2013**: Vogal do Conselho de Administração da Investifino – Investimentos e Participações SGPS, S.A.
- **2004** – **2013**: Vogal do Conselho de Administração de Manuel Fino SGPS, S.A.
- **2004** – **2012**: Vogal do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal SGPS, S.A.
- **2001** – **2013**: Presidente do Conselho de Administração da Ethnica SGPS, S.A.
- **2001** – **2013**: Presidente do Conselho de Administração Area Infinitas Design de Interiores, S.A.

II. Membros da Comissão de Vencimentos

JOÃO TALONE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Data de nascimento: 27 de outubro de 1951, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1974: Licenciatura em Engenharia Civil, Universidade Técnica de Lisboa
- 1984: MBA, Universidade Nova de Lisboa
- 2002: AMP Harvard Business School

Cargos internos

- Presidente da Comissão de Vencimentos dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Durante 13 anos (1988 a 2001) foi Vogal do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português (BCP), tendo depois sido nomeado Comissário Especial do Governo Português e liderado o processo de extinção da Investimentos e Participações Empresariais (IPE), Empresa Estatal Portuguesa que detinha e controlava as principais participações do Estado em empresas industriais. Entre 2003 e 2006 foi CEO da EDP - Energias de Portugal, S.A., um dos grandes operadores europeus do setor da energia, e Vice-Presidente do Conselho de Administração da HidroCantábrico, depois da sua aquisição pela EDP em 2005. É sócio fundador da Magnum Capital, o maior fundo Ibérico de *private equity*.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2006-...:** Presidente do Conselho de Administração da Iberwind
- **2006-...:** Vogal do Conselho de Administração do Grupo Eptisa
- **2006-...:** Presidente do Conselho de Administração do Grupo Vendap
- **2006-...:** Presidente do Conselho de Administração do Grupo Generis
- **2014** Vogal do Conselho de Administração do Grupo Nace

Outros cargos externos

- **2014-...:** Membro eleito do CNEI - Conselho Nacional de Empreendedorismo e Inovação
- **2013-...:** Membro eleito da Academia de Engenharia
- **2014-...:** Representante de Portugal na “Comissão Trilateral”

JOSÉ GONÇALO MAURY

VOGAL DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Data de nascimento: 27 de outubro de 1950, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1973: Licenciatura em Finanças, Instituto Superior de Economia, Lisboa
- 1978: MBA, INSEAD, Fontainebleau

Cargos internos

- Vogal da Comissão de Vencimentos dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Iniciou a sua carreira profissional em 1971 no ex-Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, tendo posteriormente desempenhado funções em diversos órgãos do Ministério da Indústria, nomeadamente no IAPMEI (até 1977). Após terminar o MBA, regressou a Portugal onde foi Diretor Comercial da Tobom (1978 a 1979) e depois Adjunto e Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes (1980 a 1981). De 1981 até 1989 trabalhou no Citibank em Espanha e Portugal, onde foi responsável pelo setor financeiro (banca e seguros), fez parte da equipa que negociou e preparou a abertura do banco em Portugal e foi Diretor do Departamento de Crédito e de Gestão de Risco. Desde 1990 que exerce a sua atividade como consultor para a Egon Zehnder, empresa mundial de seleção de executivos, onde tem assessorado empresas portuguesas e multinacionais com presença em Portugal de todos os setores de atividade, designadamente financeiro, serviços e indústria.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2015 - ...:** Administrador Não Executivo e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da Gestmin SGPS, S.A.

Outros cargos externos

- **2006 -...:** Presidente da Comissão de Remunerações da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
- **2006 -...:** Presidente da Comissão de Remunerações do Grupo Portucel Soporcel
- **2007 -...:** Presidente da Comissão de Remunerações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

RUI ALPALHÃO VOGAL DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Data de nascimento: 05 de agosto de 1963, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1985: Licenciatura em Economia, Universidade Nova de Lisboa
- 1988: Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade Nova de Lisboa
- 2007: Doutoramento em Finanças, Instituto Universitário de Lisboa

Cargos internos

- Membro da Comissão de Vencimentos dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Iniciou a sua carreira profissional no ensino universitário após concluir a licenciatura, sendo ainda atualmente Professor Associado Convidado de Finanças no Instituto Universitário de Lisboa. Foi administrador de sociedades participadas (e controladas) pelo Banco Totta & Açores e pela Caixa Geral de Depósitos e coordenou o *management buy in* de uma gestora de fundos, cuja administração executiva viria a assegurar. Posteriormente, criou a FundBox Holdings SGPS, que detém participações qualificadas em duas sociedades gestoras de fundos e iniciou atividade no mercado de *distressed assets* através da Tram 28, com a aquisição de um hotel à Parvalorem. Tem dois livros editados em Portugal e artigos científicos publicados em revistas internacionais como a “Applied Financial Economics”, a “Financial History Review”, o “International Journal of Financial Research” e o “ISRN Economics”.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2011 -...:** Presidente da FundBox – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- **2008 -...:** Vogal do Conselho de Administração de Safeunit, S.A.
- **2007 -...:** Vogal do Conselho de Administração de Sintra Retail Park – Parques Comerciais, S.A.
- **2007 -...:** Vogal do Conselho de Administração de Lansdowne SGPS, S.A.
- **2007 -...:** Vogal do Conselho de Administração de Lima Retail Park, S.A.
- **2006 -...:** Vogal do Conselho de Administração de Safeshare – Consultoria, S.A.
- **2005 -...:** Presidente da FundBox Holdings SGPS
- **2005 -...:** Gerente de Tram 28, Lda.
- **2007-2013:** CEO de FundBox – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

Outros cargos externos

- Membro do Comité do Índice PSI20 na Euronext Lisbon

B. CURRICULA DE MEMBROS CESSANTES

I. Membros Cessantes do Conselho de Administração

JOSÉ HONÓRIO¹ ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

Data de nascimento: 30 de novembro de 1957, Portugal

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Formação académica

- 1980: Licenciatura em Economia, Universidade de Coimbra

Cargos internos

- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração dos CTT-Correios de Portugal, S.A.

Experiência profissional

Desempenhou o cargo de Presidente da Comissão Executiva do grupo Portucel desde 2004, e de Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão SGPS, S.A., desde 1994, e foi Vogal do Conselho de Administração de diversas outras empresas dos grupos Portucel, Secil e Semapa, tendo cessado funções em Fevereiro de 2014. Ingressou no grupo Queiroz Pereira em 1989, integrou a Semapa em 1994 e participou na época na privatização da indústria cimenteira portuguesa. Anteriormente desenvolveu a sua atividade no sector automóvel, na banca e na indústria petrolífera.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2004-2014:** Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração da Portucel, S.A.
- **2004-2014:** Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração da Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.
- **1994-2014:** Vogal do Conselho de Administração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão SGPS, S.A.
- **1994-2014:** Vogal do Conselho de Administração da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
- **2005-2014:** Vogal do Conselho de Administração da CEPI – Confederation of European Paper Industries

Outros cargos externos

- **2011-2013:** Vice-Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal
- **2010-2013:** Presidente da Direção do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- **2007-2012:** Diretor da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa/Confederação Empresarial de Portugal
- **2008-2011:** Vogal da Direção do RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel
- **2006-2008:** Presidente da Direção do IBET - Instituto de Biologia Experimental Tecnológica

(1) *Curriculum* atualizado à data da sua eleição em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 para o cargo de Administrador Não Executivo, tendo comunicado a renúncia ao mesmo a 22 de julho de 2014.

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS, S.A.¹
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO,
MEMBRO DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Capital Social: € 2.000.000.000,00

(realizado: € 1.027.151.031,48)

Data da 1ª designação: 24 de março de 2014

Mandato: 2014 / 2016

Identificação

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 502 769 017, a PARPÚBLICA, Participações Públicas SGPS, S.A., Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelo estabelecido no Decreto-Lei nº 209/2000, de 2 de Setembro, constituindo um instrumento do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis;
- Desenvolvimento dos processos de privatização no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício, pelo Ministro das Finanças, da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral.

Objeto

- A gestão das participações sociais públicas que integrem o seu património;
- A gestão, através de empresas participadas de objeto especializado, do património imobiliário público que lhes seja afeto;
- A prestação de apoio técnico ao exercício, pelo Ministro das Finanças, da tutela financeira do Estado sobre as empresas públicas e sobre as empresas privadas concessionárias de serviços de interesse económico geral, bem como à gestão de ativos financeiros do Estado;
- A prestação de serviços no domínio da liquidação de sociedades dissolvidas pelo Estado ou por outros entes públicos;
- A prestação de serviços técnicos de administração e gestão às participadas.

Participações maioritárias detidas

- Sagestamo - Sociedade Gestora de participações Sociais Imob. SGPS, S.A.
- TAP SGPS, SA
- Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.
- Companhia das Lezírias, S.A.
- SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.
- ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- Integra o Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- Integra o Conselho de Administração da Cruz Vermelha Portuguesa – CVP –SGH, S.A.

(1) *Curriculum* atualizado à data da sua eleição em Assembleia Geral de 24 de março de 2014 para os cargos de Administrador Não Executivo e membro da Comissão de Auditoria, tendo comunicado a renúncia aos mesmos a 14 de novembro de 2014.

II. Membros Cessantes do Conselho Fiscal¹

ELSA MARIA RONCON SANTOS VOGAL DO CONSELHO FISCAL

Data de nascimento: 10 de março de 1951, Goa
Data da 1ª nomeação: 24 de agosto de 2012
Data da 2ª nomeação: 12 de novembro de 2013
Mandato: 2012 / 2014
2ª nomeação para a conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- 1975: Licenciatura em Economia, Universidade Técnica de Lisboa
- 1976: Curso de pós-graduação do Instituto Gulbenkian de Ciência

Cargos internos

- Vogal do Conselho Fiscal dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

Com um longo percurso profissional no setor empresarial público, exerce atualmente as funções de Diretora-Geral do Tesouro e das Finanças, cargo que lhe confere por inerência os de Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde e Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial. Além destas, desempenha ainda funções como Presidente da Comissão Conjunta do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique; Representante do Estado na Comissão Permanente de Acompanhamento de Acordo Quadro relativo à Reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. celebrado entre o Estado Português e o Banco BIC Português; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.; e de Membro da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução designada pelo Ministro de Estado e das Finanças e de representante efetivo do setor empresarial do Estado no Conselho Económico e Social nomeada pela Resolução n.º 2/2012.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2011-....:** Diretora-Geral do Tesouro e das Finanças
- **2010-2011:** Presidente do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
- **2010-2011:** Presidente do Conselho Fiscal da CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Outros cargos externos

- **2009-2011:** Presidente da Comissão Ética da CP – Comboios de Portugal, EPE
- **2005-2008:** Presidente da Comissão Executiva da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.
- **2005-2008:** Presidente do Conselho de Administração da Ecosaúde, S.A.
- **2005-2008:** Presidente do Conselho de Gerência da Pactogest, Lda.

(1) O anterior modelo de governo dos CTT integrava o órgão Conselho Fiscal que se manteve em funções até à eleição da Comissão de Auditoria na Assembleia Geral realizada a 24 de março de 2014.

SARA ALEXANDRA AMBRÓSIO VOGAL SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Data de nascimento: 13 de julho de 1971, Portugal
Data da 1ª nomeação: 24 de agosto de 2012
Data da 2ª nomeação: 12 de novembro de 2013
Mandato: 2012 / 2014
2ª nomeação para conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- 1994: Licenciatura em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa
- 1996: Pós-graduação em Estudos Europeus, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa
- 2011: Pós-graduação em Contencioso Administrativo, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa

Cargos internos

- Vogal suplente do Conselho Fiscal dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

Exerce o cargo de Jurista da Direção-Geral do Tesouro e Finanças desde 1997, destacando-se a emissão de pareceres jurídicos, a análise e elaboração de projetos legislativos, bem como o acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nas áreas de competências daquela Direção-Geral. Tem desempenhado vários cargos em órgãos de fiscalização, como membro da Mesa da Assembleia Geral e também como membro de comissões de fixação de remunerações de diversas empresas do setor empresarial do Estado, tendo ainda representado o Estado em diversas Assembleias Gerais de empresas do mesmo âmbito e em diversos grupos de trabalho.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2013-2015:** Vogal efetivo do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.
- **2008-2010:** Vogal efetivo do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Outros cargos externos

- **2013-2015:** Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.
- **2008-2010:** Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.
- **2009-2011:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIEV – Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S.A.
- **2008-2010:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da Parque Expo 98, S.A.
- **2009-2011:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.
- **2009-2011:** Vogal da Comissão de Fixação de Remunerações da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- **2009-2011:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

CONTACTOS

SEDE

Avenida D. João II, n.º 13
1999-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 471 836
Fax: +351 210 471 994

Clientes

E-mail: informacao@ctt.pt
Linha CTT 707 26 26 26
Dias úteis e sábados das 8h às 22h

Representante para as Relações com o Mercado

André Gorjão Costa

Gabinete de Relações com os Investidores

Peter Tsvetkov
E-mail: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087
Fax: +351 210 471 994

Órgãos de Comunicação Social Direção de Comunicação Institucional Assessoria de Imprensa

Fernando Marante
E-mail: gabinete.imprensa@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 800

CTT - Correios de Portugal, S.A. - Sociedade Aberta
Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 Lisboa
Número de matrícula na C.R.C. de Lisboa e de pessoa coletiva 500 077 568
Capital Social EUR 75.000.000,00

www.ctt.pt
Linha CTT 707 26 26 26
Dias úteis e sábados das 8h às 22h